

# REVISTA ELETRÔNICA CADERNOS DE HISTÓRIA

---

publicação do corpo discente do Departamento de História  
da Universidade Federal de Ouro Preto

## Artigos

*Andréa Cristina de Barros  
Queiroz*

*Bernardo Mattes Caprara*

*Fábio Francisco de Almeida  
Castilho*

*Fábio Luiz Riqueira Simão*

*Júlia Ribeiro Junqueira*

*Heiberle Hirsberg Horácio*

*Igor Fernandes Viana de  
Oliveira*

*Luiz Duarte Haele Arnaut*

*Márcio dos Santos Rodrigues*

*Marco Antônio Machado Lima  
Perereira*

*Marcelo Souza Oliveira*

*Nathalia Gama Lemos*

*Pablo Bráulio de Souza*

*Paulo Raphael Feldhues*

*Pérola Maria Goldfeder e  
Castro*

*Tássia Toffoli Nunes*

*Valdeci da Silva Cunha*

## Resenhas

*André Vasques Vital*

## Transcrições

*Gilson César Xavier Moutinho*

*Pedro Eduardo Andrade de  
Carvalho*

*Wellington Júnio Guimarães  
da Costa*

**Revista Eletrônica Cadernos de História:** publicação do  
corpo discente do Departamento de História da UFOP  
ISSN: 1980-0339

**Conselho editorial:**

*Ana Luiza Ladeia Prates Correia*  
*Bruno Diniz Silva*  
*Eduardo Gerber Junior*  
*Monalisa Pavonne Oliveira*  
*Rafael Fani Dias Resende*  
*Weder Ferreira da Silva*

**Equipe de Revisores:**

*Alex Caldas Simões*  
*Jane Corrêa Valadares*  
*Nayhara Juliana A. P. Thiers Vieira*  
*Gustavos Fechus Monteiro*

**Conselho consultivo:**

*Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Andréa Lisly Gonçalves*  
*Prof. Dr. Angelo Alves Carrara*  
*Prof. Dr. António Manuel Hespanha*  
*Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Cláudia Maria das Graças Chaves*  
*Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Helena Miranda Mollo*  
*Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Iris Kantor*  
*Prof. Dr. Jonas Marçal Queiroz*  
*Prof. Dr. João Paulo Garrido Pimenta*  
*Prof. José Arnaldo Coêlho de Aguiar Lima*  
*Prof. Dr. Marco Antônio Silveira*  
*Prof. Dr. Pedro Spinola Pereira Caldas*  
*Prof. Dr. Renato Pinto Venâncio*  
*Prof. Dr. Ronaldo Pereira de Jesus*  
*Prof. Dr. Sérgio Ricardo da Mata*  
*Prof. Dr. Sidney Chalhoub*  
*Prof. Dr. Valdei Lopes de Araujo*  
*Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Virgínia Albuquerque de Castro Buarque*  
*Prof. Dr. Wlamir Silva*

**Direção, Redação e Administração:**

*Cadernos de História*  
*[www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria](http://www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria)*  
*[cadernosdehistoria@yahoo.com.br](mailto:cadernosdehistoria@yahoo.com.br)*  
*Rua do Seminário, s./n.º*  
*Mariana - Minas Gerais*  
*35420-000*

# Sumário

## ARTIGOS

- 6 *Essas “odiosas distinções sociais”*: Os sofrimentos do jovem Werther e as transformações no espaço público - século XVIII  
**Igor Fernandes Viana de Oliveira**
- 16 *Paulo Fernandes Viana, o Intendente-Geral de Polícia na corte joanina (1808-1821)*  
**Nathalia Gama Lemos**
- 27 *Apontamentos sobre representação política e liberdade de imprensa no Império brasileiro*  
**Tassia Toffoli Nunes**
- 39 *A escravidão na imprensa mineira do Primeiro Reinado*  
**Heiberle Hirsberg Horácio**
- 51 *Imagens em movimento: Moralidade pública, cultura política e caricatura na Imperial Cidade de São Paulo*  
**Pablo Bráulio de Souza**
- 65 *Imprensa, história e separatismo: o Movimento Separatista de 1892 através das páginas do Monitor Sul-Mineiro.*  
**Pérola Maria Goldfeder e Castro**
- 77 *“Suspiros e dores”*: escravidão, piedade e metáfora  
**Luiz Duarte Haele Arnaut, Márcio dos Santos Rodrigues, Valdecida Silva Cunha**
- 95 *A transição da Mão-de-obra no Sul de Minas: cultura política na imprensa local (1879-1888)*  
**Fábio Francisco de Almeida Castilho**
- 117 *Tradição e modernidade na construção da nova capital mineira: o Padre Francisco Martins Dias e os “Traços Históricos e Descritivos de Bello Horizonte”*  
**Fábio Luiz Rigueira Simão**
- 137 *Cenas do Recôncavo: o declínio senhorial na obra de Anna Ribeiro (1843-1930)*  
**Marcelo Souza Oliveira**
- 159 *A Resistência dos trabalhadores na Primeira República através do jornal gaúcho O Exemplo (1908/1911)*  
**Bernardo Mattes Caprara**

- 178 *A edição comemorativa do **Jornal do Commercio** no primeiro centenário da Independência do Brasil: uma memória-histórica*  
**Júlia Ribeiro Junqueira**
- 192 *Imprensa e Cultura Política: Caminhos do Espaço Público no Estado Novo pernambucano*  
**Paulo Raphael Feldhues**
- 203 *O anticomunismo católico em cena: a defesa da propriedade privada e a desconstrução do “paraíso soviético”*  
**Marco Antônio Machado Lima Pereira**
- 218 *O Pasquim: embates entre a cultura política autoritária e a contracultura*  
**Andréa Cristina de Barros Queiroz**

#### **RESENHAS**

- 236 *NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; CARVALHO, Diana Maul de; MARQUES, Rita de Cássia (orgs.). **Uma história brasileira das doenças.***  
**André Vasques Vital**

#### **TRANSCRIÇÕES**

- 239 *Os exames cadavéricos do Livro para óbitos na cadeia de Mariana Algumas possibilidades de pesquisa*  
**Wellington Júnio Guimarães da Costa, Pedro Eduardo Andrade de Carvalho, Gilson César Xavier Moutinho**



Foto de Hildegard Rosenthal. O menino Jornaleiro, 1939.

Página inicial do primeiro número da Gazeta do Rio de Janeiro. Primeiro jornal publicado pela Imprensa Régia recém-instalada na cidade.



Igor Fernandes Viana de Oliveira

**Essas “odiosas distinções sociais”: *Os sofrimentos do jovem Werther* e as transformações no espaço público - século XVIII<sup>1</sup>**

Graduando em História,  
Universidade Federal  
Fluminense  
igor\_fenan@hotmail.com

**Resumo**

No presente artigo, utilizaremos o livro *Os sofrimentos do jovem Werther*, de J. W. Goethe, publicado pela primeira vez em 1774, para refletir sobre algumas questões relativas às transformações operadas no espaço público no século XVIII. Buscando contribuir para a compreensão desse abrangente processo social através de uma análise histórica de uma obra literária, exploraremos como a emergência de uma nova sociabilidade, apontada na obra de alguns autores, e manifesta em diferentes domínios sociais naquele período, aparece de alguma forma dimensionada no citado livro. Para isso examinaremos, particularmente, o próprio formato da obra, alguns conceitos mobilizados e as situações narradas pela mesma.

**Palavras-chave:** Goethe, Século XVIII, Espaço-público

**Abstract**

In this article, we are going to analyse the book *Os sofrimentos do jovem Werther*, de J. W. Goethe, published for the first time at the year of 1774, to reflect about some questions related to the transformation of public space during the XVIII century. Aiming to contribute to a comprehension of this social process due an historical analysis of a literary work, exploiting some aspects such as the emergence of a new sociability, according to some authors. Therefore, particularly, we will examine the shape of the masterpiece, some concepts and the situations narrated during the text.

Enviado em 05 de  
setembro de 2008 e  
aprovado em 21 de  
outubro de 2008.

**Keywords:** Goethe, Nineteenth century, Public-space

---

1. Bolsa de Doutorado financeira. Agradeço a Guilherme Pereira das Neves, cujas instigantes aulas inspiraram este texto.



## Introdução

No presente artigo, utilizaremos o livro *Os sofrimentos do jovem Werther*, de J. W. Goethe, publicado pela primeira vez em 1774, para refletir sobre algumas questões relativas às transformações operadas no espaço público no século XVIII. Exploraremos, particularmente, como a emergência de uma nova sociabilidade, apontada na obra de alguns autores (PALLARES-BURKE, 1995; DARNTON, 1996; VENTURI, 2003), e manifesta em diferentes domínios sociais naquele período, aparece de alguma forma dimensionada no citado livro.

A temática vem sendo contemplada por uma série de pesquisas recentes que tomaram como objeto a crescente circulação de periódicos e jornais e a emergência de novas linguagens político-culturais observadas no período.<sup>2</sup> Buscando dialogar com a reproblemática da análise e com o investimento em novas leituras propostas por essa linha de pesquisa, buscamos contribuir para a compreensão das transformações no espaço público em meados do século XVIII através de uma análise histórica de uma obra literária.

Nesse sentido, a literatura pode emergir como uma importante fonte para a pesquisa histórica através de uma análise socialmente interessada e atenta às especificidades da mesma.<sup>3</sup> A configuração das obras, o aparato conceitual mobilizado, ou mesmo as situações narradas no decorrer dos textos, podem oferecer ao historiador, tomados os devidos cuidados com a particularidade de sua fonte de pesquisa, um rico material para refletir sobre as diversas transformações expressas nas sociedades humanas.<sup>4</sup>

As formulações em torno da história das idéias/cultural se distanciaram nas últimas décadas de uma concepção que postulava a relação instrumental entre os textos históricos e a realidade social, o que alargou as possibilidades de exploração pelos historiadores de fontes literárias. Em determinadas abordagens, procurou-se enfatizar a intervenção dos autores no contexto intelectual como uma *efetuação* situada no âmbito de linguagens históricas específicas, e, portanto, a partir de determinado uso da língua/cultura (POCOCK, 2005). Por outro lado, outra modalidade de análise buscou reproblematicar as relações entre as obras produzidas e a realidade social, chamando atenção à densidade da estrutura de significados e conceitos subjacentes aos textos que podem mesmo dinamizar ou reinstaurar experiências históricas (KOSELLECK, 2006). No campo do marxismo, por sua vez, Raymond Williams (2000) contribuiu de forma decisiva para evitar uma separação estanque entre experiências sociais e obras artísticas, buscando explorar as complexas ressignificações e tensões envolvidas na própria estrutura formal e narrativa das obras – que não autorizam a fixação do texto pelo pesquisador por categorias demasiadamente abstratas, como literatura burguesa. Nesse sentido, as ênfases concedidas à efetuação lingüística, à densidade conceitual presente nos textos históricos, ou mesmo às tensões semânticas que marcaram a estruturação formal e narrativa das obras, acabaram por distanciar a pesquisa de uma concepção da *literatura* como reflexo unilateral de determinados processos sociais, ressaltando a percepção dessas duas dimensões de forma mais dinâmica e intercambiável.

Na presente reflexão enfatizamos principalmente a dimensão *interna* do texto abordado em detrimento de suas condições *externas* de produção, tais como os debates intelectuais e a maneira como se deu a intervenção do escritor em um determinado contexto de idéias (PONTES, 1997: 57-69). Desta maneira, analisamos a obra buscando principalmente discutir o universo de significados e conceitos inscritos em sua dimensão formal e narrativa, ao contrário de nos atermos mais especificamente à ação lingüística efetuada por J. W. Goethe no debate intelectual europeu

---

2. Entre os exemplos do avanço nessa linha de pesquisa no Brasil estão os trabalhos de Marco Morel (2005) e Lucia Maria Bastos Pereira das Neves (2002).

3. Pierre Boudieu (2002) chama a atenção para a desnaturalização a que deve proceder o pesquisador ao lidar com uma fonte histórico-literária, uma vez que existe a tendência a sacralizar esse tipo de produção de acordo com a definição que os próprios sujeitos atribuem ao *campo* artístico/intelectual. Por isso, devemos estar atentos às dimensões sociais inscritas neste tipo específico de prática cultural.

4. Para uma discussão teórica sobre a análise histórica de obras literárias ver Adriana Facina (2004).

e/ou o seu diálogo com outros intelectuais da época. Não obstante a importância desse último ponto, acreditamos que o debate se processou de modo a tornar inviável qualquer aproximação ingênua quer do *campo* quer do *texto*, sendo a dimensão hermenêutica interna aos textos, um momento fundamental no encaminhamento da análise histórica.

Certamente as proposições de Reinhart Koselleck (1999), em *Crítica e Crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês* – acerca da constituição do foro interior *moral* a partir do pressuposto histórico do desenvolvimento do Estado Absolutista – foram essenciais para as questões levantadas sobre a emergência das novas experiências de sociabilidade e transformações observadas no espaço público a partir do século XVIII. Apropriar-nos-emos, mais especificamente, do tópico em que o autor se aproxima do contexto intelectual alemão para explorar a relação entre o *teatro* desenvolvido por Friedrich Schiller e a crítica burguesa mais abrangente efetuada pelo movimento Iluminista (KOSELLECK, 1999: 75-88).

## Werther e a “nova” sociabilidade

*Os sofrimentos do jovem Werther* é considerada uma das mais importantes obras de J. W. Goethe, principalmente pela dimensão social que adquiriu e pela representatividade em relação ao movimento intelectual alemão do final do século XVIII. Exatamente por estes aspectos, a obra já foi extensamente abordada pelos mais diferentes autores e pelas mais diversas “escolas” intelectuais. Resumidamente, a história trata das experiências de um jovem entre 1771 e 1772 que, através de sucessivas frustrações com a vida, principalmente a amorosa, comete o suicídio.

Para os objetivos deste trabalho, no entanto, nos encarregaremos sumariamente de interrogar a obra em função de sua relação com a sociabilidade burguesa emergida a partir de meados do século XVIII. As paisagens sociais por que caminha e as atitudes e relações que Werther vai experimentando ao longo da obra, além das transformações na própria recepção do texto por parte dos leitores, constituirão o cerne e o interesse fundamental das questões a serem abordadas. Exploraremos especialmente como essas dimensões se manifestam no *formato* do livro, em alguns *conceitos* abordados pelo mesmo e nas atitudes dos *personagens*, mediante a descrição de algumas passagens eleitas representativas.

## O formato do livro

Um primeiro ponto a ser destacado é o próprio formato no qual a obra foi estruturada. Diferentemente da configuração convencional das obras literárias de meados do século XVIII, *Os sofrimentos do jovem Werther* busca representar uma série de escritos de Werther, principalmente cartas e fragmentos de anotações, organizados por um suposto “editor”, tal como eles foram realmente “escritos”. Transmite a idéia de que J. W. Goethe provavelmente conheceu Werther e que, impressionado com a sua particular trajetória de vida, o autor resolveu editar os seus escritos – apenas complementando-os com algumas passagens que ilustrassem o que não havia sido documentado.

Juntei cuidadosamente tudo quanto me foi possível recolher a respeito do pobre Werther, e aqui vos ofereço, certo de que mo agradeceis. Sei, também, que não podereis recusar vossa admiração e amizade ao seu espírito e caráter, vossas lágrimas ao seu destino.

E a ti, homem bom, que sentes as mesmas angústias do desventurado Werther, possas tu encontrar alguma consolação em seus sofrimentos! Que este pequeno livro te seja um amigo, se a sorte ou a tua própria culpa não permitem que encontres outro mais à mão. (GOETHE, 2002: 220).



Durante o decorrer da obra, J. W. Goethe reforça essa mesma operação intercalando trechos que corresponderiam aos escritos “reais” deixados por Werther, que seriam fruto de uma troca de correspondências com um amigo, Wilhelm, e passagens ilustrativas do “editor”, ele mesmo. No tópico, representativo desse intuito, intitulado *Do editor ao leitor*, apresenta o seguinte trecho:

Quanto eu desejaria que nos restassem a respeito dos últimos dias de nosso amigo, testemunhos firmados pelo seu próprio punho, de sorte que não me visse obrigado a interromper a série de cartas que ele nos deixou para completá-las com este relato.

[...] Nada mais temos a fazer, neste caso, senão narrar fielmente aquilo que os nossos reiterados reforços nos permitiriam saber, intercalando em nossa narrativa as cartas deixadas por Werther, sem desdenhar os apontamentos mais insignificantes encontrados em seus papéis. (IDEM: 316)

Como conseqüência deste procedimento, o livro sugere um esforço para instituir um novo tipo de relação entre o escritor e o leitor. Não bastava ao leitor se direcionar ao livro da forma tradicional. Como é sugerido pelos trechos acima destacados, o texto deveria guardar uma relação mais imediata com a vida cotidiana e pessoal de seus leitores, procurando, como um “amigo”, “consolar” seus próprios sofrimentos interiores.

Robert Darnton (1986) observa operação semelhante no romance *La Nouvelle Héloïse*, de Rousseau, publicado pela primeira vez em 1758. Também nesta obra, o romance se desenrola através da troca de cartas, só que neste caso entre dois amantes. Rousseau, no prefácio de uma das edições, insistia na “autenticidade” das cartas trocadas pelos dois amantes e na veracidade das experiências trocadas entre ambos: ler, viver e amar se tornavam coisas inseparáveis e mais próximas da realidade afetiva imediata dos leitores. Direcionava a sua literatura, nesse sentido, não à significativa formalidade presente no mundo político e social em meados do século XVIII, mas às mais íntimas, particulares e cotidianas vivências de seus leitores. Como pontualmente destaca Robert Darnton, Rousseau “exigia um novo tipo de leitura, cujo êxito seria proporcional à distância espiritual entre o leitor e a alta sociedade parisiense”, reforçando a formação de um perfil de leitor que “rejeitasse os valores dominantes na literatura e na sociedade” (DARNTON, 1986: 316).

Examinando essa significativa mudança de referência na constituição da leitura, Robert Darnton afirma que o processo ocorreu de maneira lenta à medida que os leitores reagiam aos textos e os escritores tencionavam novas linguagens, apesar da importância da mesma na configuração de uma “nova” sociabilidade, cristalizada em uma relação mais direta entre a literatura, o escritor e o leitor. O processo se desencadeou ainda no interior do Antigo Regime e teria colaborado para destacar um novo tipo de interdependência entre os intelectuais, como produtores culturais, e a população de maneira geral, mediada, entre outros, pela expressão literária. Nesse sentido, o livro de J. W. Goethe certamente colaborou para o processo acima mencionado. Temos nesse momento um reforço na idéia que ocupou um papel central na constituição do espaço público moderno e na emergência de novas sociabilidades, a partir principalmente do século XVIII: os leitores deveriam interagir e reagir com as obras em função de suas próprias experiências, em um movimento dinâmico de troca.

Pode-se acrescentar às considerações de Robert Darnton que a própria estrutura, por excelência, de livros desse gênero procura dimensionar essa nova sensibilidade que se articulava ao mundo literário no final do século XVIII. Além da idéia de “realidade” produzida pela obra, a própria organização do texto, feita majoritariamente através de cartas íntimas do jovem Werther endereçadas a um amigo que muito estima, amplia a visibilidade da *esfera interior* de seus personagens. O próprio formato do livro, supostamente organizado a partir de cartas íntimas de um jovem, abria espaço para retratar na literatura, experiências que talvez uma narrativa rigidamente estruturada não comportasse. São abundantemente retratadas as ações e os pensamentos relativamente *individualizados* dos personagens: comentários sobre as suas mais variadas relações sociais e situações

cotidianas, opiniões em relação às diferentes esferas da vida social; para além das vicissitudes do “mundo oficial” do Antigo Regime.

### Natureza, sociedade e o “foro interior moral”

Se tomarmos as indicações de Reinhart Koselleck (1999) sobre a constituição e expansão do foro *moral* privado no interior do Estado Absolutista, a proposição acima mencionada ganha novo significado. O autor objeta como durante o desenvolvimento histórico do Estado Absolutista, desencadeado a partir do pressuposto das guerras religiosas do século XVII, processou-se uma diferenciação entre o foro interior, *moral*, dos súditos e o foro exterior, *político*, do Estado.<sup>5</sup> Para Koselleck, o Iluminismo vai se constituir progressivamente a partir da expansão desse “foro interior”, na medida em que, dialeticamente, supera o problema inicial das guerras religiosas e, ao mesmo tempo, aponta para novas dimensões sociais.

É nesse sentido que o autor analisa a importante contribuição do desenvolvimento artístico para a constituição da opinião pública no século XVIII. Tal como a *franco-maçonaria* e a *república das letras*, o emergente teatro alemão, representado no livro pela obra de Friedrich Schiller<sup>6</sup>, fundamentava-se na expansão do “foro interior moral” desencadeada a partir do processo de *crítica*. O teatro deveria “abrir espaço entre os homens para o sentimento ‘de ser um homem’”. Com isso, Schiller traçava uma linha *conceitual* que separa deliberadamente dois diferentes domínios: um moral e um político, aparentemente amoral. Desta forma, “a fronteira entre palco e Estado, tratada de um ponto de vista atual e espacial, também deve ser pensada de um ponto de vista temporal, como substituição da antiga jurisdição por uma nova e mais justa”, expressa pela relação entre o teatro e a opinião pública (KOSELLECK, 1999: 89).<sup>7</sup>

Como destaca Koselleck, a divisão da realidade histórica em um reino da moral e um reino da política, tal como o Absolutismo havia constituído, é o pressuposto histórico da *crítica* efetivada pelo movimento Iluminista. Esse desenvolvimento caracterizava o mundo a partir de séries conceituais antagônicas – tais como razão e revelação, liberdade e despotismo, natureza e civilização, comércio e guerra, moral e política, decadência e progresso, luz e escuridão – com os quais o próprio século XVIII buscou se pensar.

Deve-se destacar que Goethe, além de ter escrito peças de teatro, também participou do mesmo movimento intelectual alemão de Friedrich Schiller. Contudo, não nos interessará a medida da participação desse escritor no debate político-intelectual, mas perceber como as questões acima abordadas, com ênfase no dualismo conceitual entre *natureza* e *sociedade* que colaboraram para a formação da opinião pública, foram, de alguma forma, retratadas no livro.

A natureza aparece representada na obra associada à exuberantes belezas naturais. Em grande parte dos primeiros momentos do livro, Werther se dedica exaustivamente a ressaltar as qualidades dos arredores da região em que se situa. Em alguns trechos, parece indicar a relação e a harmonia entre a *natureza* e suas forças *interiores*.

Minha alma inunda-se de uma serenidade maravilhosa, harmonizando-se com a das doces manhãs de primavera, que procuro fruir com todas as minhas forças.  
(GOETHE, 2002: 222)

5. Essa operação pode ser sintetizada no seguinte trecho: “Diante do fórum de súditos, o soberano foi eximido de qualquer *culpabilidade*, mas coube a ele toda a *responsabilidade*. O súdito foi dispensado de qualquer *responsabilidade* política mas, em compensação, foi ameaçado de uma *dupla culpabilidade*: externamente, ao proceder contra os interesses do soberano; internamente, pela culpa que assalta a quem se recolhe no anonimato” (KOSELLECK, 1999: 23-24). grifos nossos.

6. Cf. SCHILLER, Friedrich (1759-1805), *Samtliche Werk, Sakularausgabe*, Stuttgart e Berlim, 1904 et seq.

7. Koselleck chega mesmo a afirmar: “(...) o dualismo da política e da moral, que se tornou evidente na obra de Schiller, está a serviço de uma crítica política, mas ao mesmo tempo constitui o pressuposto dessa crítica” (IDEM: 92).

Concentro-me e encontro um mundo em mim mesmo! [...] Tudo flutua vagamente nos meus sentidos, e assim, sorrindo e sonhando, prossigo na minha viagem através do mundo (IDEM: 227).

Ao longo do livro, passagens significantes parecem reforçar essa aproximação entre a natureza, os sentimentos interiores do personagem e a autenticidade. Referindo-se a uma cena simples que presenciou, Werther destaca a impotência até mesmo dos grandes artistas em captar essa sensibilidade expressa nas relações cotidianas das pessoas da região.

Só ela [a natureza] é infinitamente rica e só ela é capaz de formar os grandes artistas. Há muito o que dizer a favor das regras da arte, como a favor das leis da sociedade. Quem se forma segundo essas regras não produzirá nunca uma obra absurda, nem completamente ruim [...] toda regra destrói o verdadeiro sentimento e a verdadeira expressão da natureza. (GOETHE, 2002: 229)

No trecho destacado, *natureza* e *sociedade* aparecem como conceitos antagônicos e dualisticamente constituídos. A regra, tanto das artes quanto das sociedades, deturpa o que é, por si mesmo, natural e autêntico.

Diante de outra cena, em que conversa com um homem simples que confessa estar apaixonado por sua patroa, Werther reforça o mesmo sentimento em relação às situações cotidianas das pessoas da região:

Seria preciso repetir tudo isso palavra por palavra, para dar uma idéia da pureza desse afeto, do amor e fidelidade desse homem. Mais: seria preciso que eu tivesse os dons de um grande poeta para pintar a você, de modo eloqüente, a expressão de seus gestos, o som harmonioso da sua voz, o fogo interior que brilhava nos seus olhos. (GOETHE, 2002: 232)

Nesses termos, como foi explicitado no tópico anterior deste trabalho, o romance não objetiva retratar a sociabilidade do mundo político “oficial” ou mesmo as relações formais estabelecidas entre nobres famílias, mas iluminar uma sociabilidade “natural”, quase autêntica, entre homens comuns de uma região simples, o que era facilitado pela própria estrutura do livro.

Como é conhecida, esse relação entre natureza e autenticidade, em oposição à sociedade e formalidade, é desenvolvida por alguns autores iluministas – como é o caso de Rousseau em *O contrato social* e *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens* –, dos quais J. W. Goethe parece se aproximar. Werther também associa, correntemente, essa autenticidade ao comportamento das crianças:

Quando observo nesses seres o germe de todas as virtudes, de todas as faculdades que um dia lhes serão necessárias: na sua teimosia entrevejo a futura constância e firmeza de caráter; nas suas garotices o bom humor que lhes fará vencer facilmente os perigos deste mundo. E tudo isso de modo tão puro, tão incontaminado! (GOETHE, 2002: 245)

Esse estado de expressividade e autenticidade buscado por Werther, parece ser levado às últimas conseqüência em algumas de suas falas. Em uma cena em que discutia com Alberto, noivo de sua amada, algumas questões “banais”, em meio à conversa, Werther aponta a arma que estivera manuseando à sua própria cabeça, levanto Alberto à indignação. Envolvem-se em uma discussão calorosa sobre atos desse vulto onde Werther rejeita absolutamente os princípios de justiça defendidos por Alberto: o amigo, em seus “ajustes”, não conseguia penetrar nas “circunstâncias ocultas de uma ação”. Quando afirma que o suicídio não passa de fraqueza, Werther responde com vivacidade:

Você chama isso de fraqueza? Peço-lhe, não se deixe levar pelas aparências! Um povo que geme sob o julgo de um tirano, você ousará acusá-lo de fraqueza se ele explode e rompe, afinal, as suas cadeias? (GOETHE, 2002: 264)

A discussão continua e Werther insiste que Alberto não consegue captar, com sua ênfase nos *costumes pré-estabelecidos*, o que “se passa no *espírito* de um homem”. Adverte que o “espírito humano” só suporta certo grau de pressão, “se ultrapassar esse ponto sucumbirá”. Os dois terminam sem chegar a um acordo e a discussão marca a relação entre os personagens a partir daí.

Como essa linha conceitual mobilizada pelo livro parece indicar, tal como no processo de *crítica* desencadeado pelo Iluminismo, existe a “incapacidade” da sociedade em canalizar e responder a essa autenticidade expressa na própria “natureza humana”, idéia essencial à formação de novas sociabilidades e também presente em outros autores iluministas. Como fica perceptível em algumas trechos do livro, a ênfase nas paisagens sociais e na dinâmica que ocorria no “espírito” interior dos homens por parte de Werther, se constituía em oposição a determinados comportamentos pré-estabelecidos, que não conseguiam alcançar ou captar as “circunstâncias das ações”. Tal como em Schiller, pode-se afirmar que também a literatura de J. W. Goethe, buscava “abrir espaço entre os homens para o sentimento ‘de ser um homem’” apontando para uma nova dinâmica de sociabilidade.

### Werther e alguns personagens

Apontamos anteriormente como o próprio formato de *Os sofrimentos do jovem Werther*, constituído a partir de cartas e fragmentos de textos, possibilitou que o autor explorasse os pensamentos e ações íntimas dos personagens envolvidos. Também exploramos como na própria utilização de alguns conceitos durante a obra, como *sociedade* e *natureza*, ficava expressa a relação destes com a expansão do “foro interior moral”, sugerida por Reinhart Koselleck. Nesta parte do artigo, procuraremos sumariamente observar como a relação de Werther com alguns personagens indica, de maneira geral, o posicionamento de J. W. Goethe em relação à emergência de uma nova sociabilidade no século XVIII.

Deve-se destacar como nessa “expansão do foro moral”, sugerida por Reinhart Koselleck, as ações de Werther ao longo do romance não se situam unicamente em espaços circunscritos dedicados à expressão de seu “foro íntimo” – tal como associações secretas ou sociedades civis. Poderíamos mesmo afirmar que o personagem busca expandir essas impressões cotidianamente para além dos seus limites sociais privados. Contudo, na medida em que busca consolidar a sua relação com os outros personagens, deixando de lado as *distinções sociais* tradicionais, tem de se relacionar com as pessoas e com os costumes que orientam as suas ações. Observando esses episódios podemos explorar como a emergência da opinião pública experimentada no século XVIII aparece, de alguma forma, dimensionada no romance.

*Os sofrimentos do jovem Werther* está claramente dividido em duas partes. Em uma primeira, Werther chega de viagem a uma região interiorana e passa a travar relações com os habitantes da região. Como falamos acima, Werther valoriza muito os personagens com que consegue manter certa relação de intimidade e sinceridade expressas quase que naturalmente e independente, em alguma medida, da condição social dos mesmos. Logo no começo do livro esclarece melhor essa questão:

Bem sei que não somos todos iguais, nem podemos ser todos iguais; sustento, porém, que aquele que julga necessário, para se fazer respeitar, distanciar-se do que chamamos povo é tão digno de lástima como o covarde que se esconde à aproximação do inimigo, de medo de ser vencido. (GOETHE, 2002: 224)

Apesar de Werther reconhecer que os homens não podem ser todos iguais, rejeita o que chama de “distanciamento” como forma de estabelecer hierarquias sociais. Por isso, ao longo do livro, valoriza constantemente as pessoas que lhe confessam sentimentos com alguma sinceridade e expressam sinais de individualidade para além das relações formalmente estabelecidas.

Quando conhece Carlota, sua futura amada, Werther se impressiona como ela emite opiniões “naturais” sobre livros, gostando dos que retratam seu “mundo costumeiro” e de como ela dança “com todo o coração e com toda a alma”. O jovem passa a freqüentar a casa da moça e a relação que se estabelece entre ambos dimensiona bem o que valoriza acima de tudo, dimensões tão caras à constituição de outra forma de sociabilidade naquele período: as “boas” leituras, as conversas “sinceras” sobre os mais variados assuntos, a música tocada por Carlota no seu cravo, os passeios públicos pela região; tudo isso, podemos pensar, em um ambiente muito distante do mundo das “grandes artes” e da grandiosidade oficial das cortes européias.

A idéia aludida acima também aparece muito bem representada em um trecho em que Werther, Carlota e um casal de amigos discorrem sobre a negatividade dos comportamentos “pré-concebidos”:

Infeliz daquele que usa do seu poder sobre um coração para abafar as ingênuas alegrias que nele nascem espontaneamente! Todas as dádivas, todas as gentilezas deste mundo não compensam um só dos instantes em que possamos ser felizes por nós mesmos, se estes instantes forem envenenados pelo despeito de um tirano ciumento. (GOETHE, 2002: 249)

A trajetória de Werther transforma-se à medida que ele não consegue expressar e vivenciar, em toda a sua intensidade, essas relações. É no seu amor por Carlota que encontrará a mais difícil barreira. À medida que vai passando tempo ao seu lado, sem amá-la completamente, começa a viver um grande dilema: “[...] eu jamais ousei... você me compreende. Não meu coração não é assim tão corrompido! Ele é fraco, sim, bem fraco! E isto já não é corrupção?” (GOETHE, 2002: 254). Como não conseguia suportar esta situação, seu universo caminha cada vez mais para um estado psicológico desgastante, como é retratado no “Segundo Livro”.

O intenso sentimento do meu coração pela natureza em seu esplendor, sentimento que tanto me deliciava, transformando em paraíso o mundo que me cerca, tornou-se para mim um tormento intolerável, um fantasma que me tortura e me persegue. (GOETHE, 2002: 268)

Tentando livrar-se dessa situação aparentemente sem saída, Werther aceita, por sugestão do amigo com que se corresponde, Wilhelm, um emprego numa embaixada. Com efeito, apesar de abatido, Werther se dedica a estabelecer relações com outras pessoas. Amiga-se do “Conde de C...”<sup>8</sup>, com quem sentiu, “logo às primeiras palavras”, apesar das formalidades de sua posição, que se “compreenderiam bem” e que poderiam conversar “como não pode fazê-lo com todo mundo”. Já com o embaixador seu superior, prevê que ocorrerão muitos aborrecimentos: “É o idiota mais pontilheiro que se conhece, avançando passo a passo, formalista como uma solteirona”. Para o desânimo do jovem Werther, conhece mais pessoas parecidas com o embaixador do que com o “Conde de C...”; e mesmo em relação às pessoas que mais se aproxima, não consegue se relacionar da mesma forma em todos os espaços sociais.

O que mais me irrita são as odiosas distinções sociais. Reconheço, melhor que ninguém, a diferença das condições e as vantagens que a mim mesmo delas decorrem; desejava, entretanto, que elas não me embaraçassem o caminho

---

8. Os nomes são escritos desta forma no livro para supostamente não revelarem as verdadeiras identidades dos personagens mais importantes envolvidos na história.



precisamente no ponto em que ainda me seria possível fruir na terra um pouco de prazer [...].

[...] Que gente esta cuja alma, está inteiramente amarrada à etiqueta, aplicando, durante anos, todos os seus pensamentos e esforços em manter-se rigidamente à mesa! (GOETHE, 2002: p. 283)

A gota d'água dessa situação é uma cena que desenrolou-se na casa do “Conde C...”, onde Werther se sente diretamente afrontado. No meio da festa, as pessoas olhavam Werther “arrebitando o nariz”, e “cochichavam” apontando-lhe: a reunião não era digna de sua condição social. Até a “srta. de B...”, com quem Werther tinha expressado simpatia, “não falava com a sua habitual franqueza, mas com um ar um tanto embaraçado”. Está claro nesta cena que o que interessou nesta pequena reunião foram os relacionamentos tidos como meramente “formais” pelo jovem Werther. Chegam a pedir que Werther se retire da “sociedade”, e ele manda a “sociedade para o diabo”, abandonando o recinto.

Procurou-se sumariamente destacar, por meio desses fragmentos, como as atitudes de Werther diante dos outros personagens, apontam para uma outra dimensão de sociabilidade, tão importante à constituição da opinião pública no século XVIII – tal como a caracterizam alguns autores (PALLARES-BURKE, 1995; DARNTON, 1996; VENTURI, 2003). Como aparece retratado no livro, se Werther não rejeita de forma absoluta as distinções sociais, suas ações e sentimentos apontam para uma outra forma de lidar com os relacionamentos sociais. É valorizando o “autêntico”, o natural, expressos na sua relação com aqueles que lhe foram “simpáticos”, tidos em oposição às formalidades sociais e às “mesquinhas políticas”, que o personagem de J. W. Goethe pretende se situar nas transformações daquele século XVIII.

Cabe ainda destacar que, se seguirmos essa interpretação geral da obra, percebemos como ao longo do livro, Werther não consegue exprimir, tal como tenciona, as suas *potencialidades interiores*. Apesar delas não se restringirem unicamente ao seu “foro privado”, já que Werther procura manifestá-las em outros espaços e situações, ele precisa relacionar-se com outras pessoas e valores. Porém, tanto em relação à Carlota, quanto à tentativa de trabalho na embaixada, é obrigado a refugiar-se diante das “idéias previamente estabelecidas”, tão duramente criticadas em algumas passagens do livro; ainda sem conseguir exprimir em toda a sua intensidade suas “qualidades essenciais”.

A intensidade de sua relação com Carlota acaba por representar a sua última esperança: só a força do amor poderia romper essas barreiras e refundar outro tipo de relacionamento diante da vida<sup>9</sup>; mas mesmo essa acaba sendo frustrada pelos “preconceitos” e circunstâncias descritas minuciosamente no final da obra. Werther em um ato tenso e de auto-superação acaba por cometer o suicídio. No entanto, como ele mesmo defendera ao longo do livro, em uma conversa com Alberto, um suicídio não era simplesmente um ato de fraqueza; era o transbordamento do seu próprio “fogo interior”, comparável à loucura ou mesmo a uma revolução social. Existia algum lugar para Werther em uma sociedade “previamente hierarquizada”?

## Considerações Finais

Ó grande Deus, haverá, então, só uma das faculdades da minha alma que não possa ser aproveitada? Perante ela, não podia eu desdobrar inteiramente esta maravilhosa sensibilidade graças à qual meu coração envolve toda a natureza? (GOETHE, 2002: 225)

Como procuramos explorar, algumas dimensões de *Os sofrimentos do jovem Werther* apontam para a emergência de novas experiências de sociabilidade que se constituíam em meio às

9. J. W. Goethe é conhecido por defender que somente através do *amor* o homem conseguiria transcender os confinamentos de seu espírito e fundar outro tipo de sociedade.



complexificações ocorridas no espaço público no século XVIII. Essas novas e sutis modalidades foram movimentadas por transformações históricas nas próprias práticas sociais, e estão fundamentalmente vinculadas à formação de relações sociais novas e modificadas e a alternativas complexas de pensamento privado e público. Novas concepções sobre o indivíduo, novos sentidos e tensões entre esse indivíduo e determinados papéis sociais, assim como transformações nas concepções sobre os espaços e as representações sociais, relacionam-se, pois, claramente a alguns domínios da obra analisada. Nesse sentido, a própria estruturação do livro intervinha na forma pela qual a leitura se constituía enquanto prática, redefinindo as relações entre o escritor e os leitores e colaborando para a formação de um espaço intermediador entre essas esferas. Também na narrativa da obra, a ênfase na dinâmica de determinados personagens indicava que suas “qualidade essenciais” deveriam ser expressas em todas as suas potencialidades – para além dos costumes “pré-estabelecidos” – esboçando a configuração de experiências históricas que necessitavam um lugar social diferenciado para a sua manifestação e expressão e que colaboraram para as transformações ocorridas do espaço público no período.

### Referências Bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte*. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 2002
- DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- FACINA, Adriana. *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- GOETHE, Johann Wolfgang von. “Werther”. In: *Fausto & Werther*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2002.
- MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos – Imprensa*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- NEVES, Lucia Maria Basto Pereira das. *Corcundas e Constitucionais: a cultura política da Independência 1820-1822*. Rio de Janeiro: Revan, 2002.
- KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e Crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: EdUERJ/ Contraponto, 1999.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2006.
- PALLARES-BURKE, Maria Lúcia G. *The Spectator: o teatro das Luzes, diálogo e imprensa no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1995.
- POCOCK, J. G. A. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Edusp, 2005.
- PONTES, Heloisa. “Círculo de intelectuais e experiência social”. *Revista Brasileira de Ciências sociais*, vol. 12, n. 34, 1997.
- VENTURI, Franco. *Utopia e reforma no Iluminismo*. Bauru, EDUSC, 2003.
- WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade na história e na literatura*. 2ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Paulo Fernandes Viana, o Intendente-Geral de Polícia na corte joanina  
(1808-1821)<sup>1</sup>

Graduanda em História  
pela Universidade Federal  
Fluminense.  
lemosnathalia@yahoo.com.br

**Resumo:**

Este artigo é resultado da pesquisa que está em andamento sobre a Intendência Geral de Polícia durante o primeiro quartel do século XX. Esta pesquisa analisa a correspondência trocada entre Paulo Fernandes Viana (Intendente Geral de Polícia), D. João VI e os outros membros do governo. A análise destas cartas nos mostra como Paulo Fernandes Viana – O Intendente Geral de Polícia de 1808 a 1821 – conectou o poder central e local pelo Império Luso-brasileiro neste período, além de demonstrar como era um elemento vital para sustento do projeto imperial durante um período de séria erosão da autoridade da coroa Portuguesa.

**Palavras-chave:** Intendência, corte joanina e política.

**Abstract:**

This article is a result of a research that deals with the workings of the “Intendência Geral de Polícia” during the first quarter of the Nineteenth century. This research analyses the correspondence exchanged by Paulo Fernandes Viana (Intendente Geral de Polícia), D. João VI and other government officers. The analysis of these letters shows how Paulo Fernandes Viana - the General Police Intendent from 1808 to 1821 - connected central and local authorities throughout the Luso-Brazilian empire at that time. It also demonstrates how this was a vital element to sustain an imperial project during a period of severe erosion of the Portuguese crown authority.

**Key-words:** Intendent, “joanina” court, politic.

Enviado em 16 de julho e  
aprovado em 01 de  
novembro de 2008

---

1. Artigo realizado por conta da pesquisa para monografia, orientado pela Professora Doutora Maria de Fátima Silva Gouvêa. Fruto de pesquisa que conta com o apoio do Cnpq no projeto *Nas Malhas da governação portuguesa*. Administração capitania e governo-geral do Estado do Brasil, 1677-1735.

Como não seriam as armas assaz suficiente para debelar os franceses, se não houvesse toda a cautela de preservar o Brasil de tão danadas harpias, que aonde chegam tudo corrompem com o pestífero hábito das suas revolucionárias, e irreligiosas doutrina, pelo alvará de 10 de maio determinou o Príncipe Regente Nosso Senhor criar nesta Corte do Brasil o lugar de intendente geral da polícia, o qual fosse um vigilante sentinela da segurança pública[...]. Tão importante, e delicada comissão foi dada por Sua Alteza Real ao nosso honrado patricio, o desembargador Paulo Fernandes Viana. (SANTOS, 1981: 203-203)

Com as invasões napoleônicas e a conseqüente transmigração da família real e sua corte para o Rio de Janeiro, o antigo sonho de um Império Luso-brasileiro – tão almejado por D. Rodrigo de Souza Coutinho e já citado e idealizado no projeto de transferência da corte feito anteriormente por D. Luís da Cunha – podia neste momento ser colocado em prática. O Estado do Brasil era de suma importância para o Império português, pois Portugal era apenas “uma orelha de terra” e necessitava, para a sua conservação e sustento, “totalmente das riquezas do Brasil”; assim era “mais cômodo e mais seguro estar onde se tem o que se sobeja, que onde se espera o de que se carece”, além de nestas terras poder conservar não somente “o título de rei de Portugal” como também “tom[ar] o título de Imperador do Ocidente”.<sup>2</sup>

Com a vinda da família real, a cidade do Rio de Janeiro passa a ser a capital do Império e a sede da corte portuguesa. “E por mais que a cidade fosse o centro administrativo e econômico do Atlântico Sul, ela não tinha condições necessárias para receber o Príncipe Regente e grande parte da nobreza lusitana que o acompanhava” (ARAÚJO, 2004: 62). Depois do dia 07 de março de 1808 o Rio de Janeiro jamais seria o mesmo. Diante deste fato, surgiu a necessidade da elaboração de todo um novo aparato político-administrativo para garantir minimamente a sobrevivência dos habitantes com segurança e qualidade de vida, diante da presença da corte portuguesa no Brasil. Assim,

impunha-se à tarefa de transformar a velha capital do Estado do Brasil na nova Corte do Império lusitano, fato que implicava modificações de natureza bastante variada e que, no limite, apontavam para uma *metropolização* da antiga sede política. (GOUVÊA, 2005: 708)

No primeiro ano da corte no Rio, foram estabelecidos sete novos órgãos da administração central e no ano seguinte foram instituídas a Imprensa Régia e a Fábrica de Pólvora e por fim criado a Provedoria-mor da Saúde da Corte e do Estado do Brasil, tentando, desse modo, garantir e legitimar um poder central para a consolidação do Império em um território com dimensões e condições diferentes de Portugal, onde a demanda por uma maior integralidade entre as partes era de extrema importância. Neste sentido, a Intendência Geral de Polícia teve um papel fundamental. O objetivo do presente trabalho é mostrar como a Intendência participou ativamente na formação do Império luso-brasileiro, ao interligar diferentes setores da administração na América, África e Portugal.

Como bem ressalta Maria B. N. da Silva, o estudo sobre a Intendência é muito insatisfatório, sendo este um tema de grande contribuição para a compreensão do modo como a corte joanina se instalou de fato no Brasil. A maior parte dos trabalhos se concentra nas medidas de urbanização implantadas por Paulo Fernandes Viana ou na relação do Intendente com o Senado da Câmara. Não querendo tirar a importância destes, o papel exercido por Paulo F. Viana vai além disso. Como fica claro no artigo de Maria B. N. da Silva, “A Intendência-Geral de Polícia: 1808-1821”, o Intendente não está só preocupado com a urbanização da cidade. Entre outras matérias, ele controla a circulação de pessoas e escravos, como também de estrangeiros e impressos que

---

2. Fonte impressa: D. Luís da Cunha. *Instruções Políticas*. Introdução, estudo e edição crítica por Abílio Diniz Silva. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

chegam na cidade do Rio, a segurança e ordem pública, a conduta dos habitantes da cidade, os assuntos familiares e conjugais, o recrutamento e a deserção de indivíduos no serviço militar, tentativas de um “branqueamento” da população, a colaboração com os ministros de Estados e uma maior integração do Império através das correspondências trocadas com as outras províncias. Assim, o presente trabalho (longe de tentar esgotar todas as possibilidades de debate) almeja demonstrar uma face nova do Intendente, como um articulador e um dos responsáveis pela consolidação do Império luso-brasileiro. Sendo Paulo Fernandes Viana um conector “entre o poder central e os interesses regionais”; desempenhando, desta forma, “funções estratégicas na geopolítica do Império” (SCHEINER, 2004: 100).

### **A trajetória de Paulo Fernandes Viana**

Em sua dissertação de mestrado, Livia Mauricio Scheiner diz que provavelmente Paulo Fernandes Viana não era fidalgo, nem oriundo de casa nobre, pois “um título nobiliárquico com certeza seria citado, o que não aconteceu.”, acrescentando ainda que antes da ida para Lisboa sua vida era meio “obscura”. No entanto, seu pai, Lourenço Fernandes Viana, era um importante contratador que fazia parte de uma notória rede de comunicação. Não é a por acaso que seu filho Paulo F. Viana se casou com a filha de Brás Carneiro Leão, ou seja, a família Fernandes Viana era bem relacionada com os membros da elite local fazendo parte desta. João Fernandes Viana tinha sociedade mercantil com Pantaleão, este último deixou João Fernandes como primeiro em seu testamento, seguido por Paulo Fernandes Viana.

Embora tenha nascido na colônia brasílica, mais especificamente na cidade do Rio de Janeiro em 1757, sua trajetória se fará a partir da metrópole. Paulo Fernandes Viana era filho de portugueses que vieram para o Rio de Janeiro no século XVIII, mas sua carreira pública se iniciou no reino. Lá estudou e se formou em Direito pela Faculdade de Coimbra, foi magistrado na mesma cidade, Ouvidor-geral do Crime, membro das ordens de Cristo e da Conceição da Vila Viçosa. Paulo Fernandes Viana teve semelhante percurso de seu antecessor Pina Manique, que também estudou em Coimbra, passou por cargos no reino, foi juiz do crime do bairro do Castelo, fiscal da Junta da Administração da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, superintendente da Real Casa Pia do Castelo e desembargador da Casa de Suplicação e exerceu o cargo durante 28 anos como Intendente Geral de Polícia em Lisboa.

Em 19 de novembro de 1798, Paulo Fernandes Viana, então intendente geral do ouro de Sabará, é nomeado pelo príncipe regente D. João como Desembargador da Relação do Rio de Janeiro<sup>3</sup>. Pouco tempo depois, em 1802, Paulo Fernandes Viana casou-se com Luiza Rosa Carneiro da Costa, filha de Brás Carneiro Leão e de Dona Anna Francisca Rosa Maciel da Costa que mais tarde será a primeira “brasileira” a receber um título de nobreza no Brasil, Baronesa de São Salvador de Campos dos Goitacazes. O interesse por parte de Viana no casamento provavelmente foi pelo fato da proeminência dos Carneiros Leão e o dote que ele “galgaria” com tal aliança. Segundo Livia Mauricio Scheiner, havia um interesse por parte de Brás Carneiro em relação ao casamento, pois desta forma possuíam um laço com um membro da elite dirigente do Império, já que ter um Desembargador como membro da família trazia prestígio para os seus. De fato isto era comum e muito cobiçado, como coloca Riva Gorenstein:

[...] era usual o casamento de filhas de negociantes com burocratas altamente colocados. É bem possível que estes funcionários da Coroa, obrigados pela posição que ocupavam a funcionários da Coroa, obrigados pela posição que ocupavam a manter um nível de vida superior ao que o seu salário permitia, procurando deliberadamente casar-se com noivas ricas, mesmo que de uma

---

3. Documento disponível no Projeto Resgate, do Arquivo Histórico Ultramarino. Localização: AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 167, D. 12399.

posição social um pouco inferior à sua, para, através do dote recebido, manter representatividade social que era dele esperada. De outro lado, para o negociante de grosso trato, o estabelecimento de relações familiares com elementos pertencentes à burocracia político-administrativa da Corte, além de lhes aumentar o prestígio na sociedade, permitia a lês influir indiretamente nas decisões administrativas e assim obter vantagens nos negócios. (MARTINHO & GORENSTEIN, 1993: 195)

Questão inegável que para Paulo Fernandes Viana, a aliança com os Carneiro Leão foi de suma importância na sua escalada ao topo. Foi através deste casamento que o Intendente pôde desfrutar melhor o seu cargo e pôr em prática várias medidas administrativas, por conta dos recursos que a família e principalmente seu cunhado, Fernando Carneiro Leão<sup>4</sup>, possuíam. Segundo Almeida Prado, um dos principais motivos da escolha de Paulo Fernandes como Intendente foi

mais do que seus méritos de magistrado, influíra o fato de pertencer à família Carneiro Leão, os maiores argentários cariocas do tempo. [...] o parentesco, porém, lhe permitia adiantar quantias necessárias a certas despesas quando o tesouro estava vazio. Muitas tinham caráter urgente e inadiável [...] (PRADO, 1977: 84).

Recursos estes que foram usados na concretização de obras urbanas, abertura de novas estradas para facilitar o abastecimento, pagamento da guarda entre outros elementos que o próprio Intendente cita:

Entre desde logo a fazer quartéis para a guarda real da policia que se creou, levantando ao mesmo tempo 4 bons quartéis, que de repente se pozeram em termos de servir, procurando pelo meo credito dinheiros para Elle, quando era muito diminuta a renda, e todos se fizeram ao mesmo tempo (VIANNA, 1892: 373).

Para Fernando Carneiro Leão, ter um membro de sua família na administração e com grande influência e poder como um Desembargador era muito interessante, tal fato trazia um maior reconhecimento social, além de vantagens em seus negócios, pois de fato, a firma Carneiro, Viúva e Filhos crescera demasiado neste período. E se considerarmos ainda a afirmação de Riva Gorenstein de que a ascensão social no período joanino passava em disponibilizar os seus recursos financeiros à coroa para atender as emergências do Estado, podemos perceber a importância que sua firma vai ter neste contexto de “subsídio” à corte. Fernando Carneiro Leão foi agraciado com hábito de Cristo e o foro de fidalgo cavalheiro em recompensa de seus serviços prestados ao rei e mais tarde recebeu o título de Barão de Vila Nova de São José com também várias terras na província.

## Conectando o Império

Antes de entrarmos nas correspondências, que é o objeto de nossa análise, ressalto a concepção da expressão *Polícia* na época estudada, sendo esta mais ampla e diferente de nosso mundo contemporâneo. Segundo Jacques, a Europa passava no século XVIII por um *processo*

4. Fernando Carneiro Leão era filho de Brás Carneiro Leão, imigrante português que fez fortuna no Rio de Janeiro na segunda metade do século XVIII, com a morte de seu pai, tomou a frente da firma “Carneiro, Viúva e Filhos”, sendo esta a maior casa de comércio da cidade que tinha quase toda a Freguesia da Candelária e base de negócios no sul do Brasil. Ver: J.P.Almeida Prado. *D. João VI e o início da classe dirigente no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1977. Lenira Menezes Martinho e Riva Gorenstein. *Negociantes e caixeiros na sociedade da Independência*. Rio de Janeiro: Secretária Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.

5. Referência a Bluteau, citado por Lana Maria da Silva Jacques.



*civilizador* que já estava em curso nos séculos anteriores, de maneira que o aumento da população e o crescimento urbano despertaram preocupações como o controle e a ordem pública que antes não eram de tamanha importância, como no momento. Neste contexto, surge um novo aparato para se ocupar da ordem, a Polícia.

De acordo com o padre francês, Rafael Bluteau, o vocábulo polícia tinha um sentido diferente do de hoje. Naquela época, “os homens tinham ‘*polícia* no trato, na conversação, nos costumes’, e também no comportamento”<sup>5</sup>. Embora aqui também a polícia se dividisse em civil e militar, o sentido era mais amplo. “Para Bluteau, em 1712, ‘com a primeira se governariam os cidadãos e com a segunda os soldados’. O termo poderia ainda ser empregado como ‘asseio, limpeza ou alinhamento’” (JACQUES, 2002: 12).

Assim, a expressão polícia, no século XVIII, tinha todos os seus significados ligados a um comportamento civilizado (civil) diferente dos povos “bárbaros” como os “Gentios do Brasil”. “Segundo Bluteau, a polícia é a boa ordem que se observa e as leis que a prudência estabelece para a sociedade humana nas cidades e repúblicas” (JACQUES, 2002: 13). E a atuação da Intendência Geral de Polícia no Brasil estava pautada, num certo sentido, nestas idéias de valorização da civilidade, urbanização e polidez, princípios que se encontravam presentes, de modo geral, nas sociedades européias do início do século XIX.

No Brasil a polícia teve um papel fundamental, pois a corte demandava soluções de problemas de várias instâncias, de caráter emergencial para a instalação da sede de um Império. Questões como a salubridade, a vadiagem, o bem estar, a ordem político-social, o abastecimento, a circulação de pessoas, de mercadorias vindas de fora e até mesmo as próprias informações. Tais providências ficaram a cargo do Intendente Geral de Polícia, cargo instituído a Paulo Fernandes Viana em 10 de maio de 1808. Como disse Luís Gonçalves dos Santos, o intendente geral da polícia seria “um vigilante sentinela da segurança pública” (SANTOS, 1981: 203).

E de fato o foi. Preocupado em transformar a cidade em uma *metrópole*, implementando uma urbanização a cidade do Rio de Janeiro, de modo que algumas providências foram tomadas como aterrar grande parte da cidade com o propósito de acabar com os pântanos, construir chafarizes, cuidar das calçadas e da iluminação da cidade, levantar pontes de madeira, inaugurar cais, tudo para garantir uma maior comodidade à cidade. Como a população aumentara consideravelmente em pouco tempo, a demanda por alimento crescera aceleradamente chegando a provocar crises na cidade. Partes destas obras urbanísticas tinham o propósito de melhorar o acesso à cidade e as ligações com outras capitânicas que abasteciam o Rio de Janeiro.

Paulo Fernandes Viana se ocupava com o próprio aspecto das casas. Chegou a proibir a colocação de rótulas ou gelosias, que segundo o Intendente não traziam “nenhuma comodidade” que só demonstravam “a falta de civilização de seus moradores”. Proibiu também, segundo a vontade do Príncipe, no centro da cidade a construção de casas térreas e o horrível costume de “despejos” das “águas imundas” pela janela das casas do centro da cidade. Em relação à segurança da cidade, Paulo Fernandes Viana mantinha correspondência com os juizes do Crime dos bairros da cidade e os obrigava a “organizar rondas e tomar providências quando ocorressem ataques à segurança pública” (SILVA, 1986: 188-190).

Mas para o Intendente Geral de Polícia a ordem não se constituía somente na segurança de ir e vir. A ordem também era almejada no âmbito do indivíduo, como, por exemplo, punir os arruaceiros em espetáculos públicos, festas e teatros. De modo que os “desordeiros deveriam ser recolhidos à prisão.” (SILVA, 1986: 191) No entanto, não era somente no aspecto da participação em público que o Intendente intervinha, mas também no nível familiar e até mesmo conjugal. Como nos mostra Maria Beatriz N. da Silva, “o intendente era chamado a intervir [em casos conjugais ou familiares], obrigando as partes conflitantes a assinarem um termo de bem viver ou punindo o culpado quando se constatava a impossibilidade de se remediarem as questões.” (SILVA, 1986: 193) Outro fator interessante era a questão do “recolhimento” ou “depósito” das mulheres por má conduta. De acordo com o Intendente era de extrema necessidade que houvesse uma casa de correção para mulheres na cidade do Rio de Janeiro.



Paulo Fernandes Viana se preocupava com os mínimos detalhes que pudessem impedir a manutenção do Império e dar uma aparência européia à nova sede da Corte. Controlou restritamente as entradas de impressos na cidade do Rio, para que as idéias francesas tão prejudiciais não tivessem espaço no território do Brasil. Em maio de 1809, o Intendente Geral de Polícia impediu a circulação de uma publicação suspeita de ter informações perigosas. Informando ao Juiz da Alfândega que

[...] fica de hoje em diante proibida a liberdade que se tem arrogada abusivamente os que fazem semelhante publicações, e todos os que tivessem de dar notícia de obras e escritos estrangeiros impressos ou não impressos deverão primeiro trazer estes avisos ou anúncios à Secretaria da Intendência-Geral de Polícia, para nela serem vistos, examinados, e se lhes permitir esta liberdade, e conhecer-se se têm ou não obtido a aprovação indispensavelmente necessária. (ANRJ- Polícia da Corte. Cód. 323, vol1, ff 85-85v.)

Este cuidado ao estrangeiro não se dava somente em relação aos impressos, como também na circulação de pessoas estrangeiras, na própria emissão de passaporte. Mesmo quando não havia provas, somente suspeitas, o Intendente não hesitava em mandar a pessoa para a prisão ou até mesmo para fora do Brasil.

A vida cotidiana do Império luso-brasileiro era marcada por apreensões e tensões, sempre havia o perigo de uma luta armada nas províncias, ou pior ainda, um levante de escravos “suscetíveis a reproduzir os horrores de S. Domingos e favorecer as manobras dos portugueses recolonizadores; a Revolta de 1817, bem mostra tal questão de alerta com que o governo central tinha que manter” (PRADO, 1977: 106). Neste sentido, o Intendente Geral de Polícia através das redes de comunicação, citada anteriormente, promoveu não só a segurança dos habitantes, mas assegurou em certa medida a estabilidade do trono. Exemplo disso são as cartas que o Intendente enviava ao príncipe regente, relatando toda a situação de Pernambuco na época da Revolta de 1817:

De casa do Barão do Rio Sêco, onde estou tenho a honra de ir deste modo a beijar a real mão, e dizer que um navio francês que estava em Pernambuco vendendo-nos vinhos e carregando açúcar, cujo passaporte francês se dirigia para aqui, tocando ali, entrou ao princípio da noite, e o capitão me diz que saindo a 14 ainda não estava ali o bloqueio que os rebeldes estavam acabrunhados de arrependimento sustentavam o seu delírio só com o medo do castigo de seus grandes crimes, e que um proprietário do sertão levantara entre si, nos escravos, agregados e vizinhos coisas de 20 homens que iam engrossando por parte de Vossa Majestade contra os rebeldes. Esta nova em que creio ao menos pelo muito que a desejo é a verdadeira piscina em que podem lavar a sua nódoa.

Acrescenta que a disposição deles é de fazer a guerra de tiros ou de caçadores, pelo mato, por isso que já se dizia que pela Bahia havia forças que caminhavam pelo sertão; que o forte de Brum estava bem fortificado [...] e nada disto devo demorar de chegar ao conhecimento de Vossa Majestade. (DH-Vol. 101, 1953: 181)

O Intendente sempre teve fortes preocupações quanto às revoluções e principalmente a ocorrida em Pernambuco em 1817, de forma que produziu uma intensificação da vigilância sobre os oriundos daquela província mesmo possuindo passaporte e licença corria-se o risco de serem detido pelo Intendente, como foi o caso de um oficial do Regimento dos Henriques que ficou preso no Quartel do Campo do Santana por quatro meses, até que o Intendente decidisse o seu destino, averiguando que as suspeitas eram falsas.

Em outras correspondências, o Intendente mostra preocupação quanto ao tráfico de escravos que nesse tempo já sofria pressões da Inglaterra para o seu fim. Na carta, Paulo Fernandes,

coloca a sua posição a D. João VI, dizendo que embora necessário até o momento, este tráfico gerava “grandes despesas do Estado pelo aumento do exército que t[inha] sido forçoso conduzir ao Brasil em suas expedições” (DH- Vol.102, 1953: 155), devendo assim implementar aos poucos a mão-de-obra de imigrantes brancos, pois estes eram de excelente qualidade e que promoveriam o “branqueamento” da população, dispersando assim o risco de uma revolta de escravos. Todavia, enquanto não fosse possível o fim desta atividade “degradante” que fosse cobrada uma taxa para a importação de escravos, incentivando assim a sua diminuição e ao mesmo tempo auferindo lucros para o Tesouro Real.

[...] conseqüente a necessidade de as aumentar [as rendas do Estado] por vias de imposições e entre estas as que se fazem sobre a introdução da escravatura, é na presente ocasião a mais política [imposição de taxa para cada escravo que entrasse no Brasil] , e a que pode ser mais bem recebida, é mais política porque deixa já entrever que necessitado como Vossa Majestade está de ceder e concordar com a opinião da Europa na abolição da escravatura, é já êste um meio de ir dificultando e com que Vossa Majestade desde já concorre com ela, como pode, para a sua abolição, e quando permitem as suas circunstâncias, estando em um país que precisa muito de braços; e que mais bem recebida pode ser porque o povo que sabe deste motivo e que esteja preparado para a ver extinta em um movimento [...] Como ouço que esta projeta imposição vem acompanhado de providencias que podem ser eficazes para se cuidar verdadeiramente no da população branca, a que se aplica a metade da imposição, ninguém haverá que não louve uma medida em que se por uma parte lhes tira indiretamente braços rudes, e que sempre se olham como perigosos, por outra se lhe aumentam braços destros de gente branca suma semelhante, de que o país muito precisa, sem receio, e que promoverá com os seus trabalhos maiores bens.” (DH- Vol.102, 1953: 155)

Como explanado anteriormente, embora Paulo Fernandes Viana fosse um homem do Antigo Regime, às vezes se mostrava inovador, mesmo produzindo um discurso cauteloso. Sempre teve uma preocupação latente com fim da escravidão e o “branqueamento” da população, tanto que promoveu a vinda das ilhas dos Açores “casais de ilhéos, que viessem aumentar a povoação branca deste país; e vieram com efeito muitos á custa das rendas da intendência.” (DH- Vol.102, 1953: 155). Na mesma carta é possível perceber não só a questão política quanto o posicionamento em relação às potências internacionais, como também a questão econômica em relação à despesa do Estado que necessitava aumentar as rendas, pois este ainda não estava preparado militarmente para ser um império que tivesse tais proporções como era o Império Luso-brasileiro. Uma das formas, segundo ele, de se conseguir o que necessitavam, era por meio de imposições que ajudariam auferir renda para o Estado, para a manutenção do mesmo e construção de um aparato militar que garantisse a sua segurança e defesa, como mostra a mais o trecho abaixo:

Todos os vassallos de vossa Majestade conhece as grandes despesas do Estado pelo aumento do exército que tem sido forçoso conduzir ao Brasil em suas expedições, todos sabem as outras extraordinárias despesas que o Estado tem tido; todos conhecem que dos melhoramentos que vossa Majestade tem constantemente procurado promover no Brasil não fazem sem despesas, e todos finalmente sabem que ainda falta muito a fazer no Exercito e na Marinha, as Finanças, na Polícia, para ficar fundada a Maquina do Estado tranqüilamente e de modo que nos garanta a segurança. (DH- Vol.102, 1953: 155-156).

Em relação à segurança da cidade, Paulo Fernandes Viana mantinha correspondência com os juizes do Crime dos bairros da cidade e os obrigava a “organizar rondas e tomar providências

quando ocorressem ataques à segurança pública” (SILVA, 1986: 190). Como fica explícito no ofício do Intendente ao Juiz do Crime do Bairro de São José:

Quando antes de ontem escrevi a V. Mce, sobre os ladrões que atacam a sede do Desembargador do Paço Luís José de Carvalho esperava que logo no dia seguinte me dissesse as providências que tinha dado para os descobrir, por ser caso sucedido no seu bairro, e como tinha disposto as coisas para a indagação deste negócio. (ANRJ- Polícia da Corte. Cód. 318: Fls. 15v -17).

Desde a chegada da família real, a cidade do Rio de Janeiro agora sede da corte, passava por um clima de agitação, não só por conta do crescimento demográfico, que demandava uma maior vigilância pública, mas por conta do contexto internacional. Como o Rio era uma área portuária, chegavam notícias “do Caribe e da Bahia sobre levantes escravos deixavam as autoridades policiais aterradas.” (ARAÚJO, 2004: 78) Segundo Araújo, mais perigo se tinha na cidade sede da monarquia portuguesa por conta dos Henriques, grupos de negros autorizados a portar armas e guardar os presos. Paulo Fernandes não via com bons olhos o uso deste destacamento, pois estes tinham sido uma preocupação na época do Marquês do Lavradio, por facilitar fugas de negro, sendo substituídos na época por uma Tropa de Linha. Segundo o Intendente:

Negros neste país não devem guardar outros negros e até quisera que eles ignorassem o manejo das armas, e muito menos os das peças de artilharia em que muita mágoa minha os vi adestrar de poucos anos a esta parte. (ANRJ- Polícia da Corte. Cód. 323: vol.1 f.1).

Questão esta que gerou muitas controvérsias entre Paulo Fernandes Viana e D. Rodrigo de Sousa Coutinho, pois estes (Henriques) estavam à disposição da Intendência de Polícia para supervisionar os trabalhos de prisioneiros e principalmente escravos que trabalhavam na obra pública. Como mostra esta Carta:

[...] eles não podem mesmo ir gostosos a este serviço. Hão de perceber que os chamam mesmo por ser serviço que a tropa julga indecente e abjeto e que está o primeiro desgosto. Todos os soldados Henriques são oficiais de seus ofícios em que ganham mais cada dia do que os sessenta réis que se lhes quer dar, daqui vem outro desgosto e mal a sociedade que a priva de seus braços no mister de seus ofícios. O país não tem abundância de oficiais mecânicos e estes homens tirados todos os dias de seu trabalho hão de fazer falta ao público aos seus ofícios.(ANRJ- Polícia da Corte. Cód. 318: f. 15v)

Como dito anteriormente, o Intendente não via com bons olhos este serviço. Segundo ele, “Os Henriques são homens forros, mas são amigos de outros negros seus parceiros, e de quem descendem, e dos mulatos com quem mais convivem do que os brancos” (ARAÚJO, 2004: 78). De modo que não confiava em homens pretos forros, pois estes poderiam muito bem ser conivente com as fugas por serem solidárias as causas de sua cor. Protestando assim para que desse a formação da Guarda Real de Polícia da Corte, que foi criada em maio de 1809, representando o fim dos atritos que eram constantes entre o Intendente e os oficiais militares<sup>6</sup>. Guarda esta que seria “composta de ‘soldados brancos, e dos de melhor nota’ ficaria responsável pela vigilância dos condenados às obras públicas” (ARAÚJO, 2004: 79).

Enquanto a Guarda Real de Polícia da Corte não fora criada, Paulo Viana teve que enfrentar vários tipos de problemas com a utilização e dependência dos oficiais militares para

6. Ver: HOLLOWAY, Thomas H. *Polícia no Rio de Janeiro – repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1997.

efetivar seu plano de segurança. Muitas vezes os responsáveis pela ordem era que provocavam a desordem, como o caso dos soldados que furavam as filas para pegar água ou as pegava dos escravos de ganho. Sendo que os seus horários de abastecimento eram de noite de modo que precisavam de grandes estoques; entre outros casos. Assim a criação de Guarda não foi um capricho ou ânsia de poder de nosso Intendente. Como Viana tinha que “lidar com a inconstância dos serviços prestados pelas diversas tropas de linha subordinada ao Ministério da Guerra. Somente um controle sistemático sobre homens responsáveis pela segurança da cidade poderia trazer os resultados pretendidos” (ARAÚJO, 2004: 81) pelo Intendente-Geral de Polícia, de modo a ter mais autonomia para efetivar a organização da ordem. Segundo Araújo, “os soldados da nova Guarda de Polícia foram recrutados das classes inferiores livres, tal como ocorria como os Regimentos” (ARAÚJO, 2004: 92).

A ampla e ilimitada jurisdição que o Intendente tinha sobre alguns órgãos, desencadeou conflitos com alguns membros da elite dirigente e principalmente com o Senado do Câmara, instituição com a qual as disputas foram mais acirradas. Boa parte das atribuições da Câmara esbarrava com as do Intendente, principalmente as que diziam respeito ao cotidiano, a urbanização, como construção de pontes, aterros, abastecimento da cidade entre outros.

Assim, é possível compreender que a Intendência era uma instituição que pretendia “colocar em prática os objetivos ilustrados da Coroa portuguesa, que preconizavam atitudes educadas e comportamentos contidos, e condenavam certas práticas de uma sociedade tradicional” (JACQUES, 2002: 06), organizada nos moldes de uma estrutura de Antigo Regime. Sendo que o rei ainda representava a cabeça do Império luso-brasileiro e equilíbrio do corpo social era formado por seus demais súditos (XAVIER & HESPANHA, 1993: 122). Mesmo não sendo esta uma sociedade tão calcada no corporativismo, o rei estava subordinado a alguns direitos consuetudinários e dependentes dos segmentos mais abastados da sociedade para a possibilidade de implantação de sua sede imperial na América. Do mesmo modo, os estes mesmos segmentos sociais, dependiam do rei para a legitimação enquanto nobres, que neste período, no Brasil, o monarca retinha a atribuição de concessão de mercês aos seus súditos. Diante disto, pode-se compreender a relação de interdependência que havia entre o rei e seus vassallos e a delegação de poder do rei para os mesmo, com a finalidade de administrar as suas colônias e no momento privilegiado pela pesquisa, o Império luso-brasileiro.

É relevante ressaltar esta lógica ainda presente no início do século XIX – considerando algumas mudanças, no entanto com a mesma base – de um Estado Moderno onde há uma forte interdependência entre os grupos que a compõe, sendo este um dos pilares de sustentação da mesma<sup>7</sup>. De modo que Viana teve um destaque dentro destas redes de tensão e contra-tensão que ao passo que agia em benefício à estabilidade da monarquia portuguesa, seus interesses pessoais também de certa forma eram alcançados.

Destaco, assim, o papel que o Intendente desempenhou para a integração política, econômica e geográfica do território para garantir a integridade do Império com suas partes, através das correspondências trocadas entre as diferentes regiões do Brasil. Sendo esta uma das características mais “marcantes da ação de Paulo Fernandes Viana [que] era justamente a construção de uma grande rede de comunicação entre as principais autoridades governativas espalhadas pelo Brasil joanino” (GOUVÊA, 2005: 724-725).

Em suma, Paulo Fernandes Viana se mostrou como um verdadeiro articulador entre o poder central e os interesses locais. Surge, neste momento, como um símbolo do projeto político da retomada da grandeza do Império Luso “a partir da manutenção do controle e da administração eficaz de seus mais lucrativos territórios. A serviço deste projeto [Viana] [...] investira sua carreira e seu poder pessoal” (SCHEIRNER, 2004: 102).

7. Para entender melhor o conceito de interdependência ver: Norbert Elias. *A sociedade de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

## Fontes

Coleção Documentos Históricos. Biblioteca Nacional. Volumes: 101-102. Rio de Janeiro, 1953.

Projeto Resgate: Arquivo Histórico Ultramarino. Avulsos do Rio de Janeiro.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Polícia da Corte. Códcs 318 e 323.

## Referências Bibliográfica

ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de. *O Duplo Cativo. Escravidão e o sistema prisional no Rio de Janeiro. 1790-1821*. Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2004. (Dissertação de Mestrado).

CUNHA, D. Luís da. *Instruções Políticas*. Introdução, estudo e edição crítica por Abílio Diniz Silva. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

DIAS, Maria Odila. “A Interiorização da Metrópole (1808-1853)”. In: *1822: Dimensões*. São Paulo, Perspectiva, 1982. pp. 160-184

ELIAS, Nobert. *A sociedade de corte*. Rio de Janeiro, Editora Jorge Zahar, 2001.

GOUVÊA, Maria de Fátima As bases institucionais da construção da unidade. Dos poderes do Rio de Janeiro joanino: administração e governabilidade no Império Luso-brasileiro. In: JANCSÓ, István (org), *Independência: história e historiografia*. São Paulo, Hucitec, 2005, pp 707-752.

JACQUES, Lana Maria da Silva. *A Intendência de Polícia e vida cotidiana no Rio de Janeiro de início do século XIX*. Niterói. Universidade Federal Fluminense (Dissertação de Mestrado) 2002.

MARTINHO, Lenira Menezes e GORENSTEIN, Riva. *Negociantes e caixeiros na sociedade da Independência*. Rio de Janeiro: Secretária Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.

PRADO, J.P.Almeida. *D. João VI e o início da classe dirigente no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1977.

SANTOS, Luís Gonçalves dos, (1767-1844). *Memórias para servir à historia do reino do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo; Ed. Da Universidade de São Paulo, 1981.

SCHEINER, Livia Mauricio. *Uma Questão de Projetos: O Senado da Câmara e a Intendência da Polícia na questão do espaço urbano da Corte. Rio de Janeiro, 1808-1821*. Niterói. Universidade Federal Fluminense. 2004. (Dissertação de Mestrado)

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. “A Intendência-Geral de Polícia: 1808-1821”. *Acervo*. Rio de Janeiro, vol1, nº2 (1986): 187-204.

\_\_\_\_\_. *História da Família no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

VIANNA, Paulo Fernandes. “Abreviada Demonstração dos Trabalhos da Polícia”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 55 parte I (1892); 373-380.

XAVIER, Ângelo Barreto e HESPANHA, Antonio Manuel. A representação da sociedade e o poder. In: *História de Portugal*. Vol. IV, coord. Antonio Manoel Hespánha, Jose Mattoso(dir), Lisboa: Estampa, 1993.



Tacia Toffoli Nunes

## Apontamentos sobre representação política e liberdade de imprensa no império brasileiro

Mestranda do programa de História Social da Universidade de São Paulo.  
tassia\_toffoli@yahoo.com.br

### Resumo

Este trabalho busca explorar os debates que nortearam a produção das leis regulatórias da atividade da imprensa na Câmara dos Deputados, concentrando-se nas discussões de 1826 e 1827, identificando as disputas políticas relacionadas aos diferentes conceitos de liberdade de imprensa defendidos pelos parlamentares. Esse enfoque insere-se numa tentativa maior de reconceitualizar o Império brasileiro como um regime representativo, baseando-se em autores da ciência política que, com enfoque histórico, contribuem para a melhor compreensão da natureza dos governos representativos no século XIX. Considerando que a liberdade de expressão da opinião pública é um dos fatores fundamentais para a caracterização de um regime como representativo, em que medida é possível afirmar que no Brasil essa foi uma preocupação da primeira legislatura do império?

**Palavras-chave:** imprensa, representação, império.

### Abstract

This article is a study on the debates that guided the production of press laws by the Chamber of Deputies in 1826 and 1827; it aims to identify the political quarrels concerning the different concepts of press freedom defended by the members of the parliament. This standpoint is inserted in a broader attempt to re-characterize the Brazilian Empire as a representative regime, based on political scientists who, from a historical point of view, contribute to a better understanding of nineteenth century representative governments' nature. Given that freedom of speech is one of the fundamental factors that qualify a regime as representative, to what extent is it possible to assert it was a matter of concern to the first deputies of the Empire?

Enviado em 22 de agosto de 2008 e aprovado em 13 de outubro de 2008.

**Keywords:** press, representation, empire.

## Introdução

O interesse na legislação sobre liberdade de imprensa no império não se justifica por si só; inscreve-se numa perspectiva maior, que repensa a categoria do regime político brasileiro à época como efetivamente representativo, e não meramente um falseamento de modelos importados<sup>1</sup>.

Esta tentativa fundamenta-se na teoria política produzida nos últimos anos a respeito desse regime. A sua grande contribuição está na busca da especificidade dos governos representativos do século XIX, diferenciando-os das democracias modernas, uma variação específica deste tipo de governo no século XX<sup>2</sup>. A identidade entre representatividade e democracia, tão evidente nos dias de hoje, de nenhuma forma se apresentava quando da invenção da representação moderna; pelo contrário, o objetivo dos primeiros teóricos e políticos que a defenderam era justamente o afastamento do povo dos negócios do Estado e, ao mesmo tempo, a legitimação daqueles que os operavam dentro da nova lógica da soberania nacional. A representação foi concebida para ser aristocrática, e as eleições, para selecionar os mais “distintos” e “qualificados” cidadãos. É importante ter em mente que durante todo o século XIX debateu-se calorosamente sobre qual seria a extensão ideal da cidadania, e que em grande parte do tempo houve consenso de que ela não deveria ser universal. Assim, a exclusão política que estamos tão habituados a encontrar no império brasileiro não nos é tão particular quanto pode parecer à primeira vista: países que temos como modelos políticos, como a França e a Inglaterra (e mesmo os Estados Unidos, em alguns aspectos), operacionalizaram sua política sobre bases semelhantes<sup>3</sup>. Dessa forma, é possível encarar de maneira menos cínica o sistema político brasileiro, como um mecanismo realmente capaz de institucionalizar negociações e disputas, e não como palco para as encenações da elite<sup>4</sup>.

Bernard Manin, cientista político francês, define quatro princípios fundamentais do regime representativo, observados em todas as suas variantes desde sua invenção, sem os quais não é possível caracterizá-lo como tal: 1) aqueles que governam são nomeados por eleições, em intervalos regulares; 2) existe autonomia decisória dos parlamentares em relação ao eleitorado; 3) há liberdade de expressão da opinião pública; e 4) as decisões públicas submetem-se a um processo de debate (MANIN, 1998:17).

A livre expressão da opinião pública é fundamental nos regimes representativos tanto para que o eleitor possa demonstrar suas opiniões políticas em outros momentos que não somente o do voto (direito esse entendido como uma contrapartida à ausência do direito de dar instruções a seu representante), quanto para que, divulgando essas opiniões, possa entrar em contato com outros que pensam da mesma maneira e, com isso, tornem-se conscientes da força potencial de

1. Tássia é bolsista da Fundação Biblioteca Nacional, que forneceu os recursos para a elaboração deste trabalho. Este projeto desenvolvido no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), financiado pela Fundação de apoio à pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), sob orientação e coordenação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Miriam Dolhnikoff, intitulado Representação política no império.

2. Essas leituras apresentam em perspectiva histórica a evolução do sistema representativo, permitindo entender seu desenvolvimento e, melhor do que isso, o estado em que se encontrava em cada momento, ajudando a evitar análises que, esperando encontrar democracias modernas, questionam o próprio caráter representativo do sistema. É o caso, por exemplo, da interpretação de Sérgio Buarque de Holanda no texto *A democracia improvisada* (HOLANDA, 1985). Cf. SARTORI (1962), PITKIN (1985) e MANIN (1998).

3. Para o caso da França, especialmente no que diz respeito à expansão do direito ao voto, cf. ROSANVALLON (1999); para a Inglaterra e os Estados Unidos, MANIN (1998), cap. 3. Não se trata aqui de encontrar correlatos ao ideário liberal-escravista nesses casos, mas sim de observar que a exclusão social e a restrição de direitos fazem parte dos primórdios do sistema representativo.

4. É claro que a pesquisa ainda tem nós górdios a serem desfeitos, cuja compreensão permitirá o entendimento dos limites da representatividade do sistema, como a atuação do Poder Moderador e as fraudes nas eleições. Estas questões não são mais bem explicitadas por falta de espaço. Também é essencial deixar claro que a sua intenção não é engrossar as fileiras dos defensores da “democracia coroada”, ou elevar o sistema político brasileiro por andar consoante com os padrões de exclusão social dos países avançados da época.

sua organização. Relação horizontal entre os cidadãos que, segundo Manin, altera os cálculos verticais dos políticos em relação a seus eleitores, que invariavelmente devem prestar mais atenção àquelas opiniões que sabem ser de um grande grupo, organizado ou não (MANIN, 1998:212).

Ainda considerando o papel da opinião pública, e agora refinando o problema, o autor afirma que o regime representativo característico do século XIX, que ele chama de parlamentar, se caracteriza pelo aspecto “apolítico” do voto: nesse período, o laço de fidelidade entre candidato e eleitor não era programático, mas sim relacionado à localidade – eram escolhidos como representantes as notabilidades locais. Dessa forma, o voto não pode ser considerado como expressão de preferências políticas – deve ser outro o mecanismo para isso. A indicada pelo autor é a própria opinião pública livre (MANIN, 1998: 250).

A legislação brasileira permitia aos cidadãos que publicassem suas opiniões políticas (com as restrições das quais se tratará a seguir) e, dessa forma, a publicidade dessas idéias lhes possibilitava a articulação de grupos em torno dos mesmos interesses, como de fato aconteceu, conforme relata Nelson Werneck Sodré, quando das articulações políticas que culminaram na independência do país (SODRÉ, 1978: 43-82).

E, no que diz respeito ao voto para as notabilidades locais, nada poderia ser mais verdadeiro para o Brasil. Numerosas são as crônicas sobre a indiferenciação dos partidos do Império relacionadas à sua atuação no governo; é pouco provável que durante as eleições tenha sido diferente. Sendo eleitas as grandes personalidades sem debates políticos que as diferenciavam, pode-se supor que essa etapa, necessária a qualquer sistema político no qual ocorrem disputas de projetos, acontecesse em outro momento. A agitação jornalística da época é um bom indicador do lugar onde ela pode ter ocorrido.

Explicitada a importância da imprensa para a existência do regime representativo enquanto tal<sup>5</sup>, é importante esclarecer a escolha do recorte aqui apresentado. A relevância atribuída aos debates da Câmara inscreve-se numa preocupação de entender a maneira pela qual os atores enunciavam suas escolhas e necessidades políticas, num momento em que lhes era atribuída a responsabilidade de construir um Estado nacional monárquico constitucional. Por mais antiquada (e autoritária) que possa parecer a discussão a respeito da liberdade de imprensa, sua própria existência é sinal indubitável da transformação da cultura política que se operava no país – uma câmara eleita reunida, criando uma lei que regulasse a expressão dos cidadãos a respeito dos negócios do governo era algo impensável dois decênios antes, em todos os seus componentes (câmara, eleição, discussão pública de atos governamentais). Mesmo a preocupação em legislar sobre o assunto revela uma mudança vertiginosa das sociabilidades – evidência do surgimento de uma “esfera pública de discussão política e literária” (HABERMAS, 1984).

## O quadro legal

Antes da vinda da família real portuguesa para o Brasil, eram proibidas a instalação de tipografia e a circulação de jornais na colônia. Esse procedimento inscrevia-se numa preocupação mais ampla, de manter o território brasileiro isolado do resto do mundo e totalmente dependente da metrópole, que controlava inclusive o fluxo de importação de livros. É claro que o contrabando sempre existiu; as bibliotecas dos inconfidentes de Minas são o exemplo mais bem acabado da impossibilidade prática de manter a leitura sob vigilância; mas casos isolados não anulam a regra, ao contrário, reforçam-na: era só ilegalmente que se podia tomar contato, no Brasil, com o que de mais avançado se produzia na Europa.

Com a mudança da corte para o Rio de Janeiro e a elevação do Brasil ao status de reino unido, transformações importantes começam a operar, na medida em que setores da elite colonial articularam-se à burocracia reinol e que esta passou a ter interesses enraizados na América portuguesa (DIAS, 1985). O que interessa, aqui, é a portaria que D. João VI baixou em maio de

5. Como se verá adiante, esta é uma relação explicitada pelos deputados, durante os debates parlamentares.

1808, permitindo a instalação de tipografias e a circulação de jornais. No entanto, o rei não se esqueceu de uma proteção contra os eventuais dissidentes do seu regime e instituiu a censura prévia de todos os manuscritos ou impressos que se pretendesse publicar. Por causa disso, somente jornais oficiais ou simpáticos ao governo puderam circular: a *Gazeta do Rio de Janeiro*, primeiro jornal aqui impresso, que divulgava os atos do governo, ou a *Idade d'Ouro do Brasil*, de iniciativa privada, na Bahia. É curioso notar que também no Brasil a formação de uma esfera pública de discussão política dá seus primeiros passos apropriando-se da imprensa, veículo até então utilizado pela autoridade pública para comunicar-se com seus súditos, a exemplo do que Jürgen Habermas identificou na Europa (HABERMAS, 1984).

É só em 1821, com a revolução em Portugal, que a situação periodística começa a mudar. Em 26 de fevereiro D. João compromete-se a aceitar a Constituição que as Cortes elaboravam. Esse documento copiava a declaração dos direitos do homem francesa no que dizia respeito à liberdade de expressão: “Todo o cidadão pode conseguintemente, sem dependência de censura prévia, manifestar suas opiniões em qualquer matéria [...]” (*apud* LIMA SOBRINHO, 1988). Outro decreto, de 2 de março, explicita ainda mais a disposição, e suprime a censura prévia. Mas ambos os decretos eram decorativos: mantiveram na prática a censura – o segundo principalmente, pois facilitava o trabalho dos censores régios ao eliminar a censura apenas dos manuscritos.

A efetiva abolição da censura prévia acontece em 28 de agosto de 1821, com a proclamação de um decreto que instituiu responsabilidades e penas para autores (ou tradutores) e editores e, na ausência deles, para os impressores, que eram obrigados a inserir na publicação a autoria do trabalho. Para completar a lista dos decretos, o último vem em 18 de junho de 1822 e, segundo Barbosa Lima Sobrinho, foi mais diretamente provocado pelo jornal de José Soares Lisboa, *O Correio do Rio de Janeiro*. Esse decreto especificava o modo pelo qual seriam julgados os crimes de imprensa: júri formado por 8 cidadãos (escolhidos pelo acusado entre 24 apontados pelo corregedor do crime ou pelo ouvidor), cujo veredicto não seria passível de apelação.

A constituinte brasileira não votou nenhuma lei específica para a imprensa, apesar da apresentação de um projeto por Augusto Xavier de Carvalho (que era uma revalidação das leis em vigor) e de outro pela comissão de legislação. Este último tornou-se lei por decreto de D. Pedro I, em 22 de novembro de 1823. O imperador atribuía à imprensa a culpa pelos eventos anárquicos de que tinha sido palco o Rio de Janeiro; a justificativa do decreto lembrava que, apesar da liberdade de imprensa ser um dos mais firmes sustentáculos do governo constitucional, seu abuso leva ao abismo da guerra civil e da anarquia. Não se pretendia, segundo o texto, ofender o direito que tinha todo cidadão de expressar livremente seus pensamentos, mas sim que a liberdade de imprensa servisse “somente de dirigi-lo para o bem, e interesse geral do Estado, único fim das sociedades políticas” (*Coleção das leis do império*, 1823).

A lei previa novas regras para o julgamento dos delitos de imprensa. O corpo de jurados foi aumentado para 60 pessoas, das quais nove seriam sorteadas para o conselho julgador. A hierarquia da responsabilidade continuava a mesma do último decreto de D. João, e agora o impressor era obrigado a estampar seu nome na capa das suas publicações, sob pena de multa de 50\$000.

Foram também estabelecidas novas penas, que eram atribuídas de acordo com a gravidade do delito cometido. O crime de maior gravidade previsto era o incitamento à rebelião, cuja pena era 10 anos de degredo e 800\$000 de multa; em seguida vinham os ataques ao sistema de governo adotado pela nação e à Assembléia Nacional ou ao chefe do executivo, punidos com cinco anos de degredo e 500\$000 de multa e três anos de degredo mais 400\$000 de multa, respectivamente. Ainda eram passíveis de pena a provocação de desobediência às leis ou às autoridades e delitos contra a religião cristã, também sofrendo degredo e pagamento de multa. Protegendo os servidores do estado, era previsto também que a imputação de fatos caluniosos a funcionários públicos (em função de seu ofício), sem que se pudesse provar, sofresse pena de seis meses de prisão e multa

de 200\$000 a 1:000\$000, conforme a gravidade da calúnia, o emprego do caluniado e as posses do caluniador.

Contra particulares, os crimes eram as calúnias e injúrias<sup>6</sup>. As primeiras eram punidas com três meses de prisão e multa de 50\$000 a 400\$000; as últimas, com multa de 50\$000.

Na constituição de 1824, somente é enunciado o princípio geral da liberdade de imprensa: “Todos podem comunicar os seus pensamentos, por palavras, escritos, e publicá-los pela Imprensa, sem dependência de censura; contanto que hajam de responder pelos abusos, que cometerem no exercício deste Direito, nos casos, e pela forma, que a Lei determinar” (capítulo 8º, artigo 179, parágrafo IV).

Em 1826, uma das primeiras preocupações da câmara recém-instalada foi discutir uma lei sobre os abusos da liberdade de imprensa. O texto final foi aprovado no ano seguinte e enviado ao senado para apreciação, de onde nunca saiu. A lei de 1823, então, ficou valendo até 1830. Um ato de 20 de setembro deste ano esclarece e regulamenta precisamente a responsabilidade, endurece as penas monetárias e desdobra o júri em dois, o de acusação e o de julgamento.

Essa lei durou efetivamente pouco tempo: em 16 de dezembro foi promulgado o Código Criminal, que englobou sua competência ainda que respeitando as suas linhas gerais. As penalidades dos crimes políticos atenuavam-se, enquanto as referentes aos crimes contra particulares tornaram-se mais rígidas, dispondo de maior tempo de detenção<sup>7</sup>.

Em 1837, a regência decreta suas “Instruções sobre o processo e sentenças nos crimes por abuso de liberdade de imprensa”. Seu objetivo era estabelecer parâmetros a serem seguidos por todos os juizes, de modo a uniformizar a aplicação das penas e garantir a punição dos culpados, evitando que cada caso fosse julgado de acordo com a inteligência ou vontade do juiz por ele responsável.

O decreto estabelecia que o denunciante deveria apresentar formalmente sua queixa, acompanhada do corpo de delito e de duas testemunhas que confirmassem a distribuição do impresso a mais de quinze pessoas. Com esse documental, o juiz mandaria vir o acusado à sua presença e então interrogaria as testemunhas. Nessa mesma etapa deveria ser proferida a sentença e a prisão do criminoso, quando fosse o caso.

A responsabilidade pelo impresso era primordialmente do impressor; para ser atribuída ao editor era necessário o cumprimento de uma série de exigências burocráticas que claramente dificultavam a defesa do impressor. Era necessária a apresentação ao juiz, no momento da pronúncia ou da prisão, de uma declaração do editor responsabilizando-se pelo impresso,

reconhecida pelo Tabelião Público, sendo ele o verdadeiro editor, pessoa reconhecida, que possa ser descoberta onde quer que seja, residente no Brasil, e que por folha corrida em todos os Juízos do seu domicílio, e atual residência, mostre estar no gozo dos direitos políticos, isto é, pelo menos em estado de votar nas Assembléias primárias (decreto de 18/3/1830, Coleção das Leis do Império).

Para que o editor, por sua vez, repassasse a culpa ao autor, era necessária uma nova rodada dessas mesmas exigências. Mas, definitivamente, o empenho era em punir os impressores: outra disposição declarava que o único momento em que seria aceita a declaração de culpa do editor era quando o impressor fosse trazido pela primeira vez à presença do juiz e só seria aceita a responsabilidade que tivesse data igual ou anterior à da pronúncia.

---

6. Calúnia: falsa imputação a alguém dum fato definido como crime; difamação.

Injúria: ofensa à dignidade ou decoro de alguém.

7. Barbosa Lima Sobrinho faz a esse respeito um comentário curioso: “Não sabemos porque, elaborado num regime de exaltação, o Código de 1830 atenuou a lei de 20 de setembro daquele mesmo ano. Acreditamos haver um motivo particular, que desconhecemos.” (LIMA SOBRINHO, 1988: 127).



Essas exigências deixam entrever uma suposição a respeito da intenção do governo: com o decreto, buscava-se, mais do que uniformizar o processo, forçar os impressores a exigir diversos documentos e, com isso, imprimir apenas as obras de “cidadãos ativos”, mais esclarecidos e menos propensos a arruaças, segundo o credo geral da época. Além disso, ser alvo primário da lei certamente influenciava as decisões a respeito de que trabalhos aceitar em seu prelo. Do lado dos editores e autores, o decreto acabou com a possibilidade de publicar trabalhos anônimos.

Esse regime legal prevaleceu até 1890, data da elaboração de um novo código criminal. No meio tempo, foram aprovadas algumas outras leis: duas de Feijó, no biênio 1836-1837, a primeira declarando que o impressor que não apresentasse em juízo o autor ou editor da obra e também não tomasse sobre si a responsabilidade deveria pagar em 24 horas multa de 400\$000, sob pena de prisão e a segunda dispondo várias regras do processo; e importante mudança na parte processual, em 1841, que extinguiu o júri de acusação e passou suas prerrogativas para os juízes de direito.

## O debate em 1826

A importância da lei proposta em 1826 não está em seus efeitos práticos, uma vez que nunca deixou de ser projeto, mas no quão reveladora a sua discussão é a respeito de como os parlamentares encaravam a questão. Tanto é assim que a próxima lei que efetivamente disporá sobre a imprensa, a de 20 de setembro de 1830, conta apenas com acréscimos marginais de artigos e alguma redução das penas previstas, não apresentando diferenças na doutrina em relação ao projeto discutido em 1826.

Em 10 de junho de 1826, Joaquim Gonçalves Ledo apresenta à câmara projeto que julga de urgente necessidade, a respeito da liberdade de imprensa. O preâmbulo de seu discurso elogia o sistema representativo como o único capaz de fazer a felicidade e a prosperidade das nações, oferecendo a aliança entre força, sabedoria e liberdade, mas lembra que para sua consolidação é necessária a existência de “liberdade de imprensa, e jurados no crime; são estes os grandes pilares, sobre que se estriba todo o sistema [...] onde a opinião pública não pode enunciar-se livremente [...] não pode haver sistema representativo” (Anais da Câmara dos Deputados (daqui em diante, ACD), sessão de 10/6/1826, pg. 90).

Embora à primeira vista o objetivo do projeto pareça ser o de salvaguardar as prerrogativas dos escritores públicos, sua preocupação central logo se revela ser a regulação da liberdade de imprensa de modo a colocar limites em seu exercício, pois adiante o deputado completa: “Nós não temos tido, nem temos liberdade de imprensa: o que tivemos e temos é um veículo das calúnias mais atroz” (ACD, *idem*). Ledo acusa a imprensa de, ao invés de obrar pela indústria e progresso nacional, melhorando as faculdades intelectuais dos cidadãos, prestar-se a instrumento da ociosidade e da depravação, utilizando-se da calúnia, da ignorância e, o pior de tudo, do servilismo. Pintado o quadro, apresenta o projeto que considerava abuso da liberdade de imprensa: 1) ataques diretos feitos ao sistema monárquico representativo; 2) injúrias feitas contra o imperador e sua família; 3) concitações diretas ao povo para rebelar-se contra as leis e contra as autoridades; 4) ataques diretos à religião do Estado; 5) insultos e injúrias aos diferentes cultos permitidos no império; 6) denúncia pública de crime cometido por particular, sem a devida capacidade de prova; 7) publicação de acontecimentos referidos à vida privada do cidadão; 8) publicação de censuras relativas à vida privada do funcionário público. Era responsável o autor e, depois dele, o “apresentante” do impresso. Não se podendo conhecer nenhum dos dois, a hierarquia continuava com o impressor, o editor e o vendedor ou distribuidor. Todos os crimes de abuso deveriam ser julgados pelo tribunal dos jurados. Lido o projeto, a urgência é requerida e aprovada, e em 6 de julho volta ao plenário para ser discutido.

Ledo inicia a discussão dizendo que toda liberdade precisa de limites, e essa especialmente, pois “a nódoa que pela imprensa se inflige na reputação do homem não fica somente no território



da pátria, ou da nação; não se contém dentro do presente, gira o mundo, e remonta-se à posteridade” (ACD, sessão de 6 de julho, página 55). Sua preocupação em proteger o cidadão de bem das calúnias lançadas pela imprensa é ecoada por praticamente todos os parlamentares.

Muito mais importante que a honra privada, porém, é a manutenção da ordem social; é grande o poder de mobilização creditado à imprensa pelos deputados: julgam-na capaz de provocar sedições, de animar o povo contra o governo e as autoridades constituídas. A fala de Batista Pereira ilustra bem o seu receio e o de alguns seus colegas:

um escritor, que pensa e que depois de muito tempo e madura reflexão faz imprimir e aparecer idéias contrárias ao sistema do governo, abraçado e jurado por toda a nação e seu chefe, cometendo tal crime, não pode deixar de merecer penas muito fortes. Toda a indulgência a seu favor seria mal fundada: a impunidade animaria a novos atentados, e seguir-se-ia a desordem e a dissolução dos vínculos sociais. A história nos apresenta as suas páginas manchadas com tais horrores (ACD, sessão de 6 de julho, página 63).

Mais à frente, o mesmo deputado serve-se de boa metáfora para reforçar seu ponto:

A árvore da liberdade apenas está plantada; ainda não apareceu seu desenvolvimento; é preciso arrancar os arbustos parasitos, que estão em torno dela, e qual será o método? Castigar o homem que quiser destruí-la (ACD, idem, página 69).

Tal receio não deixa de despertar curiosidade, especialmente quando se considera que o número de analfabetos era imenso. Esse fato parece confirmar a idéia de Marco Morel (2005: 45), para quem existia uma convivência dúbia entre as sociabilidades moderna e do Antigo Regime, de forma que “havia cruzamentos e intersecções entre as expressões orais e escritas, entre as culturas letradas e iletradas. A leitura, como nos tempos então recentes do Antigo Regime, não se limitava a uma atitude individual e privada, mas ostentava contornos coletivos. Nesse sentido, a circulação do debate político ultrapassava o público estritamente leitor”. Essa suposição ameniza a idéia de que a circulação das idéias vinculadas pela imprensa era restrita às camadas ricas e letradas, pois torna factível a inclusão das camadas que, ainda que iletradas, tinham acesso aos espaços onde se liam e discutiam notícias e editoriais.

Mas a questão do analfabetismo não parece mesmo ser um problema para os parlamentares – é o que demonstra a discussão sobre as gravuras sediciosas. A possibilidade de que gravuras pudessem ser provocadoras dos mesmos tumultos que os impressos não é levada tão a sério, o que seria de se esperar caso se tivesse em mente que elas seriam, muitas vezes, as únicas expressões impressas ao alcance maciço do povo. A maioria dos oradores reconhece que uma pintura pode falar mais energicamente do que um discurso, como o faz Souza França em 22 de julho de 1826. Batista Pereira acredita que

o lápis do caricaturista é um instrumento muito mais perigoso do que a imprensa; o quadro é a imagem exata da cena, o escrito é uma descrição imperfeita; um hábil artista comunica ao espírito mais simples quanto quer; e um escrito em frase figurada disfarça e encobre o crime, deixando contudo maculada a honra do ofendido.

Bernardo Pereira de Vasconcelos também é da opinião de que “as gravuras podem ser tão perigosas quanto os escritos, porque imprimem as idéias no espírito com maior força, e obram igualmente sobre todos” (ACD, sessão de 8 de junho de 1827, páginas 34 e 36, respectivamente); ainda assim, as penas previstas para seus autores ou impressores, em caso de abuso, acabaram fixadas em metade das previstas para os textos.

De qualquer forma, o medo de um levante popular iniciado pela imprensa encontra sua expressão máxima na proposta de endurecimento da pena (que já previa degredo e prestação de serviços forçados) àqueles que concitassem revoltas, feita por Clemente Pereira<sup>8</sup>. Lembrando que o país ainda contava com inimigos do sistema constitucional – absolutistas e democráticos – e que “ambos valer-se-ão da liberdade de escrever [sendo] preciso estabelecer penas severas para prevenir e corrigir os ataques por este lado” (ACD, idem, página 69), sugere que o escritor causador de revolta por meio de seus escritos seja condenado à morte. Ele também propõe diversas emendas que, se aceitas, ampliariam a possibilidade de interpretação do júri para acusações (como é o caso da sugestão de supressão do adjetivo *diretos*, referente aos “ataques contra o sistema monárquico representativo” e à religião do Estado, por entender que os jornalistas sempre fariam ataques *indiretos*, e assim não seriam punidos). No geral, Clemente Pereira situa-se num dos extremos da polarização da questão, e nenhum outro deputado mostra-se tão coerentemente rigoroso como ele.

O zelo e temor dos deputados em relação ao potencial da imprensa são baseados na idéia que fazem da população brasileira, inculta e despreparada para discernir entre o que melhor corresponde aos seus interesses. Esse ponto não levanta discordância; as palavras de Batista Pereira são exemplares: “a nossa população ainda está pouco instruída (se assim me é permitido explicar) no que melhor convém para sua felicidade; e portanto lendo estes escritos, pode abraçar a sua doutrina: e os resultados devem ser funestos para ela mesma” (ACD, idem, página 64). Somando à ignorância da população a disposição dos inimigos do sistema representativo de buscar seu apoio por meio da imprensa, chega-se à necessidade de proibir enfaticamente os ataques à forma de governo adotada. Nas palavras de Lino Coutinho,

os problemas políticos [...] não são resolvidos de uma só maneira por todos os homens [...]. É preciso que caracterizemos o nosso sistema como uma verdade, contra a qual não se pode invectivar; é preciso que sobre tal objeto cesse a liberdade de escrever, e quem entender ao contrário que vá escrever fora daqui. Entre nós não é lícito escrever contra o sistema atual [...]; é preciso que santifiquemos esse sistema como o melhor, e como uma verdade infalível (ACD, idem, página 67).

E Gonçalves Ledo corrobora o discurso de Lino: “Se acaso fica vedada esta faculdade para atacar e invectivar o sistema monárquico constitucional, é porque a nação o tem adotado, é porque é a expressão da vontade geral, é porque é o único capaz de fazer a verdadeira felicidade da nação” (ACD, idem, página 66).

Não havia, contudo, consenso na Câmara sobre o projeto. Doutrinas distintas surgiram do debate, evidenciando concepções diferentes sobre o papel da imprensa no governo representativo. Contra os defensores do projeto, levantaram-se aqueles que advogavam uma liberdade de imprensa mais ampla. Era o caso, por exemplo, de Bernardo Pereira de Vasconcelos, que afirmava que “aquele que atacar o sistema representativo entre nós não deve ter pena alguma pelos efeitos que daí se podem seguir; porque se houver quem o ataque também há de aparecer quem o defenda e sustente” (ACD, sessão de 6 de julho de 1826, página 65). Era esta também a posição de Nicolau Vergueiro, que sustentava:

uma vez que todos podem escrever, e a liberdade é de fato geral para todos, há de infalivelmente vencer a razão, justiça e a verdade. O mal aparece quando só há liberdade para uns escritores, e não para os outros. Então é que se pode persuadir um erro ao público, que não lê outros escritores de opinião contrária

---

8. Clemente Pereira enfrentaria, em 1830, grande resistência por parte da Câmara para ter seu diploma eleitoral reconhecido e tomar assento na representação, e um dos argumentos dos deputados contrários a sua posse era justamente a perseguição arbitrária que infligiu à imprensa enquanto fez parte do ministério, em 1829.

[...]. Os escritos são sempre posteriores às verdadeiras causas das revoluções, [que] são os erros dos governos.

Finalmente, também Almeida e Albuquerque dizia que

devemos confessar que os maiores males que provêm à sociedade pela imprensa nascem mais da proibição do que dos abusos dela [...]. Devemos pois atender não tanto a evitar os ataques que se queiram fazer ao sistema pela imprensa, como manter a liberdade, por um escritor comprado para infamar o sistema aparecerão dez que livremente tomem a sua defesa. (ACD, sessão de 6 de julho de 1826, página 71, ambas as citações.)

Bernardo Pereira de Vasconcelos opõe tenaz resistência ao projeto, sugerindo diversas emendas que suavizam as penas e aumentam o espectro de atuação do escritor em relação ao projeto inicial, tendo quase todas rejeitadas. Uma consideração mais precisa de sua atuação revela uma preocupação com a garantia do direito de resposta ao ofendido em casos de injúria e calúnia, sem condenação penal do jornalista, como se pode observar na seguinte declaração: “Senhores, as nações têm um grande meio de prevenir os males de tais escritores, é o de outros escritores. Nada de penas” (ACD, sessão de 9 de junho de 1827, página 42). O parlamentar demonstra apreciar somente duas garantias oferecidas pelo projeto, para além das que tratam da defesa da honra privada do cidadão: a que protege a câmara (especialmente a temporária) de ataques que possam voltar contra ela a opinião pública, e a que permite ampla discussão a respeito da atuação dos funcionários públicos, provavelmente por conta da batalha que então se travava para aumentar a força do poder legislativo frente ao executivo.

Vasconcelos parece ser dos poucos que percebem a sutileza da opinião pública, ainda que não a enuncie diretamente: sendo instituição cuja existência só é possível num regime liberal, dificilmente será apropriada pelos absolutistas. Sua forma determina-se pelo conteúdo que viabiliza, que é primordialmente a defesa da liberdade – como esclarece François-Xavier Guerra (GUERRA, 1993), se não defender esse princípio básico, não se define enquanto opinião pública<sup>9</sup>.

Por outro lado, os defensores do projeto reconhecem a inadequação de algumas das suas disposições ao espírito liberal e a necessidade de, no futuro, modificar a lei e ampliar a liberdade. Mesmo Bernardo Pereira de Vasconcelos, na oposição ao projeto, reconhece que, não consolidado o sistema, “devem [-se] empregar medidas que não teriam lugar em outra ocasião”<sup>10</sup>. Lino Coutinho, na continuação de seu discurso a respeito da sacralização do sistema representativo, citado acima, afirma que “Quando ele estiver naturalizado em nosso solo, serei o primeiro a riscar esse artigo; deixarei que digam o que lhes parecer [...]. Porém ainda não é o tempo de conceder esta ampla liberdade” (ACD, idem, páginas 65 e 67, respectivamente). Outro bom exemplo encontra-se na fala de Almeida e Albuquerque:

Se o nosso sistema estivesse consolidado, eu diria que era desnecessária semelhante cautela, porque estou certo que a liberdade ampla de escrever é o melhor meio de destruir opiniões errôneas, e fazer triunfar a verdade. Porém conheço o estado em que nos achamos por ora, e a necessidade de tomarmos medidas contra os ataques dos inimigos da constituição (ACD, idem, página 71).

---

9. Curiosamente, querendo dizer outra coisa, Batista Pereira enuncia esse princípio: “A verdadeira liberdade só pode ser concedida para independência e felicidade do homem e da pátria” (ACD, sessão de 6 de julho de 1826, página 63).

10. Contudo, durante a terceira discussão do projeto, já em 1827, vale-se de um escritor inglês para embasar sua oposição à aprovação do projeto, revelando sua verdadeira inclinação: “Em célebre escritor inglês, tratando da liberdade de imprensa, diz: aqueles que mais falam nessa liberdade são aqueles que menos a querem; empreguem na discussão de outras matérias o tempo que gastam com esse objeto, [pois] a melhor lei que a este respeito se pode organizar é nenhuma” (ACD, sessão de 1 de junho de 1827, página 9).

Ao esvaziarem a imprensa de sua função de veicular o debate entre projetos políticos, os deputados também revelam suas concepções de qual deve ser a tarefa desempenhada pela “boa imprensa”, que podem ser divididas em duas grandes linhas. A primeira pode ser exemplificada pela fala de Batista Pereira:

A verdadeira liberdade de imprensa deve tender a salvar a pátria, promover a instrução geral, corrigir os maus costumes, e principalmente formar a opinião pública [...]. Por conseqüência, a primeira utilidade que se tira da liberdade de imprensa é a formação desta opinião geral, é a instrução da própria nação (ACD, sessão de 6 de julho de 1826, página 63).

Também Gonçalves Ledo, na justificativa de apresentação do projeto, argumenta nesse sentido:

[a imprensa deve] ocupar-se pelo lado de suas relações com o simples cidadão, em fertilizar o seu trabalho e a sua indústria, em multiplicar a sua riqueza [...] [em] melhorar as suas faculdades intelectuais e físicas [...]. [Servir] de precursora da opinião na formação das leis, ou dispondo os espíritos para abraçar sem resistência o bem que se lhes pretende fazer, e [poupar] aos homens o custoso tirocínio dos séculos (ACD, sessão de 10 de junho de 1826, página 91).

Era amplamente aceito, por todas as correntes políticas, dos liberais exaltados aos conservadores, o papel pedagógico atribuído à imprensa. De modo geral, os redatores das folhas, filiados a qualquer destes partidos, buscavam exercê-lo em nome do esclarecimento e civilização do povo brasileiro, pois também se julgavam possuidores das luzes necessárias para tanto (MOREL, 2005: 216).

Estes mesmos redatores, dependendo de suas relações com o governo e as câmaras, exerciam também a função a eles atribuída por Bernardo Pereira de Vasconcelos: “o maior benefício da liberdade de imprensa é descobrir os erros e crimes dos empregados públicos” (ACD, sessão de 22 de julho de 1826, página 284). A proposta de Vasconcelos pode ser considerada radical, pois advogava que não se punissem os escritores que denunciassem, sem provas, malversações dos funcionários públicos (mesmo sendo falsas – nesse caso, cabia ao funcionário o ônus da prova de sua inocência, mas lhe seria garantido espaço na mesma folha que o imputou para que se defendesse das acusações), pois sendo aprovada a penalização o resultado seria que “não haver[á] quem escreva, e não havendo quem censure a conduta dos funcionários públicos, [...] acabamos com a liberdade de imprensa” (ACD, idem). Cruz Ferreira segue a argumentação somente até certo ponto: “É necessário que a liberdade de imprensa sirva para censurar operações do governo e dos empregados públicos, mas com verdade”. (ACD, idem).

A idéia de que a imprensa deveria fiscalizar o governo e combater seus abusos também era muito difundida. Era comum que os jornais fossem classificados como “governistas” ou “oposicionistas”, de acordo com o posicionamento adotado (defesa do governo ou ataque a suas medidas), e isso de maneira nenhuma os desabonava, pois era esperado que desenvolvessem um ou outro ponto de vista, e não que cultivassem neutralidade perante os fatos.

## Considerações finais

Receio de rebeliões, necessidade de proteger o sistema monárquico-constitucional, amplitude de ação que deveria ser reservada para a oposição dentro do regime, representações simbólicas do povo, funções da imprensa no sistema representativo: são esses os principais pontos abordados durante a discussão da lei sobre os abusos da liberdade de imprensa.

O primeiro apontamento digno de nota diz respeito à orientação marcadamente iluminista que se pode observar no ideário dos deputados. Os parlamentares depositam na imprensa a

tarifa de levar à gente simples a ilustração e civilização de que o país tanto carece, possibilitando assim seu desenvolvimento a exemplo do que acontecia na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos, suas principais referências institucionais. Mas outra observação seja talvez mais interessante: tentando adiar o momento da liberalização da disputa política pela imprensa com o pretexto da defesa de um regime ainda frágil, os parlamentares brasileiros reproduzem o movimento identificado por Reinhart Koselleck na ação política dos iluministas europeus do século anterior. Para o autor, o processo desencadeado pela crítica iluminista à razão de Estado absolutista, baseado especialmente na afirmação da moral do indivíduo, tornou a política possível apenas num futuro livre da dominação. Nas suas palavras, “reduziu-se a própria política, enquanto tarefa constante da existência humana, a construções utópicas do futuro” (KOSELLECK, 1999: 17). Esperar a consolidação do sistema para permitir a livre expressão de qualquer consideração é anular indefinidamente a disputa política em torno dele.

O segundo ponto é a relação sempre presente entre liberdade de imprensa e governo representativo: era claro para todos que sem o conhecimento da “opinião pública” (por mais restrita que os parlamentares a desejassem) esse seria um regime manco. A importância de conhecer seus anseios estava no fato de que os deputados eram livres para tomar as decisões que julgassem mais acertadas sem consultar seus constituintes (ou seja, não cumpriam ali *mandatos imperativos*). Essa liberdade para discutir no parlamento sem amarras e ali construir o *interesse nacional* precisava de uma contrapartida, um mecanismo que garantisse que a vontade da nação – na forma da opinião pública – chegasse ao seu conhecimento. Estes homens, responsáveis pela edificação de um corpo jurídico ainda muito frágil e que tinha por pressuposto a soberania da nação, procuravam meios de conhecer a *vontade geral*. Não parece haver dúvidas de que consideravam a imprensa o meio mais adequado para isso, mas divergiam imensamente a respeito do que poderia se fazer ouvir.

Seja como for, não escapa a um olhar atento a magnitude da transformação pela qual passava a forma de fazer política no Brasil: mais ou menos regulada, formava-se um espaço público, no sentido de que não era secreto, no qual se discutiam alternativas para a construção do país, com um novo vocabulário e práticas novas.

### Fontes impressas

- Anais do Parlamento Brasileiro. Câmara dos Deputados* (1826-1827). Rio de Janeiro: Tipografia de Hipólito José Pinho e Cia., 1874-1879. (disponível no site: [www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br))  
*Coleção das Leis do Império* (1821-1830). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1822-1888. (disponível no site: [www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br))

### Bibliografia geral

- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005, 163 pgs.
- GUERRA, François-Xavier. *Modernidad y independências: ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. Madrid; México: Editorial MAPFRE: Fondo de Cultura Económica, 1993, 406 pgs.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, 397 pgs.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II: O Brasil Monárquico. Vol.5: Do império à república*. Difel: São Paulo, 1985.

- KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999, 307 pgs.
- LIMA SOBRINHO, Barbosa. *O problema da imprensa*. São Paulo: Com Arte, 1988, 173 pgs.
- MANIN, Bernard. *Los principios del gobierno representativo*. Madrid: Alianza Editorial, 1998.
- MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840*. São Paulo: Hucitec, 2005, 326 pgs.
- PITKIN, Hanna Fenichel. *El concepto de representación*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1985.
- ROSANVALLON, Pierre. *La consagración del ciudadano. Historia del sufragio universal en Francia*. Cidade do México, Instituto Mora, 1999.
- SARTORI, Giovanni. *A teoria da representação no estado representativo moderno*. Belo Horizonte: Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, 1962.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1983, 501 pgs.



## A escravidão na imprensa mineira do Primeiro Reinado

Mestrando em Ciência da Religião (UFJF) – área Ciências Sociais da Religião – Universidade Federal de Juiz de Fora.  
quintushoratus@bol.com.br

### **Resumo:**

O *Universal da* capital Ouro Preto foi o principal periódico da Província de Minas na primeira metade do século XIX e a principal referência do pensamento liberal mineiro até 1842. Ainda no Primeiro Reinado, o periódico liberal mineiro tornou-se um instrumento eficaz da elite política mineira na fundação de uma pedagogia liberal, na construção da sociedade civil e na ocupação do espaço público provincial. No seio da pedagogia liberal, O *Universal* tratou, inclusive, da controversa questão escravista, avaliando o seu peso político e buscando equacioná-la em uma perspectiva liberal moderada, subordinando a crítica à escravidão às necessidades dos proprietários e da nação, enfrentando a ameaça do fim do tráfico negreiro e da escassez de mão-de-obra e identificando os escravos à periculosidade.

**Palavras-chave:** liberalismo, escravidão, imprensa.

### **Résumé:**

L' *Universal* de la capitale Ouro Preto, a été le principal périodique de la province de Minas dans la première moitié de siècle XIX, et la principal référence de la pensée libéral de Minas jusqu'à 1842. Dans le première règne, le périodique libéral de Minas se transformé dans un instrument efficient de la élite politique de Minas pour la fondation de une pédagogie libéral, pour la construction de une societe civil et pour l'occupation des espaces public de la province. Avec la pédagogie libéral, O *Universal*, a parlé, aussi, de la question de l'esclavage, et évalué leur importance politique en cherchant penser sous une perspective libéral modéré, en subordonant la critique sur l'esclavage aux intérêt des propriétaires et de la nation , même avec la menace de la fin de trafic des esclaves e de la diminution de main d'oeuvre et la identification des esclaves avec une notion de danger.

**Mots-clés:** Libéralisme, esclavage, périodique.

Enviado em 5 de setembro  
e aprovado em 25 de  
outubro de 2008

Nesse artigo procuramos compreender como no processo de construção do espaço público brasileiro no início de sua formação (Primeiro Reinado), i.e., no momento da edificação do Estado nacional propriamente brasileiro, a elite<sup>1</sup> política liberal, aqui a elite mineira, na sua busca por hegemonia, construiu conceitos e referências para orientação e direção da sociedade civil<sup>2</sup> então constituída.

Norteados pelos estudos da chamada Nova História Política, entendemos que na atividade de construção de conceitos e referências utilizadas pela elite, encontramos uma Cultura Política<sup>3</sup> que pode ser investigada através da imprensa, pois é a imprensa uma fonte de memória política significativa desse período por ter sido o instrumento fundamental utilizado pela elite política mineira na busca de hegemonia.

Destarte, é através da imprensa da capital mineira Ouro Preto que nós procuramos captar a Cultura Política mineira no Primeiro Reinado, objetivamos analisar qual o lugar da escravidão nessa Cultura Política e como essa elite liberal mineira se relacionou com o escravismo.

Tal delimitação deu-se pela acuidade do Primeiro Reinado na formação da nacionalidade brasileira, pela importância das províncias nessa formação, já que entendemos que a dinâmica do país encontrava-se nelas, e principalmente na província de Minas Gerais que foi ponto de apoio essencial no processo de Independência.

A preferência por Ouro Preto deu-se por ser essa cidade a capital da província de Minas Gerais, por ter sido ela o centro de referência da comarca que leva o mesmo nome e por ter sido “sem a mais mínima sombra de dúvidas, o mais brilhante centro político da província de Minas Gerais” (LOMBELLO, 2003: 65). Além disso, encontramos nessa cidade um dos principais políticos desse período: o deputado liberal Bernardo Pereira de Vasconcelos, mentor intelectual do principal periódico liberal de Minas Gerais, *O Universal*. O referido periódico “é que refletirá, durante 17 anos, de 1825 a 1842, o pensamento filosófico, político e o ambiente cultural mineiro” (RODRIGUES, 86: 43).

Concluimos as justificativas ressaltando ter sido a escravidão uma questão incômoda na época para a elite mineira, já que além do início da pressão inglesa pela abolição da escravatura, o escravismo ia na contra-mão do liberalismo nascente, mesmo o anti-revolucionário liberalismo mineiro. Lembramos ainda que Minas Gerais foi a maior província escravista do Brasil e que a escravidão certamente foi um mote, pelo temor do haitianismo<sup>4</sup> que a sociedade possuía.

Esclarecemos que nossa compreensão da referida Minas oitocentista é norteadada, antes de tudo, pelo questionamento da decadência da economia da província após o “período da mineração” e pela compreensão da permanência da alta demografia escrava em Minas nas primeiras décadas do século XIX<sup>5</sup>.

Orientamo-nos pelas teses que revisam o entendimento de declínio econômico e compreendemos que a economia mineira, com a redução da atividade mineradora, passou a

1. Analisamos as ações da referida elite através do sentido proposto por Antônio Gramsci em busca do “consenso” ou para Pierre Bourdieu, uma “luta simbólica pela produção do senso comum”.

2. Entendendo a sociedade civil como a esfera do social onde se dá a luta pela hegemonia (Gramsci, 1999-2000: 222), compreendendo que esta, hegemonia, não deve ser entendida apenas como “um nível articulado superior de ‘ideologia’, nem são as suas formas de controle apenas as vistas habitualmente como manipulação ou doutrinação. Ela constitui um conjunto de práticas e expectativas, sobre a totalidade da vida: nossos sentidos e distribuição de energias, nossa percepção de nós mesmos e do mundo. É um sistema vivo de significados e valores – constitutivo e constituído – que ao serem experimentados como práticas parecem confirmar-se reciprocamente”. (WILLIAMS, 1979: 112-113).

3. “O que se chama às vezes de Cultura Política, e que resume a singularidade do comportamento de um povo, não é um elemento entre outros da paisagem política; é um poderoso revelador de *ethos* de uma nação e do gênio de um povo”. (RÉMOND, 1996: 450.).

4. Damos o nome de haitianismo ao temor relacionado a representação dos proprietários, principalmente, sobre a rebelião escrava haitiana que levou a independência da Colônia francesa de São Domingo, onde em 1790 uma revolta de escravos resultou no massacre de uma enorme população branca da ilha. Ver mais em JAMES, C.L.R.. *Jacobinos Negros: Toussaint L’ouverture e a renovação de São Domingo*. São Paulo: Boitempo, 2000.

5. Nas teses que revisam o declínio da economia mineira no início do século XIX, Roberto Martins aponta que a grande quantidade de escravos em Minas deu-se devido “ao contexto de terras abundantes e abertas e mão de obra escassa

organizar-se economicamente em função do abastecimento interno (comercialização intraprovincial, local e interprovincial), atividade esta “aquecida” com a vinda da família real portuguesa para o Brasil e, conseqüentemente, devido às demandas de consumo advindas da Corte e das delegações diplomáticas que se estabeleceram no Rio de Janeiro.

Entendemos que devido a essa estrutura econômico-social da província, configurou-se em Minas (pelo menos na região Metalúrgica-Mantiqueira) uma classe de proprietários que foi representada por uma elite política de significativa catadura intelectual. Essa elite política mineira, por sua vez, engajou-se em um projeto político liberal que tinha o objetivo, entre outros, de agregar em torno do seu projeto os proprietários dessa sociedade de abastecimento de Minas Gerais.

Minas Gerais despachava para os mercados intraprovincial e interprovincial produtos como: algodão (que vinha do Norte da província), tabaco (do Sul), chapéus de feltro, barras de ouro, mulas, galinhas, carne de porco, queijos, panos, o gado em pé, bovino e suíno, o toucinho, a banha, e trazia de volta “mercadorias européias, sobretudo portuguesas e inglesas, como chitas, panos, rendas, utensílios de ferro, vinho, cerveja Porter, licores, etc.” (SPIX, 1976: 172).

Em Minas observamos uma diversidade de atividades que possibilitava uma maior “democratização” de suas riquezas, com uma variedade de ocupações que incluía:

Vários tipos de agricultores e criadores (proprietários ou produtores independentes), mineiros, jornalheiros, trabalhadores (assalariados, ou “um semiproletariado”), operários, artesãos, biscateiros, indivíduos que viviam de renda de escravos e aluguel (freqüentemente especializados como ferreiros, carpinteiros, alfaiates etc.) (SILVA, 2002: 43).

Na província, existiram núcleos agrários que podem ser considerados vicinais, que coexistiram com fazendas maiores, autárquicas, nas quais os proprietários se vangloriavam de serem capazes de produzir quase tudo que achavam essencial, comprando apenas alguns objetos que eram considerados de “luxo” ou necessários para manutenção das suas propriedades agrícolas. Assim sendo, observamos que na província de Minas Gerais, mesmo nos lugares de economia mais dinâmica, pequenas propriedades rurais conviveram com as grandes unidades produtoras. Como indica Afonso de Alencastro Graça Filho, “A paisagem agrícola que perdurou até a abolição foi a das grandes fazendas com base no trabalho escravo, mais dinâmica e consumidora de braços, ao lado de pequenas lavouras de posseiros, agregados e sitiantes” (FILHO, 1998).

Não podemos esquecer, mesmo em uma apresentação genérica da economia de Minas, do ainda existente mineiro, bem como das “protoindústrias”<sup>6</sup>, que neste período contribuíram para a dinâmica da economia da província, ainda que não tenham avançado rumo à industrialização propriamente dita. Assim sendo:

[...] Minas tinha uma grande rede manufatureira ao lado de grandes fazendas que tentavam produzir tudo o que precisavam, ou seja, a especialização ao lado da generalização, a divisão do trabalho fazendo crescer o mercado ao lado de unidades produtivas que procuravam evitar comprar, decrescendo o mercado (AMARAL, 2003: 27).

---

(fator Wakefield) [na província], o que teria impossibilitado a sujeição ao trabalho de indivíduos livres e pobres, formadores assim de um ‘campesinato independente’”. Já nas revisões da perspectiva de Martins, Francisco Vidal Luna e Wilson Cano indicaram como explicação do grande plantel de escravos em Minas “a redução da taxa de exploração e o ‘relaxamento dos costumes’ no contexto da economia de subsistência [...]”, ainda dentro dos revisionistas de Martins, Robert Slenes que atribui ao alto preço dos produtos importados, que levou a substituição desses, o aquecimento do setor de abastecimento, vê nesse movimento um dos motivos do crescimento da importação da mão de obra escrava. (ANDRADE, 2008: 13-14).

6. Para saber mais sobre a protoindustrialização ver: LIBBY, Douglas Cole. *Protoindustrialização em uma Sociedade Escravista: o caso de Minas Gerais*. In SZMRECSÁNYI, Tamas & LAPA, José Roberto do Amaral (orgs.) *História econômica da Independência e do Império*. São Paulo, HUCITEC/Fapesp/ABPHE, 1996.

Houve ainda em Minas, além das atividades econômicas supracitadas, uma atividade crescente, principalmente após a queda da extração do ouro, da pecuária na região do Sul de Minas, pois “águas abundantes e terras férteis, que garantiram a forragem, fizeram do Sul de Minas a melhor área criadora” (IGLÉSIAS, 1985: 381).

[...] às excelentes pastagens da região do Rio Grande, fornecem hoje [1819] a maior parte dos animais vendidos na capital do Brasil, e alguns criadores locais chegam a produzir até 5 mil cabeças de gado (SAINT-HILAIRE, 1975: 50).

O gado era utilizado no corte, na tração, no consumo, no laticínio e na exportação. Deste modo, “no período que nos ocupa, é a criação que se adianta à lavoura, pois, além do gado para consumo e exportação, ela baseia uma indústria de laticínios e couros” (IGLÉSIAS, 1985: 381). É importante recordarmos que é só a partir da década de 1860 que o cultivo de café passou a ter importância no âmbito das atividades produtivas mineiras. Contudo, de acordo com Alcir Lenharo:

O comércio de abastecimento fornecera os elementos tecnológicos – estradas, o sistema de tropas-, mantivera a mão de obra escrava, base do sistema produtivo, incentivara o povoamento de áreas até extensão desertas, como definiria a concentração da posse da terra em extensas regiões do Centro-sul, pré-requisitos necessários para o deslanche da economia cafeeira. (LENHARO, 1979: 132).

Destaca-se nesse processo, como centro de abastecimento, a vila de São João del Rei, sede político-administrativa da comarca do Rio das Mortes. São João del Rei, que possuiu uma das médias mais elevadas de escravos empregados nas propriedades rurais, era o principal elo econômico de Minas com a Corte, seja de entrada ou de saída de produtos. O transporte entre uma localidade e outra era feito pelas tropas que, de acordo com Alcir Lenharo, chegou a ser uma atividade “empresarial”:

Quatro dessas firmas, de cerca de 50 mulas cada, percorriam a rota entre São João e Rio de Janeiro oito vezes ao ano, mantendo um comércio superavitário para a Capital da Comarca do Rio das Mortes. (LENHARO, 1979: 91).

Vemos em São João del-Rei, devido inclusive à sua própria estrutura econômica, uma dinâmica urbana significativa até mesmo para o bom andamento dos negócios. Desta forma, esta cidade pode ser incluída na parte da província (principalmente na região Metalúrgica – Mantiqueira) que, mesmo nas primeiras décadas do século XIX, possuiu uma sociedade com traços significativos de urbanidade, afastando-se, em algumas áreas, da estrutura “Casa Grande e Senzala” típica de outras regiões.

Além de São João del Rei, encontramos em Minas outros significativos núcleos urbanos com expressivos contingentes demográficos. Esses centros urbanos favoreciam as práticas políticas, o trânsito de idéias e as relações econômicas, culturais e religiosas, sendo que essas últimas eram acentuadas pelo papel social exercido pelas igrejas e suas festas. Esses centros possuíam uma relativa efervescência indicada pelos seus teatros, periódicos, festas e bibliotecas.

Algumas cidades eram ainda núcleos administrativos político-econômico, como Ouro Preto, a capital que concentrava todo o aparato burocrático mineiro, e Mariana, que era sede do bispado, possuindo uma autoridade eclesiástica em um momento que a Igreja tinha a preeminência na gestão sócio-cultural e estava institucionalmente vinculada ao Estado.

Mariana detinha a maior população de pessoas livres e “com a segunda maior concentração de escravos da província de Minas Gerais (perdendo apenas para São João del Rei) no segundo quartel do século XIX” (ANDRADE, 2008: 19). A primeira cidade mineira e o mais importante centro religioso da província, também “não se enquadra na idéia de estagnação ou decadência

de sua economia” (ANDRADE, 2008: 19). A ampla região de Mariana possuiu uma diversidade econômica, comportando desde engenhos (o maior número da província)<sup>7</sup> e outras atividades agrícolas e artesanais, até uma ainda existente atividade mineradora, “sem falar na produção de ferro nas forjas domésticas da região” (ANDRADE, 2008). Em Mariana, como em todo o resto da província, as grandes propriedades onde trabalhavam numerosos escravos coexistiram com as pequenas propriedades.

Mariana fazia parte da mesma comarca que a capital Ouro Preto, cidade que concentrava as estruturas e repartições administrativas: o palácio do governador, a junta da Real fazenda e o comando das tropas militares, além de outros órgãos político-administrativos.

Ouro Preto, diferente de Mariana, não teve uma produção agrícola significativa. Contudo, dinamizava o abastecimento devido a sua demografia específica. Quatro atividades mantinham a economia da cidade: a produção aurífera, o comércio, as atividades artesanais e a administração. Para Solange Sabino, a administração fez com que a economia se mantivesse aquecida até pelo menos a mudança da capital para Curral del rei (Belo Horizonte).

A folha de pagamento da administração era uma das principais responsáveis pela entrada constante de capital na economia. As pessoas mais abastadas eram funcionários do termo de Vila Rica ou da Capitania de Minas Gerais e recebiam dinheiro através da folha de pagamento ou por meios fraudulentos. Era infundável a quantidade de empregados da administração, que trabalhavam em vários setores, desde reparos em calçamentos de ruas até ouvidores e provedores. Não há como definir quem trabalhava para o Termo, a Comarca, a Capitania ou o Governo Geral, ou ainda, quem trabalhava para os órgãos considerados independentes como a intendência de Minas (FORTES, 1990: 58).

Como em todo o resto de Minas Gerais, grande província importadora<sup>8</sup> de escravos, Ouro Preto também teve como mão de obra principal a mão de obra cativa. Escravos que trabalhavam não só na mineração, mas em outros conjuntos diversos de atividades. Segundo Solange Fortes, é “interessante observar que com o declínio da mineração, não houve mudança dos escravos para região do *Plantation*. Sempre houve queixas sobre o preço do escravo e sobre sua escassez” (FORTES, 1990: 55).

Eram proprietários de escravos tanto os grandes quanto os pequenos agricultores, tanto os pecuaristas, tropeiros, comerciantes, funcionários públicos, quanto os padres e outros funcionários da Igreja, bem como os profissionais liberais, artesãos e magistrados. Neste contexto:

Mais raramente um jornaleiro poderia ser proprietário de escravo e, por vezes, um cativo representava o sustento de uma pessoa idosa. Pequenos produtores independentes somavam a mão de obra familiar à de escravos (SILVA, 2002, 57).

A mão de obra escrava era utilizada para complementar o trabalho em pequenas e médias propriedades, além de servir de auxílio para o trabalho em produções familiares. Deste modo, no primeiro quartel do século XIX, existiam escravos que trabalhavam:

---

7. “[...]na década de 30 dos oitocentos eram 297 – praticamente 15% dos engenhos instalados na Província. Também possuía o maior número de vendas, por onde, possivelmente, muito da produção da aguardente era escoado” (ANDRADE, 2008: 229).

8. Segundo José Luís Ribeiro Fragoso, 48,4% dos escravos africanos saídos do porto do Rio de Janeiro, entre 1825 e 1833, eram encaminhados para Minas Gerais, província onde predominavam os pequenos escravistas; enquanto o Vale do Paraíba e o Norte Fluminense, “áreas agroexportadoras”, adquiriram, juntas, 36,4% destes escravos. (ANDRADE, 2008: 108).



[...] em atividades artesanais ou na agricultura de subsistência. Trabalhavam a mando do seu senhor ou conseguiam concessão para trabalhar por conta própria, pagando a jornada ao seu dono. Nesses casos, a vida do escravo assemelhava-se muito a vida do homem livre pobre, que normalmente não tinha uma profissão ou especialização (FORTES, 1990: 55).

Além do mais, um escravo também podia ser alugado, tornando-se assim uma fonte de renda complementar, como bem nos faz saber um anúncio colocado no jornal *O Universal*, editado e impresso na cidade de Ouro Preto em maio de 1826:

Quem tiver escravos para alugar, e ainda mesmo pessoas livres que se quiserem ajustar para trabalhar na obra da Matriz de Antônio Dias procurem ao mestre da obra (*O Universal*, 26/05/1826, n.135).

Quem tiver escravos para alugar a 150 rs por dia procure José Dias Monteiro são destinados aos trabalhos da matriz de Ouro Preto (*O Universal*, 09/08/1825, n.009).

Foi a garantia da manutenção da mão da obra escrava, juntamente com a necessidade de distanciar outros segmentos da sociedade do segmento escravo, alguns dos objetivos buscados dentro do projeto político da elite política liberal mineira que, segundo Wlamir Silva, possuía uma relação orgânica com a propriedade. Essa elite mineira, como citamos anteriormente, procurou também reunir e organizar os proprietários em torno do seu projeto liberal. Para isso, entre outros instrumentos, utilizou a imprensa periódica.<sup>9</sup>

A imprensa mineira, como em todo o resto do Brasil, surgiu no mesmo período da construção do Estado nacional e do nascimento das idéias liberais em nosso país, sendo uma imprensa doutrinária e “didático-pedagógica”. Doutrinária porque era voltada para implementação do ideário político, no período liberal-constitucionalista; pedagógica porque, para atingir o referido objetivo, buscava a utilização de estratégias eficazes para a “conquista” dos leitores.

Podemos observar um exemplo do didatismo supracitado em um número de *O Universal*, onde encontramos a impressão de um “diálogo fictício” entre um menino e seu mestre acerca da letra redonda. No decorrer da discussão o menino se interessa por saber o que é *monopólio*. Observamos que na resposta do mestre encontra-se uma discussão corrente onde os liberais contestam a exploração por “Uma Sociedade de Ingleses” das minas de diamantes.

- Muito bem Sr. Mestre: quero agora que v.m. me faça ver alguns exemplos que encaixe a sua definição de monopólio?”

- Satisfazendo pois a vossa apetitosa curiosidade devo trazer-vos a memória o primeiro exemplo de que me lembro. Não tendes ouvido dizer que uma Sociedade de Ingleses pretende extrair os diamantes das nossas Minas mediante uma pequena soma, para os vender exclusivamente as nações da Europa por aquele preço que couber na sua fantasia?

- Sim Sr. Eu tenho ouvido por muitas vezes falar na Paraopebanada, mas cuidei que isso era coisa de comer ou beber. [Podemos observar nesse extrato inclusive o uso de identidades políticas, quando denominam esses exploradores de Paraopebanada<sup>10</sup>]

9. Sobre a eficácia dessa imprensa em um ambiente de significativo analfabetismo, consideramos o seguinte: a- o público alvo desses periódicos eram os proprietários (segmento com um maior percentual de alfabetizados) b – mesmo em uma sociedade com um nível baixo de alfabetização devemos questionar o rótulo de “elitismo” geralmente dado para esse período, pois nesse momento, segundo o historiador Marco Morel: “havia significativos cruzamentos e interseções entre as expressões orais e escritas, entre as culturas letradas e iletradas”. Devemos levar também em consideração as leituras livres dos periódicos que eram feitas em locais públicos e igrejas.

10. Identidade associada aos absolutistas que de acordo com *O Universal* significa na língua Nhomé: Paro = homem diabo, peva = o pior de todos os diabos, bano= seje queimado vivo.



- Assim é meu menino, esses negócios paraopebanicos são em última análise coisas de comer e beber, mas espero que esses ingleses não hão de ter indigestões com essas pedrinhas abrilhantadas ( O Universal, 18/01/1826, n. 80).

Prosseguindo com os exemplos do caráter pedagógico dos periódicos, podemos observar um soneto elogiando o Deputado Vasconcelos e em uma anedota sobre Napoleão Bonaparte que reforça as qualificações do liberalismo.

#### Soneto

Por mais que se conspire o negro abismo  
A denegrirte ó grande Vasconcelos  
Quem poderá negar os seus disvelos,  
Teus talentos e teu patriotismo? (...)

Em patriotismo tens toda a vantagem,  
Ao trono tens amor, tens probidade,  
Tens talento, saber, honra e coragem (O Universal, 10/11/1828, n.221).

#### Anedota

Quando Bonaparte se viu caído, exclamou penetrado de arrependimento e dor: pequei contra as idéias liberais, tudo está perdido (O Universal, 02/11/1829, n. 360).

Ainda sobre o caráter pedagógico dessa imprensa liberal<sup>11</sup>, observamos que vários extratos definiam alguns conceitos (o que é liberdade, constitucionalismo, liberalismo, entre outros) de uma maneira mais acessível aos leitores, como podemos notar em um extrato intitulado *Discurso sobre a economia*: “A única fonte da riqueza é o trabalho. Não era com ouro e com prata que originalmente se comprava a riqueza do mundo, como diz o Sr. Smith, era com o trabalho” (O Universal, 30/12/1825, n.72).

Além desses exemplos, encontramos também nesses periódicos dicionários<sup>12</sup>, fábulas, “máximas e pensamentos”<sup>13</sup>, entre outros elementos que faziam parte da estrutura de narrativa dos “jornais” brasileiros do período. Por serem jornais fundamentalmente políticos, esses periódicos possuíam no cabeçalho a citação de algum autor referente à opção do jornal, o que deixava explícito a que tendência pertenciam. Por exemplo, o periódico *O Novo Argos* possuía em seu cabeçalho a referência de De Pradt: “Le genre humain est en marche, et rien ne le fera retrograder” (O gênero humano avança, e nada o fará retroceder); ou *O Universal*, que trazia em todos os seus números a seguinte citação: “Rien n’est beau que lê vrai: le vrai Seul est aimable” (Nada é mais bonito que a verdade: a verdade em si é amável) frase atribuída a Voltaire.

Por serem políticos e doutrinários, esses periódicos estabeleciam uma escrita cheia de artifícios, tais como exclamações e apóstrofes. Além disso, veiculavam uma linguagem várias vezes figuradas e com expressões que buscavam “impactar”, chamar atenção dos leitores.

11. Esses periódicos publicavam também notícias da Corte, de outras províncias e de outros países, além das situações políticas de nações como Inglaterra, França, Portugal entre outros. Neles podemos ler editais de comércio, ações públicas, extratos de sessões da câmara dos Deputados e do Senado, dos conselhos províncias e de câmaras municipais, além de decretos e avisos ministeriais. Nas palavras de Wlamir Silva: “fazendo às vezes de ‘diário oficial’ no âmbito da província”.

<sup>12</sup> Encontramos no *O Universal* (02/05/1828) 126 um “*dicionário corcundativo*”, lembrando que o termo corcunda já é uma identidade política associando os absolutistas a servos, onde achamos inseridas definições como: “*Tirano [sendo]* aquele que havendo adquirido autoridade suprema, segundo a lei, em seu exercício contraria, ou excede o que essa dispõe”.

<sup>13</sup> *O Universal*, 07/06/1830, n.450. “Máximas e pensamentos”: A educação pública é a mais forte barreira que pode se opor ao despotismo, este monstro nutrindo-se da estupidez, há de forçosamente sucumbir, logo que aquela tenha espalhado pelo povo brilhantes luzes e filosóficas. (Astro)”.

Buscavam, além de tudo, a polarização dos atores envolvidos na disputa política, a saber, liberais e absolutistas, em termos concretos e cheios de transfigurações simbólicas. Expressões como “monstro do servilismo” (O Universal, 01/12/1830, n. 398), ou orações completas como: “Percebemos que o sistema da monarquia constitucional e representativa encerra todos os germes da felicidade e da liberdade a que o homem social pode aspirar” (O Universal, 01/12/1830, n. 398) ou “Nos governos republicanos reinam quase sempre a desordem e a parcialidade” (O Universal, 18/11/1825, n.540), eram constantes nos discursos desses liberais.

Esses periódicos traduziam e transcreviam, como já aludimos, trechos de livros, na maioria das vezes obras filosóficas liberais, que serviam para a implementação direta do projeto liberal. Neles encontramos, por exemplo, a publicação de extratos de obras de autores tais como Montesquieu que duravam algumas vezes seis edições e que vinham comentadas e “facilitadas” para melhor apreensão do leitor, comentários estes que em algumas ocasiões vinham inclusive contextualizados com os problemas da época. Os periódicos liberais publicavam extratos contendo autores como: Bonnin, Fenelon, Voltaire, Mably, Benjamin Constant, Ganih, Dunoyer, Torombert, entre outros.<sup>14</sup> (HORÁCIO, 2008: 8).

Ressaltamos que nossa proposição é a de que a razão de ser desses periódicos era “educativa”, pedagógica e formadora de opinião de tal maneira que até as notícias “descompromissadas” levavam em seu bojo algum elemento “doutrinador”. Podemos observar tal questão: um artigo que fala da Inglaterra leva destacado em seu corpo: “um rei só deve governar pela lei” (O Universal, 26/05/1826, n. 135).

É através desses periódicos que verificamos como a elite política liberal mineira se relacionou com a questão escravista. Damos o nome de questão por considerarmos, como dito anteriormente, que nesse momento a elite liberal mineira buscou equacionar o haitianismo e as pressões inglesas pelo fim do tráfico à necessidade de mão de obra dos proprietários que ela representa, pois, como já vimos, o escravo ainda é em Minas a principal força produtiva e não tem seu número arrefecido na sociedade mineira abastecedora.

Iniciamos esclarecendo que não é nosso objetivo discutir sobre o elemento escravo na sociedade mineira, e sim como esse segmento é encontrado nos jornais, ou seja, qual o lugar do escravo no discurso dos liberais mineiros no Primeiro Reinado.

Observamos, na leitura desses periódicos, que o escravo não fez parte do segmento que interessava o convencimento por parte dos liberais. O escravo nunca é encontrado nesses periódicos como interlocutor, sempre como um elemento do discurso.

O cativo aparece nos jornais em discussões sobre a abolição, em notícias cotidianas sobre a província (como furtos e brigas), em discussões sobre a necessidade da mão de obra de estrangeiros ou em algumas exposições de teses científicas publicadas.

Observamos que nesse período é atribuído ao escravo, pelo menos nos periódicos, uma dimensão de mercadoria. Não que esse fosse visto na sociedade apenas como objeto, contudo, nos periódicos, as referências a esse segmento são sempre tratando-os como produto<sup>15</sup>. Podemos

<sup>14</sup> Desgraçado o povo que não tem leis escritas, constantes e consagradas por toda a nação; que sejam superiores a tudo, e das quais recebam os Reis toda a sua autoridade, pelas quais se lhe conceda fazer todo o bem possível; e não sejam autorizado para fazer mal algum, contra os quais nada posso!!! Eis aqui o que os homens se não fossem cegos e inimigos de si mesmo estabeleceriam unanimemente para felicidade dos povos e dos monarcas. Fenelon. O Universal, Ouro Preto, 21/05/1828, n.134.

<sup>15</sup> Mesmo observando que nesse período o escravo não é tratado nos periódicos como interlocutor, consideramos a existência da possibilidade do escravo ser atingido pelas notícias desses, já que havia práticas de leituras desses periódicos em voz alta em locais públicos, inclusive nas Igrejas. O historiador Marco Morel argumenta também que o escravo não pode ser visto em uma condição homogênea, pois temos exemplos de escravos de ganho e domésticos alfabetizados, além de exemplos de escravos de força alfabetizados na Bahia. Menciona Morel que podemos inclusive pensar que hipoteticamente não era impossível um escravo de ganho comprar um periódico já que recebiam variavelmente 80 rs por dia e, por exemplo, um número do Universal saía a 70rs. Sem falar nos alforriados e nos escravos que possuíam

refletir sobre a plausibilidade de tal afirmação quando observamos, por exemplo, que em um periódico o escravo foi convertido em prêmio de uma loteria para contribuir com a Santa Casa da Misericórdia da cidade de Ouro Preto. Estamos nos referindo ao “Plano da Loteria concedida pelo S.M. o Imperador” (O Universal, 19/12/1825, n. 67) que teve como prêmios:

Uma chácara sita no alto das Cabeças, com casas nobres, e de recreio muito arvoredo, e jardins. 4:000\$000. [...]

Em um casal de escravos com três filhos, trastes, e dinheiro. [...]

Um oratório de dizer missa com todas as imagens, quadros e decorações. [...]

Ainda sobre o caráter de mercadoria ligado ao escravo, vemos nos periódicos, na sessão *Anúncio*, uma grande quantidade de avisos sobre venda ou aluguel de escravos.

Acha-se para vender para fora da terra um escravo ladino da nação Mina, bom cozinheiro, de idade de 28 anos incompletos e bom corpo para lavra, quem o quiser comprar dirija-se à loja de Francisco Xavier. (O Universal, 14/07/1826 n.156)

É também na sessão supracitada dos periódicos que encontramos anúncios sobre a fuga de escravos, anúncios com alto teor descritivo e oferecimento de recompensas. Conjeturamos, inclusive, sobre a possibilidade dessas descrições servirem para manter a sociedade em alerta e incentivar a captura desse elemento.

Fugiu um escravo cabra escuro, nome José Custódio, estatura baixa, cara feia e mal feito do corpo, olhos pequenos, nariz chato com ventas largas, pouca barba e uma cicatriz de bexigas na fonte direita, olhar de porco, pescoço curto e um pouco corcovado, pernas e coxas finas com cicatrizes de ferida nas canelas, pés largos e magros, com sinal de ferida no dedo grosso do pé direito, encontrando dirija-se a redação do O Universal, recompensa. (O Universal, Ouro Preto, 12/09/1827, n.26).

Reforçando nossa supracitada afirmação sobre o escravo não fazer parte dos segmentos a serem atingidos pelo discurso liberal, podemos verificá-la quando encontramos um número significativo de notícias sobre a mortandade de escravos, mortes conseqüentes de repressões ou em navios negreiros. Deste modo, refletimos no sentido de considerarmos que devido ao temor em relação ao haitianismo presente no discurso da elite liberal mineira da época, não seria prudente os periódicos publicarem tais notícias se fossem de alguma maneira direcionadas aos escravos.

Em relação ao haitianismo, podemos examinar tal temor através de indícios em inúmeras notícias que, quando envolvem os cativos, possuem sempre o mesmo sentido nos desfechos: “inspiram bem fundados receios”.

Exemplificamos tal afirmação em uma nota sobre o furto de uma vaca por um escravo que diz: “Corre que o intendente geral da polícia exigira do Senado da Câmara, uma lista de capitães do mato, afim de um ataque contra os quilombos que **inspiram bem fundados receios a todos os proprietários e vizinhos**” (grifo nosso) (O Universal, 10/03/1828 n.103).

Ainda sobre as notícias que apontam o temor em relação ao escravo, encontramos uma em que após o roubo, onde o ladrão fingindo ser D. Sebastião liberta todos os cativos, o periódico

---

uma proximidade com os senhores de tal modo que colaboravam com eles em variados serviços, ainda mais em Minas com a fragmentação do plantel escravo em pequenas propriedades. Contudo, essa hipótese do escravo ser também leitor dos periódicos serve apenas como sugestão de reflexão, pois como já dissemos, não encontramos indícios nos periódicos de serem os escravos interlocutores. (MOREL, 2003: 53).

finaliza a nota dizendo: “este homem aproveitando da ignorância daquela gente, **espalha a discórdia na classe mais perigosa** da sociedade, e proclama liberdade a todos os escravos (grifo nosso)” (O Universal 11/08/1826, n.168). Também sobre esse receio que assombrava a sociedade mineira podemos constatar no seguinte extrato do *O Universal*:

Seria uma quimera procurar conciliar a liberdade dos negros com a segurança dos brancos no nosso país, mas para todo aquele que quiser informar-se do que se passa no país o mais livre do universo, onde os escravos são mais bem tratados, na parte meridional dos E.U.A. está quase demonstrado que a população branca seria necessariamente sacrificada, logo que a negra gozasse em maior número em direitos do cidadão. (O Universal 10/11/1828 n. 208).

Consideramos que esse temor pode também ser verificado quando observamos em uma resolução do Conselho do Governo, impressa no periódico, o aumento do rigor nas penas dos escravos alegando a “promoção da comodidade em geral”.

Art. IV – os escravos que forem achados com armas de defesa sem ser para os serviços, depois da averiguação verbal[...] serão castigados com 25 açoites.

Art. V – idem as penas dos escravos achados em jogo [...].

Art. VI – no caso acima [...] o tono da taverna será multado.

Art. VIII – no caso do escravo embriagado [...] a multa será ao dono da taverna.

Art. XI – o vendeiro que comprar [...] coisas furtadas de escravos será multado [...].

Art. XII – o escravo encontrado em roça, chácara, quintal, sem licença do dono será entregue ao juiz ou comandante do distrito para devidas medidas[...] 50 açoites[...]. (O Universal, 25/08/1825, n.13)

O haitianismo fez parte da questão a ser resolvida pela elite mineira: de conciliar às necessidades de mão de obra dos proprietários e, após o primeiro quartel do século XIX, à pressão inglesa pelo fim do tráfico de escravos.

Observamos esse mote pela quantidade de publicações que envolvem os Tratados pela abolição do tráfico e, juntamente com eles, extratos comentando sobre a situação do segmento escravo no Brasil. Podemos observar tais afirmações em várias notas como a seguinte, em que vemos em um extrato os treze artigos que regularizavam o Tratado que Portugal tinha com a Inglaterra a respeito da extinção do comércio da escravatura.

Art. I – Quatro anos depois da troca de ratificações do presente tratado, não será lícito aos súditos do Império do Brasil fazer o comércio de escravos na costa da África debaixo de qualquer pretexto ou maneira possível.

Art.II – As duas partes contratantes declaram que consideram ser pirataria qualquer comércio de escravatura feitas nas circunstâncias seguintes [...]. (O Universal, 05/12/1825).

Além da impressão do Tratado acima, encontramos a impressão de extratos do mesmo tipo em todos os anos seguintes ao de 1825, como nesse periódico de 1827, em que em uma Carta de Lei o Imperador declara a confirmação do Tratado da abolição do tráfico.

Nós o Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil, fazemos saber a todos, que a presente confirmação, aprovação e ratificação virem, que em vinte e três de novembro de 1826, assinou nesta Côrte como forma de por termo ao comércio de escravatura da Costa D’África, satisfazendo nós assim aos sentimentos do nosso coração [...]

Concluíram os seguintes artigos:

Art I – Acabados os 3 anos da troca de ratificação do presente tratado não será lícito aos súditos do Império do Brasil fazer o comércio de escravos na Costa D’África, pois será considerado pirataria. (O Universal, 15/10/1827, n. 40)

Esses extratos supracitados são alguns exemplos em que podemos verificar o problema a ser resolvido pela elite liberal mineira. Diante dessa questão, observamos que a elite liberal mineira articulou uma “estratégia” para defesa dos seus interesses: a continuidade da mão de obra escrava. Essa defesa deu-se tanto na imprensa como nos “âmbitos legais” i.e., nos Conselhos provinciais ou na Assembléia nacional. Ressaltamos que na busca de uma hegemonia e dentro de uma Cultura Política, essas esferas se complementam.

Para a referida defesa essa elite utilizou os seguintes argumentos: a escassez da mão de obra na província, a descontinuidade da produção conseqüente da redução da mão de obra cativa e o tempo necessário para a adaptação para um outro tipo de mão de obra. Observamos esses argumentos nO *Universal* (19/12/1828, n.225) que traz uma sessão do Conselho do Governo Provincial de 1828, onde o deputado Bernardo Pereira de Vasconcelos propõe a prorrogação da extinção da escravatura:

Bem sabeis que pelo tratado de 23/11/1826, celebrado pelo nosso governo com a Gram Bretanha foi estipulado a extinção deste comércio no curto espaço de 3 anos que hão de findar em 1829 e ninguém há que deixe de prever os males que semelhante tratado a de acarretar sobre a nossa pátria[...] E como em semelhante apuro abolir o comércio da escravatura? Como sem remediarmos a desordem em sem longo espaço de tempo dispensar os braços que tanto nos coadjuvam? Esperar coadjuvação dos indígenas não é o próprio de quem os tem estudado. Mas promete uma bem dirigida colonização d’ estrangeiros, esta porém nem ainda está projetada e não é obra de um dia [...]

Ainda sobre a defesa da prorrogação do tráfico encontramos vários artigos nos periódicos, como no exemplo a seguir do periódico *Courrier du Brésil* inserido nO *Universal*:

O comércio dos negros vai acabar bem depressa no Brasil por efeito do tratado concluído e ratificado em 1827. O Brasil ver-se-ia de repente privado dos braços que vem habitualmente da África. Diante das impossibilidades [...] fica demonstrada de que a riqueza territorial do Brasil depende essencialmente da população africana, que é a mais numerosa e a única diretamente produtiva, tornando o fim da escravidão um grande malefício [...](O Universal 10/11/1828 n. 208).

Desta maneira, verificamos que embora houvesse na sociedade mineira um certo temor ao segmento escravo, devido inclusive a idéia de haitianismo presente, verificamos, através das leituras dos periódicos, que pelo menos nas vozes da elite liberal mineira impressa nos jornais, fica evidente a dificuldade de substituição do escravo e a opção pela permanência do sistema escravista.

Sendo assim, finalizamos nossos apontamentos sobre a escravidão na imprensa mineira, indicando, através dos indícios deixados pela mesma, que não foi o escravo um interlocutor dessa imprensa liberal de caráter pedagógico-doutrinador, além do mais, constatamos no discurso desses liberais que os escravos eram vistos por estes como um segmento perigoso, temor que nos parece não ter sido suficiente para fazer a elite liberal mineira procurar um outro sistema de trabalho alternativo ao escravo.

## Bibliografia



- AMARAL, Alex Lombello. *O Astro de Minas contra a Correnteza*. Monografia de Especialização História de Minas do Século XIX. UFSJ, 2003.
- ANDRADE, Francisco Eduardo de. *Entre a roça e o engenho: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX*. Viçosa: Ed. UFV, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: DIFEL, 1989.
- FILHO, Afonso de Alencastro Graça. *A Princesa do Oeste: elite mercantil e economia de subsistência em São João del Rei (1831-1888)*. Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, tese de doutorado, 1998.
- FORTES, Solange Sabino Palazzi. "Atividades Produtivas em Vila Rica". *LPH- Revista e História, Mariana*, v.1, n.1, p 1990.
- GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. 5 Volumes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002.
- HORÁCIO, Heiberle Hirsberg. "Imprensa e Liberalismo mineiro no século XIX sob o olhar da Nova História Política". *Anais do 2º Seminário Nacional de História da Historiografia*. A dinâmica do Historicismo: tradições historiográficas modernas. Ouro Preto: EdUFOP, 2008.
- IGLESIAS, Francisco: As Províncias do Centro: In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1985, p.364-412.
- LENHARO, Alcir. *Tropas da Moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1802-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.
- MOREL, Marco. BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, Imagem e Poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.
- RÈMOND, René. (org.). *Por Uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.
- RODRIGUES, José Carlos. *Idéias Filosóficas e Políticas em Minas Gerais no Século XIX*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1986.
- SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem às nascentes do Rio São Francisco*. Belo Horizonte: Itatiaia. 1975.
- SILVA, Wlamir. "Liberais e Povo": *a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830/34)*. Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, Tese de Doutorado, 2002.
- WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.



Pablo Bráulio de Souza

Imagens em movimento:  
Moralidade pública, cultura política e caricatura na Imperial Cidade de  
São Paulo

Graduando em História pela  
Universidade Federal de Ouro  
Preto  
pablobsouza@yahoo.com.br

**Resumo**

A proposta deste artigo é analisar a cultura política liberal num momento específico do Império brasileiro em que se percebia o esfacelamento da política de Conciliação, etapa conturbada que foi patenteada pelo gabinete Progressista. Contudo, o lugar privilegiado neste trabalho não é o núcleo do sistema político imperial na Corte, mas sua periferia: a política provincial, especialmente no que se refere às formas de intervenção política de uma facção do partido liberal. Para este fim, serão analisadas as caricaturas publicadas no *Cabrião*, a fim de compreender as funções que o artista/jornalista assumia na conformação da *moralidade pública* na sociedade urbanizada, onde as esferas pública, privada e doméstica tendiam a se distinguir.

**Palavras-chaves:** moralidade pública, cultura política, caricatura.

**Abstract**

This article's proposal is to analyze the liberal political culture at a given moment of the Brazilian Empire when the decadence of the Conciliation politics was perceived, a troubled phase that was made explicit by the Progressive ministry. Nevertheless, the focus of this work is not the core of the imperial political system of the court of Rio de Janeiro, but its periphery: the provincial politics, especially referring to the political intervention ways of a faction of the liberal party. With this objective, the caricatures published in *Cabrião* will be analyzed, in order to comprehend the functions that the artist/journalist took in the constitution of the public moral in the urbanized society, where the public, private and domestic spheres tended to be distinguished.

Enviado em 5 de setembro  
e aprovado em 21 de  
outubro de 2008

**Keywords:** public moral, political culture, caricature.

## A dança dos mortos e a moral pública burguesa

Corria o ano de 1866 e na primeira semana de novembro o *Cabrião* estava no sexto número. Publicara-se ali, desde setembro, não menos que cinco charges contra o *Diário de S. Paulo*, redigido por José Mendes de Almeida, chefe do partido Conservador. O eminente político já devia estar farto das provocações do semanário satírico e, obviamente, arrumaria um bom pretexto para sua desforra.

Era o que se pretendia quando o senhor Cândido Justiniano Silva, proprietário do *Diário*, denunciou Joaquim Roberto de Azevedo Marques, proprietário da Tipografia Imperial, e Henrique Schröder, proprietário da Tipografia Alemã, pela publicação de uma caricatura no *Cabrião*. A queixa foi apresentada ao delegado de polícia e responsabilizava os dois tipógrafos pelo crime de *ofender a moral pública* através de uma imagem denominada *Cemitério da Consolação no dia de finados*, publicada no sexto número do semanário.

O denunciante incorria os denunciados no artigo 279 do Código Criminal que trata do crime policial de “ofender a moral pública em papéis impressos, litografados ou gravados, ou em estampas e pinturas que se distribuïrem por mais de quinze pessoas, e bem assim a respeito destas que estejam expostas publicamente à venda” (CORDEIRO, 1861: 203). De acordo com Cândido Silva, os mortos e enterrados no cemitério público da Consolação haviam sido ridicularizados, sendo que “a religião e a moral pública não só têm imposto o respeito aos mortos, senão também têm considerado o cemitério e o túmulo como coisa sagrada” (AMARAL, 1966: 267), cabendo àquele ato a pena de crime.



O Cemitério da Consolação no dia de finados.

Angelo Agostini. O cemitério da consolação no dia de finados. Fonte: *Cabrião* 6, 4/11/1866

O desenhista italiano Ângelo Agostini<sup>1</sup> teria buscado inspiração para a caricatura na romaria do dia 2 de novembro. O *Cemitério da Consolação no dia de finados* representava homens de fraque e cartola, bebendo e fumando com os mortos do cemitério, todos plenamente alcoolizados

1. Ângelo Agostini nasceu em Vercelli, cidade da província do Piemonte (norte da Itália), em 1842 ou 1843. Sua trajetória até chegar ao Brasil, em 1854, é obscura, mas alguns autores como Antonio Luiz Cagnin, Gilberto Maringoni e Marcelo Balaban nos oferecem algumas informações importantes. Sua mãe, Raquel Agostini, era cantora lírica de renome internacional, segundo Cagnin. Após a morte do pai, Ângelo foi levado para Paris, onde cresceu aos cuidados

após um rega-bofe, lembrando mais uma farra infernal do que uma cena do taciturno recinto da rua da Consolação. Um homem, aparentemente o mais embriagado, com trajes amarrotados e semblante de mágoas, empunha uma garrafa enquanto se apóia num esqueleto ambulante, com quem parece desabafar. Do lado esquerdo, um jovem e um cadáver brindam sentados próximos a uma sepultura. No canto direito, um cavalheiro de bengala passeia de braços dados a uma criatura fantasmagórica; ambos fumam garbosamente. Ao fundo, outra figura macilenta parece dançar ou beijar um indivíduo vivo e, ao centro, uma pequena caveirinha de criança transita em meio àquela bizarra patuscada. Este era o crime. Iria julgá-lo o conselheiro Francisco Maria de Sousa Furtado de Mendonça, delegado de polícia na capital da Província.

Sobre o desrespeito aos mortos, “Um assinante riscado” manifesta sua indignação nas páginas do *Diário de S. Paulo*, três dias após a publicação da caricatura. Afirma o redator que em “todos os países do mundo, *ainda os mais bárbaros*, os mortos, a sua memória, o recinto mesmo em que estão enterrados os despojos daqueles que nos foram caros, são cercados de prestígio, de veneração” (*Diário de S. Paulo*, 7/11/1866, grifos nossos). O artigo atinge um tom de ameaça quando assevera que as punições mais pertinentes ao desrespeito aos mortos deveriam extravasar as penas previstas na legislação:

se um temerário em qualquer país civilizado do mundo (*na Itália por exemplo*)<sup>2</sup> lançasse o ridículo sobre aqueles que foram respeitados enquanto vivos, e que não podem defender-se depois de mortos, seria apedrejado na praça pública como um cão, cuspidado na face por aqueles em cujas veias corresse o sangue dos que descansam no remanso da paz!. O ridículo, o sarcasmo atirado a um vivo, pode ser uma injúria, um crime, mas não é uma covardia revoltante, porque o ofendido tem por si toda a ação que se inscreve na esfera da lei, e até a que sai fora dessa esfera (*Idem*).

O redator elabora uma argumentação em torno da oposição entre nações civilizadas européias e a imoralidade própria das sociedades primitivas. A atitude do *Cabrião* é rebaixada ao limite, não fazendo jus nem mesmo à barbárie. A ofensa feita aos mortos é, para o redator, “uma torpe profanação, é um ato sem exemplo, até entre as hordas selvagens da América” (*Idem*).

Caminhando para a conclusão do artigo, dirige-se aos “moços *brasileiros*”<sup>3</sup> que estão à testa do *Cabrião* uma argüição retórica: “Não terão eles um parente, um amigo sequer dormindo o sono eterno no cemitério da Consolação? Como puderam consentir, sem que o rubor lhes subisse às faces, que se lançasse o ridículo sobre as cinzas de seus parentes, sobre os restos mortais de seus amigos?” Mais do que esperar a resposta dos jornalistas, o redator busca a comoção pública, evidenciando que a imoralidade impediu o caricaturista de ponderar sobre a publicação daquela “triste lembrança” do dia de finados de 1866. Fazia coro àqueles que execravam o *Cabrião*: “desse número desviamos os olhos com indignação, e não mais voltaremos a vê-lo, porque o melhor meio de reprovar uma publicação indigna da imprensa civilizada, é não assiná-la, não lê-la” (*Idem*), recomendava o redator.

---

da avó, enquanto a mãe realizava turnês operísticas. Aos 17 anos, trazido padrasto, o português Antonio Pedro Marques de Almeida, veio para o Brasil onde sua mãe havia assinado contrato com a Companhia Lírica Italiana, no Rio de Janeiro. Agostini teria trabalhado na construção da estrada de ferro em São Paulo antes de se tornar retratista. Depois de iniciar-se no jornalismo no *Diabo Coxo*, em 1864, o caricaturista teve toda sua vida dedicada à imprensa, sendo o fundador e editor de uma das revistas de maior popularidade no Império, a *Revista Ilustrada* (Cf. BALABAN, 2007; MARINGONI, 2006).

2. A referência ao país de origem do caricaturista responsável pela imagem denunciada sugere que a autoria da mesma era de reconhecimento público, ainda que as matérias, imagens e opiniões emitidas no jornal não fossem identificáveis.

3. A ironia do autor, ao destacar a palavra “brasileiros”, ganha um sentido pejorativo quando o redator, após reconhecer de forma implícita a nacionalidade italiana do desenhista, revela também que outros estrangeiros estavam envolvidos na produção do jornal humorístico, como os tipógrafos Henrique Schröder (alemão) e José Maria Lisboa (português).

A caricatura, o processo e o artigo do *Diário* colocavam os termos em que o debate iria se desenrolar nas quatro semanas seguintes. Américo de Campos<sup>4</sup> assumiu a responsabilidade pela publicação e inocentou os tipógrafos. Advogado, defendia-se em causa própria. Cândido Silva era representado pelo seu sócio no *Diário*, Mendes de Almeida. Depois de alguns dias de embate processual a fim de definir a quem competia a denúncia, por se tratar de crime policial, insistindo o suplicante que coubesse ao promotor público, o conselheiro Furtado convocou as partes e suas testemunhas para nova audiência.

A defesa argumentou que a denúncia não tinha base jurídica, pois que a mesma estabelecia dois elementos distintos como características da estampa aludida: 1) a circunstância de representar esqueletos em companhia de vivos e cometendo atos somente próprios de gente viva e não de mortos; 2) a circunstância de ser dada a cena no recinto de um cemitério, que é coisa religiosa. Américo de Campos questiona onde estaria a imoralidade pública no primeiro elemento: “São a imagem de vida ou da morte, coisas indecentes, ou as duas imagens figuradas em um esqueleto vivo é uma imoralidade?” (*apud* AMARAL, 1966: 275). No caso do segundo elemento, alega que a criminalidade (se ela existisse) deveria referir-se determinadamente à religião, devendo ser incorrida nos artigos do Código Criminal que tratam de crimes dessa natureza. Por fim, sustenta:

Supusesse-se, no entanto, sem base o argumento. Que algo houvesse de verídico na acusação para ser incriminado em face do art. 279 do Código. Não caberia, mesmo assim “aplicação exata entre o artigo duzentos e setenta e nove e a estampa responsabilizada”, pois ela é apenas uma “caricatura satírica, simboliza uma idéia determinada e positiva”. (...) E a quem se dirige a sátira? Aos vivos, aos mortos, ao cemitério, ou a todos eles? Certamente e sensatamente aos primeiros. (*Idem*, grifos nossos)

A caricatura não negava a moralidade, não conclamava os mortos a se levantarem e nem convidava os vivos a, com eles, usufruírem os prazeres mundanos. Além de justificar-se perante o delegado sobre a adequação das formas utilizadas aos efeitos pretendidos, esclarecendo que não houve abusos e que a intenção da caricatura era justamente *corrigir os costumes* dos vivos, Américo de Campos precisava também responder às acusações do *Diário* perante o público. Suas opiniões foram manifestas através de artigos no *Correio Paulistano*, dos quais destacamos dois. O primeiro veio imediatamente, no dia 8, para colocar a opinião pública a seu favor:

O Cabrião conhece a palmos o caminho difícil que tem a seguir através da população, que ele julga sensata, porém que está sujeita a ser iludida pelas insinuações de alguns espíritos inimigos de todas as luzes e de todos os cabriões deste mundo. Um artigo que foi publicado pelo *Diário* de 7 do corrente, chamando a odiosidade pública sobre uma caricatura do 6º número do *Cabrião*, está na classe das tais insinuações. (*Correio Paulistano*, 8/11/1866)

---

4. Américo Brasília de Campos era redator do *Correio Paulistano* e um dos proprietários do *Cabrião*. Nasceu em Bragança Paulista, em 1835, mas transferiu-se para Campinas, na companhia dos pais, quando tinha a idade de dez anos. Em 1856 matriculou-se na Faculdade de Direito, na capital da Província. Os poucos que escreveram sobre sua biografia, como Carlos Penteadó Rezende e Martim Francisco III, descrevem-no como um tipo curioso no universo acadêmico. Pouco aplicado aos estudos de Direito, mas de uma cultura vasta, que o teria feito um homem cético e racionalista. Dava aulas de música até a obtenção do título de bacharel, em 1860, quando foi nomeado promotor de Itu. Dali, regressou em 1865 para abrir seu escritório de advocacia na capital. Ingressou na redação do *Correio* em 1866, mesmo ano em que fundou o *Cabrião*. Daí em diante teria sua vida dedicada ao jornalismo, onde defenderia, nas décadas seguintes, as causas abolicionista e republicana. Em 1874, abandona a redação do *Correio* para se unir a Rangel Pestana e, no ano seguinte, fundar *A Província de S. Paulo*, jornal que, com o advento da República, seria rebatizado como *O Estado de S. Paulo*. Também é fundador do *Diário Popular*, em 1884, onde atuou ao lado de Martim Francisco e José Maria Lisboa. Na última década do século XIX, foi nomeado cônsul em Nápoles (único cargo público que exerceu durante a República), onde faleceu em 1900 (Cf. REZENDE, 1950, e FRANCISCO, 1921).

Explica que aquela caricatura não ofende “nem vivos nem mortos, pela simples razão de comportar uma *coisa impossível*”. Afirma que a sátira ali existente “é uma *idéia verdadeira*, e que está no espírito de todos” (grifos nossos); refere-se “não aos mortos que não devem levantar-se de suas sepulturas [*coisa impossível*], mas ao desrespeito que geralmente ostentam os que visitam o cemitério [*idéia verdadeira*], não como quem vai ali cumprir um ato religioso, mas como quem vai a um lugar de passeio e de pagode, de chapéu na cabeça, charutinho na boca, e a dizer sandices e blasfêmias, como devem ter visto e ouvido, e como está representado na caricatura aludida”. O redator explica o procedimento caricatural afirmando que ele exagera os vícios para torná-los bem salientes. “Nesse sentido é que deve ser compreendido o painel do cemitério da Consolação, pintado pelo Cabrião: é o sentido natural: e bem se vê que o seu fim é justamente defender aquilo que o artiguista do *Diário* entende que foi menosprezado” (*Idem*). A partir daí, o redator do *Correio* procede como o seu adversário do *Diário de S. Paulo*, utilizando o ataque como estratégia de defesa perante o seu público, abusando de artifícios retóricos. O *Cabrião* põe em questão a honestidade e a inteligência de seu opositor e conclui o artigo com um agradecimento irônico:

Temos certeza de que o articulista [do *Diário*] não é quem se inculca, e que diz o que diz não porque assim pensa, mas porque deseja especular com a credulidade pública para guerrear o *Cabrião*, que tem aberto os olhos a muita gente, e que por tal motivo não agrada aos desmascarados. Se acreditássemos o contrário, isto é, se julgássemos que o articulista procedia com sinceridade, então ver-nos-íamos obrigados a pô-lo na classe dos pobres de espírito e dos sandeus, que não tem um pouco de inteligência para compreender uma *caricatura severa, justa e espirituosa, mas, em todo caso, inofensiva debaixo do ponto de vista em que foi encarada*. O *Cabrião* conhece os inimigos que tem, e sabe fazer deles o devido caso. Fez, entretanto, esta declaração para que o público sensato aprecie o espírito venenoso daqueles tais, e por aí avaliem o seu quilate. (...) Em último lugar o *Cabrião* agradece ao articulista um serviço importante: em conseqüência do seu artigo, que despertou sobremaneira a curiosidade pública, ontem esgotou-se o resto da tiragem existente do 6º número do *Cabrião*, que foi procurado por grande número de pessoas não assinantes, somente porque o articulista havia falado. (...) A irem assim as coisas, o *Cabrião* ver-se-á em breve na necessidade de mandar fazer sacos para guardar tanta honraria (*Idem*).

O revide do *Cabrião* ao artigo do *Diário* não estava terminado. Américo de Campos precisava responder à acusação de que a atitude do caricaturista era tão detestável que a colocava aquém da relação barbárie/civilização. Precisava desmistificar aquelas palavras que lançaram sobre ele a mácula da incivilidade e, portanto, da imoralidade pública. Para isso, inverteu a argumentação do redator do *Diário* ao publicar mais um artigo no qual informava os leitores que a dança dos mortos não era coisa nova: “passaremos em revista as mais afamadas danças dos mortos que as Belas-Artes têm registrado em seu catálogo” (*Idem*). O redator elencava dezessete obras de arte que decoram igrejas, conventos e museus nas nações mais civilizadas da Europa. Procedendo assim, os responsáveis pela caricatura acreditavam ter desfeito o feitiço lançado pelo *Diário*.

Com esse raciocínio e buscando isentar a caricatura das acusações que lhe eram imputadas, as testemunhas de defesa se apresentaram ao conselheiro Furtado. O litógrafo português José Maria Lisboa sabe que a estampa tem um fito único: “criticar os indivíduos que praticam atos desrespeitosos no cemitério da Consolação”. Ângelo Agostini, autor do desenho, entende que ele critica “os indivíduos comparecentes no Cemitério, os quais se portam com desrespeito ao lugar dos mortos”. Por fim, Antônio Manuel dos Reis, co-proprietário do jornal, alega que “a intenção da redação, e do responsável pela caricatura responsabilizada, foi a de satirizar a falta



de respeito com que, de ordinário, muitas pessoas se apresentam no asilo dos mortos” (AMARAL, 1966: 276).

O promotor público considera que, na imagem, não parece ofendida a moral pública e que os bons costumes são respeitados: “do exame da mesma estampa, fácil e intuitivamente se colige que a intenção (...) era corrigir costumes, ridicularizando os atos inconvenientes daqueles que não respeitavam o cemitério público”. O parecer do promotor deixa claro não haver matéria para condenação do réu e permite escapar uma opinião sobre a caricatura: “Em todo o caso é certo que não há na estampa aludida ofensa evidente à moralidade pública, podendo quando muito considerar-se um *gracejo de mau gosto* que não dá, contudo, lugar à imposição de pena” (*Idem*: 276-277).

Por fim, a sentença do delegado de polícia é favorável ao réu, considerando, além do fato de que a caricatura não apresenta a fisionomia de nenhum indivíduo reconhecível e nem os mortos são identificáveis, que:

os esqueletos, impróprios no caso, só mesmo que muito grosseiramente sensibilizam o pensamento (...) se o executor do pensamento poética e artisticamente procedesse, mostrando entender a linguagem de que deveria servir-se, em que nada deve haver de excesso ou defeito, para que a imaginação se apresente revestida de suas verdadeiras formas exteriores: – portanto, à vista do exposto e mesmo que dos autos consta, absolvo o réu da acusação *affi. intentada* (*Idem*: 277).

Mencionar o processo do Cabrião, evento curioso e transitório, pode justificar-se para os fins deste artigo pelo fato de encontrarmos nele oportunidade – se não única, ao menos rara – de observar como a *função* da caricatura era percebida pelas personalidades públicas do Império naquele momento. Embora o *Diabo Coxo* (1864-1865) e o *Cabrião* (1866-1867) tenham sido os primeiros jornais humorísticos ilustrados de São Paulo, a caricatura já era um gênero conhecido e sua linguagem, dentro de certos limites, permitida e estimulada pelas autoridades políticas e pelo público leitor. A opinião do promotor, nesse sentido, deixa claro que, embora considerada um *gracejo de mau gosto*, aquela caricatura não representa prejuízo à moralidade pública, sendo, ao contrário, um benefício no sentido de *corrigir os costumes*. O delegado vai mais longe, informando que alguns elementos utilizados não são apropriados à linguagem poética e artística que deveria conter a caricatura, mas que a acusação não procede por não haver nela quaisquer excessos.

As revistas ilustradas traziam um elemento novo ao debate público, qual seja, o humor representado graficamente através da caricatura, gênero permitido e incentivado, mas que estava sujeito a uma série de normas impostas pela *função pública* que lhe fora atribuída por sua própria tradição.

A argumentação de Américo de Campos durante sua defesa inseriu na contenda uma dúvida curiosa: se tratasse a caricatura de ofensa ao recinto sagrado do cemitério ou mesmo ao culto à vida eterna celebrado no dia de finados, conforme a tradição católica determina desde o século XI, por que o denunciante não incorrera o crime (se é que ele existia) nos artigos do Código Criminal que tratam das ofensas à Religião? Referimo-nos especificamente ao de n.º 277, que considera como crime “abusar ou zombar de qualquer culto estabelecido no Império, por meio de papéis impressos, litografados ou gravados, que distribuïrem por mais de quinze pessoas” (CORDEIRO, 1861: 202). Ainda que o jovem advogado não tenha persistido com esse questionamento, por não ver nele grande importância para a comprovação de sua inocência, pormenorizá-lo neste trabalho pode ser de grande importância para a reflexão sobre o papel crítico do artista/jornalista na sociedade que analisamos – papel este reconhecido pelas autoridades do Império, mesmo que entendessem a caricatura como um *mau gosto*, questionando a adequação das fórmulas estéticas à intenção moralizante do autor, como atestam os pareceres do processo narrado acima.

Veremos adiante que o papel da caricatura no desenvolvimento de uma moral própria da esfera pública burguesa se desvela com maior facilidade quando observamos a luta encampada pelo artista/jornalista para romper com a influência que os clérigos exerciam sobre a população, o que também significa dizer que essa era uma luta contra mais um dos legados da colonização. Assistimos ao embate entre duas moralidades: a burguesa e a religiosa. A opção dos denunciantes pelo discurso da moral burguesa e não pelo da moral religiosa sugere que, naquele momento, a noção de moralidade pública já estava bastante sedimentada no ambiente urbano, fazendo os interlocutores – mesmo os defensores de um catolicismo mais austero – recorrerem a outras linguagens disponíveis que não somente àquelas delimitadas pela religião católica.

A discussão a respeito da *moralidade pública*, associada ao liberalismo e à constituição de uma esfera pública burguesa, conforme a define Jürgen Habermas (a esfera das pessoas privadas reunidas em um público) nos serve de ponto de partida para avançar a nossa análise para além das intrincadas disputas políticas internas na província de São Paulo. Apesar das dificuldades de ampliação da esfera pública, no Brasil oitocentista havia uma noção de *bons costumes* estabelecida por princípios não somente religiosos, mas permeada de valores burgueses.

No século XIX a constituição da esfera pública burguesa no Brasil teve sua expansão limitada, segundo Valdeí Lopes de Araújo, em razão da permanência de dois atores sociais durante o Império: a escravidão, “que impediu a ampliação do setor privado na medida em que o mundo do trabalho deveria permanecer invisível”; e um espaço doméstico/patrimonial (tanto do lado da sociedade – quando pensamos no latifúndio escravista, quanto do Estado – quando pensamos na herança patrimonial ibérica). “Estes dois espaços domésticos (o do Estado e da sociedade) se aproximavam de forma perversa visto que ambos desconheciam a moderna separação público/privado”, o que impediu a “autonomização da sociedade civil e o fortalecimento do setor privado enquanto fonte da esfera pública” (ARAÚJO, 1999: 189).

Uma das implicações da permanência desse espaço doméstico/patrimonial era a importância atribuída ao catolicismo na vida pública, especialmente no meio rural. No ambiente urbano, contudo, a Igreja passaria a dividir esse espaço com outros atores sociais, que acabariam por contestar o seu monopólio sobre a formação do indivíduo. O lugar tradicionalmente ocupado pelo clero seria reivindicado pelos profissionais liberais, pelos estrangeiros e protestantes, que se misturavam nas principais cidades brasileiras.

### **Cultura política liberal e a esfera pública burguesa**

São Paulo era uma cidade com características rurais significativas na primeira metade do século XIX. Ernani Silva Bruno relata que, naquele tempo, a capital da província era, sobretudo, um “burgo de estudantes”. Era a presença deles, em função da Faculdade de Direito, que arrancava a capital da província de seu sono colonial (BRUNO, 1953: 454). Nessa época, para Sérgio Adorno, a instituição acadêmica pouco contribuía para a formação de juristas. Eram as atividades extra-curriculares desenvolvidas em torno dela (associações acadêmicas e publicação de periódicos literários e políticos) responsáveis pela formação intelectual e profissional dos bacharéis, indivíduos moralmente preparados para fornecer quadros para as atividades burocráticas e parlamentares do Império, substituindo a tradicional administração joanina e constituindo o Estado independente e constitucional.

Desde a década de 1830 a prática do publicismo político-literário acadêmico difundia uma moral pública que reclamava padrões de sociabilidade e bons costumes que consagrassem leis e instituições promotoras da felicidade dos homens, bem como sua conservação física e moral, afastando as ameaças que se pusessem contra a unidade política e a independência da nação. Ainda de acordo com Sérgio Adorno, o objetivo dessa imprensa era disciplinar a vontade dos leitores e repousava na esfera da moralidade – “nebuloso espaço que torna viável estabelecer pontos de contato, intercâmbio e equilíbrio entre razão e paixões políticas” (ADORNO, 1988:

169). O redator, que estava atento à transmissão de mensagens políticas e idéias estéticas, não concitava o leitor nem à inércia nem à revolução, pretendendo disciplinar sua vontade segundo o princípio da prudência e da moderação.

A estratégia do jornalista acadêmico era convencer o leitor de que bastava elevar os princípios morais da população para que a nação trilhasse pelo caminho da civilização, “mediante um governo constitucional, estável e duradouro, que assegurasse as liberdades individuais contra os inconvenientes do poder soberano ilimitado; vale dizer, o indivíduo moralmente robustecido abrigava-se, com maior eficácia contra o absolutismo” (*Idem*).

A literatura ganhava um espaço destacado na estetização do pensamento político e no uso da linguagem retórica, prática que buscava envolver emotivamente os leitores. A produção literária como instrumento pedagógico (veiculada tanto nos jornais acadêmicos como na imprensa da cidade) visava educar os sentimentos do povo brasileiro, o que significava promover a convergência das forças sociais e políticas em um único sentido: a luta contra o fantasma do colonialismo sem incorrer nos perigos do radicalismo, próprio das camadas populares, incivilizadas. Era necessário constituir uma elite moralmente sadia a fim de evitar extremismos que pudessem abalar a estabilidade do governo constitucional, afastando o risco do despotismo.

Impunha-se a produção de um tipo de cultura política que contivesse pela razão as paixões políticas, introduzindo um trânsito adequado, sob a ótica do projeto liberal de construção do Estado Nacional, entre o fazer e o representar, o agir e o escrever, o atuar e o pensar. Daí que a cultura política liberal se ajustava ao modelo pretendido, mesmo porque repousava na defesa das liberdades individuais sem comprometer o direito à propriedade. Logo, profissionalizar o bacharel, segundo os modelos de ação e representação indicados pela cultura política liberal, significava educá-lo enquanto indivíduo, desenvolver-lhe a sensibilidade, apurar-lhe o gosto, aprisionar-lhe a alma e as emoções. A poética e a prosa integravam-se a esse propósito. (...) O prazer estético proporcionado pela arte literária representava seguro veículo de sedução da consciência. (*Idem*: 171)

Essa cruzada moralizatória, que visava a superação da barbárie, foi intensificada a partir da década de 1850, quando o desenvolvimento urbano acentuou-se, estabelecendo relações sociais mais intensas. “Mais do que nunca, acreditou-se que a ciência e o pensamento, deveriam intervir no curso da história, organizar a vida humana e impor padrões adequados e civilizados de sociabilidade” (*Idem*: 176).

O período correspondente às décadas de 1850-1860 foi caracterizado por reformas e transformações que tiveram importantes reflexos para o desenvolvimento urbano de regiões do centro-sul do país. O fim do tráfico de africanos para o Brasil, em 1850, gerou um excedente de recursos que passaram a ser destinados a outros negócios, geralmente em benefício dos núcleos urbanos. São Paulo, em função do crescimento das lavouras de café, foi uma das regiões mais afetadas. O decorrente aumento do tráfico interno de escravos transferiu os cativos de outras regiões para as áreas cafeeiras, transformando a cidade em importante entreposto comercial, o que requereu o melhoramento nos serviços públicos em decorrência do relativo aumento populacional e das condições exigidas pelos novos habitantes.

Fazendeiros que fixaram residência na cidade, novos comerciantes, funcionários da administração provincial, artistas, professores e estudantes da Academia de Direito (que teve significativo crescimento no número de matrículas nessa época) demandavam novos serviços públicos, novas formas de sociabilidade e novos hábitos que alteraram a fisionomia da cidade, diversificando os costumes e os tipos humanos – uma nova ordem social que fazia com que a cidade convivesse, simultaneamente e por vezes de forma conflitante, com aspectos da sociedade

rural e tradicional. (MORSE, 1954: 96-124; BRUNO, 1954: 807-857; HOLANDA, 2002: 1048; FREHSE, 2005: 51-92; ADORNO, 1988: 176-180).

Foram os estudantes e lentes da Academia de Direito os beneficiários imediatos da diversificação do comércio e das oportunidades alternativas de lazer.

É em torno dessa elite intelectualizada que foram, na década de 1860, fundados hotéis, confeitarias e docerias, alfaiatarias e barbearias, livrarias. É nesse contexto que o teatro, as casas de prazeres e a vida boêmia se tornaram focos imediatos da atenção do acadêmico. Não sem razão, a vida associativa diversificava-se, e a imprensa periódica conhecia uma fase inusitada de proliferação (ADORNO, 1988: 179).

Não somente os avanços das técnicas de reprodução de impressos permitiram a diversidade de jornais acadêmicos, literários e políticos. Para Adorno, a diversificação da própria sociedade (com seus novos tipos humanos e repertórios de temas) favoreceu a um aperfeiçoamento de recursos lingüísticos, literários e jornalísticos, bem como um redimensionamento das características esboçadas nos periódicos acadêmicos das décadas anteriores. O publicismo acadêmico impôs-se porque se constituiu em instrumento de educação cívico-intelectual e sentimental do bacharel.

Os redatores decidiram inaugurar definitivamente a ‘cruzada civilizatória’ e empreender, como verdadeiros *almotacés* da moralidade pública, o combate aos vícios e males que julgavam promover patologias quase incuráveis na anatomia do Estado brasileiro. Estratégias políticas foram esboçadas no sentido de transformar bacharéis em cidadãos que sobrepujassem o amor à pátria acima do amor próprio e dos interesses exclusivamente particulares, que nunca visualizassem a autoridade do Estado sob a forma repressiva e que, ao cumprirem seus deveres cívicos e obrigações jurídicas, reforçassem a soberania do Estado. (*Idem*: 181)

Nessa época os grandes proprietários de terras começavam a transferir suas residências para o meio urbano, impelindo-lhes a separação definitiva entre a esfera particular e a doméstica.

A tradicional família rural era caracterizada pela presença marcante do patriarca (autoridade doméstica, privada e política). O padre (autoridade religiosa) exercia a função de moralizar a sociedade que se construía em torno dessa ordem patriarcal. Padre e patriarca amalgamavam uma autoridade pela relação de obediência a qual estavam submetidos os estratos sociais e a grande família.

A influência do catolicismo, na vida social e política, foi preponderante durante toda a época monárquica. Para Ângela Alonso, um dos pilares da tradição imperial era o *catolicismo hierárquico*. A socióloga afirma que do catolicismo vinha a representação da monarquia como uma comunidade irmanada por um princípio superior comum, supra-humano. “Por esta via, a sociedade imperial encontrava um lugar para os homens livres pobres e os escravos: sua incorporação era simbólica. O catolicismo dava os meios simbólicos da legitimação do trono: a forma litúrgica do regime, a representação hierárquica da sociedade e o combustível de uma sociabilidade tradicional” (ALONSO, 2002: 64).

A Igreja, como religião de Estado, dava auxílio a este no controle social, especialmente onde os braços estatais eram mais curtos: no meio rural. “A religião de Estado era o veículo necessário de controle social porque o Estado não lograra ainda realizar sua tarefa pedagógica de transformar todo o ‘povo’ brasileiro em ‘opinião pública’” (*Idem*: 65).

No ambiente urbano, o intelectual (artista/jornalista) passou a contestar a posição da Igreja na formação do indivíduo, seja no ambiente doméstico ou na vida política. A família

urbana formava a base de uma nova sociabilidade, caracterizada pelas crescentes tensões entre o setor público e o setor privado, mediadas pela esfera pública política – a esfera das pessoas privadas reunidas em um público, segundo Habermas.

A pequena família (assim como o mercado) são as gestoras do espaço público político na cidade. Daí que ela assume um papel importante na formação sentimental do indivíduo para a ação pública.<sup>5</sup> Essa transição no Brasil, contudo, é feita de forma pouco mediada, passando, de forma súbita, da esfera da subjetividade (produção estética-literária) para a pública (ação política). A dificuldade de institucionalização que a esfera pública encontrará no Brasil explica em parte esse processo. A literatura exercia assim uma função pragmática da qual a ação política não prescindia (ARAÚJO, 1999: 173).

Nesse contexto podemos perceber a importância atribuída ao intelectual de forma geral e ao artista de maneira específica, em detrimento da posição do religioso de profissão, ainda preponderante durante o século XIX.

### Imprensa humorística e radicalismo político

As representações do clero trazidas pelo *Cabrião* mostram padres devassos e hipócritas que atuavam na vida pública provincial de forma promíscua. Encarados como continuadores anacrônicos de idéias e práticas despóticas e corruptas numa sociedade que só enxergaria o futuro liberal, os jesuítas são tomados como parceiros ardilosos dos conservadores em sua política estagnada: são os responsáveis por propagar entre os indivíduos uma fé maligna com o objetivo de obscurecer a consciência do povo.

Se durante o Império alguns não compreendiam a sociedade sem moral e a moral sem Igreja (ALONSO, 2002: 64), os responsáveis pelo *Cabrião* entendiam que a moralização da sociedade só poderia ocorrer com a extinção da influência da Igreja sobre o espírito dos indivíduos. Afinal, como dizia o segundo número do jornal humorístico: “O *Cabrião* foi criado para moer a paciência dos jesuítas, para amolar os *vinagres*, para enforcar todos os cascudos existentes e por existir” (*Cabrião*, 7/10/1866. “Mais cavaco”). Prometia fazer de cada domingo um dia de ira!

Essas palavras tornam claro que o *Cabrião*, desde o início, estava disposto a lutar por um espaço que ainda era ocupado pelo clero, cujo profundo envolvimento com os interesses conservadores era destacado como a mais imoral de suas características, como se vê num poema satírico publicado no número 23. O enunciador afirma logo sua predileção pelas instituições monárquicas: “Sou cascudo, tenho dito/ Ninguém me diga que não;/ Adoro o rei, e os frades/ E curvo-me a um barão.” Depois demonstra sua aversão às idéias progressistas: “Tudo que cheira a progresso,/ Quanto é novo e liberal,/ Repulsa-me a consciência/ Aos nervos produz-me mal.” Em seguida, o tom irônico é acentuado para expor a própria condição do enunciador: “Nas hostes conservadoras/ Desde cedo me alistei;/ E de viver na conserva/ Cascão terrível criei.” O poeta denuncia a cumplicidade dos religiosos, que estariam por trás de práticas tão estagnadas: “Neste partido potente,/ Existe a mais pura luz;/ Temos rei, frades, fidalgos,/ E a Companhia Jesus.” E associa o despotismo à sisudez e falta de graça dos seus pares: “Aqui o povo é sisudo,/ Não quer «prévia» não tem voz,/ Aqui só existe um chefe/ Que governa a todos nós.” (*Cabrião*, 10/03/1867).

Se o clero não alcançara o distanciamento necessário da sociedade para avaliá-la do ponto de vista moral (uma vez que o próprio clero estava envolvido em relações civis e políticas imorais), caberia ao artista/jornalista assumir essa função. Essa posição privilegiada do artista/jornalista justificava os arroubos estéticos da caricatura, que fugia provisoriamente da realidade para retornar a ela sob a forma da moral.

---

5. As atividades da casa e do mercado passam a se constituir em interesse geral como fontes da esfera pública. Cabia à imprensa moralizá-las com ajuda pedagógica da arte literária.



Ao analisarmos as defesas empreendidas pelo *Cabrião* para se safar da denúncia contra o *Cemitério da Consolação em dia de finados*, vimos que o articulista afirma que aquela imagem não ofendia nem vivos nem mortos pelo fato de comportar uma coisa *impossível* e uma idéia *verdadeira*, configurando uma argumentação à primeira vista contraditória.

A caricatura representa uma situação impossível, fantástica (mortos que saem de suas sepulturas), sem faltar com a realidade, com a verdade de que os que freqüentam o cemitério o fazem de forma inadequada. A caricatura, para o *Cabrião*, apresenta o paradoxo entre o “impossível” e o “verdadeiro”. O objeto da caricatura é revestido de certa magia: mortos que se levantam de suas sepulturas e vão festejar com os vivos (uma coisa impossível). Porém esse procedimento torna mais evidente o desrespeito que geralmente ostentam os que visitam o cemitério (idéia verdadeira e que está no espírito de todos). Muitos indivíduos se acostumaram a freqüentar aquele recinto sem render-lhe o devido respeito, comportando-se de forma adversa aos atos religiosos praticados ali. É esse o costume que a caricatura quer extirpar.

Embora não reitere sua tese sobre o surgimento da caricatura com a mesma certeza que fez em artigos anteriores, Ernst Gombrich não parece refutá-la em *Arte e ilusão*. Para o historiador, a caricatura nasceu quando a magia desapareceu, o que explica o seu surgimento tardio na arte ocidental. A resposta “estava justamente na constatação de que, enquanto a humanidade se viu submetida ao medo da magia, impor alguma distorção fisionômica à imagem de alguém não poderia ser considerado, em absoluto, uma brincadeira ou um jogo prazeroso” (NERY, 2007: 15).

Se o autor está se referindo à *caricatura-retrato*, o mesmo serve também para aquilo que se entende por *charge*, imagem satírica que remete a situações, fatos ou idéias da vida comum (como é o caso do episódio do *Cemitério da consolação*), e não propriamente à fisionomia dos indivíduos. As caricaturas adquirem assim um aspecto mítico no sentido elaborado por Ian Watt, uma vez que a imagem organiza a vida social, transformando uma série de fatos estranhos numa compreensão comum, estabelecendo uma unidade de significado. Ao fazer sentido para o público, a caricatura procura motivar nele uma série de ações moralizadoras.

Em “O experimento da caricatura” (1956), publicado como capítulo de *Arte e ilusão*, Gombrich está mais preocupado com o problema da percepção. A invenção da caricatura, por ser um gênero pictórico-literário menor e ligado ao humor, permitiu aos artistas uma liberdade maior para experimentar novas respostas para os problemas de estilo. “Fixando-se na caricatura como uma sofisticada operação perceptual, o historiador desenvolve uma tese singular a respeito do estudo da expressão fisionômica e da arte cômica, enquanto fundamento da experimentação artística que abriria caminho para o que ele compreende como arte moderna” (*Idem*).

Se pensarmos no seu aspecto político, a caricatura naquele momento de lutas partidárias permitiu que os agentes envolvidos na sua produção e circulação experimentassem novas estratégias de intervir no debate público. A condição de marginalização política e estética experimentada pelos próprios agentes e pelo gênero escolhido permitiu que eles executassem performances diferentes dentro dos limites impostos pela função moralizadora da caricatura e pelas linguagens disponíveis. Por ali, começaram a manifestar as primeiras expressões de um radicalismo que se exacerbaria nos anos subseqüentes. A impaciência com a inércia que tomava conta do Império<sup>6</sup> e o golpe de 1868 levariam à criação do Clube Radical e, posteriormente, à criação do Partido Republicano ainda naquela década. Esses movimentos tiveram o envolvimento direto das personalidades intimamente ligadas à publicação dos semanários humorísticos paulistanos, como Américo de Campos e Luiz Gama.<sup>7</sup>

---

6. Na visão do *Cabrião*, esse sentimento de inércia era atribuído aos poucos avanços do gabinete Zacarias e à atuação de Caxias no Paraguai.

7. Na década de 1850, a política de Conciliação favoreceu a estabilidade política após as agitações dos anos anteriores e, conseqüentemente, as reformas e os avanços materiais verificados nas décadas seguintes. A partir daí, até 1878, segundo Ilmar de Mattos, o reinado de Dom Pedro II (1840-1889) foi caracterizado pelo domínio conservador, exceção feita ao

Toda “inovação” é normalmente acompanhada de erros e correções, cujo controle é exercido de maneira nem sempre estável. Ainda que as imagens elaboradas por Agostini estivessem de acordo com os principais discursos impressos na maior parte dos jornais – liberais ou conservadores – que manifestavam insatisfação com a administração imperial, transformar aqueles discursos em imagens provocativas e carregadas de significado tornava-se ameaçador. A permanência do *Cabrião* sofria pressões de vários lados – opositores, religiosos, acadêmicos e a própria polícia, que convocou várias vezes os responsáveis pela publicação para dar esclarecimentos sobre as imagens – consideradas perigosas por incitarem a população a posturas radicalizadas (BALABAN, 2007: 133-134). O jornal não resistiria por muito tempo, encerrando suas atividades no prazo de um ano.

O caricaturista Ângelo Agostini soube, nesta época, dar não somente a ilusão de movimento aos personagens e às situações que seu lápis representou, mas também soube movimentar uma gama de formas, símbolos e significados, bem como conceitos e preconceitos que permitiam compor suas estampas e dar à litografia um público ridente. Sua atividade continuaria no Rio de Janeiro, levando-o a mobilizar, na *Revista Ilustrada*, suas caricaturas contra a escravidão e contra a monarquia. Não cessaria após a derrubada dessas duas instituições e, no *Dom Quixote*, se engajaria na crítica ao modelo republicano implantado no Brasil.

O processo contra o *Cemitério da Consolação em dia de finados* terminou antes que se completasse a primeira quinzena de dezembro daquele mesmo ano. Não durou mais do que algumas semanas. Serviu, contudo, para gerar certo alvoroço na pequena capital da província de São Paulo, fato que os responsáveis pela publicação souberam explorar, publicando, no decorrer do processo, algumas pequenas caricaturas sobre o assunto.

Findo o processo, o *Cabrião* deu um baile aos mortos em comemoração a sua absolvição no 12º número do jornal, publicado em 16 de dezembro. Na caricatura, mais do que simples



Ângelo Agostini. (Caricatura sem título). Fonte: *Cabrião* 12, 16 /12/1866.

período em que a Liga Progressista (aliança política entre liberais moderados e conservadores dissidentes, que daria origem ao partido Progressista) assumiu o Conselho de Ministros (1862-1866), incorporando parte das demandas liberais. (MATTOS, 1987: 155-159; CARVALHO, 2006: 201-226; ALONSO, 2002: 66-67). A década de 1860 foi conturbada e marcada pelo rearranjo dos grupos políticos, pela pressão tanto dos liberais quanto dos conservadores e pelo surgimento de posturas mais radicais em relação à administração do Império. A década encerraria com a criação do Partido Liberal-Radical (1869) e do Partido Republicano (1870). (BRASILIENSE, 1878).

comemoração, celebrava-se o triunfo do artista e da posição crítica que este assumia na sociedade burguesa.

O personagem Cabrião aparece ao centro, sentado num trono com um lápis litográfico na mão direita. Em todo o salão uma enorme festa: os mortos dançam, comem e bebem alegremente. Podemos pensar esta imagem como toda a sociedade paulista – as transformações econômicas, sociais e culturais trazidas com a urbanização tiravam a pequena capital da província de sua sepultura secular (o sono colonial, ao qual se refere Ernani Bruno). O responsável por essa exumação civilizatória era o intelectual (bacharel/artista/jornalista), que teria por função libertar o indivíduo, torná-lo dono de si próprio e de sua propriedade, castigando todos os costumes que atentassem contra esses princípios morais. Sobre o personagem Cabrião, ergue-se um emblema composto pela paleta de pintura, a pena, a palmatória, o lápis litográfico e o barrete frígio. Na parte mais superior, o célebre provérbio: *rindo, castigam-se os costumes*.

Mais do que celebrar o resultado do processo, a caricatura exhibe o triunfo do artista/jornalista quando os princípios da moralidade pública suprimem o discurso clerical na sociedade burguesa, que (como os esqueletos no salão) festeja sua libertação do jugo religioso. O papel de formar a consciência dos cidadãos naquela sociedade deveria ser reservado ao artista/jornalista, que de sua posição privilegiada assiste a todos os movimentos que se articulam naquela complexa existência.

### Fontes:

*Cabrião*. Semanário humorístico editado por Ângelo Agostini, Américo de Campos e Antônio Manuel dos Reis (1866-1867). Introdução de Délio Freire dos Santos. Edição fac-similar. 2ª Ed. São Paulo: Editora da UNESP / Imprensa Oficial do Estado, 2000.

*Correio Paulistano*. 1866-1867. Arquivo do Estado de São Paulo. Microfilme.

*Diário de S. Paulo*. 1866-1867. Arquivo do Estado de São Paulo. Microfilme.

### Bibliografia:

ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder*. O bacharelismo liberal na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento*. A geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz & Terra, 2002.

AMARAL, Antônio Barreto do. “Curioso crime de imprensa em 1866. Um processo contra Américo de Campos”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. LXII, 1966, São Paulo, p. 261-280.

ARAÚJO, Valdeí Lopes. Teófilo Benedito Ottoni: visibilidade e esfera pública no Brasil oitocentista”. In: PRADO, Maria Emília (org). *O Estado como vocação: idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Access, 1999.

BALABAN, Marcelo. *Poeta do lápis: a trajetória de Ângelo Agostini no Brasil Imperial – São Paulo e Rio de Janeiro – 1864-1888*. Tese (Doutorado em História). Campinas: IFHC/ UNICAMP, 2005.

- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de política*. São Paulo: Imprensa oficial do Estado de São Paulo, 2004.
- BRASILIENSE, Américo. *Os programas dos partidos e o 2º. Império*. São Paulo: Tipografia de Jorge Seckler, 1878.
- BRUNO, Ernani Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.
- CORDEIRO, Carlos Antonio (org). *Código Criminal do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia de Quirino e Irmão, 1861.
- FRANCISCO, Martim. *Américo de Campos. Epicedio Maçônico: Loja América, 20 de fevereiro de 1900*. São Paulo: Tipografia Ideal, 1921b.
- FREHSE, Fraya. *O tempo das ruas na São Paulo de fins do império*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.
- GOMBRICH, Ernst Hans, *Arte e ilusão: um estudo da psicologia da representação pictórica*. Tradução de Raul de Sá Barbosa. 4ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007.
- HABERMAS, Jurgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Trad.: Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec; Brasília: INL, 1987.
- MORSE, Richard. *De comunidade a metrópole*. Biografia de São Paulo. Tradução Maria Aparecida Madeira Kerbeg. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.
- NERY, Laura Moutinho. *A caricatura: microcosmo da questão da arte na modernidade*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: PUC, Departamento de História, 2006.
- OLIVEIRA, Gilberio Maringoni.. *Angelo Agostini ou impressões de uma viagem da Corte à Capital Federal (1864-1910)*. Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 2006.
- REZENDE, Carlos Pentead. "O musicista Américo de Campos". *Separata da Revista Investigações*. São Paulo: Tipografia do Departamento de Investigações, 1950.
- WATT, Ian. *Mitos do individualismo moderno: Fausto, Dom Quixote, Dom Juan, Robinson Crusoe*. Tradução: Mario Pontes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.



## Imprensa, história e separatismo: o Movimento Separatista de 1892 através das páginas do *monitor sul-mineiro*\*

Graduanda em História da  
PUC Minas.  
perolagold@yahoo.com.

### Resumo:

A cidade da Campanha afirmou-se durante o século XIX como importante localidade propagadora de idéias separatistas no Sul de Minas Gerais. Nela surgiram vários jornais e projetos parlamentares que tinham como aspiração comum a provincialização daquela região. Destacou-se na imprensa separatista campanhense o *Monitor Sul Mineiro*, jornal dirigido por Bernardo Saturnino da Veiga e seus irmãos, no período de 1872 a 1896. Num primeiro momento, este texto identifica as transformações históricas no estatuto social e político da imprensa durante o século XIX e apresenta os principais fatos da história da imprensa mineira. Em seguida, avalia os fatores de surgimento das idéias separatistas no Sul de Minas Gerais e sua materialização em projetos parlamentares e na imprensa. Por fim, analisa o Movimento Separatista de 1892 sob a óptica do *Monitor Sul Mineiro*.

**Palavras-chave:** Separatismo, Sul de Minas Gerais, Monitor Sul Mineiro.

### Abstract:

The city of Campanha stands out during the 19th century as an important propagating center of separatist political ideals in the South of Minas Gerais. The city was the hub of a surge in various periodicals and parliamentary bills that had as their common goal of the secession of the region from the rest of Minas Gerais. The *Monitor Sul-Mineiro*, run by Bernardo Saturnino da Veiga and his brothers between 1872 and 1896, sticks out especially among the local separatist press. Firstly, this article identifies the historical transformations in the social statutes and press policies during the 19th century, and shows the mainly facts of the History of press in Minas Gerais. Next, it assesses the factors surrounding the surge in separatist political ideals in the South of Minas Gerais, as well as the materialization of these ideals in parliamentary bills and in the press. Finally, this article analyzes the Separatist Movement of 1892 through the lens of the *Monitor Sul-Mineiro*.

Enviado em 21 de agosto de  
2008 e aprovado em 13 de  
outubro de 2008.

**Keywords:** Separatism, South of Minas Gerais, *Monitor Sul-Mineiro*.

---

\* Artigo produto do Projeto PROBIC/FAPEMIG 50023/05.



Dentre as formas de comunicação e exercício do poder político, a imprensa é talvez aquela que exerça maior influência na sociedade, pois, nas palavras do escritor francês Victor Hugo, “o diâmetro da imprensa é o diâmetro da própria civilização” (HUGO *apud* CAPELATO, 1988: 1).

Em se tratando da imprensa no Sul de Minas Gerais, mais precisamente, na cidade da Campanha, no decorrer do século XIX, esta se pautou pela promoção das idéias de separatismo e provincialização daquela região, tal como se verá neste artigo.

Antes, contudo, de se analisar a imprensa separatista sul-mineira, cujo representante de maior vulto foi o jornal *Monitor Sul-Mineiro*, é necessário que se reflita sobre as transformações ocorridas no estatuto social e político dos jornais no século XIX e que se aborde a origem e desenvolvimento das atividades de impressão em Minas Gerais.

A prática discursiva jornalística esteve vinculada, desde a sua vulgarização, ao afã de “fabricar-se o real com as aparências”, ou seja, à narração verossímil e imparcial dos acontecimentos (MARIANI, 1998: 30). Já em 1690, Tobias Peucer refletia sobre a função dos jornais na sociedade e declarava que eles deveriam, antes de tudo, informar<sup>1</sup> (PEUCER *apud* SOUSA, 2008: 4).

Não obstante sua natureza informativa, os jornais estiveram sempre afinados com as transformações históricas de ordem política, econômica, social e tecnológica, tendo, por vezes, suas funções por elas alteradas.

Com relação à imprensa política, pode-se afirmar que ela nasceu na Inglaterra, durante a Revolução de 1649, e se desenvolveu pelos séculos subseqüentes, com a eclosão das revoluções liberais burguesas nos continentes europeu e americano. Nesse contexto, os jornais passaram a ser utilizados para o debate de questões políticas do dia, bem como para a difusão de críticas e de propostas parlamentares (FRIEIRO, 1962: 69).

O desenvolvimento da ordem econômica capitalista e as inovações tecnológicas dele advindas também influenciaram, sobremaneira, o estatuto social e político da imprensa. A exemplo disso, citam-se algumas das invenções tipográficas que revolucionaram a técnica de impressão dos jornais: a máquina de papel de Louis Robert (1798); a prensa mecânica de Frederico Köning (1812); a prensa rotativa de Marinoni (1850) e a linotipo de Mergenthaler (1885) (BAHIA, 1990: 106).

Com o advento do século XIX, a imprensa afirmou-se de vez como sustentáculo do poder político e guia da opinião pública. Isso somente foi possível, dentre outros motivos, pelo crescimento das taxas mundiais de alfabetização, pela ampliação das redes de telégrafos e de correios, e, é claro, pelo reconhecimento do direito da liberdade de imprensa.

Vários pensadores contemporâneos estiveram atentos a essas mudanças, dentre eles Antonio Gramsci, cujas reflexões sobre os tipos de jornalismo e o papel dos jornais na sociedade são de fundamental importância para este artigo. Em seu livro *Os intelectuais e a organização da cultura* (1985), Gramsci elabora uma definição do que ele próprio denomina *jornalismo integral*:

[...] isto é, o jornalismo que não somente pretende satisfazer todas as necessidades (de uma certa categoria) de seu público, mas pretende também criar e desenvolver estas necessidades e, conseqüentemente, em certo sentido, criar seu público e ampliar progressivamente sua área (GRAMSCI, 1985: 161).

Na concepção desse autor, toda categoria social que surge nas interfaces do modo de produção vigente cria para si um segmento específico de intelectuais que confere legitimidade a

1. É necessário esclarecer que o conceito peuceriano de informação é bastante distinto daquele que atualmente se utiliza para designar a principal competência da imprensa. Para Peucer, as informações jornalísticas somente eram válidas se orientadas pelos critérios de imparcialidade e busca da verdade dos fatos (PEUCER *apud* SOUSA, 2008: 5). Hodiernamente, reconhece-se a impossibilidade de um jornalista se conservar neutro nos seus comentários, bem como de alcançar uma verdade única e incontestável.

ela. No caso da sociedade liberal burguesa do século XIX, os jornalistas eram seus principais porta-vozes, e a imprensa, seu veículo de comunicação por excelência.

Acredita-se que o conceito de *jornalismo integral* seja o que melhor defina a realidade da imprensa em Minas Gerais no século XIX, pois, tal como diz Gramsci, os jornais mineiros se originaram no bojo de uma categoria social específica, qual seja a dos senhores e proprietários de terra recém-egressos do sistema colonial. Foi, portanto, atendendo aos interesses políticos desses que a imprensa se difundiu pelo território mineiro.

Durante todo o período de administração colonial, a imprensa foi proibida de se desenvolver nas Minas Gerais uma vez que as atividades intelectuais e a circulação de idéias na colônia causavam desconfiança à Coroa portuguesa. Não obstante isso, estima-se que várias tentativas clandestinas de impressão foram levadas a cabo pelos habitantes dessa capitania durante o século XVIII.

A história da imprensa mineira tem como personagem fundador o padre Joaquim José Viegas de Menezes<sup>2</sup>, considerado por Xavier da Veiga o “Guttemberg brasileiro” (VEIGA, 1998: 629). Em 1807, ou seja, um ano antes do estabelecimento oficial da imprensa no Brasil, esse religioso imprimiu várias cópias do *Canto Encomiástico*<sup>3</sup>, um panegírico dedicado ao então governador de Minas, Pedro Maria Xavier de Ataíde e Mello, pelo poeta Diogo Pereira de Vasconcellos.

Embora a técnica utilizada para essa impressão tenha sido a calcografia<sup>4</sup> e não os tipos móveis, não restam dúvidas que o trabalho do padre Viegas de Menezes é um marco na história da imprensa mineira, tanto por seu pioneirismo quanto por sua qualidade.

A introdução do negócio tipográfico nas Minas Gerais coube a Manoel José Barbosa, chapeleiro, sirigueiro e curioso das artes mecânicas que, com o auxílio do padre Viegas de Menezes, fundou a Tipografia Patrícia de Barbosa & Cia.<sup>5</sup> em 1822. Um ano mais tarde, saiu a lume nessa mesma tipografia o *Compilador Mineiro*, primeiro jornal de que se tem notícia em Minas Gerais<sup>6</sup>. A ele sucedeu o *Abelha do Itacolomy*<sup>7</sup> folha de cunho liberal publicada pela primeira vez a 14 de janeiro de 1824.

Cabe observar que, no ínterim entre a fundação da Tipografia Patrícia e o surgimento do seu primeiro jornal, houve a tentativa de instalação de uma tipografia oficial em Vila Rica por parte do então secretário do Governo de Minas Gerais, Luiz Maria da Silva Pinto. Este empreendimento, todavia, não logrou êxito, sinalizando que a força motriz da imprensa mineira foi, com efeito, a iniciativa privada.

Nas décadas de 1820 a 1840, de vez que as discussões políticas em torno de questões como a Independência, a aprovação da Constituição e a Maioridade do Imperador se acirravam, a imprensa encheu-se de fôlego e expandiu-se pelos principais centros urbanos de Minas Gerais.

2. As notas bibliográficas desta personalidade da história mineira encontram-se em VEIGA, 1897, p. 249. Bibliografia semelhante pode ser lida na data de 1º de julho de 1841 em VEIGA, 1998, p.629.

3. Sobre a existência e preservação deste documento, restam apenas 4 exemplares: dois pertencentes ao acervo da Biblioteca Nacional (RJ); um ao Arquivo Público Mineiro (MG) e outro à biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RJ).

4. Também conhecida por *talha doce*, esta técnica consiste na impressão de letras e desenhos com o auxílio de uma forma que é aberta a buril em chapas fixas de cobre. A calcografia difere-se da tipografia, que é a utilização de tipos móveis feitos em metal ou madeira.

5. Segundo relatos de Xavier da Veiga, o nome desta tipografia deveu-se ao fato de que todos os tipos, prensas e demais ferramentas nela utilizados foram fabricados com material próprio de Ouro Preto, e não importados da Europa como a maioria das tipografias brasileiras daquela época (VEIGA, 1998: 399).

6. Há divergências de opiniões quanto ao pioneirismo da imprensa periódica mineira. Xavier da Veiga aponta o *Abelha do Itacolomy* como o primeiro jornal de Minas Gerais (VEIGA, 1998, p.146). Em contrapartida, Tymburibá e Andrade conferem esse lugar ao *Compilador Mineiro* (TYMBURIBÁ, ANDRADE, 1991: 28).

7. Sobre este periódico, Xavier da Veiga escreve: “Publica-se neste dia [14 de janeiro de 1824], em Ouro Preto, o primeiro número do *Abelha do Itacolomy*, o primeiro, na ordem cronológica, dos periódicos mineiros. Saía três vezes por semana: nas segundas, quartas e sextas-feiras [...], *in folio*, pequeno, a duas colunas, formato da maior parte das folhas do tempo no Brasil. Era editado na Oficina Patrícia de Barbosa & Cia. (VEIGA, 1998: 146).

Entre 1823 e 1897, considerando-se o arrolamento de Xavier da Veiga, foram publicados 861 jornais em 117 localidades mineiras (VEIGA, 1897: 240).

Foi a Campanha a oitava localidade a receber um jornal, como informa Bernardo Saturnino da Veiga em seu *Almanach Sul Mineiro* (VEIGA, 1874: 34). Cumpre destacar que a imprensa campanhense foi o principal agente divulgador da causa do separatismo sul-mineiro: naquela cidade foram impressos os principais jornais separatistas da região, como o *Opinião Campanhense* (1832), o *A Nova Província* (1854) e o *Sul de Minas* (1859)<sup>8</sup>, todos de propriedade de Bernardo Jacinto Veiga e Lourenço Xavier da Veiga. Esses dois irmãos, egressos do Rio de Janeiro à cidade da Campanha em 1818, ali se estabeleceram como livreiros e jornalistas.

Em trabalho acerca dos grupos familiares que compunham a elite sul-mineira, Marcos Ferreira de Andrade afirma que os homens da família Veiga foram figuras públicas e políticas que souberam se servir muito bem da palavra impressa para enaltecer as qualidades do Sul de Minas Gerais de maneira a justificar a independência administrativa dessa região (ANDRADE, 2005: 82). De fato, as idéias separatistas aparecem com frequência nas páginas dos jornais e almanaques publicados pelos irmãos Veiga e seus descendentes na cidade da Campanha ao longo do século XIX.

Para se compreender a história das idéias separatistas que figuravam na imprensa sul-mineira, é necessário que se defina o conceito de separatismo que é, grosso modo, a “tendência de um grupo social ou nacional, englobado numa estrutura estatal mais ampla, a separar-se, reivindicando a sua completa independência política e econômica” (OTTINO, 2004: 1145).

Em se tratando do separatismo no Brasil, alguns teóricos analisaram as condições sociais, políticas e econômicas de seu surgimento. A exemplo disso, Sérgio Buarque de Holanda compreende os movimentos separatistas ocorridos no século XIX como resultantes da excessiva centralização promovida pela administração imperial e da dificuldade encontrada pelas regiões economicamente mais dinâmicas em prevalecerem, no âmbito político, sobre as áreas de poder tradicionais (HOLANDA, 1972: 268).

Em *Da Monarquia à República* (1999), Emília Viotti da Costa elabora uma revisão historiográfica acerca das forças conjunturais que confluíram no episódio da Proclamação da República no Brasil. Segundo a autora, o ocaso do Império se deu, entre outros fatores, pelo profundo desnível entre os poderes político e econômico regionais. Essa e outras contradições da ordem imperial teriam dado ensejo às idéias de federação e, entre os federalistas mais exaltados, ao separatismo político administrativo (COSTA, 1999: 311).

Ao discorrer sobre os meios de comunicação e o problema do separatismo na atualidade, Manoel Correia de Andrade atenta para outras possibilidades de surgimento de idéias separatistas. Em sua opinião, a distribuição desigual de recursos e verbas públicas é uma prática prejudicial à unidade nacional e favorável ao espírito de separatismo e às rivalidades inter-regionais (ANDRADE, 1993: 311).

Se relacionadas à realidade histórica do Sul de Minas Gerais, essas explicações se permitem algumas inferências quanto ao surgimento e desenvolvimento das idéias separatistas naquela região: durante a primeira metade do século XIX, o sul mineiro foi, com a Zona da Mata, a principal região cafeeira e agroexportadora de Minas Gerais. Sua prosperidade econômica,

---

8. Sobre a história da imprensa na cidade da Campanha, Xavier da Veiga informa: “Aparece na Campanha o primeiro número da primeira folha da localidade, a *Opinião Campanhense*, fundada e dirigida pelo conselheiro Bernardo Jacinto da Veiga e que durou até 5 de agosto de 1837. Só a 3 de maio de 1854 surgiu na Campanha o segundo periódico, *A Nova Província*, que cessou no 1º de junho de 1855. Seguiu-se a este o *Sul de Minas* (23 de julho de 1859), fundado pelo cidadão João Pedro da Veiga e que cessou a 18 de novembro de 1863, logo após o falecimento de seu diretor e redator, o tenente-coronel Lourenço Xavier da Veiga. Vieram depois, em ordem cronológica, os seguintes periódicos: *O Sapucaí* (4 de setembro de 1864); *O Planeta do Sul* (23 de julho de 1865), fundado pelo Dr. Fráucio Honório Ferreira Brandão; *O Radical Sul-Mineiro* (1868); *Conservador* (19 de setembro de 1869); *Liberal Campanhense* (1º de janeiro de 1871); *O Monarquista* (1º de janeiro de 1872) e, nesta mesma data, o *Monitor Sul-Mineiro*, propriedade e direção do tenente-coronel Bernardo Saturnino da Veiga e redigido por ele e seus irmãos” (VEIGA, 1998: 363).

todavia, não coincidia com sua pequena expressividade política nos níveis provincial e nacional. Ademais, os recursos e verbas públicas destinados ao Sul de Minas Gerais estavam aquém da contribuição dessa região para a receita provincial.

Outro fator que não pode ser negligenciado na compreensão do separatismo sul-mineiro é o da condição geográfica. Por ser região limítrofe entre Minas Gerais e São Paulo, o Sul foi área de intenso trânsito comercial e alvo de várias disputas inter-regionais desde o século XVIII. Com o advento do século XIX, o interesse paulista pela porção austral do território mineiro não se arrefeceu; pelo contrário, ganhou força com a situação política desencadeada pelo Movimento Liberal de 1842<sup>9</sup>.

Há que se destacar que a ascensão do partido conservador à esfera nacional do poder, a partir de meados da década de 1840, estimulou as propostas de desmembramento do extenso território de Minas Gerais. Isso porque o Movimento Liberal de 1842 havia incutido em alguns políticos conservadores o temor de que Minas Gerais viesse a se constituir em uma grande província central que, com seu contingente populacional e sua capacidade de mobilizar recursos nacionais, pudesse desestabilizar a ordem de outras regiões (MELO 1996: 30).

Os primeiros projetos de teor separatista apresentados à Câmara dos Deputados na década de 1840 propunham a anexação do Sul de Minas Gerais ao território de São Paulo<sup>10</sup>. Entretanto, tal plano encontrou resistência por parte de alguns políticos mineiros que pretendiam a criação de uma nova província na região sul-mineira.

Em sessão legislativa da Câmara dos Deputados, a 29 de abril de 1843, o conselheiro Bernardo Jacinto da Veiga assim se exprimiu pela divisão de Minas Gerais:

Sou de opinião que a província de Minas deve dividir-se, e se aparecesse nesta casa um projeto compreendendo esse pedaço (comarca do Sapucaí), parte da comarca do Rio Verde, e mais alguma coisa para formar uma província, eu daria o meu voto com muita satisfação (VEIGA *apud* VALLADÃO, 1940: 166).

Conquanto essa idéia não tenha se concretizado, o separatismo sul-mineiro teve de esperar mais de um decênio para ser novamente discutido em âmbito parlamentar.

A década de 1850 foi extremamente fértil para a criação de novas províncias e para a demarcação das fronteiras inter-regionais. Isso porque ela sinalizou o apogeu do Segundo Império e da Política de Conciliação por ele instituída (VALLADÃO, 1940: 165).

Por ocasião da criação da província do Paraná em 1853, reacenderam-se as discussões sobre a divisão territorial de Minas Gerais e sobre a provincialização da região sul-mineira. Um ano depois, em 1854, um dos deputados pelo Distrito Neutro, o conselheiro Francisco Octaviano, apresentou à Câmara Projeto de Lei que estipulava as seguintes decisões:

Art. 1º As Comarcas do Sapucaí, Rio Verde e Três Pontas, e o município de Lavras, pertencentes à província de Minas, formarão uma nova província. Tendo por capital provisória o lugar que o governo designe, até definitiva resolução da assembléia provincial respectiva.

Art. 2º Os limites atuais daqueles pontos em relação às outras províncias, depois de verificados administrativamente, serão os limites da nova província (MONITOR SUL-MINEIRO, 13/07/1873: 1).

9. A respeito desta questão, ver trabalho de Augusto de Lima, *Limites entre Minas Gerais e São Paulo*, publicado em 1920 e citado por (VALLADÃO, 1937: 77).

10. Na década de 1880, um projeto parlamentar apresentado pelo senador paulista Joaquim Floriano de Godoy apresentava o mesmo intuito de anexar parte do Sul de Minas Gerais à província de São Paulo. Essas eram suas disposições: “Art. 1º. As divisas entre as províncias de S. Paulo e Minas Gerais principiam no alto da serra da Mantiqueira no braço próximo ao rio Lourenço Velho até encontrar o rio Sapucaí Guaçu e deste por ele abaixo até o rio Grande.” (MONITOR SUL-MINEIRO, 26/08/1880, p.1).



Observa-se, pelo teor de seus artigos, que o projeto separatista de 1854 não primava pelo detalhamento das disposições legais, tendo sido, por isso, rejeitado.

Ao refletir sobre o caráter político dos projetos parlamentares até agora analisados, Valladão afirma que a maioria tinha como objetivo o enfraquecimento político de Minas Gerais e não o fortalecimento da região sul-mineira. Ademais, nenhum projeto estipulava a criação imediata de uma nova província no Sul de Minas Gerais (VALLADÃO, 1940: 170).

Em 1862, o deputado Dr. Evaristo Ferreira da Veiga apresentou, sem êxito, Projeto de Lei que dividia Minas Gerais em duas partes e criava uma nova província com a denominação de *Minas do Sul*<sup>11</sup>. Suas disposições eram as seguintes:

Art. 1º Fica elevado à categoria de província, com a denominação de província de Minas do Sul, o território da província de Minas Gerais, compreendido entre as do Rio de Janeiro, São Paulo e Goiás, tendo por limites o rio Turvo até sua confluência no rio Grande; este abaixo até as contravertentes do Rio São Francisco, a alcançar a cordilheira que divide as águas do mesmo rio São Francisco das do rio Paranaíba; e este abaixo desde sua nascente na mesma cordilheira até os limites da província de Goiás.

Art. 2º A nova província terá por capital a cidade da Campanha da Princesa, enquanto a assembléia respectiva não decretar o contrário.

Art. 3º A província de Minas do Sul dará três senadores e dez deputados à assembléia geral; sua assembléia provincial constará de 28 membros. Dos 10 atuais senadores da província de Minas Gerais serão designados por parte, em sessão do senado, depois de sancionada esta lei, os três que serão considerados da província de Minas do Sul.

Art. 4º Os atuais 3º e 4º distritos eleitorais da província de Minas Gerais darão cada uma 2, em vez de 3 deputados e o 7º continuará a dar 2; e a mesma província dará sete senadores e sua assembléia provincial terá 35 membros.

Art. 5º A Província de Minas do Sul fica dividida em dois distritos eleitorais: o 1º compreendendo os municípios da Aiuruoca, Baependi, Cristina, Itajubá, Jaguarí, Pouso Alegre, Caldas, Alfenas, Campanha, Três Pontas e Lavras; e o 2º as de Passos, Jacuí, Uberaba, Desemboque, Araxá, Campo Grande, Prata, Bagagem e Patrocínio; continuando a ser apuradora do 1º distrito a câmara municipal da Campanha da Princeza e será do 2º a do Araxá.

Art. 6º O governo fica autorizado para criar na província de Minas do Sul administração dos correios, tesouraria de fazenda, que será encarregada também da arrecadação e administração das atuais rendas provinciais enquanto a assembléia respectiva não decretar o contrário, e as secretarias de polícia e da presidência, subsistindo a organização desta enquanto a mesma assembléia não alterá-la (MONITOR SUL-MINEIRO, 1873: 1).

Em matéria de detalhamento e forma, o projeto de Evaristo da Veiga significou uma evolução das idéias separatistas esboçadas no projeto de 1854. Nele estão apontados com precisão os limites da nova província, a capital provisória, o número de representantes na assembléia respectiva, na câmara dos deputados e no senado, além dos distritos eleitorais e seus respectivos municípios apuradores.

11. Sobre este projeto, comenta Xavier da Veiga: “na câmara dos deputados é apresentado e fundamentado um projeto elevando à categoria de província, com a denominação de província de Minas do Sul, o território mineiro assim limitado entre o Rio de Janeiro, São Paulo e Goiás: pelo Rio Turvo até a sua confluência no Rio Grande; este abaixo até as contravertentes do Rio São Francisco, a alcançar a cordilheira que divide as águas do mesmo Rio das do Rio Paranaíba; e este abaixo desde sua nascente até os limites de Goiás. A projetada Minas do Sul deveria ter por capital a cidade da Campanha. Apresentou e fundamentou o projeto o Dr. Evaristo da Veiga, subscrevendo-o mais de 46 deputados (VEIGA, 1998: 740).



Como pode se perceber, a circunscrição pretendida para a nova província era bastante extensa: abarcava não somente as comarcas do Sul de Minas Gerais como as da Zona da Mata e até mesmo as do Triângulo Mineiro. Estima-se, com isso, o quão significativa seria a perda territorial de Minas Gerais, caso esse intento tivesse se concretizado.

Embora tenha alcançado número considerável de votos, o Projeto de Lei de Evaristo da Veiga não resistiu à dissolução da Assembléia Legislativa no ano de 1863 e nem ao fim da Política de Conciliação (BUENO, 1900: 16). Suas disposições legais, todavia, serviram de base para outro Projeto de Lei, apresentado pelo deputado Américo Lobo, a 11 de Julho de 1868<sup>12</sup>, como pode se perceber:

Art. 1º Ficam elevados à categoria de província, com a denominação de província do Sapucaí, o município de Lavras e os que compõem as comarcas de Baependi, Jaguari, Sapucaí e Rio Grande, da província de Minas Gerais, menos o termo de Pium-í.

Art. 2º A cidade da Campanha da Princesa será a capital da província do Sapucaí, enquanto a respectiva assembléia não deliberar o contrário.

Art. 3º A província do Sapucaí dará 2 senadores e 5 deputados à Assembléia Geral; sua Assembléia Provincial comporá de 28 membros. Dos 10 senadores da província de Minas Gerais serão designados por sorte, em sessão do Senado, depois de sancionada a presente lei, os que serão considerados da província do Sapucaí.

Art. 4º Dará 2 deputados à Assembléia Geral o atual 3º distrito da província de Minas Gerais, cuja Assembléia Provincial constará de 45 membros.

Art. 5º A província do Sapucaí fica dividida em dois distritos eleitorais, dos quais o 2º dará dois deputados à Assembléia Geral e doze à Provincial: o governo designará os respectivos colégios eleitorais e câmaras apuradoras.

Art. 6º O governo fica autorizado para criar na província do Sapucaí a administração dos correios, tesouraria da fazenda, que será também encarregada da administração e arrecadação das atuais rendas provinciais, enquanto a respectiva assembléia não decretar o contrário, e as secretarias da polícia e presidência, subsistindo à organização desta, enquanto a mesma assembléia não altera-la. [...] (MONITOR SUL-MINEIRO, 20/07/1873: 1).

Menos pretensioso que o projeto anterior, esse de 1868 também era claro quanto às divisas territoriais e às repartições administrativas municipais do Sul de Minas Gerais. Atente-se que a denominação escolhida para a nova província – Sapucaí – sugere que “até o nome de Minas deveria ser esquecido” naquela região (MELO, 1996: 30).

Um último projeto separatista foi apresentado à Câmara dos Deputados pelo Dr. Olímpio Valladão, a 8 de julho de 1884<sup>13</sup>. Seu teor e forma não diferiam dos projetos anteriores, sendo que a circunscrição proposta para a nova província limitava-se apenas às comarcas do Sul de Minas Gerais (VALLADÃO, 1940: 175).

Esses foram, pois, os principais projetos apresentados em âmbito parlamentar com o intuito de separação e provincialização do Sul de Minas Gerais. O que eles têm em comum, além do fim a que se destinavam, é o fato de serem de autoria de políticos campanhenses.

12. Sobre esta data, segue-se o comentário de Xavier da Veiga: “É apresentado na câmara dos deputados pelo Sr. Dr. Américo Lobo Leite Pereira um projeto elevando à categoria de província, com a denominação de província do Sapucaí, os municípios de Lavras e os que compõem as comarcas de Baependi, Jaguari, Sapucaí e Rio Grande (menos o termo de Pium-í) tendo por capital a cidade da Campanha” (VEIGA, 1998: 670). Como os Projetos anteriores, esse ficou sem a decisão da Assembléia Legislativa.

13. A respeito deste projeto, informa Xavier da Veiga: “Projeto oferecido à câmara dos deputados pelo Dr. Olímpio Valladão, deputado por Minas, criando a província de Minas do Sul. É idêntico aos que foram apresentados a 3 de agosto de 1862 e a 11 de julho de 1868 pelos deputados Evaristo da Veiga e Américo Lobo. Sobre esses três projetos, nunca deliberou a Assembléia Legislativa. O mesmo sucedeu em relação ao projeto que, com fim semelhante, foi apresentado na câmara a 3 de Agosto de 1854” (VEIGA, 1998: 663).

Àquela época, a cidade da Campanha era a principal localidade propagadora das idéias separatistas no Sul de Minas Gerais, além de “um dos mais inexpugnáveis baluartes do partido conservador”, o que lhe garantia posição privilegiada no contexto da Política de Conciliação do Segundo Império (REZENDE, 1987: 30).

A 1º de janeiro de 1872, Bernardo Saturnino da Veiga, um dos filhos de Lourenço Xavier da Veiga, fundou na Campanha o *Monitor Sul-Mineiro*, jornal que conquistaria notoriedade na imprensa nacional por sua longa publicidade. Dele, Valladão oferece uma descrição de contemporâneo:

Nas instrutivas, patrióticas e noticiosas colunas deste grande órgão, o *Monitor Sul-Mineiro*, se defendiam as melhores causas e se derramavam úteis conhecimentos. E ainda questões políticas, que tanto apaixonadamente eram ali tratadas sempre com superioridade, dominando sempre o espírito de moderação de idéias e de linguagem, como programa estabelecido. [...] não seria preciso significar, os interesses locais da Atenas Sul Mineira, sobre os variados aspectos, culturais, morais e materiais, eram especial, brilhante e carinhosamente defendidos sempre em suas colunas, bem como o interesse de toda aquela região em geral (VALLADÃO, 1942: 224).

O programa político do *Monitor Sul-Mineiro* pautava-se pela promoção dos ideais de progresso e de civilização. Na opinião dos seus redatores, a provincialização do Sul de Minas Gerais apresentava-se como um indiscutível pressuposto para o progresso da região, de vez que a emanciparia da administração de Ouro Preto por meio da transferência do poder regional para a cidade da Campanha.

É importante ressaltar, contudo, que a orientação política do *Monitor Sul-Mineiro* era conservadora e, por isso mesmo, avessa às propostas radicais de separação. Destarte, Minas do Sul deveria ser criada de acordo com os princípios constitucionais e em respeito ao *status quo* imperial, como está implícito no seguinte excerto, onde o redator do jornal intercede ao Imperador D. Pedro II, pela causa separatista:

[...] Queremos estabelecer nossa economia em separado, sem temermos a sorte do filho pródigo, pois não temos outra fortuna além do amor do trabalho.  
 [...] Queremos progredir, caminhar, ir além, muito longe, sem que os anos alvejem os cabelos, como a nossos maiores – nas brenhas de seus solitários palmares!  
 [...] Queremos espancar a tristeza de nossas montanhas, que nossos rios não corram entre desconhecidas solidões, queremos finalmente a civilização que, na frase de Guizot, é o oceano que faz a riqueza de um Estado, e a cujo seio todos os elementos da vida do povo, todas as forças de sua existência, vem a sumir-se!  
 [...] É este talvez, Senhor, o derradeiro recurso que vamos tentar; se se perderem as nossas palavras na amplidão dos ares, como se perdem as do condenado no meio do auditório sombrio da morte; se não chegarem ao Trono Imperial as justas súplicas de todo o sul de Minas, que pede vossa proteção – o *fiat lux* – que pode espancar as trevas que nos cercam...tendo a autoridade como coisa inviolável, faremos sempre da obediência coisa santa e sujeitar-no-emos ao sacrifício como coisa divina (MONITOR SUL-MINEIRO, 1884: 3).

A proposta legalista de separação apresentada pelo *Monitor Sul Mineiro* foi sendo rebaixada à proporção do desgaste do partido conservador, bem como da ordem política por ele sustentada. Nesse sentido, a difusão das idéias republicanas e federalistas deu ensejo ao surgimento de novas concepções de separação do Sul de Minas Gerais.

Com o advento da República no Brasil na última década do século XIX, as rivalidades entre as regiões mineiras se aguçaram de tal forma que o governo de Minas Gerais se viu obrigado a adotar uma política de conciliação entre elas. Entrementes, tal medida foi insuficiente para acalmar os ânimos exaltados dos sul-mineiros e para dissipar as idéias de separação.

Assim, a 31 de janeiro de 1892, a população campanhense foi convidada a comparecer ao Largo das Dores para a proclamação oficial de independência do estado de Minas do Sul. Sob a liderança de políticos locais, O Movimento Separatista Sul Mineiro<sup>14</sup> contou com o apoio de poucos municípios circunvizinhos à cidade da Campanha, como São Gonçalo do Sapucaí, Três Corações do Rio Verde e Cambuí (VALLADÃO, 1942: 360).

Cumprir observar que a orientação política desse movimento era bastante diferente da dos projetos parlamentares apresentados durante o Segundo Império, não obstante sua aspiração comum. Enquanto os deputados Evaristo da Veiga, Américo Lobo e Olympio Valladão propunham medidas legais para a provincialização do Sul de Minas, os adeptos do Movimento Separatista Sul Mineiro eram, em sua maioria, republicanos que não hesitavam em dispor de medidas radicais e, até mesmo, anticonstitucionais, para conquistarem seu intento.

Durante dois meses, tempo que durou o movimento, o sonho da separação parecia haver se tornado realidade para seus idealizadores, como atestam as palavras do jornal *Minas do Sul*:

Minas do Sul existe enfim!  
Concretizou-se a perene aspiração de meio século - nossa e de nossos maiores. Não há, no mais recôndito recanto do território d'aquém rio Grande, um coração que não pulse uníssono conosco, no contentamento pela realização do nosso sonho comum, no entusiasmo pela previsão do esplêndido futuro que nos aguarda. (MINAS DO SUL, 1892: 01).

Todavia, nem toda a imprensa estava confiante no êxito separatista, a exemplo do *Monitor Sul Mineiro*, que se posicionou de forma hesitante quanto à situação. Somente a partir de meados do mês de fevereiro, esse jornal passou a manifestar apoio àquela iniciativa de separação, sem, contudo, deixar de censurar seu caráter demasiado “revolucionário”.

Com efeito, o que continuou distinguindo o *Monitor Sul Mineiro* das demais vozes consonantes com a separação foi o acentuado tom de moderação e sobriedade com que ele tratava as possibilidades de criação do estado de Minas do Sul, como pode se perceber por meio de seu editorial de 10 de fevereiro de 1892:

[...] Temos opinião conhecida sobre a necessidade de constituir-se no sul do Estado em que vivemos um governo independente e livre da tutela de Ouro Preto, e não precisamos de novo declarar que receberíamos com a mais viva alegria a feliz notícia de que essa aspiração se tornou realidade. Entretanto, afastamos atualmente das que se empenham por esse *desideratum* a questão do modo de criar-se o novo estado. Temos horror às revoluções, que arrastam após si incalculáveis desgraças, levando a divisão, o ódio e o luto ao seio das famílias, que desejaríamos ver sempre unidas nos mesmos intuitos, contundidos em sentimentos iguais, irmanados por identidades de afeto (MONITOR SUL MINEIRO, 1892: 01).

---

14. Com relação ao Movimento Separatista Sul Mineiro de 1892, José Pedro Xavier da Veiga faz o seguinte comentário: “Movimento popular na cidade da Campanha para o fim de ser criado um novo estado no território do Sul de Minas. Para dirigi-lo foi instituída uma junta, que proclamou ao povo, fundou órgão oficial na imprensa e chegou mesmo a exercer na cidade ação governativa, com aplausos da população. Dois meses depois estava normalizada ali a situação das coisas públicas, tendo sido posteriormente anistiados pelo governo federal os chefes do movimento separatista e aqueles que os secundaram” (VEIGA, 1998: 184).

Percebe-se, por esse excerto, que o *Monitor Sul Mineiro* apoiava a iniciativa de criação do estado de Minas do Sul, mas à maneira antiga, como se fazia no tempo de D. Pedro II. Parece-nos que a aversão do Jornal a toda e qualquer forma de revolução foi um legado do pensamento conservador que, nos primeiros anos de regime republicano, reavivou-se ante as novas ameaças de integridade do território nacional.

Tendo o Movimento Separatista Sul Mineiro sucumbido na primeira quinzena do mês de março, a anistia aos revoltosos separatistas foi concedida a 23 de abril de 1892. Vários políticos campanhenses concorreram para a rapidez deste processo, dentre eles Dr. Alexandre Stockler e Dr. Francisco Lobo, este último, ministro das Relações Exteriores entre 1892 e 1896.

Ao se analisar a breve trajetória desse evento histórico regional, provoca-se a reflexão sobre suas conseqüências políticas, a médio e longo prazos, para a região Sul Mineira e, mais precisamente, para a cidade da Campanha.

Com relação ao Sul de Minas, o Movimento Separatista de 1892 conseguiu atrair a atenção do governo mineiro para as necessidades regionais, embora tenha malogrado em seu objetivo precípua de criação de um novo Estado. Tanto que, como aponta Moraes Filho, dos governadores de Estado que ascenderam à Presidência da República, cinco eram sul-mineiros, dentre eles Wenceslau Braz e Delfim Moreira (MORAIS FILHO *apud* CASADEI, CASADEI, 2002: 108).

Entretanto, para a cidade da Campanha, o Movimento Separatista Sul Mineiro representou-se como ônus, tanto para sua imprensa quanto para sua influência política: após 1892, a cidade perdeu definitivamente importância para outros pólos urbanos florescentes na região, como Pouso Alegre, Varginha e Poços de Caldas. Ademais, muitos jornais campanhenses, como o *Monitor Sul Mineiro*, perderam prestígio e logo encerraram suas publicações. Por fim, a imagem da Campanha como a *Atenas Sul Mineira* passou a figurar apenas nos discursos políticos vazios e nas páginas do passado.

## Bibliografia

- ADDUCI, Cássia Chrispiano. Para um aprofundamento historiográfico: discutindo o separatismo paulista de 1887. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 19, n.38, p.101-124, 1999.
- ANDRADE, Manuel Correia de. Os meios de comunicação e o problema do separatismo. In: *Informação e Sociedade*. João Pessoa, v.3, n.1, p.24-29. jul. 1993.
- ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a formação do Estado imperial brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Família, fortuna e poder no Império do Brasil – Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799 – 1850)*. 2005. 356f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói.
- BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica: História da imprensa brasileira*. São Paulo: Ática, 1990.
- BARBOSA, Waldemar de Almeida. Campanha. In: \_\_\_\_\_. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Promoção da Família, 1971. p.98-99.
- BUENO, Júlio. *Almanach do município de Campanha*. Campanha: Tipografia do Monitor Sul Mineiro, 1900.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.

- CARNEIRO, Edilane Maria de Almeida; NEVES, Marta Eloísa Melgaço. Introdução. In: VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides mineiras (1664-1897)*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro – Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998. p.15-40.
- CARVALHO, André; BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário biográfico da imprensa mineira*. Belo Horizonte: Armazém de Idéias, 1994.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.
- CASADEI, Antônio; CASADEI, Thalita de Oliveira. *Aspectos históricos da cidade da Campanha*. Campanha: Sebo Cultural, 2002.
- CASASSANTA, Manoel. *Campanha*. Belo Horizonte: Imprensa da UFMG, 1973.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 4 ed. São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (orgs.). *Revolução impressa: a imprensa na França (1775 - 1800)*. São Paulo: EDUSP, 1996.
- DORNIKOFF, Miriam. Elites regionais e a construção do Estado Nacional. In: JANCSÓ, Istvan (org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação (c.1780-1850)*. São Paulo: HUCITEC, 2004.
- FRIEIRO, Eduardo. Notas sobre a imprensa em Minas. In: *Revista da Universidade de Minas Gerais*. Belo Horizonte, n 12, p.62-83, jan. 1962.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1985.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. “O manifesto de 1870”. In: \_\_\_\_\_ (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. t.II, v.VII. São Paulo: Difel, 1972.
- LAGE, Ana Cristina P. Professores políticos e alunos grevistas: a Escola Normal e o Movimento Separatista, Campanha (MG), 1892. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS, 7, 2006, Campinas. *Anais do VII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas*. Campinas: Unicamp, 2006. p. 15-36.
- LEFORT, Monsenhor José do Patrocínio. *Cidade da campanha: monografia histórica*. Belo Horizonte: Imprensa oficial, 1972.
- LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.
- MARIANI, Bethânia Sampaio Corrêa. Narrativas e rituais enunciativos na imprensa: a “Intentona” de 35. In: RUBIM, Antônio Albino, BENTZ, Ione Maria, PINTO, Milton José (orgs.). *Produção e Recepção dos sentidos midiáticos*. Petrópolis: Vozes, 1998. p.29-42.
- MELLO, Ciro Flávio Bandeira de. A noiva do trabalho. Uma capital para a república. In: DUTRA, Eliana de Freitas (org.). *BH: horizontes históricos*. Belo Horizonte: C/ Arte, 1996. p.11-45.



OTTINO, Carlo Leopoldo. Separatismo. In: BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco (orgs.). *Dicionário de Política*. v.2. 5 ed. São Paulo: Imprensa Oficial, 2004. p.1145-1147.

REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. *Minhas Recordações*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, 1987.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 5 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUSA, Jorge Pedro. *Pesquisa em jornalismo: o desbravamento do campo entre o século XVII e o século XIX*. Disponível em: <<http://www.bocc.upi.pt/pag/sousa-jorge-pesquisa-em-jornalismo.pdf>> . Acesso em: 19 mar. 2008.

SOUZA, Otávio Tarquínio de. *História dos fundadores do Império do Brasil*: Evaristo da Veiga. v.6. Belo Horizonte: Itatiaia Ltda, 1988.

TYMBURIBÁ, Marina Camargos, ANDRADE, Mariza Guerra de. *A imprensa em Minas Gerais (Primórdios)*. Belo Horizonte: H&C Informática, 1991.

VALLADÃO, Alfredo. *Campanha da Princesa*. v.1. Rio de Janeiro: Leuzinger S.A., 1937.

\_\_\_\_\_. *Campanha da Princesa*. v.2. Rio de Janeiro: Leuzinger S.A., 1940.

\_\_\_\_\_. *Campanha da Princesa*. v.3. São Paulo: Empreza Graphica da “Revista dos Tribunaes” Ltda. , 1942.

VEIGA, Benoni da. *Genealogia da família Veiga a partir de Francisco Luiz Saturnino da Veiga até a actual geração*. Rio de Janeiro: Niemeyer Soares & Cia., 1932.

VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanach Sul Mineiro*. Para o ano de 1874. Campanha: Thytopographia do Monitor Sul Mineiro, 1874.

\_\_\_\_\_. *Almanach Sul Mineiro*. Para o ano de 1884. Campanha: Thytopographia do Monitor Sul Mineiro, 1884.

VEIGA, José Pedro Xavier da. A imprensa em Minas Gerais (1807-1897). *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ouro Preto, vol. 3, 1897, p.169-249.

\_\_\_\_\_. *Efemérides Mineiras – 1664 – 1897*. v.1 e 2. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.

\_\_\_\_\_. *Efemérides Mineiras – 1664 – 1897*. v.3 e 4. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.

### Fontes Impressas:

Jornal *Monitor Sul Mineiro* – originais do período entre 1872-1896; acervo do Centro de Estudos Campanhenses Monsenhor Lefort, Campanha/MG.

Jornal *Minas do Sul* – exemplar do ano de 1892; acervo do Centro de Estudos Campanhenses Monsenhor Lefort, Campanha/MG.

Luiz Arnaut  
Márcio dos Santos Rodrigues  
Valdeci da Silva Cunha<sup>1</sup>

**“Suspiros e dores”:  
escravidão, piedade e metáfora**

Departamento de História  
(UFMG), Mestre em História  
Social (USP). Márcio e Valdeci  
são graduandos em História  
pela (UFMG)  
arnaut.luiz@gmail.com

**Resumo**

Este artigo visa analisar a temática escravidão e/ou abolição presente em diversos poemas recolhidos e selecionados de alguns jornais da província de Minas Gerais, entre os anos de 1885 a – 1900, com base nos recursos da sócio-linguística. Estes poemas constituem em meio e recurso para a produção, circulação e movimentação de idéias e informações acerca da escravidão, do abolicionismo e das diferentes formas de pensar a liberdade no século XIX. Esta quando associada aos escravizados era informada e informava uma lógica diferente de quando era associada aos brancos livres. Nosso objetivo, portanto, foi testar a proposta da história social da linguagem, formulada por Burke, ao interrogarmos poemas abolicionistas como fontes históricas, e estas não como suportes de idéias, mas como expressões e indicadores de práticas sociais.

**Palavras-chave:** Jornais mineiros do século XIX. Poesia. Escravidão. História social da linguagem.

**Abstract**

This article aims at to analyze the thematic slavery and/or present abolition in diverse collected poems and chosen teams of some periodicals of the province of Minas Gerais, enters the years of 1885 and 1900, on the basis of the resources of the social linguistic. These poems constitute in way and resource for the production, circulation and movement of ideas and information concerning the slavery, it abolitionism and different forms to think to them the freedom about century XIX. This when associate to the enslaved ones was informed and informed a logical different of when was associated the free whites. Our objective, therefore, was to test the proposal of the social history of the language, formulated for Burke, when interrogating referring to abolitionism poems as historical sources, and these not as supports of ideas, but as practical expressions and pointers of social.

**Keywords:** Newspapers from Minas Gerais in 19<sup>th</sup> Century. Slavery. Social History of Language.

Enviado em 05 de  
setembro de 2008 e  
aprovado em 10 de outubro  
de 2008.

---

1. Grupo de Estudos *História e linguagem* (Depto de História da Fafich – UFMG) Luiz Arnaut (coord.), Márcio Rodrigues, Renata Campos, Marcelo Mangini, Valdeci Cunha e Mateus da Silva.

## Introdução

*Os protetores são os piores tiranos*

Lima Barreto

A história social da linguagem parte da proposta de usar, na análise histórica, as contribuições da sócio-linguística na análise das fontes históricas. A linguagem das fontes expressa relações sociais denotativas de um mundo que tornou possível ou inadiável esta ou aquela forma de comunicação. A língua, por ser prática, molda e é moldada pela sociedade, podendo ser tomada como indicador e evidência de práticas sociais, valores, idéias e distintas formas de percepção de problemas e de encaminhamento de suas soluções<sup>2</sup>.

Assim, se as fontes históricas textuais podem ser tratadas e interrogadas em função de suas idéias – noções e informações sobre temas e/ou processos, ou seja, como suportes e veículos de informações relevantes – também podem, por outro lado, serem interrogadas quanto ao que carregam de implícito, como sua própria informação, uma vez que admitimos forma e conteúdo como elementos indissolúvelmente ligados.

O sentido e a significação da linguagem são fornecidos pelo contexto e pelas condições de enunciação. As palavras que falamos, ouvimos, escrevemos e lemos seriam, nesta abordagem, idéias portadoras de valores socialmente atribuídos<sup>3</sup>. A linguagem e as classificações que ela expressa atuam, assim, como princípios de (di)visão do mundo social; um recurso técnico que, ao permitir nomear as coisas do mundo, modifica-o. Essas descrições muitas vezes podem ser vistas como prescrições: há algo de denúncia naquilo que se anuncia. As propriedades da língua em transformar o mundo social só são compreensíveis se admitirmos o social como relacional ao invés de substancial. Ou seja, a “realidade” como sendo o lugar das lutas para definir a “realidade”<sup>4</sup>.

A Campanha Abolicionista foi responsável pela produção e pela circulação de diversos poemas na imprensa. Nos periódicos a escravidão foi (re)definida como injustiça intolerável. Ali, as diferentes representações formam e informam a defesa do fim da escravidão ao mesmo tempo em que são formadas e informadas por ela.

A denúncia da escravidão aparece na chave da compaixão e da piedade: ao escravizado continuava sendo negado o estatuto de sujeito, assim como mantinha a permanência do *negro* como metáfora negativa. Assim, a luta pela abolição conservava a exclusão política e social dos negros, objetos da comiseração, cuja libertação teria sido resultante da ação dos (brancos) livres. Após 1888, o tema da abolição passaria a ser veiculado pelos republicanos, que buscavam dissociá-la da dinastia de Bragança, ao mesmo tempo transformando a *escravidão* em metáfora da condição de súdito e atribuindo ao movimento anti-monárquico o mérito pelo abolicionismo. No poema abaixo observamos que o orgulho das comemorações do dia treze de maio deveria ser do Brasil e não do Imperador, pois este apenas legalizou a abolição que já estava concretizada. A libertação do cativo da “carne preta”, segundo Gavroche, não é mérito do imperador, pois foi a isto forçado pelo Brasil. A monarquia seria a responsável pela instituição da escravidão mais do que pelo seu término

2. Para uma discussão sobre esses pressupostos teóricos, ver: BURKE, P. *História social da linguagem*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997; e “História Social da Linguagem”. *A arte da conversação*. São Paulo: Unesp, 1995. pp. 9-50.

3. Aqui, estamos utilizando as relações entre *tema e significação*. Para mais informações, ver: BAKHTIN, M. M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: HUCITEC, 2004.

4. Estamos tratando o mundo social, de acordo com Bourdieu, como relacional. A “realidade” é o lugar de luta permanente para definir a “realidade”. As representações “que os agentes sociais possuem das divisões da realidade contribuem para a realidade das divisões. Acreditamos que, no nosso caso, a escravidão não deva ser tratada somente como na sua dimensão objetiva (independente da consciência e da vontade dos agentes e que são capazes de orientar e coagir suas práticas e representações), mas deve ser considerada sua dimensão subjetiva (esquemas de percepção, pensamento e ação) que a tornam aceitável ou condenável. Ver BOURDIEU, P. “Introdução a uma sociologia reflexiva” *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989, p. 17-58; “Espaço social e poder simbólico”. *Coisas ditas*. São Paulo, Brasiliense, 1990, p. 149-168 e “A força da representação”. *Economia das trocas lingüísticas*. São Paulo: Edusp, 1996. p. 107-116.

Cativou a carne preta,  
Deu-lhe p’ra senhora a branca,  
E a tal desumana treta  
Vai pondo esta terra manca.

Se você não extirpar  
A escravidão que plantou,  
Para com ela acabar,  
Hei de mostrar quem sou eu  
[...]  
Até que, forçado, aceita  
Nosso governo cambalaio  
A causa que estava feita,  
Lavrando o treze de maio <sup>5</sup>.

A historiografia produziu uma imagem do escravizado restrito à senzala, preso a correntes e sujeito aos chicotes do feitor. Há alguns anos esse tema foi objeto de profundo debate e por isso novas caracterizações vêm sendo construídas sobre este tema. A instituição passa, portanto, a ser apresentada menos pelos suplícios e correntes, e mais pelas possibilidades de circulação pelo espaço público e pela atuação no comércio. O debate que a re-interpretação provocou, e que adquiriu tons apaixonados e ataques incisivos <sup>6</sup>, pode ser considerado como parte da polêmica que tem marcado a interpretação da escravidão desde o século XIX.

A relação escravocrata-escravizado<sup>7</sup> era assimétrica e marcada pela distribuição e pelos acessos desiguais a bens materiais, simbólicos, políticos e legais. As limitações, interdições e permissões eram definidas nas relações concretas entre proprietários e escravizados. O estabelecimento destes limites constituía um dos focos de tensão e de conflitos entre os dois pólos dessa relação.

A vida do escravizado e a instituição da escravidão suscitaram diferentes formas de resistência. Entre estas podemos citar, a título de exemplo: as fugas, os quilombos, a literatura romântica e o abolicionismo. Estas distintas formas de combate à escravidão foram responsáveis pela produção e pela circulação de representações sobre o tema. As ações diretas dos escravizados fomentaram temores de ameaça social e de desrespeito às instituições sociais provocando reações conservadoras e repressivas. Estas ações de resistências dos escravos sensibilizaram uma parcela considerável da opinião pública que, por isso, motivou a produção literária e a ensaística procurando, então, minar, moral e socialmente, a escravidão instigando a opinião pública já sensibilizada. A escravidão, de instituição social e legal, foi deslocada e apresentada como uma prática desumana e imoral. A denúncia e o combate ao escravismo eram feitos através da produção e da divulgação de uma nova representação acerca da escravidão, do escravizado, do escravocrata e do escravismo.

Nesta discussão nos interessa as representações colocadas em circulação pelo abolicionismo, os valores, os princípios e as idéias a partir das quais o escravizado e a escravidão foram problematizados. A escravidão, sua aceitação e seu combate são incompreensíveis sem a análise e indicação das representações que as autorizem. As práticas e instituições sociais são inseparáveis dos princípios de visão de di-visão que as informa e as autoriza, as tornam aceitáveis.

5. Gavroche. “Flores e cacholetas”. *A Revolução*. Campanha. 16 mar. 1889.

6. Esse debate foi iniciado a partir da publicação do texto “O escravismo brasileiro nas redes do poder: comentário de quatro trabalhos recentes sobre a escravidão colonial”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 133-152. Para saber mais sobre as réplicas, ver: CHALHOU, S. “Gorender põe etiquetas nos historiadores”. *Folha de São Paulo*, 24 nov. 1990; GORENDER, J. “Como era bom ser escravo no Brasil”. *Folha de São Paulo*. (réplica), 15/12/90; LARA, S. “Gorender escraviza a História”. *Folha de São Paulo* (tréplica), Caderno Letras, jan. 1991.

7. Optamos por substituir o substantivo *escravo* pelo advérbio *escravizado* para enfatizar a dimensão relacional da condição.

Nossas fontes foram poemas publicados em jornais de Minas Gerais no final do século XIX que evidenciavam uma representação da escravidão, da produção desta representação, do empenho em colocá-la em circulação e de um embate simbólico. Os poemas selecionados revelam uma pretensão de modificar o entendimento aceito sobre a escravidão, substituindo-o por outro que o tornava imoral. Cabe dizer aqui que a ocorrência estatística não foi uma preocupação nossa. Mais do que apontar como esta representação era consensual, pretendemos demonstrar sua existência e explorar a lógica que a informa.

Os poemas pretendiam contestar a escravidão e o fazem negando um de seus pré-supostos básicos. A afirmação da humanidade dos escravizados, portanto, é uma constante. Tal tratamento, ao denunciá-la, insinua uma semelhança radical entre aqueles que são tratados como animais e aqueles que são considerados leitores livres.

A despeito de qualquer diferença social, biológica, intelectual, os escravizados seriam fundamentalmente seres humanos. Esta é chave que permitirá a representação da escravidão como imoral, inaceitável e insuportável. Há aqui um duplo deslocamento: a escravidão deveria ser avaliada à luz da moralidade e civilidade, pois diz respeito a seres humanos; além disso, ela não comportaria uma reforma ou ainda uma gradação.

A escravidão não poderia ser amenizada, pois sua própria existência é apresentada como absurdo condenável. Esta certeza orienta descrições e prescrições: a ênfase discursiva recairá sobre as condições desumanas de vida nas quais *homens* são submetidos porque são escravizados.

Eu sei que dás ao negro o trato humano e digno.  
Daqueles que têm n'alma o caudoso signo:  
Porém, o que vale o pão com mais fermento feito,  
Se os desgraçados são os brincos do direito?  
A mãe não pode ao filho, a criancinha inerme  
Carinhos dispensar! Por causa da epiderme,  
Despedaçando, ó céus! o natural pendor,  
Se lhe negou até o maternal amor.  
Prazeres conjugais, afagos e carícias,  
Não pode a raça vil, herdeira das sevícias  
[...]  
E tenho também asco às cousas deste mundo  
Onde fostes buscar, eleitos do destino  
Esse direito atroz, que proclamas divino  
De pôr a pega aos pés a vosso irmão maldito. <sup>8</sup>

Na chave desta contradição, que assume o tom de escândalo, o abolicionismo busca estimular a sensibilidade dos leitores para o sofrimento das vítimas que, como eles, foram criados à imagem e semelhança de Deus.

O destaque dado às condições cruéis da vida no eito mostra a escravidão como sadismo, privação e sofrimento: o escravizado é acorrentado, vítima de maus tratos e flagelo<sup>9</sup>.

No poema seguinte esta apresentação pode ser associada a uma opção estratégica e neste sentido alguns aspectos nos parecem dignos de atenção.

Chora, escravo, mas nos céus confia!...  
És mártir de um malvado,  
De um senhor tão desgraçado,  
Que escravo diz ser cousa!  
Perdoa ao monstro que diz isto,  
E na Grã Cruz de Jesus Cristo  
Tua fé sempre repousa.

8. "À Minas". *Província de Minas*. Ouro preto. 11 mar. 1886.



Chora, escravo, que terás descanso!...  
 Não tarda que o escravista.  
 Esse louco, esse egoísta,  
 Morta veja a escravidão.  
 Há de um dia a sociedade  
 Dar-te, escravo, liberdade,  
 E pedir-te até perdão.<sup>10</sup>

O primeiro, colocava a instituição em um universo referencial que inviabilizaria toda e qualquer pretensão de defesa e/ou permanência da escravidão. Além disso, o horror descrito aparece localizado em outro espaço, em outro lugar que não o do leitor – aparece também sendo praticado por outras pessoas. Este distanciamento permite ao leitor um estranhamento e uma dissociação em relação à figura do escravocrata, e ele pode comover-se com a sorte do escravizado: as iniquidades denunciadas ocorrem em um mundo do qual o leitor não participa, não é cúmplice nem beneficiário. Nesta perspectiva, podemos sugerir que o abolicionismo constituiu-se em uma grande operação de redesenho da escravidão; A escravidão foi, portanto, deslocada de uma rede simbólica que a legitimava, e inserida em uma outra rede na qual se tornava imoralidade.

O segundo aspecto a mencionar se refere a abordagem da escravidão em termos de valores absolutos. A consequência desta equação será sua exclusão do território da negociação. Quaisquer pretensões e/ou iniciativas de minorar seus males não passariam de paliativos legais ou filantrópicos: somente a abolição seria aceitável. Trata-se de extirpar o sofrimento, mais do que de aliviar os sofredores.

Esta entrada tem como chave a denúncia do sofrimento de uma vítima e não as práticas dos perpetradores. Os poemas evitam, seguindo as prescrições de Nabuco, criar conflitos e polêmicas com os escravocratas ou estimular a revolta dos escravizados, perigos que poderiam significar o suicídio político do abolicionismo<sup>11</sup>. Este, entretanto, ao tomar para si a defesa dos escravizados, negava-lhes também o estatuto de sujeito. O *mandato abolicionista* é incapacitador e incapacitante, apesar das justificativas de Nabuco<sup>12</sup>.

As descrições do sofrimento, da dor e da privação permitem não só tocar a piedade dos leitores como mobilizar sua religiosidade pela analogia entre o calvário e o eito, seja pelo martírio que os marca ou pela redenção que os sucede.

Para além do sofrimento físico, havia também a frustração afetiva decorrente das privações constitutivas da vida do escravizado. A injustiça de sua condição do escravizado é assim explorada no plano individual – ou seja, no nível concreto e cotidiano da vida das pessoas. A ausência da liberdade, portanto, significaria a privação das experiências familiares, como podemos ver no poema abaixo:

“Eu sei que em tuas plagas  
 A escravidão não tem a hediondez das chagas;

9. Entenda-se bem, esta ênfase resultaria de uma forma como se percebeu, então, o problema, ressaltando que afirmar isto não implica em atribuir um caráter exclusivamente subjetivo ao sofrimento e aos castigos.

10. Carlos B. Peixoto. *A União*. Ouro Preto. 27 jan. 1887.

11. “A propaganda abolicionista, com efeito, não se dirige aos escravos. Seria uma covardia, inepta e criminoso [...] incitar à insurreição, [...] porque seria expor outros a perigos que o provocador não correria com eles [...]” In: NABUCO, J. *O Abolicionismo*, cap. 4, 2000.

12. “O mandato abolicionista é uma dupla delegação, inconsciente da parte dos que a fazem, mas, em ambos os casos, interpretada pelos que a aceitam como um mandato a que não se pode renunciar. Nesse sentido, deve-se dizer que o abolicionista é o advogado gratuito de duas classes sociais que, de outra forma, não teriam meios de reivindicar os seus direitos, nem consciência deles. Essas classes são: os escravos e os ingênuos. [...] É esse ponto de vista, da importância fundamental da emancipação, que nos faz sub-rogar-nos nos direitos de que os escravos e os seus filhos [...] não podem ter consciência, ou, tendo-a, não podem reclamar, pela morte civil a que estão sujeitos”. NABUCO, J. *Op. Cit.*, Cap. 3, 2000.

Eu sei que dás ao negro o trato humano e digno.  
 Daqueles que têm n'alma o caudoso signo:  
 Porém, o que vale o pão com mais fermento feito,  
 Se os desgraçados são os brincos do direito?  
 A mãe não pode ao filho, a criancinha inerte,

Carinhos dispensar! Por causa da epiderme,  
 Despedaçando, ó céus! o natural pendor,  
 Se lhe negou até o maternal amor.  
 Prazeres conjugais, afagos e carícias,  
 Não pode a raça vil, herdeira das sevícias,

Gozá-las em sossego”<sup>13</sup>.

Há, portanto, uma dupla identificação potencial entre a descrição e certa parcela de leitores. De um lado, constituir uma família era um horizonte plausível para a maioria da população; ficar solteiro não consistia em uma perspectiva confortável para os moços e moças do século XIX. Por outro lado, podemos supor que, em função da educação e cultura da época, o argumento do afeto familiar calava fundo na sensibilidade romântica, particularmente no universo feminino; leitores e leitoras de *Os Sofrimentos do Jovem Werther* (1774) e de *Escrava Isaura* (1875) teriam empatia com as situações descritas.

As poesias dos jornais trazem, portanto, uma representação da escravidão-privação que os romances e folhetins já colocavam em circulação há mais tempo. No poema *À Minas* de 1886, a escravidão aparece como algo que não pode ser visto de forma amena (anexo 6), pois aqui o absurdo condenável era a existência da instituição e não o tratamento dispensado aos escravizados.

Eu sei que dás ao negro o trato humano e digno.  
 Daqueles que têm n'alma o caudoso signo:  
 Porém, o que vale o pão com mais fermento feito,  
 Se os desgraçados são os brincos do direito?  
 A mãe não pode ao filho, a criancinha inerte  
 Carinhos dispensar! Por causa da epiderme,  
 Despedaçando, ó céus! o natural pendor,  
 Se lhe negou até o maternal amor.  
 Prazeres conjugais, afagos e carícias,  
 Não pode a raça vil, herdeira das sevícias.

A representação da escravidão, posta em circulação, traduz, desta forma, um desacordo entre sua existência e as noções básicas do direito e do justo. A denúncia só é possível se a escravidão for apontada como contrária aos princípios da vida em sociedade, ou seja, a liberdade afirmada enquanto direito e princípio da natureza.

Livre é toda a natureza,  
 Livre o mar quando muge,  
 É livre a onça que ruge  
 E não consente ser presa:  
 No fogo é livre a centelha,  
 Na colméia é livre a abelha  
 E na manada os corcéis

13. “À Minas” *Província de Minas*. 11 de março de 1886.

Livre a altiva palmeira  
 Ao sopro da aura fagueira.  
 [...]
   
 Só o escravo é quem chorava  
 Porque livre inda não era;  
 Mas, Virgem, tu o animavas  
 De manso a dizer-lhe: Espera!<sup>14</sup>

As regras instituídas pelos homens deveriam estar em consonância com o *jus naturalismo* e/ou a religião. Em ambos os casos as regras do “bom viver” teriam como limites parâmetros que antecedem qualquer pacto político: os direitos naturais. A afirmação da humanidade dos escravizados autorizava a sua inserção no universo dos beneficiários destas regras, ou seja, impediriam a instituição da escravidão. O resultado prático desta operação multifacetada seria a pretensão de desnaturalizar a escravidão, de destruir a noção de que os negros seriam seres distintos, submetidos a noções também distintas de direito daquela que são aplicáveis aos brancos. O complemento da desnaturalização, ou seu efeito, seria a possibilidade da denúncia e a mobilização da opinião pública contra a escravidão.

O indicado acima deslocava a escravidão para um universo de referência alternativo, diferente do que se estava estabelecido. O quadro que os poemas buscam desenhar contestava aquele no qual a escravidão aparecia como aceitável e/ou natural.

Os defensores da escravidão lançavam mão dos argumentos conservadores da ameaça e da futilidade. O primeiro corresponde ao destaque dos perigos que o fim da instituição representaria, não em termos de interesses particulares, mas da ordem social. O segundo, a futilidade, consiste na afirmação de que a adoção de uma medida ou inovação corresponderia a um esforço inútil para alterar um quadro que não pode ser modificado. Ambos as lógicas nos parecem informar os argumentos dos defensores da continuidade da escravidão<sup>15</sup>.

A discussão parlamentar sobre o tema revela que a defesa da escravidão não era uma posição consolidada. As pressões internas e externas forçaram a inclusão do tema na agenda política. As reformas e iniciativas no âmbito do parlamento permitiam, portanto, vislumbrar a *incapacidade* dos escravocratas em resistir às pressões por mudanças e também a *capacidade* dos mesmos em intervir nos rumos do debate. As inovações legais que surgiam impunham mudanças e limitações no direito de propriedade, mas seguiam o ritmo lento das limitações legais. Assim aconteceu com a *Lei dos Sexagenários* e a do *Ventre Livre* – esta transformava a liberdade garantida ao recém-nascido em uma promessa para quando este alcançasse a maioridade; e aquela..em uma promessa aos idosos que sobrevivessem aos anos de maus tratos.

O controle que os proprietários mantiveram sobre o tema fez com que a abolição aparecesse no parlamento e nos debates oficiais sob o nome polido de “questão servil”.

Os escravocratas fracassaram em impedir que esta questão emergisse no parlamento, o que demonstra sua fragilidade. Enquanto isso, o debate ganhou terreno nos canais de manifestação da opinião pública, extrapolando, assim, a esfera privada e as instituições do poder público, espaços tradicionais de discussão sobre os problemas da propriedade. O argumento da piedade não sensibilizava os escravocratas, uma vez que estes insistiam em debater a escravidão no âmbito da economia e legalidade. A idéia de indenização aos ex-proprietários de escravos, veiculada nos meses seguintes a abolição seria uma das evidências desta tentativa. O tema da abolição era, por decorrência, despolitizado pelos escravocratas, adquirindo um tom mais técnico (da economia ou do direito) e protelatório.

O abolicionismo dos poemas apresenta outra forma de nomear a questão. Enquanto os escravocratas falam em “questão servil”, os abolicionistas falam em abolição ou

14. Padre Theofilo. “À Liberdade”. *Sete de Setembro*. Diamantina. 29 de agosto de 1888.

15. Para saber mais sobre essa discussão, ver: HIRSCHMAN, A. *A retórica da Intransigência*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

extinção da escravidão. Os escravocratas, propõem fim parcial (dos sexagenários e dos recém-nascidos) e gradual da escravidão – em maio de 1888 afirmaram ser este fim uma questão de tempo, uma vez que desde 1870 não nasciam mais escravizados e que uma nova lei não fazia-se necessária<sup>16</sup>. Já os abolicionistas, clamavam pela abolição imediata, argumentando imperativos de moralidade e justiça. Os escravocratas explicitaram preocupações quanto aos impactos econômicos que o fim da escravidão provocaria. O que a primeira vista pode parecer um simples problema de nomenclatura revela-se como um indicador da existência de lógicas distintas e do embate político dos seus proponentes.

A disputa em torno da representação da escravidão é também a disputa em torno de sua legitimidade ou imoralidade, e de sua aceitação ou rejeição. A abolição passava a destruir sua naturalização e desconstruir uma representação que autorizava e a tornava socialmente aceita. A disputa em torno dos nomes é expressiva da contenda em torno da manutenção ou extinção da escravidão: os vocábulos *escravidão* e *escravos*, podem ser associados a propriedade legal ou imoralidade e relacionadas a defesa de sua permanência ou de seu fim. Ou seja, é parte constitutiva da disputa em torno dos princípios de visão e de divisão acerca das práticas aceitáveis e de sua aceitação, da existência ou não de interdições na prática da escravidão.

Os abolicionistas construíram a escravidão como um problema. Esta representação consistiu-se, então, no trunfo e sucesso do abolicionismo. Na representação da escravidão que eles articulam aparecem as razões pelas quais ela deve acabar. Os argumentos reafirmam os pressupostos apontados acima, mas o apresentam sob a forma de descrição da dor e do sofrimento. Assim, a escravidão deveria ser extinta para se acabar com o sofrimento dos seres humanos; o enorme sofrimento e frustração que a escravidão causa aos escravizados, portanto, a torna moralmente condenável.

No conjunto de poemas, o escravizado não é a única vítima da escravidão: ao participar de uma relação mediada pela violência, a humanidade do escravocrata é corrompida e, enquanto ele se afasta dos valores cristãos e princípios humanitários, seu comportamento social marca e compromete toda a sociedade brasileira.

Assim, a abolição não redundaria em benefícios exclusivos para o ex-escravizado, mas para o Brasil. A escravidão causava danos morais, econômicos e políticos à pátria e à nação – este argumento universaliza a questão: a escravidão é um problema não só para o escravizado que sofre e para o escravocrata que é brutalizado, mas para toda a sociedade, nomeada sempre como pátria, nação ou Brasil. Em termos econômicos a escravidão é nociva, pois estimula o ócio e não valoriza o trabalho. Já em termos morais é nociva, pois aceita a relação de desigualdade entre os homens, permitindo que uns sejam escravizados pelos outros; o que nega, portanto, uma condição essencial da humanidade: ser livre. A escravidão manteria o Brasil na barbárie, pois sua existência impediria o ingresso da sociedade brasileira no mundo civilizado e na modernidade de modo a desfrutar seus benefícios. Há aqui uma explicação da escravidão como razão do atraso do Brasil, como a responsável pela sua modernização tanto em termos econômicos quanto sociais e políticos. A escravidão, neste caso, seria tanto a marca do atraso e da barbárie, quanto no que impediria nosso progresso.

Por conseguinte, a escravidão também causa danos políticos ao Brasil uma vez que esta impede a participação do país no rol das nações modernas e civilizadas – neste caso, o referencial e o desdobramento dessas problemáticas são externos, pois a permanência da escravidão reduz a possibilidade do Brasil de participar dos benefícios políticos e econômicos das nações modernas, civilizadas, ou seja, a manutenção da escravidão diminui as possibilidades de trocas com a Europa.

## Leitores

16. Nos debates legislativos em 1888 este argumento não foi desenvolvido embora tenha sido apresentado: “Que necessidade tão urgente é esta, quando o problema tem sua solução natural nas leis de 1871 e 1885, contra os efeitos da intervenção do poder público?” questionou Andrade Figueira na Sessão de 9 de maio. *Apud* BRUNO, Fábio V. (ed.). *O Parlamento e evolução nacional. 1871-1889* (3ª série). Brasília: Senado federal, 1979. p. 371.

Uma questão importante quando analisamos os poemas diz respeito à definição de seu público alvo e/ou efetivo. Não possuímos indicações precisas que nos autorizem uma resposta taxativa, mas trabalharemos com algumas hipóteses ou respostas possíveis.

A primeira e mais básica resposta, portanto, é supor que os leitores eram os letrados membros da elite ilustrada. Os jornais no século XIX não constituíam um veículo de comunicação de massa, pois o número de letrados era reduzido e os periódicos não se constituíam artigo de primeira necessidade. A aquisição dos jornais, então, supunha a posse de recursos, o interesse na palavra escrita, na informação, e tempo ocioso para a leitura.

As palavras, sons, idéias, imagens e situações descritas nos poemas podem ser relacionadas a uma tripla orientação. As filiações estéticas e literárias, as motivações políticas e sociais e uma expectativa de leitor. Os elementos constitutivos dos poemas podem ser vistos como pistas do universo no qual o autor se colocava, das relações culturais da sociedade em que está inserido e do efeito que buscava alcançar. Nos interessa pensar, então, quais leitores podemos supor que fossem tocados por estes recursos literários, estilísticos e simbólicos. Observaremos que estes poemas faziam parte da campanha contra a escravidão, logo, ter eficácia em atingir um leitor constituía um dos objetivos que orientavam sua criação e/ou sua publicação.

As considerações seguintes sobre os possíveis leitores não devem ofuscar o fato de que a poesia se propaga independente do suporte da folha impressa. Sua forma é primordialmente oral e as rimas, curtas e ritmadas, facilitam a memorização e a reprodução oral, o que nos autoriza sugerir que além de leitores havia também ouvintes. Assim, o público atingido pelos poemas poderia ir além daqueles que tinham tempo, dinheiro e predisposição para a leitura dos jornais.

Os poemas exploravam a frustração afetiva, as privações, o sofrimento físico e o discurso da igualdade cristã. Os argumentos mobilizados pelos mesmos poderiam atingir um leitor suscetível à forma como a questão foi colocada e/ou alguém que se identificasse com a privação descrita.

Os jovens, influenciados pelo romantismo e/ou experimentando as frustrações decorrentes das imposições paternas, aparecem como alvos potenciais do abolicionismo, e, por isso, são leitores pressumidos<sup>17</sup>.

As mulheres também são um alvo particularmente visado; percebemos isso ao obervarmos o apelo à maternidade das produções da época. As imagens de mulheres, que não podem gozar da maternidade e de filhos que foram privados do amor materno, sugerem-nos, então, serem elas parte do público que se pretendia atingir.

Em termos de localização espacial, trabalharemos com a hipótese de que os leitores são urbanos. As descrições dos poemas não fazem menção explícita e inequívoca à escravidão doméstica e/ou urbana, de tal forma que é possível que, mesmo existindo escravizados no âmbito doméstico, os leitores não se sentissem retratados pelos poemas. De outra forma, a ausência de uma referência concreta à escravidão doméstica, possivelmente praticada pelos leitores, permitiria que estes não se reconhecessem na descrição e na denúncia dos escravocratas. O escravocrata seria desta forma o *outro* maléfico e não o *eu* leitor. O apoio ou simpatia à causa abolicionista poderia, neste caso, conviver com a posse de escravizados.

## Apelos

Os poemas usam diferentes apelos para justificar e reivindicar o fim da escravidão. Há o apelo religioso, o afetivo, o da compaixão e o das luzes. Todos estes foram usados no mesmo sentido, ou seja, o de demonstrar a impossibilidade da permanência da escravidão, independente de suas diferentes filiações teóricas e filosóficas. As distinções entre os pressupostos e implicações

---

17. A título de exemplo, citemos *Esau e Jacó*, de Machado de Assis, e o texto teatral de França Júnior, *Como se fazia um deputado*, onde lemos: “Esquece estes sonhos de amor, que no fim de contas, são sempre sonhos, e vamos tratar da realidade”, diz o Major Limoeiro ao sobrinho recém-chegado da capital.



do argumento de ordem religiosa e o de ordem iluminista aparentemente não constituíam um problema. Estas diferenças diluíam-se em função do sentido e do objetivo dos poemas: promover o fim da escravidão.

O apelo cristão mobilizava as assertivas bíblicas acerca da verdade, da justiça e da igualdade. A Bíblia, a verdade revelada, a palavra do Senhor, não só desautorizava como negava a escravidão. A lógica e doutrina cristã seriam incompatíveis com a existência de homens escravizando homens, ou melhor, irmãos escravizando irmãos. A noção de desigualdade, como observamos no poema abaixo, que autorizava a escravidão era contrária à verdade bíblica de que somos filhos de Deus.

Chora, escravo, que o chorar é santo!...  
 As lágrimas de Madalena  
 Valeram-lhe a vida amena,  
 A morada da divindade!  
 Não está longe mais o dia,  
 P'ra ser morta a tirania,  
 No seio da cristandade.<sup>18</sup>

Os princípios do cristianismo de justiça e de bondade deveriam servir de base para a organização social. A religião aparecia como uma medida de avaliação das práticas sociais. Os homens, em sua organização, deveriam se sujeitar à autoridade divina e aos ensinamentos cristãos. Estes possuíam três características fundamentais. Em primeiro lugar, constituem verdades reveladas, não comportando adaptação nem atualização. Em segundo, são princípios que não carecem de demonstração, são virtudes e preceitos de bondade e de justiça que se justificam *per se*. E, por último, antecedem e orientam a criação dos homens devendo orientar também suas instituições. A não observância destes princípios faria com que os homens negassem sua humanidade e se afastassem de Deus.

O apelo cristão colocava o argumento em um patamar no qual não haveria discussão. Sua autoridade e força decorriam de sua fundamentação cristã. Nesta operação, o mais importante era romper a ligação entre escravidão e cristianismo, a transformando, portanto, em incompatibilidade. Usava-se o capital simbólico consolidado pela igreja para desautorizar a instituição. O importante, ou o eficiente, nesta linha de argumentação talvez passasse mais por fazer com que a escravidão aparecesse como anticristã do que de fato sê-lo. Os poemas não caminham pela demonstração da incoerência entre os textos bíblicos, os teológicos e a escravidão. O recurso consistia em usar as imagens, as noções e os valores cristãos pré-estabelecidos para desautorizar a escravidão. Buscava-se assim a apropriação da consistência e do *status* que o cristianismo gozava para questionar a legitimidade da escravidão. Em uma lógica semelhante à apontada acima, os poemas invocam valores e princípios divinos contrários à escravidão:

Salve! augusta liberdade,  
 Benfazeja divindade,  
 Que livras a humanidade  
 dos ferros da escravidão<sup>19</sup>.  
 Ave, augusta Liberdade,  
 Primogênita do Céu;  
 Salve astro de beldade  
 Rico de graça e sem véu;  
 Rainha sem diadema  
 Heroína de um poema  
 Escrito nos céus e mar!

18. Carlos B. Peixoto. "Chora escravo!". *A União*. Ouro Preto. 27 jan. 1887.

19. Thomaz Brandão. "Sete de setembro". *A União*. Ouro Preto. 7 set. 1886.

Tens no Brasil capitólio  
Em oitent’oito sem sólio  
De maio aos treze um solar!<sup>20</sup>

Desde o instante derradeiro  
Da treva e do cativo,  
Pisa o solo brasileiro  
Uma estranha divindade,  
Que nos traz entre fulgores,  
Entre aplausos e louvores,  
Sorrisos, hinos e flores,  
Idéias de liberdade.<sup>21</sup>

Há aqui alguns pontos que merecem destaque. O primeiro se refere aos princípios aceitos como fundamentais para a organização social; estes são os mesmos apresentados como fundamentos do abolicionismo, porém estes valores, que integram a tradição ocidental, receberam um tratamento divino. Nesta linha, os princípios, transmutados em valores, são colocados em um lugar acima dos homens, tornam-se, assim, verdades inquestionáveis. Por adquirirem este *status* podem ser usados como contestação à escravidão. Direito, Liberdade, Justiça são divinizados e apresentados como contrários a instituição que se pretende combater. Mais que valores ou princípios, tornam-se divindades, entidades que encarnam os valores daquilo que a nomeiam – o que explicaria o uso recorrente de maiúsculas.

Diferente da invocação cristã este argumento tem o efeito de apresentar o valor/ideal como elemento acima dos homens e da história. Seriam valores “a-históricos”, porque são naturais; expressam, desta forma, uma ordem natural (porque estão de acordo com a natureza) na qual a humanidade deve se orientar e tomar como ponto de partida para sua existência na História. A consequência lógica decorrente desta forma de construir o argumento leva a incompatibilidade entre os valores ditos naturais e a escravidão, ou seja, sua desnaturalização..

### Apelo afetivo

A escravidão foi denunciada pelos poemas no que diz respeito aos empecilhos que impediam o escravizado de experimentar e/ou construir relações afetivas. Esta denúncia operava também como um apelo pelo fim da condição de escravizado. Aqui, funcionaria uma identificação entre a sensibilidade romântica dos moços com as das moças das cidades e as vilas da província. A julgar pelos exemplos literários, não era uma experiência rara que os jovens experimentassem, por imposição paterna, frustrações de sonhos, de amores e de afetos. Estas privações permitiriam a identificação do leitor, não contaminado pelo realismo ou pelas questões práticas de sobrevivência econômica, com o escravizado. Os leitores jovens poderiam estranhar e discordar da organização do mundo tal como estava instituído, ou seja, poderiam discordar da escravidão; entretanto, sob a ótica da privação, ambos, tanto o escravizado quanto o leitor(a) romântico(a), tornavam-se iguais.

### Apelo da compaixão

Os apelos apontados até agora como aqueles que os poemas usavam caminham em um sentido comum: o da compaixão e o da piedade. O argumento da dor e do sofrimento despertaria piedade nos leitores, mas não necessariamente motivaria a fraternidade. Esta, ao contrário da compaixão ou da piedade, passaria pela construção de um território comum entre o escravizado e o homem livre, do reconhecimento da igualdade através da supressão da distância entre ambos (ARENDDT, 1988).

20. Padre Theofilo. “À liberdade”. *Sete de Setembro*. Diamantina. 29 ago. 1888.

21. Fernando Magalhães. “A Nova Era”. *A Pátria Mineira*. São João Del Rei. 16 maio 1889.

Os escravizados estariam marcados por uma dupla privação, a da liberdade e a da capacidade de resistir. O sofrimento e a impossibilidade de contestação do escravizado motivariam a sensibilidade romântica e cristã a expressar compaixão e piedade.

Podemos perceber, assim, a incapacidade do escravizado em reverter sua situação, o que poderia motivar a comiseração do leitor, inviabilizando a sua identificação com aquele que sofre. O escravizado continuaria a ser tratado e percebido como incapaz, de quem a sorte pode sensibilizar, mas não induzir a fraternidade. O foco não era, portanto, o escravizado, a vítima do algoz-escravocrata, mas as práticas e as crueldades que marcavam o seu dia-a-dia. Mais que o indivíduo, o que importava era a relação; mais que a pessoa, a instituição.

O não reconhecimento do escravo como um sujeito (pleno) motiva a piedade, mas mantém a distinção entre escravizados (negros) e não escravizados (brancos). Um desdobramento desta situação seriam as referências negativas aos negros e escravos (vil, canalha, etc.) e a permanência do negro como metáfora. A piedade opera no campo onde a desigualdade sobrevive de modo que a preocupação com a sorte do escravizado não produz uma preocupação com o negro.

Um segundo desdobramento diz respeito ao mandato humanitário, apresentado por Nabuco (2000), quando os brancos livres assumiriam a defesa dos escravizados. Na ausência da voz e da impossibilidade de ação por parte dos negros, os abolicionistas tomariam para si a obrigação moral de falar em seu nome. O escravizado seria assim libertado ou objeto da libertação, mas não sujeito de sua libertação. A incapacidade de resistência se desdobra na passividade teorizada por Nabuco (2000). A defesa do fim da escravidão que os poemas promovem mantém o escravizado submetido ao mesmo estatuto da escravidão: o da passividade. Sua condição de sujeito não é reconhecida nem mesmo por aqueles que assumem sua defesa e sua voz; o mandato abolicionista, mais do que assumir a voz dos escravizados, a confisca.

Nos poemas, estas idéias são percebidas pela recorrência da terceira pessoa na descrição da vida do escravizado. O narrador fala da vida, dos problemas e de um sofrimento de um grupo do qual não faz parte. O sujeito dos poemas não coincide com aquele que sofre e é escravizado. Há aqui, portanto, uma continuidade entre escravismo e abolicionismo: ambos tratam o escravo como ser de segunda categoria, incapaz. Por mais que a humanidade do escravizado possa ser um princípio formador do abolicionismo, a hierarquia entre escravizados e homens livres não é quebrada. Este é um ponto de concordância entre os escravocratas e os abolicionistas<sup>22</sup>. “É por piedade que os homens são ‘atraídos para *les hommes faibles*’, mas é por solidariedade que eles estabelecem, deliberadamente, e como que desapaixonadamente, uma comunidade de interesses com os oprimidos e explorados.” (ARENDDT, 1988: 70). Este seria o limite, e mesmo a limitação, da compaixão e da piedade.

## Argumento das luzes

Uma outra linha de argumentação destaca os avanços da ciência e do conhecimento como contraponto aos velhos preconceitos que orientaram e fundamentaram a escravidão.

O “iluminismo” do argumento resulta mais do uso recorrente de imagens como farol, luz, aurora, do que da presença de uma lógica iluminista propriamente dita.

Excelsa Redentora,  
Que antes de libertar a raça sofredora  
Careceste senti a voz das populaças  
Intimar-te a rugir, colérica, nas praças  
E ver que nesta pátria as armas dos guerreiros  
Não podiam servir às caças dos negreiros,

22. Podemos supor a existência de abolicionistas que operavam em uma outra lógica que incorporava a noção de igualdade e que reconheciam nos negros o *status* de sujeito portador de direitos. Podemos pensar em Patrocínio, Gama e outros. No entanto, nos poemas que usamos como fonte esta concepção não foi percebida.

Para ceder enfim, pálida e amedrontada;  
Excelsa Redentora, a mesma voz irada.<sup>23</sup>

Acendeu brilhante luz  
O farol da Redenção;  
Na terra de Santa Cruz  
Não há mais escravidão!  
[...]  
Já não és pátria d’escravos,  
És potente soberana  
Livre Sul-Americana,  
Berço de heróis e de bravos!  
Sofreste os cruéis agravos  
Da mais dura condição;  
Mas, guiou-te à salvação  
Deu-te alento e conforto,  
Abrigo e seguro porto  
O farol da Redenção.<sup>24</sup>

As luzes como guias e condutores teriam, no nosso entendimento, quatro desdobramentos.

Em primeiro lugar, justificam o fim da escravidão em função do porvir, e fundamentam no futuro a ação no presente. Neste sentido, se confunde e se mescla com a idéia de progresso. Os faróis seriam guias a indicar e iluminar o caminho (à frente) a ser seguido. A escravidão é apresentada como um obstáculo, empecilho e entrave que impede o avançar em direção a este futuro de progresso.

Por oposição, o presente é (des)qualificado como escuro, de trevas e de ignorância. As luzes viriam, neste caso, trazer esclarecimentos a um presente sombrio. A imagem negativa do presente sombrio (escuro) é coerente com a persistência do negro como metáfora, como apontado acima.

A apresentação de um presente entendido como metáfora para a ignorância e preconceitos terá, após 1888, um uso no debate político quando dirigida contra os fundamentos da monarquia. Os republicanos procuraram associar a monarquia ao mesmo quadro de ignorância e de preconceito que havia justificado a escravidão. Esta operação buscava dissociar a Coroa do 13 de Maio, mostrando que se baseia na mesma lógica da escravidão: desigualdade e privilégio.

Vinde auroras de maio!...vinde agora  
Engrinaldar os altaneiros Andes...  
Cantar as epopéias que de outr’ora  
Vos pediram em balde  
Os grandes dias dos impérios grandes!...  
Vencei risonhas do Levante dos muros,  
Varrendo em vossas plumas luminosas  
Da noite as sombras, o silêncio, a morte!...  
Enchei de luz os báratros escuros...  
E cantai, alvoradas,  
Cantai na imensidade,  
Tendo na frente o sol doce e brilhante  
Como emblema de um século gigante  
De luz e liberdade!<sup>25</sup>

23. Medeiros e Albuquerque. *A revolução*. Campanha. 2 de Julho de 1889.

24. Francisco Silva Lobo. “13 de maio”. *Província de Minas*. Ouro Preto. 26 maio 1888.

25. Avelino de Andrade. “Rimas à Pátria”. *A União*. Ouro Preto. 23 jun. 1888.

Apenas foi um ensaio  
A lei de Treze de Maio;  
Seja completa a vitória.

Já que não tendes escravos  
E sois valentes e bravos,  
Da sorte esquecendo agravos,  
Regei-vos por vossas mãos.  
Deitai por terra esse trono,  
Hoje quase em abandono,  
Antes que tenha outro dono  
Fundado em direitos vãos.

Esses velhos preconceitos,  
Esses supostos direitos,  
Não podem ser mais aceitos  
À luz de toda evidência;  
Sejam portanto banidos;  
De um mero engano nascidos,  
Não devem ser dos partidos  
O ponto de divergência.

E à voz da celeste fada,  
Entre uma pena e uma espada,  
Uma cabeça inspirada  
Soube erguer-se triunfante,  
E disse ao Brasil: “Exulta  
Como nação livre e culta,  
Hoje à tua frente avulta  
Novo Washington, e avante!”<sup>26</sup>

A imagem das luzes fundamenta duas ordens de argumentos: de um lado, está associado à racionalidade política que questiona os pressupostos da organização social, seja a escravidão ou a monarquia; de outro lado, aparece também junto ao argumento divino e/ou cristão a figura da luz divina, de um farol, que guiaria a humanidade a um tempo e a uma organização justa e correta.

### **Liberdade para quê?**

O final da escravidão aparece nos poemas fundamentado em diferentes razões. Algumas se misturam e se confundem com seus pressupostos e argumentos apresentados para sensibilizar os leitores. Em todo caso, consideramos interessante destacar as justificativas apresentadas.

A idéia de acabar com o sofrimentos dos seres humanos aparece como uma questão secundária. Os poemas justificam o fim da escravidão em função do pressuposto que os informa: o de que a escravização dos seres humanos é imoral. Assim, o sentido da abolição seria o de corrigir o mundo para que este se tornasse coerente com os imperativos da moralidade.

A moralidade aparece também na relação entre abolição e trabalho, indicativo, ao mesmo tempo, de uma concepção ética e de uma percepção econômica. Esta representação possibilita-nos supor que a liberdade era pensada para o trabalho, ou seja, para a oficina. Nesta perspectiva, a libertação implicava não só na conquista de direitos, mas também de deveres. Ser livre não

26. Fernando Magalhães. “A nova era”. *A Pátria Mineira*. São João Del Rei. 16 maio 1889.



deveria se traduzir em vadiagem ou ócio, mas na dedicação ao trabalho, aos deveres de homem livre para benefício próprio e da nação.<sup>27</sup>

A idéia de liberdade para o trabalho permite estabelecer conexões com os argumentos a favor do fim da escravidão. O primeiro é que a abolição permitiria a participação do Brasil no mercado moderno e dinâmico. A economia mundial passava por mudanças qualitativas há quase um século, adotando um padrão industrial e baseado no trabalho assalariado. A manutenção do trabalho cativo mantinha o Brasil excluído deste mercado, impedindo-o de se beneficiar desta modernização.

Hoje que o céu já não abriga escravos...  
 Que o mundo erige um monumento à honra  
 E a pátria conta mais com filhos bravos...  
 Vinde, vinde, alvoradas,  
 Dar vida ao braço, iluminar as sendas.  
 Vinde as portas bater de novas tendas  
 Há pouco levantadas!...  
 Vinde acenar a legião de novos  
 E abrir os grandes olhos do futuro  
 As novas oficinas.<sup>28</sup>

A segunda conexão a favor do fim da escravidão corresponde ao momento em que esta construção do problema da escravidão se universaliza e acaba prejudicando o Brasil. A escravidão, portanto, deixa de ser um problema exclusivo do prejudicado imediato, o escravizado, e passa a ser um ônus para toda a sociedade brasileira. O argumento pelo fim da escravidão passa, então, por uma requalificação. A manutenção da escravidão não seria mais uma questão de respeitar uma propriedade legal, de respeito às regras do direito, independente da moralidade ou não do que foi autorizado. A permanência da escravidão passaria agora pela decisão de permitir o ingresso do Brasil no mundo civilizado ou não. Ou seja, não se trataria mais do ataque à propriedade individual garantida por lei, mas da defesa do ingresso da sociedade no século XX e no mundo moderno.

A nação seria a grande beneficiada com a abolição na medida em que permitiria seu ingresso no mundo civilizado e no mundo moral. A abolição permitiria o progresso material e moral da nação. E, por último, permitiria o reconhecimento do Brasil como país civilizado. A nação deixaria de ser identificada com a barbárie e a imoralidade da escravidão, e seria, então, motivo de enorme orgulho para os brasileiros, pois estes poderiam agora andar de frente erguida.

O fim da escravidão recebe diferentes nomes, indicando diferentes visões, desdobramentos e formas de pensá-la. Alguns poemas a nomeiam de redenção, outros de abolição e alguns de libertação. As diferentes idéias acerca do fim da escravidão, que poderiam estar implícitas, permaneceram inacessíveis para nós. Podemos supor, entretanto, que a “redenção” estivesse mais associada a idéia cristã. No entanto, nos pareceu significativo que as nomeações dos poemas são coerentes com o que foi exposto sobre o uso da terceira pessoa (os escravizados seriam libertados) e com a ênfase no sofrimento e não no sofredor (abolição da escravidão ou do sofrimento).

## **Escravidão metafórica e escravidão concreta**

27. “Dado o caso de que alguns libertos se mostrarem refratários aos bons conselhos; que não se empreguem em um prazo regular e que se entreguem à vadiagem, contra esses cumpre que seja adotada a providência estatuída no Código do Processo Criminal [...]” “Circular do Chefe de Polícia, Levindo F. Lopes, aos delegados e subdelegados, para execução da lei de 13 de maio”. *A União*. Ouro Preto. 20 maio 1888. p. 1.

28. Avelino de Andrade. “Rimas à Pátria”. *A União*. Ouro Preto. 23 jun. 1888.

No dia 13 maio de 1888 o Senado Imperial aprovou o decreto que declarava extinta a escravidão no Brasil. A lei era sumária, continha somente dois artigos, e sua aprovação foi rápida, 5 dias de tramitação na Câmara e no Senado. A vitória dos abolicionistas parecia óbvia. Em uma semana o legislativo aprovou o projeto de iniciativa da coroa que acabava com uma instituição com quase três séculos de existência. O júbilo foi geral. Entre os dias 13 e 20 de maio a corte foi palco das “festas da igualdade”, segundo expressão do jornal *Cidade do Rio*, de Patrocínio<sup>29</sup>. Nas províncias também aconteceram comemorações. Em Ouro Preto, houve “bandas de música pelas ruas, seguidas de enorme multidão com fogos, entusiásticos discursos e vivas estrepitosamente correspondido”<sup>30</sup>. O fim da escravidão, plataforma básica do abolicionismo, não fez com que o tema da escravidão desaparecesse dos poemas nos jornais. A temática ligada à escravidão e a sua condenação não desapareceu dos poemas com o fim da mesma em maio de 1888.

Esta permanência, no entanto, desloca a significação dos termos. As palavras continuam as mesmas, mas passam a ser trabalhadas em outro sentido, associadas à outras idéias. Este é um segundo deslocamento para os poemas na discussão da escravidão – o deslocamento que observamos após maio de 1888 é de outra natureza, por assim dizer. O que estava em questão já não era a representação da escravidão, resignificada pelo deslocamento operado pelo abolicionismo, mas a relação das instituições sociais que esta representação poderia estar agora associada. Em resumo, a prática social da escravidão se manteve constante, mas teve sua significação modificada: agora temos que a significação foi deslocada para uma outra prática.

A escravidão foi, por aqueles que a ela se opunham, motivo de duas grandes representações. A primeira, que sujeitava o escravizado, chamaremos de escravidão concreta. A segunda, que corresponde à apresentação da condição de súdito como análoga à do escravizado chamaremos de metafórica.

A escravidão concreta tinha como universo de referência o mundo do trabalho e ser escravizado era *não ser livre*. Nos poemas, como afirmamos, os cativos são tratados na terceira pessoa. A atitude recomendada a eles era a de resignação perante a situação adversa, enquanto aguardam a libertação. Assim, aparecem como objetos de libertação que será promovida por outras pessoas, os não-escravizados. Os escravizados seriam libertados, não por iniciativa própria mas dos abolicionistas. Os escravizados deveriam aguardar sua libertação mas não tomarem iniciativas para sua conquista, esta lhes seria dada, não seria uma conquista suas.

Esta descrição/prescrição da resignação dos escravizados nos indica uma questão: a quem se dirige a fala dos poemas? Aos escravos, destinatários das prescrições? Mas os escravizados não nos parecem em condições materiais e sociais de serem incluídos entre os leitores do século XIX. Acrescente-se o fato de que Nabuco (2000) explicitamente nos diz que a propaganda não era dirigida a eles.

Neste caso, só nos resta supor que estes poemas tinham como alvo os homens livres. Como entender então a recomendação de resignação? Sugerimos duas hipóteses. A primeira seria a de fornecer elementos, recursos e argumentos para que os homens livres usassem diante de uma eventual ação direta dos escravizados. De outra forma, ofereciam, arsenal e intelectualmente os recursos de retórica para serem usados diante dos escravos, de modo a evitar que a defesa da abolição colocasse em risco a existência do movimento. Afinal, um levante ou revolta dos escravizados colocaria os abolicionistas em situação política muito delicada. Outra possibilidade que aventamos é a de que esta prescrição pretendia tranquilizar os brancos livres: o abolicionismo não pregava a revolta e nem fazia apologia à violência. A campanha contra a escravidão oferecia como garantia a passividade dos escravizados.

---

29. *Cidade do Rio*. Rio de Janeiro. 16 e 18 maio 1888.

30. “Gazetilha - Festejos populares em Ouro Preto”. *Província de Minas*. Ouro Preto, 18 maio 1888, p. 2; “13 de maio”. *O Diabinho*. Antonio Dias, 19 maio 1888, p. 3.

Este último ponto, como veremos no poema abaixo, é coerente com o apelo cristão e com o mandato humanitário. Os escravizados deveriam se orientar pelos exemplos bíblicos, adotando uma atitude de passividade e espera pelos salvadores-abolicionistas (anexo 18):

O Brasil suspira,  
Ai que dor!  
Sou cativo, bem cativo  
Do Imperador!

A Pátria suspira,  
Ai que dor!  
Sou cativa da mulher  
Do Imperador!

Os brasileiros suspiram,  
Ai que dor!  
Somos cativos do genro  
Do Imperador!

As brasileiras suspiram,  
Ai que dor!  
Somos cativas da filha  
Do Imperador!

Os meninos suspiram,  
Ai que dor!  
Somos cativos dos netos  
Do Imperador!

Os libertos suspiram,  
Ai que dor!  
Ainda somos cativos  
Do Imperador!

Quando ficaremos,  
Ai que dor!  
Livres da família  
Do Imperador?

Dar viva à República,  
Ai que dor!  
Não se pode, por causa  
Do Imperador!<sup>31</sup>.

Assim, a escravidão metafórica teria sido deslocada do eixo da questão, ou melhor dizendo, teria sido canalizada no sucesso da denúncia e na mobilização contra a escravidão para a política. Com efeito, ampliou-se o alcance da denúncia do arbítrio e da falta de liberdade de modo a incluir a monarquia. Esta, então, é requalificada para se tornar algo análogo à escravidão. Uma vez extinta a escravidão concreta, o universo simbólico colocado em circulação na campanha abolicionista seria apropriado pelos republicanos e canalizado contra a monarquia. Este fato, portanto, delinea a gênese do que nomeamos escravidão metafórica. O recurso que permitiu

31. Camilo C. de Campos. “Suspiros e dores”. O Movimento. Ouro Preto. 26 out. 1889.

sua construção foi associar a monarquia à falta de liberdade e, portanto, comparável com a escravidão.

### Referências Bibliográficas

- ARENDDT, Hannah. *Da revolução*. São Paulo: Ática, 1988.
- ASSIS, Machado de. *Esau e Jacó*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e a filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método na ciência da linguagem*. 2ª. Ed.. São Paulo: Hucitec, 1981.
- CHALHOUB, Sidney. “Gorender põe etiquetas nos historiadores”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p.XX, 24 nov.1990
- BLOCH, Marc. *Introdução à história*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1986.
- BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- \_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Difel, 1989.
- \_\_\_\_\_. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 1996.
- BRUNO, Fábio V. (ed.). *O Parlamento e evolução nacional. 1871-1889 (3ª série)*. Brasília: Senado federal, 1979.
- BURKE, Peter (por primeiro nome completo). *História Social da linguagem*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- \_\_\_\_\_. “História Social da Linguagem”. In: *A Arte da Conversação*. São Paulo: Unesp, 1995. p. 9-50.
- CERTEAU, Michel. *Culturas no plural*. Campinas: Papyrus, 1995.
- \_\_\_\_\_. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- \_\_\_\_\_. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CHARTIER, Roger (org.). *Práticas de leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- \_\_\_\_\_. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988.
- \_\_\_\_\_. *À beira da falésia. A história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- ELIAS, Nibert. *Mozart: a sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- FEBVRE, Lucien. *Combates pela história*. Lisboa: Presença, 1989.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. *O que é o autor?* Lisboa: Veja, s.d.

GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica e prova*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

GORENDER, Jacob. “Como era bom ser escravo no Brasil”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. XX, 15 dez. 1990.

HIRSCHMAN, Albert. *A retórica da intransigência*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

JUNIOR, França. *Como de fazia um deputado*. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1985.

LARA, Sylvia. “Gorender escraviza a História”. *Folha de São Paulo* (tréplica), São Paulo, p.XX, Caderno Letras, jan. 1991.

NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. São Paulo: Publifolha, 2000.

KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

POCOCK, J. G. A. *As linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003.

PRETI, Dino. *Sociolinguística: os níveis de fala um estudo sociolinguístico do diálogo na literatura brasileira*. São Paulo: Nacional, 1977.

REIS, José Carlos. *História & Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981



## A transição da Mão-de-obra no Sul de Minas: cultura política na imprensa local (1879-1888)<sup>1</sup>

Aluno do Programa de Mestrado da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF.  
fabiofacastilho@bol.com.br

### Resumo

O presente trabalho tem por objetivo problematizar o discurso da elite regional do Sul de Minas - região pouco estudada embora seja uma das mais dinâmicas do estado - nos periódicos locais acerca da transição da mão-de-obra entre 1879 e 1888. Ou seja, abordaremos o papel da imprensa regional e seu posicionamento político diante das diferentes opções aventadas para se organizar o mundo do trabalho. Nesta contenda, pesavam na decisão dos proprietários e políticos as opções pelo trabalhador imigrante, porém muito oneroso ou o aproveitamento da mão-de-obra recém liberta, no entanto estigmatizada como indolente e morosa. Acreditamos que o estudo de tão importante tema nos revelará muito da cultura política regional, reflexo dos temas discutidos nacionalmente. Através desta análise confiamos ser possível identificar os atores e seus discursos para melhor entender como se deu a modernização do mercado de trabalho no interior do país e a sua inserção no capitalismo mundial.

**Palavras-chave:** Abolição, imigração, cultura política

### Abstract

The present work has for objective to problematize the speech of the regional elite of the South of Mines, area little studied although it is one of the more dynamics of the state, in the local newspapers concerning the transition of the labor between 1870 and 1918. In other words, we will approach the paper of the regional press and your political positioning due to the different options fanned to be organized the world of the work. In this contention they weighed in the proprietors' decision and political the options for the worker immigrant, however very onerous or the use of the labor newly frees, however stigmatized as indolent and slow. We believed that the study of such important theme we will reveal a lot of the regional political culture, reflex of the themes discussed nationally. Through this analysis we entrusted to be possible to identify the actors and your speeches for best to understand as he/she felt the modernization of the job market inside the country and your insert in the world capitalism.

Enviado em 29 de junho de 2008 e aprovado em 04 de novembro de 2008.

**Keywords:** Abolition, immigration, political culture

---

1. O presente trabalho conta com bolsa de incentivo do Instituto Cultural Amílcar Martins – ICAM/USIMINAS.

## Introdução

No início da década de 1870 o Sul de Minas contava com uma população de 352.001 pessoas, sendo 72.223 cativas, conferindo à região o segundo maior plantel escravista proporcional da província mineira (LIBBY, 1988). Tamanha concentração de escravos tornaria a transição da mão-de-obra na região um tema dos mais relevantes. Os discursos sobre como deveria se dar esse processo e o destino desses trabalhadores será o principal mote deste artigo.

Consideramos desnecessária a reprodução da extensa bibliografia produzida ao longo das décadas de 1980 e 1990 acerca do debate historiográfico da escravidão por não ser este o mote deste trabalho. Tal bibliografia enfatizou a subjetividade da mão-de-obra escrava, estes trabalhos se preocuparam em desmistificar a imagem do *escravo-coisa*, visto como simples mercadoria e teve como resultado a construção de uma nova perspectiva das relações entre senhor e escravo, num contexto de negociações no qual o cativo também aparece na condição de sujeito histórico e possuidor de espaços de autonomia<sup>2</sup>. Nosso escopo é analisar, tão somente, o discurso da elite sobre a transição da mão-de-obra e sendo assim, as representações do cativo nos periódicos são ressaltadas conforme a opinião dos editores do século XIX. Trata-se de uma opção metodológica, de voltar-se, primordialmente, para as fontes primárias dando voz aos protagonistas do acontecimento histórico analisado.

Falar em escravidão é falar por si só em um regime violento. Sem o direito a liberdade o escravo está sujeito aos mandos de seus senhores, embora de algumas maneiras conseguisse fazer sentir seu inconformismo perante tal situação. Exemplos mais claros de descontentamento eram as fugas e a violência contra senhores e seus familiares, no entanto outros atos dos cativos também podiam demonstrar sua insatisfação.

Como tal insatisfação era percebida pela elite?<sup>3</sup> Como se dividiram as posições diante do tema no Sul de Minas? Entre escravocratas, emancipacionistas, imigrantistas e abolicionista, diferentes soluções foram aventadas para a crise da mão-de-obra. Tais sugestões variavam do medo da emersão de uma “onda negra” ao reconhecimento da necessidade de eliminação de um regime desumano, ambas com o respaldo de discursos racistas.

Em nossa principal fonte, os periódicos do Sul de Minas, os escravos apenas aparecem como sujeitos de seus atos de duas maneiras: quando fogem e são procurados por seus senhores ou quando praticam crimes<sup>4</sup>.

---

2. Ver: FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*. Rio de Janeiro: Record, 2001. FERNANDES, F. *A Integração do Negro na sociedade de classes*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981. MATTOSO, K. M. Q. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 3º Ed, 1990. GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo. Ática, 1991. LARA, Sílvia Hunold. *Campos de violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. FLORENTINO, Manolo e GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*, Rio de Janeiro, 1790-1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Cia das Letras, 1990. FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. BRÜGGER, Sílvia M. Jardim. *Minas patriarcal: família e sociedade* (São João del-Rei, séculos XVIII e XIX). Tese de doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2002. REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. São Paulo: Cia das Letras. 2003.

3. Entendida como minoria organizada que dirige o restante da sociedade, desempenha todas as funções políticas, monopoliza o poder e goza das vantagens que o poder traz consigo. Esta minoria – a “classe política” ou “elite governante” – é composta dos que ocupam os cargos de comando político e, mais vagamente, dos que podem influir diretamente nas decisões políticas, ou seja, é composta por todos aqueles que direta ou indiretamente participam de forma considerável do governo. Por último, os membros da elite possuem algum atributo específico que os diferencia da comunidade e os habilita a monopolizarem as instituições de poder, esse fator de destaque pode ser a posse de terras ou títulos bacharelescos, por exemplo. Ver: BOBBIO, Norberto et Alii. *Dicionário de Política*. Brasília: UNB, 1986. Ou ainda: BOTTOMORE, T.B. *As elites e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.1974.

4. No mais das vezes os escravos não aparecem como atores, mas apenas como objeto de estudo no discurso da elite, que buscava soluções para a crise da mão-de-obra, sem jamais se preocupar com a posição ou o papel dos cativos nesta questão.

Na primeira opção percebemos o quão agressivo era o regime, pois quando procurado o escravo foragido seria reconhecido graças às suas cicatrizes decorrentes de violências sofridas ao longo dos anos:

[...] o escravo tem os sinais seguintes: Estatura regular, nariz fundo, corpo regular, pouca barba no queixo, falta de dentes na frente, tem sinal de uma brecha na cabeça, tem as duas pontas das orelhas viradas para fora ou murchas, muitas cicatrizes velhas nas costas, sinal de ferro no pescoço, esperto no andar, cara desencarnada, os ossos da cara muito salientes, tem idade de quarenta e tantos anos, crioulo de cor preta. (O BAEPENDIANO, 02 de janeiro de 1879, p.4).

A descrição acima, de um trabalhador cativo aos quarenta anos, demonstra como era rude o regime. As marcas (sinal de brecha na cabeça, cicatrizes velhas nas costas e sinal de ferro no pescoço) adquiridas ao longo da vida sugerem o motivo da fuga do escravo, no entanto sua identidade era mantida, ainda “esperto no andar” este sujeito histórico fugiu da fazenda onde vivia em busca de uma vida melhor.

A segunda maneira por meio da qual o escravo aparecia nos jornais do Sul de Minas era mais incômoda para a elite, pois neste caso a mesma esta era francamente ameaçada e seus membros eram as vítimas da “bestialidade” e da “brutalidade” dos negros “selvagens”.

De grande repercussão no Sul de Minas, foi um caso ocorrido no interior de São Paulo, em Itu, quando o escravo Nazário assassinou seu senhor, suas filhas, uma empregada e outra escrava. O fato culminou na morte do escravo por apedrejamento pela população da cidade mesmo depois do mesmo já ter se entregado a polícia<sup>5</sup> (Ver: AZEVEDO,2004). O evento foi repetidamente discutido no periódico liberal “O Baependiano” e seu editor, Amaro Carlos Nogueira, passou a exigir leis mais duras para coibir crimes semelhantes:

Foram assassinados em Itu, na madrugada de ontem, 08 do corrente, o médico ali residente, Dr. João Dias Ferraz da Luz e toda sua família, composta de duas filhas moças, uma escrava e uma mulher idosa de nome Faustina. Escapando só uma netinha de 4 a 5 anos.

Deu-se o fato na casa em que reside a família, no centro da cidade, rua do Comércio, esquina do Pastor do Bom Jesus. Acudiram na vizinhança e viram o seguinte: no quintal estava com a cabeça partida o Dr. Ferraz, no quarto das moças foi uma delas encontrada deitada sem vida e a outra morta aos pés da cama. Uma negra, escrava da casa agonizava ainda numa sala junto do cadáver da mulher Faustina. Só escapou desta hecatombe a netinha de que já falamos.

O assassino, escravo comprado a pouco tempo nesta capital apresentou-se a polícia.

[...]

Foram todos mortos a machado. O caráter bondoso e dulgente [sic] do Dr. João Dias era fato notório.

Da repartição da polícia recebemos sobre o caso as seguintes informações:

O autor de tão horrível crime foi um seu escravo de nome Nazário, que a golpes de machado praticou aquelas mortes. O assassino foi logo preso pelo respectivo delegado de polícia. Tal acontecimento causou a maior indignação e horror na população de Itu e estes sentimentos ainda mais cresceram quando no dia 10 entrou pela cidade outro escravo de um engenho de Indaiatuba que vinha entregar-se a justiça depois de ter assassinado o feitor.

5. No contexto do tráfico interno, quando escravos trazidos do Nordeste, principalmente da província da Bahia, se avolumavam nas lavouras do sul do país, os mesmos passaram a ser apontados como maiores responsáveis pelo aumento de crimes e revoltas. Era comum a prática de crimes e a apresentação a polícia imediata, demonstrando que preferiam a cadeia a servir como escravos. No trecho apresentado temos a narração de um caso semelhante, que além de comprovar esta idéia também demonstra à população que a prática se repetia e se alastrava, provocando medo e exigindo rápida solução.

No auge da indignação mais de 200 pessoas dirigiram-se de noite a cadeia para arrancar dali o assassino do Dr. João Dias. Os guardas resistiram e na luta que se travou foi morto um guarda e feridas algumas pessoas do povo. Como era natural isso incitou mais os ânimos. No dia seguinte, pelas duas horas da tarde, mais de mil pessoas, dentre as quais, homens, mulheres e crianças, fizeram igual tentativa com melhor êxito.

O escravo, arrancado da prisão, foi apedrejado até expirar, o cadáver foi depois arrastado pelas ruas até a porta da casa do Dr. João Dias, onde ergueram-se [sic] vivas a justiça do povo. O cadáver foi depois depositado na porta da cadeia, retirando-se o povo pacificamente. (O BAEPENDIANO, 23 de fevereiro de 1879, p.2).

O crime cometido violentamente, por um escravo recém adquirido, a machadadas em um meio urbano, contra a conhecida “docilidade” do senhor, que não dera motivos para o crime e, principalmente, a forma como a narração foi construída pelo periódico, diz muito da crise da transição da mão-de-obra. A descrição minuciosa do assassinato tem por objetivo amedrontar a população e chamar a atenção da mesma para a situação crítica em que se encontrava o regime escravista, conjuntura que exigia uma solução imediata. Diante desta constatação diferentes posições surgiram. Uns defendiam o fim do escravismo, regime bárbaro que condenava o escravo a uma vida desregrada e que o levava a se revoltar e cometer tais crimes. Outra posição defendia maior rigidez das leis para combater esses assassinos. Cada grupo, com suas diferentes soluções, compuseram o debate que se formou em torno da transição da mão-de-obra.

Ao longo deste artigo apresentaremos duas das correntes mais fortes no Sul de Minas, a emancipacionista, defendida por liberais e conservadores proprietários de terras e escravos. E a visão dos abolicionistas republicanos, que eram contrários ao regime servil e se valeram tanto de argumentos humanitários como de idéias racistas para justificar o fim do regime. A proposta imigrantista invariavelmente aparece em ambos os lados, ora como salvação diante da vadiagem dos libertos, ora como risco para a unidade nacional e, principalmente, medida por demais onerosa aos cofres públicos.

A recuperação do braço nacional se deu ao longo do processo de transição do trabalho servil para o livre, desmoralizado e considerado moroso e rebelde por algum tempo, logo o trabalhador nacional ressurgiria e assumiria os postos abertos com a expansão da cafeicultura e nos demais mercados produtores. Todo este processo foi pensado e discutido pela elite e a seguir apresentamos duas das versões mais presentes na região do Sul de Minas, a opção liberal emancipacionista e a republicana abolicionista.

### **O Baependiano: Os liberais e o emancipacionismo**

O periódico *O Baependiano* circulou pela região do Sul de Minas de 15 de julho de 1877 a 17 de novembro de 1889. Nos seus oito primeiros anos a sede do jornal esteve localizada na cidade de Baependi, mas em 31 de abril de 1884 mudou seu escritório para Caxambu. Embora em seu edital afirmasse não “desposar a causa de nenhum partido” seu proprietário e editor, Amaro Carlos Nogueira, era membro do partido Liberal e fora eleito deputado provincial mais de uma vez pelo partido, juntamente com outros colaboradores da folha. Amaro Carlos Nogueira<sup>6</sup> era proprietário de terras e escravos, além de possuir uma escola e, por vezes, afirmou em seu jornal fazer parte da “nobre classe” – os proprietários e lavradores.

6. O inventário do pai de Amaro Nogueira, Tenente José Carlos Nogueira, tendo como inventariante sua esposa, Antonia Leopoldina Nogueira, no ano de 1859 está disponível para consulta no Museu Regional de São João del Rei. Na data do inventário Amaro Nogueira, o filho mais velho dos oito do casal, estava com 21 anos e se encontrava em São Paulo, provavelmente estudando. O inventário traz as posses do pai de Amaro, somando 114:080\$000, constando três fazendas, benfeitorias, terras, algumas casas e moradas, mas não consta o número ou valor dos escravos. O cruzamento destas informações e de outras famílias da elite do Sul de Minas vai além de nossos objetivos neste trabalho, que privilegia apenas os periódicos locais. Mas pretendemos desdobrá-la com aproveitamento de outras fontes, como os inventários, em pesquisas futuras.

Quando na Assembléia Legislativa, Amaro Nogueira defendeu projetos de promoção da imigração estrangeira. O principal deles foi a formulação da Lei nº 2.819, de 24 de outubro de 1881, que concedia favores pecuniários aos proprietários de fazendas que importassem trabalhadores para suas fazendas. Amaro seria citado por seus correligionários ao longo de toda década de 1880 por suas intercessões a favor da imigração, seu nome fora lembrado inclusive na promulgação da Lei de 1887, principal regra de fomento da imigração em Minas, tida pelos imigrantistas como grande vitória. Tanto o reconhecimento pessoal a Amaro Nogueira, como a causa da imigração são temas constantes na folha de *Baependi*.

O *Baependiano* se proclamava uma folha “Científica, Literária e Noticiosa”, além de acreditar ser responsável não apenas pela informação, mas pela condução da opinião pública tendo por missão “doutrinar o povo sobre o que lhe importa saber” e vangloriava-se por ser “um dos principais diretores de opinião na parte mais adiantada do Império” (O BAEPENDIANO, 05/07/1880 p.1.). Ou seja, o periódico conferia a si próprio o papel de guiar as idéias da população do Sul de Minas, mas mais importante, se considerava o porta voz de um grupo bem definido, a elite fazendeira e lavradora da região. Por último também erguia a bandeira do interior, sempre em oposição aos jornais (em sua maioria abolicionista) da Corte e dos grandes centros populosos.

Os artigos aqui analisados serão aqueles que de alguma forma discutam a transição da mão-de-obra no Sul de Minas, evidenciando a posição do grupo liberal emancipacionista. Portanto serão assinaladas questões referentes ao regime escravocrata, aproveitamento dos nacionais, introdução de imigrantes, abolição e indenização aos proprietários. Todas estas questões o *Baependiano* abordou e discutiu ao longo dos seus treze anos de existência, permitindo um acompanhamento claro da posição deste grupo quanto à passagem para o trabalho livre na região.

O trabalho sempre foi enaltecido por esta folha, no seu primeiro ano de circulação já comentava:

O campo é vasto e a ceara abundante [...] a obra requer o braço livre; agucemos a foice, que a ceara é fértil; e, entretanto cantemos, que o canto alegra a alma e dá tom ao corpo, cantemos um hino ao trabalho. [...]  
Oh, quanto é doce o trabalho, quando tão doce vemos sua recompensa! Avante! Mãos a obra! Trabalhem, que assim conservaremos este risonho de felicidade! (O BAEPENDIANO, 15 de julho de 1877. p. 1).

Desejando que o trabalho fosse feito por um braço livre, neste artigo não é mencionado se o mesmo seria nacional ou estrangeiro, posição que o periódico só revelaria dois anos mais tarde<sup>7</sup>. Mas o trecho acima em muito se diferencia do discurso ao qual estamos acostumados a relacionar com o cotidiano do século XIX. Isto é, de uma sociedade hierarquizada que diminuía o trabalhador e considerava o ato de trabalhar algo pouco brioso, eram obrigados a trabalhar somente os escravos e aqueles que não tinham meios de se manter de outra forma. Aqui o *Baependiano* já se posiciona ao descrever o trabalho como ato que engrandece e traz recompensas para quem o pratica, evidenciando as transformações que estavam acontecendo em toda sociedade brasileira no momento de transição para o capitalismo. Nas folhas do *Baependiano* o trabalho era apresentado como grande responsável pelas melhorias que chegavam à região e como principal elemento causador da modernização que o Sul de Minas vinha conhecendo:

Passareis em ruas perfeitamente calçadas onde a lama não salpicará vosso vestido nem a umidade prejudicará vossa saúde. Se preferirdes, com alguns vinténs podereis viajar comodamente ao abrigo do sol e da chuva em carros que serenamente deslizam sobre trilhos de ferro, e surpreendido ficareis, quando, depois do sol raso vires a sua luz suceder mil lâmpadas alimentadas por um gás que mil tubos ocultos conduzem a toda parte e vistosas casas que parecem provocar o tempo de ode as artes acoria é acumulado seus tesouros. Encontrareis não só o necessário para o supérfluo a vida, pois tendo satisfeito as necessidades do homem, querer exercer a si próprios



produzem mil objetos para o seu recreio. Esse é o fruto do trabalho. (O BAEPENDIANO, 15 de julho de 1877. p. 1).

No período em análise este periódico irá enfrentar duas grandes “batalhas” no campo do trabalho. A primeira se arrastará por toda década de 1880, em defesa de um brando emancipacionismo contra a campanha abolicionista. No entanto, vencido em 1888 inicia-se nova contenda, desta vez exigindo do governo o pagamento de indenização aos proprietários atingidos pela Lei Áurea, conhecendo nova derrota.

### Resistência à campanha abolicionista

Os liberais do *Baependiano* defendiam uma emancipação gradual da escravatura, uma solução suave que se encaminharia naturalmente, sem qualquer urgência. Este grupo era extremamente contrário à campanha abolicionista e conforme o movimento aumentava durante a década de 1880, também majoravam as críticas e o combate ao abolicionismo em suas folhas.

Para o *Baependiano* em 1880 o movimento abolicionista não passava de “assomos quixotescos” e ridicularizava os jornais que defendiam tal idéia:

Em frente, pois, os abolicionistas ora em luz, em torno os quais se agruparam naturalmente todos os paladinos da emancipação [...]; em frente a falange libertadora, cujo chefe naturalmente será o autor da carta aos Epítetos, o novo Paulo, ver-se-ão os escravagistas, os retrógrados, os inimigos da luz e da liberdade, constituindo número tão crescido, que seus adversários precisarão recorrer até ao apoio moral do estrangeiro para levar a bom termo a cruzada contra a escravidão. De um lado o pequeno grupo dos abolicionistas recrutados em algumas classes; de outro o exército enorme dos escravagistas, composto da maioria da população do Império. (O BAEPENDIANO, 30 de maio de 1880. p.1).

Com ironia o *Baependiano* avaliava ser este um quadro fantasioso e considerava a visão abolicionista simplista e maniqueísta, pois os mesmos se colocavam como paladinos da justiça contra uma nação de escravocratas. A folha de Baependi discordava desta argumentação e alegava o oposto, nem todos aqueles que não eram abolicionistas, necessariamente eram escravocratas. Reconhecia a necessidade de por fim à escravidão, mas de uma forma gradual, considerando o abolicionismo imediato como uma medida radical que provocaria graves conseqüências sociais. Afirma que a população brasileira era contra a odiosa instituição escravista, mas que uma herança de séculos não poderia ser mudada do dia para noite, era preciso cautela.

Assim a folha de Baependi, representando toda classe proprietária, repelia o labéu de escravagista sistemático e convicto. Em nome do povo brasileiro e da “dignidade nacional” negava que o Brasil fosse uma nação amiga e patrona de tal instituição. Afirmava que todo brasileiro deplorava a “triste herança” da escravidão e que desejava o seu fim, no entanto sofismava: “Aceita-se, ou melhor, tolera-se o fato porque é o fato” (O BAEPENDIANO, 30 de maio de 1880. p.1). E desta forma lacônica encerrava qualquer argumentação a favor da Abolição imediata.

De acordo com o discurso do jornal quase toda a população brasileira era contrária à escravidão e a folha se posicionava ao lado desta imensa maioria e em nome de sua dignidade combatia os assomos abolicionistas. No mesmo artigo Amaro Nogueira apresenta nova argumentação que justificava o prolongamento do regime escravo no país. Pois alegava que o escravismo no Brasil não era um regime tão violento e insuportável se comparado com o passado escravista dos Estados

7. Durante o ano de 1878 o *Baependiano* teve sua circulação suspensa por alguns meses, mas voltou a circular regularmente no início de 1879.

8. Bressane e Werneck se tornariam prefeitos de Belo Horizonte, Werneck com um curto mandato em 1898 e Bressane de 1902 a 1905. Enquanto Delfino se elegeu senador para o mandato entre 1896 a 1906 e Deputado Federal nos mandatos de 1894-1896 e 1912-1917.

Unidos e com a situação do proletariado na Europa contemporânea, a condição do escravo no Brasil ainda era vantajosa:

Sempre melhor pensado e menos desprezado entre nós que nos Estado Unidos e colônias européias, tem o escravo melhorado cada vez mais de condição [...].

Acrescentaríamos que dentre os senhores, uns – e esses formam a maioria – consideram os escravos como pessoas da família, pensam-no, senão com amor, com humanidade, principalmente nas moléstias, quando em geral são objeto de mais desvelos que as pessoas da classe pobre; a que o liberto pertenceria amanhã; outros – e esses em honra do caráter nacional o declaramos, formam a minoria – esses menos humanos ou polidos não deixam, contudo de zelar do escravo, ao menos – é duro dizê-lo -, como mercadoria, como qualquer outro objeto de sua propriedade.

Volvendo depois os olhos para essa Europa [...] veríamos o proletariado a debater-se nas ânsias da fome e das privações, no meio da abundância promovida por uma indústria adiantada [...] lívidos que habitam as vielas de Londres e das outras capitais do velho mundo a incubar a revolução contra a tirania do capital e uma ordem social que a mantém, a espera do dia da subversão total, já anunciada pela *Communa*, pelas contínuas greves de operários, e preparado pela *Internacional*, pelo *Nihilismo* e outras sociedade secretas. (O BAEPENDIANO, 30 de maio de 1880 p.1).

Neste trecho ficam nítidas duas questões presentes na mentalidade da elite proprietária do período, primeiramente a necessidade de tratar com benevolência o escravo para evitar revolta. O escravo nacional era apresentado como membro da família do senhor e assim sendo a paz reinava nas lavouras. Por esta senda viria a concluir em 1888: “era entre nós a escravidão, antes uma instituição familiar que outra coisa, muito diferente do que ela foi em outros países” (O BAEPENDIANO, 20 de maio de 1888. p.1). Portanto, para este grupo de proprietários a escravidão no Brasil caracterizava-se como um regime distinto de qualquer outro país, pois aqui prevaleciam a cordialidade e o tratamento respeitoso entre senhor e escravo. Esta condição excepcional do caso brasileiro, de acordo com os liberais de Baependi, permitia a manutenção do regime escravista por mais algum tempo até sua extinção natural.

Outro aspecto a ser ressaltado no artigo acima é quanto ao risco da organização do trabalho livre se aproximar do modelo europeu, no qual idéias socialistas ameaçavam a propriedade e a ordem nacional. Acreditavam que o estado de privação, imposto à considerável parcela da população nacional, alimentaria as idéias de revolução e reviravoltas sociais, portanto fazia-se necessário um decisivo encaminhamento das questões do trabalho para não ameaçar o *status quo* imperial.

Para o *Baependiano* o escravo estava em melhores condições que o proletariado europeu, pois “o escravo tem, ao menos, em segurança o que lhe falta em dignidade e pode, ao contrário do proletário, encarar sem empalidecer o dia de amanhã”. Mas reconhecia que esta situação não era a ideal e assinalava a necessidade de algumas mudanças. A condição do escravo era apresentada como má fisicamente e péssima sob o aspecto moral devido à privação da liberdade a que os cativos estavam sujeitos. O periódico reconhecia que a escravidão era um mal, mas se questionava, como fazer esse mal desaparecer. Preocupava-se, sobretudo, com o modo de extinguir a escravidão no país sem gerar a desordem e salientava que neste aspecto se dividiam as opiniões no país, de um lado os emancipacionistas, serenos e justos, e de outro a anarquia abolicionista (*O Baependiano*, 30 de maio de 1880 p.1).

O periódico deixava clara sua posição contra a escravidão, mas admitia que a questão inspirava cautela. Ao longo da década de 1880 continuou sua campanha contra o abolicionismo e a favor da emancipação lenta e gradual, combatendo o discurso abolicionista considerado exagerado, imprudente, incompleto e contrário à razão:

O que querem eles? [os abolicionistas] De que maneira levam sua propaganda?

Interessam-me – isto é belo e nobre – por infelizes que sofrem em uma terra opulenta dos dons da natureza, e querem melhorar sua sorte. Repetimos, isto é belo e nobre, digamos mais, é cristão.

Há no país indivíduos privados de um dos mais sagrados direitos do homem, da liberdade, querem restituir-lhes esses direitos, querem emancipar os escravos.

Mas como? Por que meios? Ou, antes, ainda nada se fez no Brasil por esses infelizes e a tarefa vai agora começar? Se fordes a destruir com muita violência o mal, não podeis imprimir ao corpo social um abalo que produza piores resultados que o mal? (O BAEPENDIANO, 12 de junho de 1886. p. 1).

Para o *Baependiano* e todos os emancipacionistas a causa da liberdade era justa, mas discordavam dos abolicionistas na forma de fazê-la, questionavam-se e não viam melhor resposta para a questão do que o tempo, pois a Abolição imediata seria inconseqüente e produziria grave crise social. Antes de tomar medida semelhante era necessário educar o trabalhador nacional, elemento vadio que deveria ser disciplinado e inserido no mercado de trabalho, enquanto a vadiagem era tida como “infecção terrível” que deprimia e solapava a moral e o direito da sociedade:

A solução para a questão do trabalho imbricava com o ensino. O periódico assinalava a premência de educar o trabalhador nacional tanto para a economia como para a política. De acordo com a opinião do *Baependiano* o nacional era carrasco e vítima da ociosidade e por tanto se tornava elemento central na solução do problema. Amaro Nogueira temia o ócio, pois este somado a fome e ao frio, que também assolavam a população brasileira, levavam-na a prática da “ladroagem e do assassinato” (O BAEPENDIANO, 23 de abril de 1879. p. 3.).

Para tais males a imigração estrangeira foi aventada como grande solução. Em diferentes momentos a introdução de imigrantes foi apresentada como principal saída da crise, pois resolveria os problemas de todas as “esferas da atividade social” e se constituiria em nova arma contra a campanha abolicionista. Por algum tempo a imigração foi defendida como solução única pelo *Baependiano* para minorar a falta de braços para a lavoura. O trabalhador europeu era visto como um elemento étnico que traria aprimoramentos para a raça nacional e, pelos hábitos do trabalho regular, estimularia a concorrência melhorando os milhares de braços nacionais, repelindo o estado de barbárie em que viviam (O BAEPENDIANO, 05 de julho de 1885. p.2.).

No que tange à imigração a província de São Paulo surgia como grande exemplo a ser copiado:

O exemplo dos paulistas deve despertar nobre estímulo em nós mineiros, que devemos sair de nossa apatia em matéria de imigração e, por meio dos poderes provinciais ou da iniciativa particular, cuidar, enfim, de atrair para nós parte da imigração ariana que com razão volve os olhos para a América do Sul [...].

Minas oferece condições iguais, senão superiores as de S. Paulo [...]. A província de S. Paulo esta posta neste caminho com previdência que lhe encalça o merecimento da iniciativa. É exemplo para imitar! (O BAEPENDIANO, 17 de abril de 1887. p.1.).

Com o tempo novas medidas eram incorporadas ao discurso imigrantista de Amaro Nogueira para solucionar o problema da mão-de-obra, como o aproveitamento do abundante braço nacional. Para discutir tais questões constituiu-se o *Club da Lavoura*, organização de alguns fazendeiros interessados em arranjar e encaminhar o suave término do escravismo na região:

O problema da emancipação dos escravos encaminhar-se-á suavemente a sua solução com uma grande corrente de imigrantes, mas não entendemos que só o problema da emancipação deve ser resolvido somente pelo da imigração, e sim também pelo aproveitamento dos milhões de braços existentes no país – os agregados, os libertos e os indígenas.

Os libertos, pela execução da sábia disposição da lei de 28 de setembro, que os coloca sob a vigilância dos juizes de órfãos e os obriga a apresentar contrato de locação de serviços.

Os agregados, por lei de trabalho, pelo melhoramento da de locação de serviços, e pela adaptação, por parte dos fazendeiros, de um sistema de arrendamentos ou de parceria, em condições razoáveis.

Aqueles e estes, pela difusão da instrução que é também o melhor meio para empregar o aproveitamento do indígena . [...]

Como medida indispensável a ser tomada concorrentemente pelos poderes do Estado, notamos a organização de uma boa polícia, que não existe no país, e, para preencher bem os seus fins, deve ser paga e independente da política.

A imigração contribuiria grandemente, é verdade, para tornar efetivas estas medidas relativas aos trabalhadores nacionais, estimulando-os pelos exemplos e pela concorrência dos trabalhadores estrangeiros, seria um grande auxílio para a solução do problema. (O BAEPENDIANO, 05 de junho de 1884. p. 2)

De acordo com o *Club da Lavoura* a cada segmento dos nacionais cabia um diferente posicionamento do Estado para “recuperá-los”. Assim, o liberto deveria ser colocado no mercado de trabalho e vigiado por juizes, o agregado readaptado à fazenda por meio do arrendamento ou de parcerias, o indígena aproveitado e catequizado. Todos deveriam ser disciplinados, educados e ficar sob a vigilância constantemente de uma polícia eficiente. Por último, o imigrante contribuiria com o bom exemplo de dedicação e estímulo ao trabalho.

Quanto à preferência do tipo de trabalhador a ser introduzido em Núcleos Coloniais, Amaro Nogueira menciona que a experiência e o costume dos nacionais nas terras da região conferiam vantagens a estes, mas reconhecia a superioridade das raças estrangeiras e por isso também deveriam ser utilizados. Portanto, o modelo mais justo e correto seria o das colônias mistas, pois os nacionais muito já tinham feito pelo país e para serem mais bem aproveitados cabia ao Estado oferecer vantagens como as que vinham sendo concedidas aos estrangeiros.

Segundo a visão do *Baependiano* a constituição do nacional era vantajosa, pois ele se encontrava adaptado ao meio em que vivia e estava ciente de todas as intempéries do clima nacional, além de dominar todas as práticas agrícolas. Enquanto o estrangeiro chegaria como “um elemento de aperfeiçoamento da raça” (O BAEPENDIANO, 10 de agosto de 1879. pp.1-2.), este traria consigo a preciosa civilização e sob os aspectos material, intelectual e moral era preferido ao trabalhador nacional. Portanto, a conciliação de estrangeiros e nacionais em uma única colônia passou a ser arquitetada como sistema favorito e também mais justo, por não descartar a experimentada mão-de-obra nacional que tanto já fizera pelo país, “carregando o ônus público” há muito tempo. Amaro Nogueira, convicto imigrantista, reconhecia que até então muito tinha sido feito pelos estrangeiros e agora era preciso fazer o mesmo pelos nacionais pobres. Assim, o estrangeiro aperfeiçoaria a raça brasileira e serviria de exemplo ao nacional que não seria mais de todo descartado, pois sua experiência também contribuiria para levar a ordem e o progresso ao país, de acordo com o discurso positivista da época.

Mas com a Abolição, consolidada em maio de 1888, não sobrou alternativas ao *Baependiano* senão mostrar-se satisfeito com relação a alguns aspectos da Lei Áurea, como a ausência de conflitos no processo e a libertação de mais de 600.000 cativos.

Nesta data gloriosa, que assinala um dos grandes atos de nossa vida de nação [...] a lei redentora que restitui ao direito comum fração considerável da população do Império, até então dele excluída, e a faz participar dessa liberdade de que goza a maioria da população [...].

Justo regozijo, na verdade, porque este fato, cujas glórias cabem a toda nação, que para ele concorreu, eleva-nos e notabilita-nos [sic] na consideração do mundo. (O BAEPENDIANO, 30 de maio de 1888. p.1).

### Atropelados por uma pedra: discursos pela indenização aos proprietários

Terminada a questão da Abolição iniciou-se nova contenda. Depois do “justo regozijo” que a Lei Áurea proporcionou à população, o *Baependiano* chamava a mesma à reflexão. Afirmava ser necessário discutir ações que já deveriam ter sido tomadas pelo governo antes da Abolição, mas que, no entanto, permaneciam intocadas no país. O periódico se referia às medidas que melhorariam a vida da “classe pobre”, já que os ex-escravos passariam a compor esta classe. A discussão deste tema, por sua vez, envolvia algumas outras questões, quais eram: a educação pública, as leis do trabalho e a reorganização policial.

No entanto, o posicionamento do periódico diante de todos esses temas tocava sempre no mesmo obstáculo: a necessidade de se indenizar os antigos proprietários. A folha entrou em renhida disputa pelo direito dos proprietários de escravos serem ressarcidos pelo governo, resultando na publicação de vários artigos publicados ao longo dos meses de maio e junho de 1888.

O teor destes artigos partia do reconhecimento da necessidade do fim do escravismo, passando pelos riscos econômicos e sociais que uma abolição imediata e intransigente acarretava para o país, e da necessidade de indenizar os proprietários, classe injustamente espoliada com a promulgação da Lei Áurea.

Desejamo-la [abolição] como todos, ou quase todos os brasileiros, éramos do número dos que a queriam com menor abalo possível para nosso organismo social e econômico, sobretudo, a queríamos sem ofensa das leis [...].

A emancipação para nós era, segundo a imagem estafada, mas apropriada, a pedra que começara a rolar da montanha e que continuaria no seu caminho a despeito de tudo por força das leis naturais, que aqui eram, digamos, a consciência nacional.

Foi ela, é sempre bom recordá-lo, que fez a grande obra, e é a nação que cabem as glórias do feito, e não alguns agitadores, que poderiam fazer alguma coisa, que poderiam mesmo fazer muito, mas não poderiam conseguir tudo. (O BAEPENDIANO, 07 de junho de 1889. p.1).

Mesmo após a Abolição concluída o periódico lembrava o seu ponto de vista: defendera a emancipação com o menor abalo social e econômico possível e não aprovara a maneira como a Lei Áurea fora elaborada e promulgada, considerando-a prematura. A tese emancipacionista não fora esquecida, pois, segundo a folha, representava a consciência nacional que aos poucos iria se desenvolver, tornando desnecessária qualquer antecipação do Estado. Por último faz questão de ressaltar que a vitória fora de toda nação, recusando-se a reconhecer vitória a seus rivais abolicionistas, simples “agitadores”.

O descontentamento com a Abolição sem indenização, segundo a visão do *Baependiano*, culminaria em um movimento de despertar dos fazendeiros, agora unidos, que poderia abalar as bases do Império. Este é o principal mote do artigo “O Despertar”, de 16 de junho de 1888. Publicado ainda no alarido dos acontecimentos:

Cremos também interpretar a opinião geral do país, dizendo que a emancipação, não se deveria fazer sem indenização aos ex-senhores, pois propriedade legítima ou não, sob o ponto de vista do direito natural, o escravo era entre nós uma propriedade legal, reconhecida pelo Estado, que não só a taxava, permitia sua transmissão por meio de instrumentos e ofícios públicos.

[...] A nação brasileira para praticar o belo ato que praticou e que tanto a enobrece, não precisava espoliar, umas províncias em benefício de outras, alguns particulares em benefício da comunidade.



Os poderes públicos, procedendo desta forma faltaram às tradições de honestidade e cumprimento de seus compromissos, de que nossos governos têm feito sempre. (O BAEPENDIANO, 16 de junho de 1888. pp.1-2).

Portanto, o periódico considerou a Abolição um atentado contra a propriedade privada pelo próprio governo. A promulgação da lei feria algumas províncias e prejudicava os proprietários. O *Baependiano* refutava o argumento contra indenização que dizia que a sociedade (incluindo não proprietários) não deveria pagar por usufruto de poucos. Portanto, segundo Amaro Nogueira, escravocratas não eram apenas os ex-senhores, mas toda a nação, que se beneficiou com o trabalho cativo durante muito tempo, e com a abolição os proprietários mereceriam uma justa indenização.

Sustentam que as vítimas do 13 de maio à devem ser indenizadas, basta-nos fazer notar que não participavam do trabalho escravo somente os que usufruíam diretamente – os senhores, e sim também todos os demais habitantes do império, não fazendo às vezes os senhores os mais bem aquinhoados da partilha [...]. Segue-se que empregados públicos, escritores, negociantes e demais classes das referidas províncias [cafeeiras] e das outras, que toda a nação enfim, participava do trabalho escravo, e que por isso toda comunidade brasileira deve suportar o ônus da indenização, que de uma forma ou de outra, deve ser concedida aos espoliados [...].

Os lavradores, a grande classe da nação, a parte a cuja quase revelia se decidiu o passo, desperta de seu torpor, deixam o isolamento de suas fazendas e congregam-se para concertar sobre a coisa pública. (O BAEPENDIANO, 16 de junho de 1888. pp.1-2).

Com base nesta argumentação o *Baependiano* insistia na indenização aos fazendeiros, pois a Abolição teria sido feita à revelia deste grupo que se viu diretamente prejudicado em detrimento de outras áreas em que o trabalho escravo não era mais utilizado. Cabia à parte prejudicada despertar diante da injustiça.

No entanto, a partir de novembro de 1888, o periódico *O Baependiano* deixa de circular regularmente, alegando motivos de saúde e depois da morte de sua mãe, Amaro Carlos Nogueira só volta a editar o jornal em abriu de 1889, mas com números espaçados, sem a antiga pontualidade semanal. A folha se torna mais enxuta e até lânguida, deixa de abordar temas políticos com a mesma frequência de antes, mas quando os aborda é de maneira muito mais virulenta, diferente da ponderação que conseguia manter diante dos diferentes assuntos. Em seu último número, em 17 de novembro de 1889, anunciou a queda do Império sob o título de “*Revolução*”. Mas a despedida do periódico teria sido na primeira edição de 1889, quando Amaro Nogueira faz suas últimas críticas à Abolição e comenta a sua situação pessoal e a de seus leais leitores, os fazendeiros e lavradores:

Para quem escreve estas linhas, o ano de 1888 foi verdadeiramente bissexto, pelo calendário e pela sorte que lhe trouxe, o que terá acontecido a muitos de seus leitores, que, de comum com ele, tiveram a sorte de que lhes fez a lei notável, que, para ser coberta só de bênçãos, e não também de algumas maldições, como infelizmente foi, bastava que os legisladores, ao confecciona-la tivessem mais em vista a observância da fé pública, e, sem demora, a acompanhassem das providências que ela reclamava. Assim não aconteceu, e foi má a sorte da nobre classe, a que pertence o escritor por seu nascimento e pelos melhores de suas modestas posses e também faz parte a maioria dos leitores desta folha. O que a todos nos reserva o novo ano?...” (O BAEPENDIANO. 21 de abril de 1889. p.1).

## Os Republicanos Evolucionistas da *Gazeta Sul-Mineira*

A *Gazeta Sul-Mineira*, periódico republicano e abolicionista, tinha por hábito dirigir-se diretamente a seus interlocutores, e assim percebemos a quem a folha pretendia atingir, seu único alvo eram os fazendeiros do Sul de Minas. Seus redatores, Thomaz Delfino e Américo Werneck, e seu proprietário e gerente, Francisco Bressane, eram fazendeiros que tiveram relativa ascensão política com a queda do Império<sup>8</sup> e tentaram constantemente assumir posição de liderança diante dos seus leitores proprietários.

O escritório sede da *Gazeta* estava localizado em São Gonçalo do Sapucaí. A circulação da folha perdurou de 30 de agosto de 1885 a 06 de junho de 1888, embora não contemple um período tão longo quanto o *Baependiano*, compreende o auge da crise no mundo do trabalho e a conseqüente Abolição da escravatura. Mesmo com esta curta duração foi possível observar alterações profundas na posição do periódico e do grupo por ele representado quanto à transição da mão-de-obra.

A *Gazeta Sul-Mineira* fazia oposição a quase todas as políticas do Império e afirmava que a constante troca no poder entre liberais e conservadores era estratégia do Imperador para manter o trono livre de críticas. Considerava-se um órgão moderno e avesso tanto aos liberais como aos conservadores, tidos como antiquados: “Tanto faz se liberal ou conservador, todos são gastos e surrados, [...]. Tal situação se repetirá até que um último e formidável pontapé popular ponha toda essa vergonha monárquica longe da terra brasileira.” (GAZETA SUL-MINEIRA, 30 de agosto de 1885. p.1).

A *Gazeta Sul-Mineira* era dirigida por um grupo que se auto-intitulava *Republicanos Evolucionistas* e para fazer parte desta facção exigiam-se alguns atributos. Os principais aspectos e idéias dos republicanos evolucionistas, segundo a visão dos próprios, são apresentados no artigo “Republicanos Evolucionistas”, de 04 de outubro de 1885. Vejamos estes aspectos para em seguida nos determos ao seu posicionamento quanto às mudanças no mundo do trabalho.

O primeiro alvo dos republicanos evolucionistas eram personalidades republicanas que assumissem qualquer cargo ou função no Império, pois isto era visto como ato de covardia e interesse político. A principal característica que habilitava um republicano evolucionista era o seu desprendimento, verdadeiros mártires patriotas, abriam mão de seu futuro político pela bandeira republicana. Esta idéia é repetida constantemente no periódico.

No âmbito nacional tinham grande admiração por figuras como Campos Salles, Prudente de Moraes, Assis Brasil e outros republicanos históricos. Eram vinculados artigos sobre estas personalidades nos quais os editores não poupavam elogios a tais personagens. Em um exemplo, de 06 de setembro de 1885, Prudente de Moraes era apresentado como futuro Presidente da República e os editores enalteciam seu caráter “uma figura republicana, séria, enérgica, firme, ativa, convicta, bondosa, regular, democraticamente bela e nobre”. Enquanto “imperador é... inversão de tudo!”. (GAZETA SUL-MINEIRA, 06 de setembro de 1885.p.2). Também era de praxe a vinculação de artigos assinados por estas lideranças nacionais no jornal, a maioria deles fazendo propaganda republicana.

Acreditavam que o movimento republicano evolucionista deveria fazer a ascensão republicana, doutrinar o povo, combater e enfraquecer a monarquia e trabalhar pela democracia. Também se chamavam de “Republicanos Intransigentes”, por sua ânsia e peleja incessante para atingir a democracia. Confiavam fazer uma evolução “prática, sistemática, real e contínua” (GAZETA SUL-MINEIRA, 04 de outubro de 1885.p.1.) na sociedade brasileira.

Visto quem eram os Republicanos Evolucionistas, sua ideologia política, aliados e opositores, analisaremos seu posicionamento diante das questões do trabalho.

## Visão do trabalho

Dois momentos com grande diferença de posicionamento marcam a posição da *Gazeta Sul-Mineira* quanto ao trabalho, apesar do curto período de análise. Em um primeiro momento o nacional era visto como elemento desordeiro e causador do atraso do país, enquanto o trabalhador imigrante viria como grande solução para os problemas da mão-de-obra. Em um segundo momento o nacional é resgatado e algumas ressalvas são feitas à imigração européia. Essa transformação na opinião da

*Gazeta* é uma tentativa nítida de agradar o maior número de proprietários, classe que a folha acreditava “doutrinar” através dos discursos que vinculava.

A *Gazeta* também oscilou quanto à Abolição da escravatura imediata e uma emancipação rápida, com um curto período de adaptação para que os proprietários pudessem se organizar. Fato é que apesar de possuir um discurso radical, os editores da *Gazeta* eram grandes negociadores e à medida que artigos polêmicos eram publicados, seguiam-se artigos mais contidos, justificando as idéias anteriores e contemporizando as mesmas de acordo com as críticas recebidas.

### 1º Momento: Radical e Intransigente

Para os Republicanos Evolucionistas da *Gazeta Sul-Mineira* o trabalhador nacional era um desordeiro, embrutecido pela escravidão. Em suas páginas, semanalmente, se apresentavam notícias de valentões e vadios que desafiavam a ordem. Um exemplo foi o caso de Vicente Canhanga, um nacional do povoado de Santa Luzia, que “constantemente faz bravuras, provocando desordens e pondo a povoação em sobressalto”. Embora não exista a acusação de qualquer crime cometido por tais “desordeiros” os editores assinalavam que para manter a ordem a lei deveria ser respeitada, mas cabia principalmente aos fazendeiros, os “homens honestos” da sociedade, não consentirem que vivessem em suas fazendas e casas esses desordeiros, mesmo se agissem de forma regular dentro das mesmas. Cabia ao homem honesto “esmagar o germe dos bandidos e turbulentos” (GAZETA SUL-MINEIRA, 09 de maio de 1886, p.3).

Por outro lado, a Abolição era anunciada como algo certo, conquista que não demoraria muito mais tempo, semanalmente estampavam-se notícias de seu avanço pelo Sul de Minas, narrando entregas de cartas de alforria seguidas de grandes comemorações, diferente de outros jornais da região que negaram a Abolição até sua véspera:

Por ocasião da entrega de três cartas de liberdade a escravos seus, fez o nosso distinto amigo Sr. Procópio de Azevedo, abastado fazendeiro deste município, uma brilhante festa em sua fazenda – Santa Clara. Nesta ocasião efetuaram-se nove casamentos de escravos desse nosso amigo, e foi servido lauto jantar a que concorreram perto de 200 escravos.

Assistiram a festa algumas pessoas grandes desta cidade e das freguezias vizinhas. [...]. (GAZETA SUL-MINEIRA, 11 de julho de 1886. p.3).

Nas folhas da *Gazeta Sul-Mineira*, sob o lema: “Não pode haver republicano algum que não seja abolicionista e inimigo desta instituição bárbara” (GAZETA SUL-MINEIRA, 16 de maio de 1886. p.1.), as idéias republicanas e abolicionistas eram apresentadas com evidente associação. Para os republicanos evolucionistas os problemas da transição da mão-de-obra e da abolição seriam rapidamente resolvidos se o governo central conferisse plenos poderes às províncias para que cada uma decidisse o que lhe fosse melhor. No caso mineiro a *Gazeta* assinalava que deveria se dar a Abolição Imediata.

No artigo “A Abolição e o Sul de Minas”, de 21 de novembro de 1886, apesar de seu título, a abolição e o elemento servil são pouco citados, pois o mote do artigo é apregoar a imigração em grande escala para a região, enquanto são ressaltados exemplos de outras províncias que adotaram o sistema de introdução de imigrantes e estavam obtendo excelentes resultados. Enquanto no Sul de Minas, “onde a população escrava é enorme”, nada se fazia para suavizar os efeitos da “pavorosa crise”, conseqüente à abolição do elemento servil, cumpria ao governo provincial adquirir terras férteis próximas às estradas de ferro e dividi-las entre imigrantes, e precavia: “Não se iludam por mais tempo os proprietários de escravos, a abolição será dentro em breve um fato consumado” (GAZETA SUL-MINEIRA, 21 de novembro de 1886. p.1.).

Para este periódico as promessas imigrantistas soavam como fim do problema da mão-de-obra escrava e início de uma nova era de prosperidade. Com o trabalho imigrante o Sul de Minas

aumentaria sua produção e conheceria um farto desenvolvimento assim que medidas semelhantes às de outras províncias, principalmente São Paulo e Rio Grande do Sul, entrassem em execução na região, que ainda contava com características geográficas e naturais positivas para a obtenção de um resultado ainda mais profícuo.

Na mesma página, ao lado deste artigo (Abolição e o Sul de Minas), outro item também nos chamou atenção, um longo texto engrandecendo o trabalho perguntava aos seus leitores qual era a palavra de três sílabas que exprimia a honra, a independência e a glória. O artigo se intitulava “Trabalho” e nele o ato de trabalhar era dignificado, incentivado e engrandecido. Em suas linhas o trabalho era tido como responsável pela felicidade de todos os homens e capaz de transformá-los em excelentes cidadãos. O trabalho era descrito como aquele que afugenta a miséria e alegra o espírito, e o ócio considerado como “o germen de todos os vícios” (GAZETA SUL-MINEIRA, 21 de novembro de 1886. p.1.). O conagraçamento dos temas Abolição e Trabalho lado a lado sugere o desenvolvimento do capitalismo na região, com um sistema em que o ato de trabalhar era mal visto e desprestigiado, se esgotando, e iniciando assim uma nova era na qual o trabalhador se torna o verdadeiro cidadão e homem honrado.

Mas a *Gazeta* continuou, por mais algum tempo, engrandecendo o trabalho imigrante em detrimento do escravo, sem se manifestar quanto ao aproveitamento do nacional, até aqui apresentado apenas como elemento desordeiro:

Lembramos a necessidade de se fundar, próximo à estrada do Rio Verde [Minas e Rio], pelo menos um núcleo colonial que sirva de exemplo fecundo aos nossos concidadãos, iniciando uma nova era de atividade industrial, e provando com fatos a diferença profunda, radical, enorme entre o trabalho estúpido do escravo e o trabalho inteligente do colono. O trabalho do primeiro é o de um homem revoltado, descontente com a sua sorte, inimigo da plantação, viciado desde a infância, indiferente aos interesses do proprietário.

O trabalho do segundo é o de um cidadão dignificado pela liberdade, alegre, satisfeito em sua vida laboriosa, cercado pela família, cheio de ambições nobres, educado nos centros industriais dos países adiantados, com mil aptidões diversas, sabendo tirar vantagem da terra e dos instrumentos agrícolas. Um é a rotina e o outro é o progresso [...].

A ação do governo tem de ser forçosamente limitada [...]; é principalmente a iniciativa dos proprietários de terras que esta ligado o grande problema da transformação do trabalho. (GAZETA SUL-MINEIRA, 28 de novembro de 1886. p.1).

A imagem do imigrante volta a ser a do “exemplo fecundo”, que colaboraria na transformação do nacional, e sua vinda era fundamental para que a mão-de-obra do país pudesse se adaptar aos novos tempos e se afastar do trabalho revoltado e descontente dos escravos. Assim as produções do Sul de Minas só ganhariam com a mão-de-obra estrangeira. No que tange a participação do governo, esta deveria ser limitada, cabendo aos proprietários tomar frente e atrair a corrente de imigrantes que a região carecia. Ponto de vista que os grandes fazendeiros não comungavam com a *Gazeta Sul Mineira* e a partir de então algumas transformações são observadas no discurso do periódico diante do afastamento dos proprietários.

A *Gazeta* desenvolveu verdadeira campanha pela imigração, empenhando-se em uma propaganda para convencer os fazendeiros das vantagens da utilização da mão-de-obra estrangeira, em detrimento da nacional. Anunciava ser possível conseguir o pagamento de passagens pelo governo, portanto, bastava o proprietário atrair da Europa o trabalhador “habilitadíssimo”, conforme seu tipo de cultura. A sociedade Central de Imigração, estabelecida na Corte, prestava “patrioticamente” os dados e conhecimentos precisos para empregar colonos estrangeiros. Assim a folha via os estrangeiros, em especial os italianos:

Existe no Piemonte, na Lombardia, e em geral no norte da Itália uma população laboriosíssima, e acostumada aos rudes trabalhos da agricultura. Inteligentes, honestos, sociáveis, enriquecidos de predicados que honram a pátria de Dante e Garibaldi, falando numa língua harmoniosa, parecida com a nossa. Tais são os homens que melhor se adaptam ao nosso clima, aos nossos hábitos e aos gêneros de cultura próprios do sul de Minas. Graças a eles, o brasileiro ficaria conhecendo o que ignora até hoje: os imensos recursos de nosso solo, que facilmente remunera o trabalho bem dirigido; graças a eles, a cultura da vinha, do trigo e do arroz, à que as nossa terras se prestam admiravelmente, tomarão decidido impulso.

Em uma palavra, amigos da Itália, a terra da arte, onde predominam as idéias nobres, o amor à liberdade, as aspirações da democracia, as tendências generosas do espírito humano [...]. Somos pela imigração italiana sem reservas, sem preconceitos, sem temor algum, seguros das imensas vantagens que colheria o Sul de Minas em todos os ramos da atividade social.

Que venha esse sangue novo, dez mil italianos pesarão mais na nossa balança comercial do que 100 mil trabalhadores nacionais, educados na indolência e no vício. (GAZETA SUL-MINEIRA, 28 de novembro de 1886. p.1).

A intenção do periódico é convencer os fazendeiros das vantagens da mão-de-obra italiana, “inteligentes, honestos e sociáveis” trariam grande benefício à região com a superioridade de seu trabalho e com a produção de novas culturas. Sequer a língua estrangeira seria um entrave para impossibilitar o sucesso da imigração. Portanto, para o periódico, a imigração e a conseqüente europeização consistiam em verdadeira via regenerativa, uma empreitada racialmente seletiva para melhorar a mão-de-obra no Sul de Minas e colocar fim ao período escravista. Esta argumentação consiste em verdadeira propaganda interna para convencer proprietários que, em sua grande maioria, se mostravam pouco interessados no oneroso sistema de introdução de imigrantes.

Por outro lado, a conclusão a que chega o artigo, extremamente desfavorável aos nacionais, não estava em acordo com o que se passava nas fazendas. A entrada de imigrantes ainda era pouco significativa na região, os proprietários se mantiveram obstinadamente no escravismo e quando este se mostrou sem futuro os fazendeiros tentaram manter os ex-escravos em suas terras. A *Gazeta Sul-Mineira* ainda não tinha tomado conta deste fato, mas seu posicionamento começa a mudar a partir da publicação do artigo “Colonização”, de 19 de dezembro de 1886, que, embora ainda insista na vinda de imigrantes, começa, ao menos, a justificar a inferioridade da mão-de-obra nacional, para em seguida recuperá-la:

Os nacionais, educados na escola da barbárie e embrutecidos no trabalho irracional, não têm o vigor necessário para repelir o desânimo, para arcar com a [?], uns, a maior parte talvez, entrega-se a mais completa inação, e outros, sem esperanças, voltam-se a um estado inglorioso [sic], o braço escravo vai sumindo sensivelmente, e é preciso que todos se convençam de que a um brado a escravidão desaparecerá imediatamente [...].

Tratemos de preparar terreno, tratemos de atrair os imigrantes, preparemos a pátria [...]. Precisamos de braços livres, precisamos de cidadãos inteligentes e laboriosos, que por meio do trabalho racional e de sistemas aperfeiçoados venham explorar e desenvolver as artes e a indústria, que a rotina e o preconceito tem aniquilado.

Desenvolvamos a propaganda da imigração, sigamos os passos das províncias de São Paulo, Rio Grande, Paraná e Santa Catarina. É mister nos convenceremos de que o progresso material do nosso país depende do trabalho livre, da colonização européias, do concurso desses homens laboriosos e adiantados, que virão trazer a disciplina e o bom exemplo de trabalho aos nossos patricios, que virão levantar do abatimento mais profundo este vasto Brasil envilecido pela instituição negra. (GAZETA SUL-MINEIRA, 19 de dezembro de 1886. p.1).



Embora ainda temesse pelo estado de atraso e apatia quanto à introdução de imigrantes e à indiferença do governo provincial que poderia custar caro à província e à região “tão rica em recursos”, a vinda de imigrantes era essencial para o desenvolvimento do Sul de Minas. Além de ajudar no incremento da agricultura, resgatava a mão-de-obra nacional da brutalidade e da irracionalidade. O nacional deveria ser disciplinado pelo exemplo do trabalhador europeu e juntamente com o estrangeiro construiria a prosperidade da região.

Recuperado o nacional, faltava a *Gazeta* explicar tamanho favorecimento ao trabalhador estrangeiro, que ainda não vinha para a região em grande número devido ao grande custo. Sua posição radical quanto à abolição imediata também começava a sofrer alterações:

**Quem combate os grandes preconceitos a vencer na propaganda do trabalho livre, a imensa tática de que precisa usar o jornalista para tornar simpáticos certos princípios econômicos, que os proprietários agrícolas repelirão desde logo sem maior exame**, se não se conseguisse prender o seu espírito a meditação; quem esta a par da [?] provinciana em assuntos de imigração, não estranha as preocupações, postas em jogo, para levar o espírito dos nossos proprietários a interessar-se por uma medida de que depende a salvação de suas fortunas [...]. [Grifo nosso].

É mister não negar toda a nobreza dos meus compatriotas, já acabanhados de tantas dificuldades, de tantos desgostos provenientes do atual estado da coisas. Cumpre distinguir entre um eito de escravos, trabalhando forçosamente, em constante revolta contra a tirania dos senhores, e um núcleo de homens livres que, sem constrangimento, trabalham para si, alugando voluntariamente os seus serviços a patrões, que procurarão trata-los bem, se não quiserem correr o risco de vê-los despedindo-se. (GAZETA SUL-MINEIRA, 26 de dezembro de 1886. p.1).

A *Gazeta* tomava uma postura defensiva, justificando a exacerbação com que descrevera a superioridade da mão-de-obra do estrangeiro devido sua missão de guiar os fazendeiros. Para convencê-los precisava lançar mãos de muitas “táticas de jornalista”, para salvar os interesses e “as fortunas” dos lavradores, pois estes obviamente nada sabiam devido à sua mentalidade “provinciana”. Portanto, cabia ao periódico levar aos “espíritos” dos proprietários as práticas mais modernas e salutares à grande lavoura, mesmo que para tanto precisasse exagerar nos atributos conferidos aos trabalhadores imigrantes para convencer a elite proprietária. Os editores fazem questão de mencionar a grande diferença entre um grupo de trabalhadores escravos e outro imigrante, acreditando que o segundo, muito mais satisfeito, desempenharia melhor suas atividades.

De acordo com a *Gazeta* a imigração estrangeira, embora onerosa, era a melhor saída para a crise da mão-de-obra. No entanto, a importação de trabalhadores estrangeiros desagradava os fazendeiros que a repeliam sem se quer examiná-la. Portanto era preciso ensinar-lhes a escolher qual a melhor mão-de-obra para momento de crise pelo qual passava a lavoura. Essa era uma das funções do partido republicano: devia “empenhar-se mais na educação política e na criação da consciência patriótica do povo” (GAZETA SUL-MINEIRA, 20 de março de 1887. p.1.). Tal postura denuncia o papel que o periódico acreditava possuir: o de conscientizar os fazendeiros e conduzi-los durante toda e qualquer escolha.

Na *Gazeta* também acompanhamos o caminhar da Abolição na região do Sul de Minas:

O movimento [abolicionista] generaliza-se, apoiado pelos cidadãos de todos os credos políticos. Neste mesmo distrito, na Campanha e em Três Pontas, a luta se trava renhida, principalmente nesta última cidade, onde proprietários mal inspirados pretendiam atentar o partido redentor, sem ver o abismo que cavam aos seus próprios pés. Deploramos a cegueira daqueles nossos concidadãos. Assumindo uma atitude odiosa contra os seus próprios interesses, que supõem salvaguardar, eles irão cercar de riscos a sua propriedade e a própria família.

[...] Concidadão [escravocrata], [...] a vossa causa é insustentável, é uma causa agonizante, é uma causa perdida. Em vez de esgotardes os vossos esforços em tentativas inúteis de reação, tratai de transformar o trabalho, entrai em relações diretas com as sociedades promotoras de imigração, e com diminuto dispêndio terei qualquer número de trabalhadores livres, que virão iniciar em vossas fazendas os processos adiantados de cultura. O abolicionismo, aparentemente prejudicial, vos está prestando um serviço enorme [...]. Lede, lede um pouco, acompanhai o movimento do século e não hesitarei em seguir os conselhos da prudência. (GAZETA SUL-MINEIRA, 21 de agosto de 1887. p.1).

Além de adiantar o fim certo do escravismo, dirigia-se aos escravocratas, quase paternalmente, mostrando-lhes que era chegada a hora de investir em outra mão-de-obra. Mencionavam também o risco que a classe proprietária correria se insistisse no regime escravo, não só um risco de perdas econômicas no contexto de mudanças, mas também ameaças de violência contra suas famílias, reproduzindo a idéia do medo de revoltas por parte dos escravos.

No entanto, até este momento, a posição da *Gazeta* ainda se mostrava confusa, oscilando entre diferentes vertentes quanto à questão do trabalho, posição que a maior parte dos periódicos da região já havia decidido. Ainda titubeante quanto a qual corrente abraçar, a publicação de 03 de abril de 1887 é ilustrativa da sua indecisão. Neste mesmo número o periódico vincula notícias de um escravo que assassinou seu senhor em Santa Rita do Sapucaí (GAZETA SUL-MINEIRA, 03 de abril de 1887. p. 3. “Assassinato”), de escravos que sofreram torturas de seus senhores desumanos em Itajubá (03/04/1887. p.3. “Maltrato de Escravo”) e comemorações de entrega de cartas de alforria em São Gonçalo do Sapucaí (03/04/1887. p.3. “Libertações”), todas essas notícias colocadas em uma única página, dispostas lado a lado.

Tal miscelânea de artigos não era comum entre os periódicos do Sul de Minas. Neste momento cada folha já tinha se posicionado quanto à transição da mão-de-obra e como a mesma deveria ser feita, a partir de então, só vinculavam artigos que pudessem corroborar com a posição escolhida. Mas a *Gazeta Sul-Mineira* demorou um pouco mais para se decidir.

## 2º Momento: A posição dos Republicanos Evolucionistas

A partir de outubro de 1887 a *Gazeta* muda radicalmente alguns de seus posicionamentos, o nacional, até então perseguido, passa a ser visto como o injustiçado que deveria ser aproveitado e a imigração, proclamada como a salvação da lavoura, passa a ser vista com ressalvas. A Abolição deveria ser feita, não mais de forma imediata como defendera anteriormente, mas respeitando um curto prazo para os fazendeiros se organizarem.

Em 23 de outubro de 1887 os editores da *Gazeta* demonstravam a “conveniência de aproveitarmos os braços válidos e experimentados que temos no trabalho das fazendas”. Afirmando que o temor de os nacionais se juntarem em bandos de desordeiros era injustificado:

Entendemos que as apreensões de que se acham dominados aqueles que acreditam que os escravos restituídos a liberdade – ainda mesmo pela generosidade dos senhores – não se sujeitarão ao trabalho, são destituídas de fundamento.

Os fatos têm provado que os libertos, salvo um ou outro caso isolado, longe de entregarem-se a ociosidade e aos vícios a que esta conduz o homem, têm, relativamente, sabido compreender a liberdade, pois vêmo-los [sic] por todo o país entregues ao trabalho, lutando pela vida e mais moralizados do que o eram quando escravos.

Não constituíram-se em quadrilhas ou deram em bandidos da pior espécie, como dizem muitos que eles se tornarão, se não forem votadas leis rigorosas que os obriguem ao trabalho.

Não somos contrários a tal medida, pelo contrário, achamo-la indispensável, mas entendemos também que a primeira das leis é a da necessidade, e o trabalho é uma necessidade para o homem. A liberdade virá trazer a esses infelizes embrutecidos no cativo a consciência dos seus direitos e dos seus deveres por meio da convivência social [...].

Todas as vezes que observamos, com certo constrangimento, o entusiasmo de muitos que pedem à província dinheiro para a aquisição de trabalhadores livres com o fim de substituírem os escravos, notamos quanto vai falseada a solução do problema da libertação dos cativos na sua complexidade e interessando a questão econômica da transformação dos fatores da riqueza rural. (GAZETA SUL-MINEIRA, 23 de outubro de 1887. p. 1).

Apesar de reabilitar o nacional a *Gazeta* não abria mão de uma legislação rígida, que garantiria a manutenção do nacional preso ao trabalho. Acreditava que o homem que estivesse habituado ao trabalho não se entregaria à ociosidade desde que lhe fosse preciso trabalhar para manter a subsistência própria e da família.

Neste novo posicionamento os republicanos evolucionistas criticam o discurso “pronto e fácil” de substituição do escravo pelo colono imigrante, prática onerosa que vinha empobrecendo os cofres das províncias para introdução de avultado número de imigrantes. Seus gastos passaram a ser incessantes e desnecessários. Ou seja, a imigração, até então defendida com muita convicção, agora era apontada como uma solução falseada e o entusiasmo dos imigrantistas era pouco justificado.

Mudança tão abrupta justifica-se pelas graves alterações que também ocorreram ao longo do ano de 1887. Em Minas as leis que possibilitavam a entrada de imigrantes com ajuda do governo provincial estavam em andamento, mas não conseguiram resultados, os cofres federais se encontravam fechados para tais políticas e em São Paulo a experiência imigrante começava a receber críticas devido ao seu alto custo e fracasso em experiências de parceria e colonato (Ver: COSTA, 1989).

Este contexto implicaria na mudança de posicionamento quanto ao braço nacional. Os editores do periódico estavam dominados pelo mau êxito da introdução de imigrantes e entenderam ser preciso não perder tantos braços válidos e experientes. Por último esta situação também afetava o discurso pela abolição imediata, pois a mesma, agora, deveria ser feita com respeito a um prazo mínimo para os proprietários se organizarem e prepararem suas lavouras para o trabalho livre.

A solução apontada pela *Gazeta* foi o aproveitamento do braço nacional, tema que o periódico começava a tratar semanalmente com a preocupação, que lhe é de praxe, de orientar, minuciosamente, os proprietários sobre como deveriam agir diante de cada tema, afim de “resguardar suas fortunas”. O aproveitamento do nacional também era questão polêmica e os proprietários deveriam seguir passo a passo as orientações da *Gazeta Sul-Mineira* para não enfrentarem problemas em suas fazendas no processo de substituição da mão-de-obra cativa pela livre:

Não nos cansemos de aconselhar aos proprietários agrícolas que se utilizem dos atuais trabalhadores concedendo-lhes a liberdade com a obrigação de prestarem serviço dentro de um prazo curto e procurem prende-lo e afeiçoá-lo ainda mais ao estabelecimento, por todos os modos que a experiência e a bondade lhes possam sugerir [...].

Convém proceder habilmente, afim de ganhar a maior estima e confiança dos atuais escravos transformados em trabalhadores livres. Os fatos afirmam que a transformação é possível [...].

Não devem, porém, esquecer que, na realidade, no regime atual mesmo, as coisas estão mudadas. É preferível portanto, ir adiante da lei e fazer hoje, por livre deliberação, aquilo a que serão obrigados amanhã. No primeiro caso há uma concessão generosa que desperta gratidão, ou pelo menos um reconhecimento qualquer, mas cheio de benevolência. No segundo aparece a idéia de uma obrigação imposta pela lei e, conseqüentemente, afirmando um direito que se adquire em virtude da interferência dos poderes públicos.

As duas posições são bem distintas e delas nascem relações bem diversa. **Só por isso** a primeira é preferível. (GAZETA SUL-MINEIRA, 23 de outubro de 1887. p. 1).

Com a libertação anunciada, era melhor para proprietários concedê-la a seus escravos e ganhar a confiança dos mesmos e, desta forma, prendê-los ao trabalho da fazenda pelo sentimento de gratidão ao senhor que o libertou, antes que qualquer lei os obrigasse a fazê-lo. O periódico afirmava que o proprietário deveria conquistar a confiança de seus escravos e persuadi-los a permanecer em suas fazendas como trabalhadores livres. Prática muito comum na região, que demonstra que depois da abolição o trabalho nas lavouras continuou sendo feito pelos ex-escravos. As recomendações acima eram reforçadas pelo exemplo da província de São Paulo:

As folhas de São Paulo trazem constantemente minuciosas notícias acerca da transformação do trabalho naquela prospera província, onde grande parte dos fazendeiros, compreendendo a necessidade de eliminação do trabalho servil tem dado liberdade condicional a seus escravos, por prazo curto, e procura por todos os meios – sem abalo para a lavoura – organizar o trabalho de acordo com as exigências do momento. (GAZETA SUL-MINEIRA, 23 de outubro de 1887. p. 1).

Como vimos, a *Gazeta Sul-Mineira* pretendia, constantemente, assumir o papel de líder na região, organizando os fazendeiros e instruindo-os sobre como fazer a substituição da mão-de-obra em suas fazendas e evitar abalos sociais e econômicos. Em novembro de 1886, por exemplo, tentou organizar uma reunião para tratar da troca da mão-de-obra, mas a mesma foi completamente desacreditada. Um ano mais tarde, quando um proprietário influente convocou reunião com o mesmo tema, a classe dos fazendeiros compareceu e deliberou sobre a libertação dos cativos na região antes de qualquer lei que os obrigasse, idéia que já era defendida pela *Gazeta Sul-Mineira* há algum tempo.

Nesta reunião, convocada pelo Sr. Coronel Francisco Machado de Rezende Alvim, no dia 15 de abril de 1888, na câmara municipal, os fazendeiros presentes deliberaram sobre a organização do trabalho livre e outras medidas necessárias à prosperidade do município, seguindo o exemplo de outras cidades do Sul de Minas que realizaram reuniões em datas bastante próximas. Todas elas chegaram ao mesmo resultado que a região de São Gonçalo do Sapucaí: a libertação dos escravos com respeito de um prazo de poucos meses para os fazendeiros se prepararem para a mesma.

Na ata da reunião os fazendeiros presentes se comprometiam a conceder liberdade imediata a todos os seus escravos até o dia 07 de setembro de 1888, não gozando, porém, deste favor, os escravos que fugissem, abandonando as fazendas ou seus senhores. Com isto, os fazendeiros tinham o objetivo claro de fixar os escravos nas fazendas. Desta forma era “resolvida à magna questão do elemento servil [...] sem convulsão perturbadora, sem sangue [...] entre as sublimes harmonias da liberdade e a divinal orquestra dos trabalhadores” (GAZETA SUL-MINEIRA, 19 de abril de 1888. pp. 2-3.).

Setenta e seis proprietários assinaram a ata da reunião, libertando um total de 625 escravos. No entanto, de acordo com estatísticas apresentadas pela própria *Gazeta*, entre 30 de março de 1886 e 30 de março de 1887 matricularam-se no município de São Gonçalo 2.254 escravos (*Gazeta Sul-Mineira*, 16 de outubro de 1887). Mesmo se considerarmos que durante a lacuna de seis meses que separam as duas notícias e que mais libertações podem ter ocorrido neste período, dificilmente todos os proprietários do município compareceram a reunião de 15 de abril de 1888 e concordaram em libertar seus escravos, demonstrando que as opiniões dos fazendeiros do Sul de Minas permaneciam divididas quanto à transição da mão-de-obra.

### 2.3: Conclusão:

A emancipação antecipada no município de São Gonçalo do Sapucaí e adjacências demonstram a preocupação do Sul de Minas em ver resolvido o problema da mão-de-obra e em dar continuidade a suas produções, principalmente a cafeeira, sem maiores abalos econômicos ou sociais, aproveitando a abundante mão-de-obra nacional presente em Minas. Por outro lado, vimos como as opiniões divergiram quanto à forma que a libertação dos cativos deveria tomar.

Neste artigo procuramos evidenciar duas das condutas mais freqüentes na região, primeiramente salientamos a visão dos emancipacionistas, com a análise do periódico *O Baependiano*. Em seguida avaliamos as opiniões abolicionistas da *Gazeta Sul-Mineira*. Pesava na tomada de posição de cada periódico e grupo por ele representado a posição política de cada folha, a primeira era liberal e a segunda republicana.

Apesar da grande diferença nos discursos e posicionamento político, percebemos que muitas semelhanças existiam entre os dois pontos de vista. Ambos retiravam de periódicos paulistas grande parte de seus artigos e transmitiam as idéias ali presentes para a região sul-mineira, frisando as especificidades desta, como o clima e as condições econômicas da região. Mas o exemplo paulista era constantemente debatido e tido como modelo a ser seguido por Minas Gerais em especial pela região.

Por esta senda, a imigração ganhou forças em ambas as posturas analisadas nos periódicos do Sul de Minas: as duas folhas defenderam uma imigração européia volumosa que contribuiria com o avanço da região. Mas o alto custo de tal empreitada e o desinteresse dos fazendeiros com a mesma levou os periódicos do Sul de Minas a reformularem seus discursos, revendo o papel do nacional, até então visto como indolente, desordeiro e incapaz de se adaptar ao trabalho organizado que as grandes propriedades exigiam.

Neste momento de ruptura e reorganização social, o trabalho passou a ser dignificado e, quem o realizasse, no caso mineiro o trabalhador nacional, era valorizado na sua condição de trabalhador experimentado e acostumado com a lavoura. O discurso referente ao trabalho teve de ser mudado para adaptar-se ao modelo capitalista que se expandia pelo interior mineiro, neste processo a desacreditada mão-de-obra nacional foi transformada em eficiente braço trabalhador.

## Bibliografia

- AZEVEDO, Célia Maria Marinho. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX*. 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2004.
- BOBBIO, Norberto et Alii. *Dicionário de Política*. Brasília: UNB, 1986.
- BOTTOMORE, T.B. *As elites e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.
- BRÜGGER, Silvia M. Jardim. *Minas patriarcal: família e sociedade (São João del-Rei, séculos XVIII e XIX)*. Tese de doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2002.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FERNANDES, F. *A Integração do Negro na sociedade de classes*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.
- MATTOSO, K. M. Q. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 3º Ed, 1990.



- FLORENTINO, Manolo e GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, 1790-1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo. Ática, 1991.
- LARA, Sílvia Hunold. *Campos de violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. Editora Brasiliense.1988.
- MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. São Paulo: Cia das Letras. 2003.

### Fontes

*Gazeta Sul-Mineira*, de 30 de agosto de 1885 a 06 de junho de 1888.

*O Baependiano*, 15 de julho de 1877 a 17 de novembro de 1889.

Fábio Luiz Rigueira Simão

## Tradição e modernidade na construção da nova capital mineira: o Padre Francisco Martins Dias e os “Traços Históricos e Descritivos de Bello Horizonte”.

Licenciado em História pela Universidade Federal de Viçosa. Mestre em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

fabbiosimao@yahoo.com.br

### **Resumo:**

No final do século XIX, o estado de Minas Gerais passara por uma grande crise política que gerou uma experiência marcante: a mudança de sua capital. Tratava-se da transição da Monarquia para a República, vivida com entusiasmo por certa parcela da elite mineira reunida em torno do ideal da conciliação política. Belo Horizonte haveria de representar a síntese dessa conciliação. Nesse contexto, projetos e textos diversos versam sobre a nova cidade e seu futuro promissor. Analisamos aqui a obra de Padre Francisco Martins Dias, que, inserida neste contexto, pode ser tomada como esforço de construção identitária para uma cidade nascida originalmente de vazios materiais, conflitos sócio-econômicos e austeras transformações.

**Palavras-Chave:** Tradição, Modernidade, Identidade.

### **Abstract:**

In the end of XIX century, Minas Gerais passes for a great crisis politics that generates a great experience: the change of its capital. It was the transition of the Monarchy for the Republic, lived with enthusiasm by a portion of the state elite gathered around the political conciliation. Belo Horizonte should represent the synthesis of that conciliation. In this context, diverse texts and projects appear about the new city and its promising future. We analyze here the work of priest Francisco Martins Dias, that, inserted in this context, can be taken as effort of identity construction for a city that was born originally in the uncertainties, socioeconomic conflicts and austere transformations.

**Keywords:** Tradition, Modernity, Identity.

Enviado em 29 de junho e aprovado em 04 de novembro de 2008

## Introdução

Os estudos sobre as cidades, no campo da história, têm sido alvo de mudanças sensíveis no que toca especialmente as perspectivas teóricas e o tratamento do objeto. Como observa Ronald Raminelli, depois de obras clássicas sobre as cidades medieval e renascentista, em que merecem destaque autores como Henri Pirenne e Faustel de Coulanges, e adiante as abordagens de Lewis Mumford, George Simmel e Max Weber sobre a cidade metropolitana do século XX, uma nova historiografia parece ganhar espaço com os trabalhos de autores como Walter Benjamin e Marshal Berman. Raminelli escreve que é possível identificar “uma nova história urbana” dedicada a três problemas fundamentais, conforme observação de David Herlihy:

[...] as funções da cidade e seu vínculo com o fomento da urbanização; os efeitos da vida urbana sobre os ciclos vitais dos indivíduos, sobre o trabalho e a família; as mudanças espaciais e ecológicas na cidade, provocadas pelo desenvolvimento econômico e social (Raminelli, 1997:189).

Complementamos esse quadro citando os trabalhos de Bernard Lepetit, Marcel Roncayolo e Michel de Certeau sobre as questões culturais que envolvem a vida urbana e o cotidiano dos diferentes grupos em conflito na trama. Entre os historiadores brasileiros tem-se mostrado muito profícuas as abordagens desses autores, especialmente dentro da chamada história cultural. Novas percepções da realidade social colocam a cidade como lugar de contradições muitas vezes regidas por concepções de grupo que circulam pelos meios de comunicação dentro da urbe.

Esse tipo de reflexão torna-se importante para o estudo das cidades modernas do final do século XIX e início do XX, na exata medida em que relativiza os projetos urbanísticos emanados das competências de arquitetos, médicos e engenheiros (os *profissionais da cidade*, segundo definição de Marcel Roncayolo), dando novas dimensões ao *conflituoso* processo de construção do espaço urbano. Nesse sentido a noção analítica de *grupo social* torna-se apropriada, acompanhada do pressuposto de que a cidade não é fruto de um projeto homogêneo, mas sim das diferentes aspirações daqueles que são os verdadeiros *consumidores do espaço*.<sup>1</sup>

Sob essa nova perspectiva é bastante significativa a contribuição de Roger Chartier que recupera da sociologia clássica o conceito de representações. Segundo Sandra Pesavento, “a utilização deste conceito, que implica o retorno a Emile Durkheim e Marcel Mauss, tornou-se uma categoria central para as análises da nova história cultural”, pois se trata de um referencial analítico que privilegia aspectos simbólicos da dinâmica social, evocando ao mesmo tempo uma ausência e uma presença: compõe-se da presentificação de um elemento ausente na exata medida em que permite ver por meio de uma imagem, concreta ou não, construções complexas de sentido que o pensamento atribui à realidade (PESAVENTO, 1995:2).

Segundo Mônica Velloso, um dos objetivos centrais da história cultural é “[...] buscar responder como determinada realidade social é construída, pensada e apresentada enquanto tal” (VELLOSO, 2004:16). Dessa maneira torna-se central a noção de representação, porque nessas construções profundas de sentido, podem ser encontrados os significados atribuídos pelos homens à realidade. E se consideramos a cidade como o *locus* por excelência da construção desses significados, havemos de notar que as representações do espaço urbano são ao mesmo tempo intenção e gesto. Assim, um discurso higienista, uma crônica, uma praça ou uma poesia guardam relações profundas de sentido ao mesmo tempo em que informam atos e comportamentos. Segundo Pesavento,

as representações são parte integrante também daquilo que chamamos realidade. Isto se dá não só porque são matrizes geradoras de práticas sociais, como também porque demonstram um esforço de revelação/ocultamento dado tanto pelas imagens

1. RONCAYOLO, 1990 e 1999.

reais (cenários, paisagens de rua, arquitetura) como pelas imagens metafóricas (da literatura, pintura, poesia, discurso técnico e higienista etc) (PESVENTO, 1995:4).

Cumpra apenas ressaltar que, como salienta Chartier, “as representações do mundo social [...], embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam” (CHARTIER, 1990:17). Desta forma, é forçoso também considerar que no âmbito das representações e das práticas que lhes são correlatas reside centralmente o *conflito*.

Tomando, pois, a cidade como um construto social resultante das práticas e das representações de grupos, acreditamos ser possível analisar o jogo complexo e conflituoso das relações sociais urbanas a partir de *discursos*, aparentemente soltos e neutros, isto é, independentes e não-relacionados com o universo das ações. As matérias veiculadas na imprensa revelam muitas vezes representações que deixam ver verdadeiras concepções de mundo e *de cidade* dos grupos que as manipulam.

Realizamos neste artigo um estudo sobre a construção de Belo Horizonte no final do século XIX, e fazemo-lo a partir de análise da obra jornalística de Padre Francisco Martins Dias, que, além de vigário da paróquia de Nossa Senhora da Boa Viagem em 1897, ano da inauguração oficial da nova capital mineira, era escritor e editor-chefe do primeiro periódico da cidade, o *Bello Horizonte*. Compreendemos autor e obra como traços históricos do momento complexo de grandes transformações pelas quais passava o estado de Minas Gerais, em geral, e a cidade de Belo Horizonte, em particular, com a chegada da República. Veremos que o esforço de Dias, em sua obra, se dará no sentido de dar uma identidade à cidade, através de representações que misturam catolicismo e secularização, modernidade e tradicionalismo, a partir de um raciocínio intrigante, que subtrai as rupturas, unindo passado e presente em um só *continuum* histórico.

## I

Marshall Berman, analisando os aspectos constituintes da modernidade no ocidente, contexto em que se vão inserir as reformas urbanas em cidades como Paris e Viena, aprofunda a problemática das transformações sofridas pelo mundo contemporâneo ocidental, a partir do século XVIII. Analisando o *Fausto* de Goethe, Berman explora o choque de contradições entre a tradição e a modernidade, o novo e o arcaico; já em Baudelaire, analisa essas antinomias no ambiente das cidades em cuja organização pulsam mudanças profundas, transpostas aos domínios psicológicos de quem se torna depositário da luta de contrários em meio à multidão. Para o caso das cidades-metrópole dos séculos XIX e XX, Berman identifica a existência de projetos de modernidade que se materializam nas grandes reformas urbanas, mas se debatem com a presença marcante de comportamentos e valores tradicionais, e com as próprias espacialidades do passado (BERMAN, 1986).

Algumas cidades aspiravam ao sonho da modernidade, mas não chegavam a ele. Em casos extremos, como o da Rússia czarista, um único elemento reivindicava a modernidade para toda uma cidade. Como lembra Sandra Pesavento, na Rússia absolutista do século XIX, “a modernidade aparece como algo distante, de que se ouve falar, de que se tem um certo conhecimento, que almeja experimentar” (PESAVENTO, 1995:7). A autora faz ainda uma comparação entre a Avenida Borges de Medeiros de Porto Alegre e a Nevski de São Petersburgo, ressaltando que elas sozinhas “cumpririam o mesmo papel de **representação simbólica da modernidade desejada**” (PESAVENTO, 1995:7, grifos nossos).

Esse aspecto da modernidade, o do sonho de tornar-se moderno, coloca-nos uma questão importante: os quadros constituintes da realidade social urbana das grandes cidades européias do final do século XIX, embora estejam diretamente relacionados com o desenvolvimento e a expansão do capitalismo, apresentam também um outro sentido de existência que se fundamenta

em referenciais simbólicos: o sonho da modernidade que pressupõe de maneira direta um “[...] processo de construção e enunciação da consciência e do [próprio] homem moderno” (BARROS, 2004:2).

Para as cidades brasileiras essa lógica parece se aplicar acrescida ainda de certas peculiaridades. Junto com um discurso republicano, que evocava o progresso e a modernidade, o país se vê as voltas com uma realidade arcaica, eminentemente rural e escravista. Se pensarmos que algo só se torna passado quando o novo reclama atenção, havemos de notar que no Brasil da virada do século XIX para o XX, nunca as mazelas da sociedade escravista e opressora ficaram tão marcadamente evidentes. Os ventos fortes da República sopravam em direção às luzes de novos tempos havendo os resquícios da sociedade colonial e monárquica de serem enfim eliminados.

Ao tratar das reformas urbanas ocorridas no Rio de Janeiro ao tempo do governo Rodrigues Alves (1902-1906) e o efeito causado no imaginário social com a chegada da República, N. Sevcenko define os princípios básicos orientadores da ação governamental:

[...] a) a condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional; b) a negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; c) uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas aburguesadas; d) e um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense (SEVCENKO, 2003:43).

Parecem estar aqui os elementos da tríade haussmanniana: *embelezamento*, *higienização* e *racionalização do espaço urbano*. E assim parecia ser com o país de uma maneira geral, a partir da instauração do regime republicano e primeiras décadas do século XX, guardadas, é claro, as singularidades regionais.<sup>2</sup> Belo Horizonte, construída nesse contexto, foi a primeira “cidade moderna” planejada do país, e sinalizava a chegada da modernidade no estado de Minas Gerais.

## II

Em 30 de março de 1891, reuniu-se na cidade de Ouro Preto uma Constituinte, em cujos debates, um mereceria destaque: a mudança da capital do estado. Depois de acirrados debates entre “mudancistas” e “anti-mudancistas”,<sup>3</sup> a opção pela mudança impôs ao governo uma outra questão: a escolha da localidade, para onde rumaria o *corpus* administrativo do estado. Cinco regiões foram estudadas por comissões específicas: Paraúna, Barbacena, Juiz de Fora, Várzea do Marçal e Curral d’El Rei. A Lei nº 3, de 1893, tornara oficial a escolha por Curral d’El Rei, local já então conhecido pela população como Belo Horizonte. Em menos de dois meses, era criada a *Comissão Construtora da Nova Capital Mineira*. Nomeado engenheiro-chefe da comissão, o politécnico Aarão Reis teve total liberdade na escolha de sua equipe, compondo-a essencialmente de mentes como a sua, afeitas à racionalidade do urbanismo moderno e ao positivismo republicano da época.<sup>4</sup> Iriam começar as obras (BARRETO, 1936).

A planta matriz foi apresentada ao governo em 1895. Reis ordenara de pronto que a rala população do antigo lugarejo deixasse suas casas abrindo alas às obras. Como aponta J. Márcio Barros, “já em 1894, a Comissão Construtora determina a desapropriação de 430 casas a fim de

2. É vasta a literatura sobre as reformas urbanas das cidades brasileiras. Apenas para apontar as mais clássicas e por nós conhecidas apontamos CARVALHO, 1987; CHALHOUB, 2001; DUTRA, 1996; FERNADES e GOMES, 1992; MENEZES, 1996; MONTE-MÓR, 1994; MATTOSO, 1978; PESAVENTO, 1999 e 2001; SEVCENKO, 1992 e 2003; SILVA, 1988; VEIGA, 2002. E especialmente como emblema de uma nova historiografia regionalista, veja-se FOLLIS, 2004, estudo sobre a modernização da cidade de Franca, oeste do estado de São Paulo, na Belle Époque paulista.

3. Ficaram assim conhecidos os parlamentares que se posicionaram a favor ou contra a mudança da capital (veja-se IGLESIAS, 1987 e LINHARES, 1905).

4. Sobre Aarão Reis e suas convicções pessoais e profissionais, ver PAIM, 1999 e SALGUEIRO, 2001.



não obstaculizar o desenvolvimento das obras” (BARROS, 2004:7). Em ofício endereçado ao governo do estado, Reis presume uma cidade rigorosamente racional e excludente.

Foi organizada, a planta geral da futura cidade dispendo-se na parte central, no local do actual arraial, a área urbana, de 8.815.382 m<sup>2</sup>, dividida em quarteirões de 120 m x 120 m pelas ruas, largas e bem orientadas, que se cruzam em ângulos rectos, e por algumas avenidas que as cortam em ângulos de 45°. Às ruas fiz dar a largura de 20 metros, [...] às avenidas fixei a largura de 35 m [...]. Apenas a uma das avenidas – que corta a zona urbana de norte a sul, e que é destinada á ligação dos bairros opostos – dei a largura de 50 m, para constitui-la em centro obrigatorio da cidade e, assim, forçar a população, quanto possível, a ir-se desenvolvendo do centro para a periferia, como convém à economia municipal, à manutenção da higiene sanitária, e ao proseguimento regular dos trabalhos técnicos. Essa zona urbana é delimitada e separada da suburbana por uma avenida de contorno [...]. A zona sububana, de 24.930.803 m<sup>2</sup> [que circunda os bairros centrais] [...] é por sua vez envolvida por uma terceira zona de 17.474.619 m<sup>2</sup>, reservada aos sítios destinados à pequena lavoura (BARRETO, 1936:241-242).<sup>5</sup>

A planta resolve-se, portanto, sob três divisões fundamentais: zona urbana, reservada às boas famílias, aos funcionários do estado, aos comerciantes de destaque, enfim, às elites; zona suburbana, reservada para os trabalhadores pobres e antigos moradores do que então passaria a ser o centro da nova capital; e, por fim, a zona rural, em que se realizariam a pequena agropecuária de abastecimento. Não tardaria até que a essa imagem ideal da nova cidade se somassem fronteiras ideológicas. Tão logo iam chegando imigrantes pobres – nomeadamente italianos – para compor o braço forte que ergueria a nova capital, o corpo policial se ia aparelhando e começava a agir no cotidiano da cidade. Rapidamente os bairros fora da linha da Avenida de Contorno, bem como os seus habitantes, passariam a ser identificados com a desordem e com a turbulência (ANDRADE, 1987). Nos relatórios da chefia de polícia de Belo Horizonte, de 1915, lê-se, por exemplo:

[...] vagabundos e desordeiros se aglomeravam nas TASCAS e TAVERNAS para promoveram ASSUADA e DESORDEMS, determinei ao subdelegado desses dois distritos policiais [refere-se ao Calafate e ao Barro Preto, bairros adjacentes à zona urbana] que, em giro de inspeção, reprimisse taes abusos, prendendo os perturbadores da ordem pública.<sup>6</sup>

Note-se como a ação policial é deliberada: já que se trata de distritos policiais situados em “lugares perigosos” (Calafate e Barro Preto) deve-se não medir esforços para prender sem embargo. O chefe de polícia se engrandece por estar fazendo um *bom trabalho*. Os turbulentos então hão de ser enquadrados mesmo que em mero giro de inspeção – medida preventiva! A lei do *reagir* já antes de qualquer ação do *inimigo*.

Esse é o ambiente urbano conflituoso em que se funda a nova capital mineira. Somada à ação deliberada contra os desviantes sociais, há a intenção de louvar o novo e o moderno em detrimento do arcaico, a civilização em detrimento da barbárie. A própria decisão pela mudança da capital é sintomática da negação do passado colonial, na medida em que a antiga capital, Ouro Preto, a despeito de seu legado inconfidente, signo do republicanismo, encarna exemplarmente essa imagem negativa: ruas tortuosas, espaços confusos, arquitetura antiquada, economia decadente, ausência de racionalidade.

---

5. Ofício nº26, Aarão Reis, engenheiro-chefe da Comissão Construtora da Nova Capital, sobre a planta definitiva de Belo Horizonte, aprovada pelo Decreto n.º 817 de 15 de abril de 1895.

6. Fundo Polícia – Arquivo Público Mineiro. Pol. 8 Cx. 02 – Doc. 10-13 (1913-1937) – Belo Horizonte. Ocorrências Policiais. Série 8: (1913-1937), BH. Pol 8. Cx 02 – Doc 16 (79 folhas), 1915.

A propósito, cumpre ressaltar, Belo Horizonte haveria de estabelecer uma síntese mesmo conciliatória para um estado em vias de cisão política.<sup>7</sup> Era iminente nas últimas décadas do Império a possibilidade de o sul de Minas, região mais próspera da província à época, enriquecida com a agro-exportação do café, se separar do restante do território. Conforme as propostas apresentadas pelos políticos sulistas, a região seria anexada ao estado de São Paulo, centro de gravidade da economia cafeeira do país, ou constituir-se-ia em uma nova província com o nome de Minas do Sul (MELLO, 1996).

A essa crise de articulação entre as elites mineiras (Zona da Mata e Sul, de um lado, e Centro e Norte, de outro), a construção da nova capital, em local central e equidistante em relação às disputas regionais do estado, assumiria o compromisso de promover um equilíbrio de forças e a conseqüente conciliação. A construção da nova cidade – símbolo da ilustração republicana – emergiria do ideal da unidade, sendo então síntese da competência das elites estaduais (IGLÉSIAS, 1987; MELLO, 1996). Tratava-se da união urgente entre as Minas e as Gerais (BOMENY, 1994).

A elite ouro-pretana mostrou-se não raro resistente à mudança da capital, não só por motivos políticos, mas também por não acreditar que a nova cidade poderia oferecer o nível de vida digno de uma capital. Mas era a própria Ouro Preto alvo de críticas por parte da inteligência construtora de Belo Horizonte. O antigo centro administrativo do estado de Minas Gerais, como observamos acima, representava a irracionalidade das formas, o povoamento desordenado, algo incompatível com o pensamento urbanístico triunfante do *fin de siècle*. Daí o tom entusiasta do discurso daquela parcela da elite mineira afinada com o ideal da conciliação, para quem o sucesso da cidade coincidia com a sua própria sobrevivência junto ao poder:

Belo Horizonte tornava-se abrigo para **os que quisessem mergulhar no ‘sonho da razão’**. Sob a proteção da autoridade da ciência, Aarão Reis ia traçando seu projeto, **exigindo atendimento às condições de higiene, àquilo que seria a comprovação de que pela razão científica se chegaria ao aperfeiçoamento social** (BOMENY, 1994:43, grifos nossos).

A personagem Lená de *A Capital*, romance de Avelino Fóscolo (1905), encarna bem o tipo que se lançou na direção do “sonho da razão” e da modernidade. Segundo aponta mais uma vez Bomeny, “como Lená, uma geração de políticos, intelectuais e artistas tratavam de defender, *em nome de uma idéia futura*, um presente caótico” (BOMENY, 1994:49, grifos nossos).

Um presente caótico. Caótico para o estado e suas elites, mas também, e especialmente, para os grupos sociais que comporiam o espaço urbano da nova capital mineira. As expectativas em torno da cidade não foram, é claro, a mesma para todos os homens e mulheres que vieram – do Brasil e do estrangeiro – habitar a nova capital; tampouco o seria para aquelas famílias pobres que tiveram de deixar o seu lugar de origem em favor dos novos prédios públicos e privados que se ergueriam com a comissão construtora.

Com efeito, o projeto oficial da cidade (a planta de Aarão Reis e os anseios conciliatórios das elites mineiras) houvera de debater-se com “outros projetos” de pessoas comuns e mesmo de lideranças tradicionais do antigo arraial. Padre Francisco Dias é uma dessas lideranças. Pároco da Matriz de Boa Viagem, único prédio de arquitetura colonial que permanece até a década de 1930 de pé em meio a uma onda austera de demolições,<sup>8</sup> Dias torna-se depositário e formulador de um discurso especialíssimo que vê na nova cidade o signo de um progresso *bom e necessário*, mas que deve ser ponderado com as práticas costumeiras da vida dócil e trabalhadora do povo mineiro, fiel às duas instituições basilares da cultura local, família e religião.

7. Sobre o assunto, ver IGLÉSIAS, 1987; LE VEN, 1977; BOMENY, 1994; MELLO, 1996; DUTRA, 1996.

8. O trabalho de Marcelina das Graças de Almeida releva esse quadro: a autora estuda as amplas discussões entre o poder público e a Igreja acerca da demolição ou permanência da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem, obra setecentista, símbolo da colonização e da monarquia (ALMEIDA, 1993).

Minas Gerais foi desde os anos de esplendor da economia aurífera influenciada pelos preceitos católicos, mesmo que em profundo sincretismo com outras crenças e práticas, como observa Laura de Melo e Souza (SOUZA, 1987). Dessa maneira, muito daquilo que se concebeu como bom e por isso pertinente à cidade de Belo Horizonte, no contexto mesmo de sua construção, diz respeito aos cânones católicos, como poderemos verificá-lo mais detidamente adiante na obra de Dias.<sup>9</sup>

Sabemos que uma das matrizes do pensamento de Comte é a racionalização do governo, o que pressupõe o afastamento da doutrina religiosa das estruturas do estado. Em Belo Horizonte isso fica evidente na planta de Reis se observamos os nomes das ruas, praças e avenidas. Como aponta Beatriz Magalhães, as nomenclaturas, sempre leigas, seguem uma lógica de hierarquização do espaço:

[...] em primeiro lugar, os das idéias caras ao temário positivista e republicano e das datas que comemoram os fatos históricos por eles valorizados; em segundo, os de vultos da nossa História e das coisas do Brasil – rios, estados e tribos –, o tom nacionalista; em terceiro, os que se referem às coisas e vultos de Minas e a seus minerais; por último, um pequeno contingente de nomes de caráter meramente funcional, como a Estação, o Mercado, o Cruzeiro (MAGALHÃES, 1989:126).

Mas a cidade enquanto espaço urbano, onde transitam pessoas e idéias, práticas e relações de poder e propriedade, fez-se também de *projetos adjacentes*. É importante observar que não houve coincidência de posições diante do futuro da cidade entre os grupos que para lá rumaram desde a supostamente feliz ocasião de sua inauguração. Textos da época e observações posteriores apontam para essa *diversidade* de perspectivas.<sup>10</sup>

Os jornais, de caráter notadamente associativista, aparecem como fontes fundamentais para uma análise dessa situação de divergências e convergências, mas antes de descontinuidades, observada no interior dos grupos que iam compondo a cidade.<sup>11</sup> Entendemos que as notícias veiculadas nos periódicos materializam maneiras de se conceber a realidade e informam muitas vezes os comportamentos e as práticas dos diferentes grupos. Com efeito, as crônicas jornalísticas aparecem não como meros veículos de informação, algo estanque e livre de ideologias, mas como verdadeiras difusoras de idéias, práticas e condutas que moldam e representam a cidade, exercendo assim importante papel na constituição do espaço e do imaginário urbanos.<sup>12</sup>

Parece, portanto, importante considerar o primeiro jornal da cidade, o *Bello Horizonte*, periódico semanal de propriedade do Pe. Francisco Martins Dias. Em 1895, quando têm início

9. A influência dos preceitos católicos e sua referência ao tratar família e trabalho como instituições determinantes da boa índole do povo mineiro é recorrente entre os periódicos da época: O Operário, jornal da classe trabalhadora declara-se “Orgam da Confederação Catholica do Trabalho”, sempre salientando, mesmo em matérias contestatórias (muitas vezes baseadas em matrizes do pensamento anarquista), aliás especialmente nelas, as qualidades do bom trabalhador mineiro; o jornal Povo Mineiro pretende-se em perfeita consonância com o quarteto proferido por Afonso Pena em artigo de sua publicação: “Deus, Patria, Família e Liberdade”, ressaltando em sua edição inaugural que “[...] dahi nasce o nobre e justo apego deste povo [mineiro] aos sentimentos religiosos; dahi [...] decorre o respeito dos mineiros ás leis e ás autoridades; dahi a sua belleza moral e a sua simplicidade de costumes [...]” (Povo Mineiro, 29 nov. 1914, grifos nossos).

10. Veja-se para uma discussão sobre os projetos políticos e as discussões sobre a mudança da capital mineira, por exemplo, LINHARES, 1905. Uma análise historiográfica recente pode ser encontrada em IGLÉSIAS, 1987; FARIA, 1985 e DULCI, 1984.

11. Referimo-nos aos operários, brasileiros e estrangeiros, que rumaram para o arraial desde o início das obras, a elite ouro-pretana muitas vezes resistente à mudança, as novas elites republicanas, e homens e mulheres desapropriados, metidos em cafuas e barracões, agora errantes aí no lugar onde nasceram e foram criados (ver GUIMARÃES, 1996 e 1991; DUTRA, 1996).

12. Os jornais são diversos: políticos, publicitários, humorísticos e literários, associativos e operários; representantes de grupos estrangeiros, como italianos, árabes e alemães; periódicos manifestamente católicos ou protestantes, folhas espíritas, estudantis e universitárias; reclames publicitários e até folhas carnavalescas como o anuário Matakins (LINHARES, 1995).

as obras no curral d'El Rei, Dias funda o jornal com o fim de informar à população local sobre os trabalhos da comissão. As suas matérias, em forma de crônicas, foram depois compendiadas e publicadas em livro, em 1897, com o seguinte título: *Traços Históricos e Descritivos de Bello Horizonte*. O autor está preocupado, como ele próprio salienta no preâmbulo de sua obra, em dar *uma* história à cidade, e o faz sob a perspectiva (por vezes forçada) da continuidade. Nesse artigo propomos uma análise da obra de Dias tomada como um discurso de identidade, inserido em uma época de profundas transformações. Partimos da hipótese de que o livro forjou-se a partir do propósito de dar à cidade de Belo Horizonte, construída em uma atmosfera de conflitos políticos e sociais, um passado opulento e de grandes conquistas, que, depois de décadas de opressão durante o regime monárquico, se liberta e segue novamente o seu desígnio de glória. Nessa perspectiva o autor une passado e presente, tradição e modernidade, forjando na tinta e no papel traços de uma identidade sócio-histórica de uma cidade que queria *dar certo*.

### III

Belo Horizonte foi concebida inicialmente como capital modelo do novo regime republicano. Segundo palavras de João Pinheiro, tratava-se da “filha primogênita das realizações materiais da República”. As referências em jornais da época, bem como os relatos de jornalistas vindos da capital federal, como Artur Azevedo e Olavo Bilac, por ocasião da inauguração da cidade, registram a satisfação e o clima de festejo com que se recebe a nova capital mineira. Azevedo, em seu conjunto de crônicas intitulado *Um Passeio a Minas*, publicado originalmente n' *O Paiz*, ufana a república e a nova cidade com as seguintes palavras: “[...] formoso planalto, tão bem escolhido para a capital de um grande estado e que poderia ser – por que não dizê-lo, **quando todos os sentem?** – a própria Capital da República” (Azevedo, 1901: 2, grifos nossos). De novo na observação de João Pinheiro:

A nova capital, a mais famosa cidade brasileira, conquistou-nos o coração. Dir-se-ia a NOIVA DO TRABALHO ansiando pela realização de seus destinos, ponto de convergência que deve ser de nossos esforços, centro de impulsão que será da nossa atividade [...] (MELLO, In: DUTRA, 1996:45).

Muitos testemunhos da época apontam para essa mesma direção: brindar à nova capital e à modernidade que a acompanhava. E se o fazia muito amiúde na perspectiva da cidade espetáculo, vitrine. Segundo Carlos Nelson dos Santos, “há [nas cidades modernas] um grande efeito disciplinador [...], tornando-as [as cidades], ao mesmo tempo, ‘bonitas’ e ‘transparentes’. As capitais são usadas como **espelhos didáticos** que servem a seus próprios cidadãos” (SANTOS, 1982:31, grifos nossos). Esse efeito disciplinador faz-se, no caso de Belo Horizonte, em uma perspectiva claramente barroca, o que se pode observar na planta de Aarão Reis. É incisiva a preocupação com a arborização das ruas, e o constante interromper das linhas retas das avenidas pela presença de praças (MAGALHÃES, 1989).

A “noiva do trabalho”, nas palavras de João Pinheiro, haveria de ser a mesma noiva do progresso e das luzes trazidas pela República, somada sempre à competência técnica da comissão construtora. Alfredo Camarate, sob o pseudônimo Alfredo Riancho, publicou no jornal *Minas Gerais* de Ouro Preto em 1894, as seguintes palavras:

Construímos, é verdade, uma capital para os filhos do Estado de Minas [...]; filhos do século das luzes ou, talvez antes, do século XX, que se lhe segue; a criação de uma capital nova traz, portanto, pesadíssimos encargos para os mineiros e refiro-me aos encargos morais e não aos econômicos [...]. Fitam os olhos sobre nós, não só todos os brasileiros como todos os povos do mundo (MINAS GERAIS, Ouro Preto, 21 out. 1894, p. 2).

Camarate era engenheiro técnico da comissão chefiada por Aarão Reis. A sua fala é, pois, a de um *construtor*, havendo nas palavras uma espécie de sensação de compromisso com o sucesso e a projeção da nova cidade. Essa característica de saudar à nova capital, vendo nela o depositário de novos tempos mais prósperos e felizes, está presente em muitos relatos da época, e o está de maneira exemplar em Pe. Francisco Martins Dias, que, como quem ouve o apelo do conviva Riancho, entrega-se à tarefa de sustentar a grandeza moral que a bela cidade deve inspirar. Uma passagem muito citada do texto de Dias faz forte referência à substituição do antigo pelo novo, da tradição pela modernidade:

E foi assim que nos últimos dias da monarquia, foram aqui levantados em plena rua os sediciosos gritos de – Viva a República! – e não há muito trocado o antigo nome de Curral D’El Rei pelo de Belo Horizonte, para apagar de vez tudo o que a trono cheirasse ou a rei se referisse (DIAS, 1897:18).

É razoável concluir a partir do trecho acima que se trate de manifesta negação ao passado colonial, apontando para os pressupostos do urbanismo reformador da época. Entretanto, como observaremos, há na obra de Dias uma intrincada relação harmônica entre o novo e o velho no espaço da cidade. O autor, ao contrário do que possa parecer, não é um *visionário radical*, adepto sem embargo à fúria jacobina de republicanos por vezes anônimos que impunham sua presença na nova capital.<sup>13</sup> Tampouco poderia aceitar de todo os preceitos do positivismo agressivo da comissão construtora, que, em última análise, contribuía, como observamos acima, para a subtração da influência da Igreja nas coisas do estado e, por extensão, na essência da própria cidade. O seu discurso parece casar-se sem maiores problemas aos de Alfredo Camarate e outros, mas visto de perto ele pode nos revelar outra perspectiva. Veremos em Dias, que autor e obra são referenciais de um pensamento conciliador, que quer receber da melhor maneira possível o novo, mas sem deixar com isso que o velho desapareça, pelo menos em memória.

Em sua apresentação, “Ao Leitor”, Dias fala de seu objetivo principal para com a obra: “[...] deixarmos lançada a primeira pedrinha para o alicerce do edifício da história do lugar escolhido para a nova capital do estado, desde sua primitiva origem, e dado o primeiro passo para os *annaes da fundação da nova cidade mineira*” (DIAS, 1897:II). Esse trecho já nos avisa sobre as verdadeiras concepções de Dias: ele acredita na relevância e na importância forçosa de se escrever a história de Curral, fazendo-o em estreita correlação com os primeiros passos da nova cidade. Nesse sentido, a obra se pretende um liame entre o passado da velha Curral e os novos tempos, anunciados pela construção de Belo Horizonte.

#### IV

De saída é importante salientar que o pensamento de Dias segue uma cadência fundamental, a saber: Curral d’El Rei, lugar afável e de ares acalentadores, tem origem briosa e lancinante,<sup>14</sup> caminha na prosperidade e chega à decadência nos anos finais da monarquia,

13. Estamos falando de homens públicos, mas também de particulares a quem o sucesso da cidade interessava já que isso coincidia com o seu próprio sucesso enquanto “cidadão”. Há aqui um exemplo interessante narrado por Arthur Azevedo: “Tinham-me dito que em Minas, berço da República, havia muitos monarquistas [...] Pode ser que os haja noutros pontos do Estado, **em Belo Horizonte são fruta rara, raríssima**. Verifiquei, pelo contrário, que ali quase toda a gente é florianista, mas de um florianismo ardente e exaltado. Há lá uma vasta associação que tem por fim glorificar todos os anos a luminosa memória do Marechal de Ferro. Passando por uma das ruas principais da cidade, avistei na fachada de um prédio [...] o busto de Floriano Peixoto fazendo ‘pendant’ ao da República. Supus que fosse um edifício do Estado: era uma casa particular” (AZEVEDO, Artur. Um Passeio a Minas – VI. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 11 dez. 1901, p. 2, grifos nossos).

14. Dias, em “Origem”, mostra que Curral é descoberta nas trilhas dos caçadores de metais preciosos, sendo um sítio de grande valor por sua proximidade em relação à residência dos primeiros exploradores daquelas terras promissoras de riqueza à margem do Rio das Velhas (DIAS, 1897:11).



justamente quando aparecem dois novos atores históricos: A República e a nova capital. Assim escreve no capítulo IV, “Fundação”:

Constituindo em freguezia em 1750, o Curral d’El-Rei, sempre de augmento em augmento, de progresso em progresso, chegou a dominar em 1815 a uma area de quasi 18 mil habitantes [...] De então para cá tem decrescido sensivelmente sua população, em virtude dos desmembramentos [...] Contudo podia ainda este logar crescer e prosperar, com tantos e tão bellos elementos naturaes de vitalidade, de grandeza e de prosperidade; mas não cresceu e nem prosperou; porque? (DIAS, 1897: 12-13).

No capítulo seguinte, “Causas da Decadencia”, Dias observa os principais entraves ao *progresso* de Curral. A citação acima esclarece que não se trata da natureza do lugar. Segundo o autor são quatro os grandes responsáveis pelo atraso: *a)* a presença de homens de má índole, “[...] cujo único fito era impor sua vontade ao povo” (DIAS, 1897:13); *b)* a desunião da população e os desencontros de suas idéias; *c)* império de uma politicagem desmedida e exaltada; e, por último, *d)* “o mal dos males, o mais terrível escolho ao desenvolvimento physico, intelectual e moral dos filhos deste logar” (DIAS, 1897:13): o casamento entre parentes!

Com efeito, o que o autor faz é responsabilizar os homens e não a natureza pelo atraso de Curral. Assim, em um lugar de natureza exuberante e relevo equilibrado, a desunião entre as pessoas e a má índole de alguns, somados ao escolho do incesto, abre frestas para uma crise econômica e de valores sem precedentes. A bancarrota, considerando os desmembramentos, causa da diminuição populacional, acontece em 1870, quando Venda Nova eleva-se à categoria de freguesia, libertando-se dos *cuidados* de Curral.

Diante desse quadro impõe-se à República a tarefa de trazer grandes e boas transformações. É isso fundamentalmente que reclama o nosso autor, e é justo nesse momento do texto que se coloca a passagem célebre que induz-nos a compreendermos a obra na perspectiva do rompimento e não da continuidade.

Esse ardor [Dias refere-se a contendas políticas e outros desentendimentos entre a população], porem, foi se arrefecendo com o correr dos tempos e ao passo que o povo foi conhecendo o mal que o mesmo lhe causava; contudo não se extinguiu de todo, e foi assim que nos últimos dias da monarchia, foram aqui levantados em plena rua os sediciosos gritos de – Viva a República! – e não há muito trocado o antigo nome de Curral D’El Rei pelo de Belo Horizonte, para apagar de vez tudo o que a trono cheirasse ou a rei se referisse (DIAS, 1897:18, grifos nossos).

Apagar *tudo o que a trono cheirasse e a rei se referisse* não significava absolutamente apagar a velha Curral. Dias é um desafeto da monarquia, e do jugo colonial. O autor ataca veementemente os “ferrenhos vínculos, que nos pendiam aos pés do throno de Portugal [...] [e o] systema de exclusivismo e centralisação do regime passado, porque eram esses males communs” (DIAS, 1897:17). Mas inferir que Curral fosse um lugar condenado aos males terríveis de tempos obscuros, sendo então bem-vinda a sua extinção, há uma distância abissal. Em sua obra, Dias demonstrará profunda preocupação com o arraial, tratando-se a chegada de Belo Horizonte de verdadeiro ato de salvação para um lugar de futuro já prometido, mas perdido em sua caminhada em direção ao progresso.

A República viria, pois, como instrumento de transformação; como *um reduto de águas mornas a lavar os males* da boa, conquanto doente, Curral. O novo regime haveria de assumir o compromisso (a que Dias também se propõe em sua obra) de devolver ao velho arraial a longevidade dos tempos áureos. Assim, o novo e o arcaico não operam como elementos de ruptura, mas de continuidade. A República e Belo Horizonte seriam prenúncios de uma nova

fase de Curral, uma fase promissora, que evocasse o progresso na cifra da união, que devolvesse ao pequeno lugarejo os ares tranqüilos de sua origem.

Em seu capítulo VIII, “Índole e trabalho”, Dias faz sensíveis apreciações à tradição curralense, lamentando a sua dispersão junto com os velhos habitantes. À imagem negativa e pejorativa compartilhada pelos membros da comissão construtora a propósito da população curralense, Dias contrapõe uma visão bastante adversa. Mais uma vez podemos observá-lo citando Alfredo Camarate, que escreve:

[...] o tipo geral deste povo é doentio. Magros, amarelos, pouco desempenados na maioria; havendo uma grande proporção de defeituosos, aleijados e raquíticos. Ora, esta fisionomia quase geral da população de Belo Horizonte desarmoniza completamente com a amenidade do clima, com o ar seco e batido quase constantemente pela brisa, com a natureza do solo que é magnífica [...] (CAMARATE apud ASSIS, 1995:9).

Dias não mede palavras para reverenciar o caráter simplório e dado ao trabalho daquela população, fazendo frente sistemática a essa posição do técnico construtor:

Era este um povo fraco, hospitaleiro e affável para com os seus hospedes. Julgava-se feliz, vivendo sem grandezas, mas com independência; sem riquezas, mas com fartura [...] Era (digo era porque hoje a população se baralhou com a onda do povo recém chegado para os serviços da nova capital, como uma gotta de vinho se confunde no oceano, ou se dispersou para os arrabaldes da freguezia; era um povo laborioso e trabalhador) (DIAS, 1897:28-29).

Note-se aqui o aspecto mesmo nostálgico do pensamento do autor. Ele vê na antiga Curral traços sublimes de uma cultura que se foi, mas que pode ser recuperada com a chegada da nova capital. Mas há também nesse trecho uma contradição: considera-se a dispersão da população original e a sua mistura a outros povos fatores decisivos de dissolução da tradição local. Ora, ambos os fatores são correlatos da mudança da capital, que Dias vê com bons olhos. Como então se resolve esse impasse? Ao problema da mistura com outros indivíduos Dias poupa palavras e apenas lamenta o fato de a rala e pura população curralense obscurecer-se diante do grande fluxo populacional para a nova cidade. À dispersão das famílias para os arrabaldes, o autor é ainda mais categórico:

Sentimos nos escrinos do coração uma luz de fagueira esperança [...]: aquele povo, que tão desalentado se retirava o centro da povoação, ia levar alguma vida ás incultas cercanias do arraial, arroteando os matos e os campos [...] os claros deixados no arraial iam preencher-se pelos práticos obreiros da nova capital (DIAS, 1897:86).

É notável como Dias dá à onda de desapropriações, talvez a face mais traumática de todo o processo de mudança da capital, um aspecto de coisa leve e natural. Com mestria, retira-se aos fatos qualquer traço de conflito, dando-lhes uma aura intrigante de equilíbrio e boa-venturança. O autor saúda a civilização e eleva ao último escalão de importância aquela que elege como personagem central dessa história: a cidade. Nesse sentido, as populações se movimentam no espaço exclusivamente em função de uma providência maior: o progresso. Numa perspectiva teleológica, concebe-se a construção da capital como profunda metamorfose da antiga Curral, conduzindo-a a novos tempos áureos, lembrando a sua origem. Assim, no esteio da providência, os desapropriados são reduzidos – ou talvez devamos dizer elevados – à categoria de responsáveis pela expansão do vilarejo. Essa seria uma tarefa nobre já que, para o nosso autor, *expansão espacial* e *progresso* andam juntos.

Aarão Reis, como observa o próprio Dias, ordenou que não ficasse alma sequer no espaço urbano e nem no suburbano de sua planta matriz. As populações haveriam de habitar a área rural, vivendo da terra e da agropecuária de abastecimento. Mas, a despeito disso, Dias faz um eloqüente elogio a Reis, colocando-o como sujeito de rara complacência. O autor chama atenção para a não-conveniência de se usar o termo *desapropriação* ao que na verdade teria sido uma feliz relação de compra e venda, “[...] onde o comprador era o estado na pessoa do dr. chefe da comissão, e os vendedores os proprietários deste lugar” (DIAS 1897:83).

Nesse clima de harmonia, chegamos aos animados dias de fundação da cidade. Há um esforço incondicional por tornar os acontecimentos verdadeiros eventos-dádivas, em que concorreram fatores naturais e humanos para que tudo se desse na mais ordeira paz. Ao narrar o dia 7 de setembro de 1895, quando das cerimônias oficiais de fundação da cidade, Dias atribui um ar de contentamento geral à população local e à própria natureza:

Esplendidas, brilhantes e apparatusas foram ellas [as festas]. E era de mister que assim o fossem, para attrahir-se a atenção dos extranhos e tornarem-se mais conhecidas as bellezas deste logar e sua propriedade para ser a metropole de Minas [...] Por um capricho da natureza, após clara e serena aurora que despontou graciosa no horizonte, seguiram-se alguns momentos de tempo dúbio e nebuloso, que assaltaram com desalento os corações festeiros. Mas, dentro em pouco, essas nuvens se dissiparam e appareceu o céu azul, sereno e límpido, evitando-se os inconvenientes do pó, que desapareceu, e da lama que já não existia, dos raios do sol que não atravessavam ardentes as camadas ethereas, e da chuva que não veio mais (DIAS 1897:85).

Como se vê, o autor parece evocar forças ocultas para dar a tudo um tom de harmonia incomum. Isso sempre em consonância com a alegria das pessoas (todas, indistintamente), cujos corações mantinham vivas as ligações com a velha Curral. As pessoas e as coisas (tanto humanas quanto naturais) ganham na obra status de pares perfeitos em um processo que, embora intrinsecamente repleto de discontinuidades e, por isso mesmo, conflituoso, deixa-se parecer harmônico e de rara coerência. Um ponto da narrativa que à primeira vista poderia parecer desprezível ganha então importância central: trata-se da descrição sobre a situação do solo no dia das festividades de fundação: na letra do autor, como pudemos observar acima, não há mais pó e nem lama. Existe aí uma referência algo sublime e de um simbolismo intrigante: o pó, que se faz do *excesso* de secura, cessa ante a chuva que, por sua vez, não persiste e logo se dispersa em favor de um céu azul que traz o sol que seca a lama, fruto do *excesso* de água. Mas o próprio sol não é forte o bastante para gerar mais poeira, os seus raios “não atravessam ardentes as camadas etéreas”. Tudo fica na mais perfeita harmonia, nada de excessos, apenas equilíbrio.

Vários textos da época lembram o desconforto gerado pelo pó e pela lama a quem se arriscasse por aquelas terras de Belo Horizonte nos tempos de sua construção. O coletor Celso Werneck em suas reminiscências observava:

A impressão não podia ser boa [...] o pó era medonho! Triturado, vermelho, em alguns lugares se acumulava em camadas que atingiam mais de um palmo [...] tornando obrigatório o uso das meias-botas [...] que impermeáveis, também serviam para chuva.<sup>15</sup>

A lama e o pó poderiam muito bem ser desconsiderados por Dias, já que eram o maior estorvo de um lugar que se transformara em canteiro de obras. Mas Dias insiste em citá-los, negando-os a existência naquele momento, por uma oferenda da natureza. Aliás, ele os considera

15. WERNECK, Celso (s/d). Reminiscências do Coletor Celso Werneck. Belo Horizonte: Museu Abílio Barreto (mimeo), apud MAGALHÃES, 1989:82.

justamente para negá-los, ou antes, para mostrar como a natureza conspirou para que tudo corresse bem naquele dia tão especial.

Mas precisamos nos deter um tanto mais nessa questão da natureza e da cultura no arraial, porque a despeito da maior importância dada aos fatores naturais, Dias, como vimos, não desconsidera a cultura do povo curralense. Beatriz Magalhães, em estudo sobre a construção e o desenvolvimento de Belo Horizonte, observa que o grande desafio da comissão construtora era eliminar o caráter arcaico de Curral d’El Rei para dar vez à modernidade da nova capital. Isso, segundo as mesmas matrizes do pensamento da época, constante da formação politécnica de Aarão Reis, implicava numa verdadeira mudança de estágio na cadeia evolutiva preconizada por Comte. Como escreve Magalhães,

O projeto da Capital eliminou a idade média do lugar: o metafísico Curral d’El Rei, com sua igreja pastoreando o casario tortuoso, para retomar a sua infância, descontaminada do cultural, em seu primitivo estado fetichista – instintivo, voluntário, orgânico –, o natural, e, a partir dele, articular racionalmente a sua idade moderna, o estado positivo, científico, definitivo (MAGALHÃES, 1989:142).

É tentador também estabelecer esse paralelo para a obra de Dias, mas olhares atentos podem revelar traços de uma complexidade ainda maior. Na tentativa de salvaguardar alguns elementos do antigo arraial, casando-os com os auspiciosos ventos de modernidade, Dias não desconsidera as pessoas, e, por conseguinte, os referenciais culturais da velha Curral. Assim, voltando ao capítulo VIII, “Índole e Trabalho”, flagramos o dia-a-dia de labor e alegria que orquestrava a vida da população curralense original:

[...] de segunda-feira a sábado, as ruas estavam desertas e ermas [...] porque os homens estavam entregues às afanosas lidas da lavoura [...] Aos domingos, porém, era outro o aspecto do arraial, que, como por encanto, se transformava em uma verdadeira feira local – alegre e animado que era! [...] À noite, [o silêncio] era levemente interrompido pelos ternos e saudosos sons de uma flauta, e pelas notas poéticas d’algum violão, acompanhando modinhas, cantadas ao luar por algum filho da terra (DIAS, 1897:29-30).

Esse cenário idílico, ordeiro e regular, não se sustenta ante as transformações impostas pela mudança da capital. A cidade dos sonhos de Reis e de outros “visionários” da modernidade e do progresso capitalista, afasta esse tipo de cotidiano que respeita à lógica do trabalho na lavoura, do comércio de trocas e das cantorias “vadias” pelas ruas pequenas e acessíveis. O aconchego do lar e da família estendido ao espaço público de ruas tortuosas e estreitas, conhecerá a sua negação na ação austera da comissão construtora.

Christian Topalov salienta que dentro de uma proposta de tornar a sociedade e a cidade *objetos da ação racional*, engenheiros e arquitetos promoveram, a partir de 1880, políticas urbanas *típicamente modernas*. As resoluções de Aarão Reis nos relatórios que apresentava ao governo confirmam essa observação:

às ruas fiz dar a largura de 20 m, necessária para a conveniente arborização, a livre circulação dos veículos, o tráfego dos carris e os trabalhos de colocação e reparações das canalizações subterrâneas. Às avenidas fixei a largura de 35 m, suficiente para dar-lhes a beleza e o conforto (BARRETO, 1936:241).

O engenheiro-chefe da comissão construtora falava deliberadamente em medidas que projetam a tríade da cidade moderna haussmanniana: embelezamento, infra-estrutura e racionalização do espaço urbano. Não ironicamente, porém, a cidade torna-se um reduto do espetáculo barroco, representado pelas praças e monumentos republicanos, pela arborização e

pelas imponentes avenidas (MAGALHÃES, 1989). Nada receptivo à prática costumeira da antiga Curral. Algo a que vem em socorro Dias. Ao tratar das festas religiosas no velho arraial dos tempos áureos, o autor venera o cotidiano afortunado da população local, fazendo-o, acreditamos, numa perspectiva de elogio àquilo que não se deveria perder justo por ser o depositário de ricas raízes:

Quem acertasse de visitar Curral d’El-Rei em princípios do mez de agosto, certo que ficaria agradavelmente impressionado pelo tom festivo, afável e alegre de seus habitantes [...] Todos estão contentes, e preparam-se para receber e obsequiar às comadres, aos compadres e aos parentes que virão assistir às festas [...] Os alfaiates, os sapateiros, todos, enfim, estão alegres e satisfeitos, pela abundância de encomendas de factos e calçados (DIAS, 1897:52).

Não podemos deixar de observar que Dias é um clérigo – e o seu ardor pela cultura católica fica patente em sua narrativa –, o que o impele à tarefa de dar relevo àquilo que mais lhe contenta na tradição do arraial: a cultura religiosa. Daí considerarmos serem o catolicismo e as práticas e comportamentos ligados a ele, o cerne da preocupação do nosso autor em salvaguardar traços da cultura local. Mas essa cultura, como dito, aparece coadunada com os referenciais da modernidade. A visão saudosista da população curralense haveria de misturar-se às novas perspectivas trazidas pela inteligência construtora e pela elite burocrática formando uma única vontade de ver amadurecer feliz e saudável o fruto de desejos comuns. Num momento em que já se observam tendências claras à secularização da vida urbana, Pe. Francisco Dias dá-se à tarefa de *adaptar* a tradicional cultura cristã católica à moderna cultura urbana que queria ganhar espaço. Eis aí mais uma vez o interesse e o esforço por dar aspecto harmônico às austeras transformações.

Ao perseguirmos evidências que reforcem essa posição de Dias por ele mesmo, é interessante, por exemplo, observar o avesso de posições entre o autor, que tanto louva os trabalhos de Aarão Reis, e a comissão construtora acerca da matriz da Boa Viagem. Para a comissão a matriz tratava-se de prédio “sem elegancia nenhuma no exterior, acaçapada e tosca no systema de sua architettura, toda portugueza no pesado das proporções e incorrecções das linhas [...] monumento de mau gosto”.<sup>16</sup> Ao que Dias responderia assim: “possui a freguezia uma sólida Matriz, que admira a todos os visitantes [...] podendo o mesmo competir com qualquer Matriz de muitas cidades populosas e adeantadas” (DIAS, 1897: 39). Adiante Dias ainda observa:

Espíritos fracos, restos da idade media, dirá alguém; mas, espiritos fracos, respondemos nós, que gozavam de mais paz e felicidade do que os orgulhosos chamados espiritos fortes da idade moderna e da contemporanea, que, sem paz, sem crenças, sem rumo e sem guia, vivem no torvelinho das perplexidades e das incertezas, como leve palha levada pelo tufão (DIAS, 1897:40).

No entanto, ao mesmo tempo em que acusa a imponderação de críticos austeros do antigo em favor do novo, Dias louva o progresso trazido pelos tempos republicanos. Em tom teleológico, ele fala de uma propensão do homem ao progresso, mas intercede em favor da manutenção de traços fundamentais do passado tradicional. É assim que todo um processo de transformações obedece a uma dialética peculiar, cuja síntese é a nova cidade moderna e civilizada que une os povos em torno da religião e da honestidade, devolvendo-lhes o acalanto dos tempos áureos, e eliminando a doença, na fonte inesgotável de natureza benevolente e agradável. Dessa maneira, o novo é bem vindo, porque:

[...] há sempre de acompanhar aos antigos habitantes do Curral d’El Rei, ou Bello Horizonte, eterna e saudosa lembrança de seu simples e modesto, mas pictoresco e

16. Comissão Constructora da Nova Capita – Revista Geral dos Trabalhos, 1895, vol I. pp. 11-15.



poético arraial, tão rapidamente metamorphoseado em primeira cidade do Estado (DIAS, 1897:34).

Aliás essa noção de metamorfose é ponto nevrálgico do raciocínio de síntese harmônica que identificamos em Dias. Aquilo que metamorfoseia pressupõe permanência em alguma instância: há um processo latente de transformação, mas o essencial permanece. Assim, a nova capital não se faz à revelia do velho arraial, tampouco em detrimento dele, mas nele e a partir dele. A natureza e a tradicional cultura local somam-se perfeitamente aos elementos da modernidade, concorrendo todos para o casamento perfeito entre presente e passado.

A cidade, personagem central da trama, encarnaria, pois, esse perfil do equilíbrio e da conciliação, e a magia que provém de arrumações da natureza reproduz-se entre os homens. Os habitantes da cidade passam a ser todos movidos pelo mesmo intento e pela mesma satisfação. Ao transcorrerem-se as cerimônias de sagração das pedras fundamentais,

[...] ao som do hymno nacional, [...] um exemplar da constituição federal, idem da estadual, jornaes do dia, moedas e outros objectos que alguns circundantes offereceram [...] foram collocados em linda caixa de veludo azul celeste pelo exm. Presidente do Estado, e nella fechados pelo exm. chefe da comissão. Metida essa caixa em outra de madeira tosca, foi tudo assim lançado na cavidade quadrangular da pedra [fundamental] para esse fim preparada e disposta. Rodada sobre esta, outra, que devia servir de tampo, foram ambas cosidas á argamassa e depois selladas em cruz com água benta por nós, como parocho da freguezia (DIAS, 1897:102).

Essa passagem sugere que os sonhos e os objetivos de arquitetos, engenheiros e autoridades públicas misturavam-se sem o menor disparate aos de homens e mulheres dali e d’alhores. A cidade, na letra de Dias, tornara-se fruto de um projeto único, decorrência do desejo daqueles que a projetaram, mas também, e na mesma medida, daqueles que foram expulsos do centro do arraial e que serviram para levantar os prédios e abrir as avenidas.

Nesse mesmo sentido, Dias encerra a sua obra afanando a metamorfose material que foi o processo de construção da nova capital, fazendo votos para que a mesma se desse no âmbito social e moral:

Belo Horizonte é hoje um contraste de velharias e novidades [...] não diria mal quem [a] comparasse com o firmamento semeado de muitas estrelas, que vao se apagando e desaparecendo ante o brilho das de maior grandeza [...] nada é mais belo, mais poético e mais recreativo do que a observação atenciosa desta sublime metamorfose material. Praza aos céus que sublime, poética e bela seja também a metamorfose social e moral! [...] Quem pensaria [...] que o velho, pobre, humilde e decadente Curral d’El Rei havia de, em tao rápido voo, elevar-se à altura em que hoje o vemos [...] tendo diante de si um futuro tao risonho e brilhante (DIAS, 1897:105-107).

Essas duas passagens do capítulo XXX, “Conclusão”, são ilustrativas de tudo que falamos até aqui. Dias se mostra preocupado com o futuro cultural da cidade e a entende como um desdobramento da história de Curral, que sai triunfante da decadência, lançando-se na direção de novos tempos áureos.

## Conclusão

À obra de Dias emprestamos, portanto, o status mesmo de *projeto*. A partir de um discurso conciso e carregado de sentidos, versado *sobre e pela* nova cidade, o autor constrói uma retórica

do passado do Curral d'el Rei para pensá-lo, ele próprio, como Belo Horizonte, capital (republicana) do estado de Minas Gerais. A matéria da obra tem dois pólos claros: de um lado, Curral, lugarejo fincado no cimento da tradição interiorana católica, de população rala, distante dos centros político e econômico da província (depois estado) de Minas Gerais; de outro, uma *cidade-promessa*, ainda não concretizada, envolta a um discurso de modernidade. O trauma de Curral – destruída materialmente e negada ideologicamente como signo do atraso –, somado ao *vazio* da *semiconstruída* Belo Horizonte de 1897, constituem o caldo de contradições reais de que se faz a obra de Dias.

Textos da época apontam para o caráter lacunar da cidade de Belo Horizonte, em que os projetos de modernidade, necessariamente pautados no discurso da igualdade e da justiça social, próprios de um regime republicano e democrático, se debatem a todo o momento com vazios e sofrimento. Em 1927, por ocasião do aniversário de trinta anos da capital mineira, a coluna *Cidade dos Trinta Anos*, do jornal *Diário de Minas* publicava as seguintes reminiscências de um antigo morador da capital recém-inaugurada:

Em 1897 a coisa era bem diferente. Lembro-me perfeitamente da minha chegada o ingênuo 'farwest' de Curral d'El Rei. Eu vinha da corte pacífica de Ouro Preto, com os meus baús e a minha jovem esposa, envolvido na 'poussée' burocrática. Custei a me acostumar com a febre diurna das derrubadas e construções, e a zueira noturna das brigas entremeadas de furtos que o 'sheriff' major Lopes punia severamente. Eu vagava pelas ruas em ainda virgens de casas à procura de um café inencontrável, enquanto italianos suarentos se comprimiam à porta da farmácia do meu mestre Teófilo Lage, disputando limonadas purgantes que, quanto mais se fabricavam, mais se vendiam.<sup>17</sup>

Esse depoimento reproduz claramente a fala de um membro da elite burocrática ouro-pretana injuriada pela mudança (forçada) para a nova capital, daí compreendermos o seu esforço por deturpar a imagem do lugar. Mas é justamente esse tipo de discurso, muito diverso do de Dias, que vem confirmar o caráter diverso da própria cidade, e da realidade mesma do local, que não parece tão harmônica como colocada pelo reverendo.

Monteiro Lobato, em visita à cidade dos primeiros tempos certa vez escreveu: “Existe uma escassez de gente pelas ruas larguíssimas, a cidade semi-construída, quase que apenas desenhada a tijolo, no chão, um prédio aqui outro lá, tudo semi-feito – e a tudo envolver um pó finíssimo e finissimamente irritante [...]” (*apud* JULIÃO 1996:62-63). E, de modo a corroborar a observação de Lobato, o cronista João do Curral, no mesmo *Diário de Minas* lembrava o antigo apelido da promissora Belo Horizonte: *Poeirópolis!*<sup>18</sup>

Ora, como deve ter ficado claro, não acreditamos absolutamente que a construção da nova capital tenha se dado sem amargura e sem conflito. A coexistência de entusiasmos e consternações constituem a característica intrínseca da sinuosa e ousada empreitada de Aarão Reis e seus técnicos. Mas a existência de textos como o de Dias, que tentam dar sentido às coisas, obscurecendo essa complexidade, é sintomática. Lembre-se que a obra fora publicada primeiramente no periódico *Bello Horizonte*, na forma de folhetinescos. Desta forma a podemos considerar uma difusora de representações sobre a cidade, que de uma maneira ou de outra circulou entre o público da época. Que leituras se fizeram dela e a que grupos ela interessava? Como essas representações, que forjam uma verdadeira *identidade* para a cidade, repercutem e mesmo refletem as ações dos cidadãos?

Uma grande preocupação de Chartier ao tratar da história cultural é com a estreita relação existente entre prática e representação. Citando Mauss, Chartier salienta: “mesmo as

17. DIÁRIO DE MINAS, Belo Horizonte, 1927, 11 dez, p. 1, *apud* MAGALHÃES, 1989:82-84.

18. CURRAL, João do. “A propósito do aniversário da Capital”. *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 13 dez. 1927, p. 1, *apud* MAGALHÃES, 1989:85.

representações coletivas mais elevadas só têm uma existência, isto é, só o são verdadeiramente a partir do momento em que comandam atos” (Chartier, 1990:17). Daí indagarmos centralmente sobre o lugar histórico de um discurso, como o de Padre Francisco Martins Dias, na constituição do espaço urbano e das relações de trabalho e poder.

Em seu estudo sobre a cultura das ruas do Rio de Janeiro, Mônica Velloso trabalha com cronistas e caricaturistas, tomando-os como olhares sensíveis e ao mesmo tempo participantes de seu tempo e de sua cidade. Como escreve a autora, “as representações [difundidas, senão muitas vezes até moldadas e construídas mesmo pelo trabalho dos cronistas e caricaturistas] não refiguram apenas o mundo social, mas o constituem enquanto tal [por isso] [...] a crônica constitui-se em fonte indispensável para a reflexão historiográfica” (VELLOSO, 2004:17). Dias pode ser aproximado da imagem do cronista de Velloso na exata medida em que se constitui em sujeito histórico do processo de construção da cidade de Belo Horizonte, preocupado com a construção de traços identitários que dessem uma história e um sentido para a nova cidade e para o seu povo. Como os cronistas fluminenses, Dias criou representações reveladoras de um período complexo e contraditório, mas cuidou, como insistimos mais de uma vez, para que as ambivalências se tornassem amálgamas leves do equilíbrio e da harmonia.

Não entendemos que esse nosso enfoque seja o mais importante para a análise do espaço urbano, e sabemos das nossas limitações quando optamos por privilegiar certos preceitos teóricos e metodológicos. É claro que damos aqui um tratamento cultural ao nosso objeto, e a própria trajetória desse estudo, somada à opção por determinados recortes na obra de Dias são a marca de nossa circunscrição. Bernard Lepetit lembra-nos que a cidade é um objeto complexo que, conforme a natureza intrincada das relações práticas e simbólicas que travam os seus habitantes, demanda necessariamente a interdisciplinaridade (LEPETIT, 2001). Dessa maneira esperamos que esse artigo se justifique pelas outras questões que possa suscitar, e pelas outras possibilidades de análise e interpretação que possa permitir, dentro dos domínios da história e fora dele.

## Bibliografia

- ALMEIDA, Marcelina Dutra de. *Fé na modernidade e tradição na fé*. Belo Horizonte. FAFICH/UFMG. (Dissertação de mestrado). 1993
- ANDRADE, Luciana Teixeira. *Ordem Pública e Desviantes Sociais em Belo Horizonte (1897/1930)*. Belo Horizonte, UFMG/FAFICH/DC. (Dissertação de Mestrado). 1987
- ASSIS, Eleonora Sad. *O Plano de Belo Horizonte em fins do Século XIX: o enunciado e o visível*, Monografia, FAU-USP. 1995
- BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte*, memória histórica e descritiva, história média. Planejamento, estudo, construção e inauguração da nova capital (1893-1897). Belo Horizonte: Rex. 1936
- BARROS, José Márcio. *A cidade como discurso*. Urbanitas Revista de Antropologia Urbana. Ano 1, nº 1, vol. 1, julho. 2004
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. A aventura da modernidade. São Paulo, Companhia das Letras. 1986
- CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia das Letras. 1987

- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas, SP: Editora da Unicamp. 2001
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa, Difel. 1990
- DIAS, Francisco Martins. *Traços Históricos e Descritivos de Bello Horizonte*. Belo Horizonte. 1897
- DULCI, Otavio Soares. “As elites mineiras e a conciliação: a mineiridade como ideologia”. *Ciências Sociais Hoje*. ANPOCS. 1984
- DUTRA, Eliana de Freitas. *BH: Horizontes Históricos*. Belo Horizonte: C/Arte. 1996
- FARIA, Maria Auxiliadora. *Belo Horizonte: espaço urbano e dominação política (uma abordagem histórica)*. *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte: UFMG, n.1, p. 26-43, nov. 1985
- FERNANDES, Ana e GOMES, Marco Aurélio (1992). *Cidade e história*. Modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX. Salvador: UFBA.
- FÓSCOLO, Avelino. *A Capital*. BH, Imprensa Oficial. 1979
- GUIMARÃES, Berenice Martins. “A concepção e o projeto de Belo Horizonte: a utopia de Aarão Reis”. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz e PECHMAN, Robert (orgs.). *Cidade, povo e nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1996
- \_\_\_\_\_. *Cafuas, Barracos e Barracões*. IUPERJ, Tese de Doutorado. 1991
- INGLESIAS, Francisco. “Trajetória e significado de Belo Horizonte”. In: *Memória da Economia de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, BMG. 1987
- JULIÃO, Leticia 1996. “Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna”. In: DUTRA, Eliana de Freitas. *BH: Horizontes Históricos*. Belo Horizonte: C/Arte. 1996
- LEPETIT, Bernard. *Por uma nova história urbana*. São Paulo: EDUSP. 2001
- LE VEN, M. M. *Classes sociais e poder político na formação espacial de Belo Horizonte, 1893-1914*. Belo Horizonte. Tese (mestrado) UFMG, DCP. 1977
- LINHARES, Joaquim Nabuco. *Mudança da capital: apontamentos históricos*. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Bello Horizonte, 1905 p. 339-82.
- MAGALHÃES, Beatriz de Almeida. *Belo Horizonte, um espaço para a república*. Belo Horizonte: UFMG. 1989
- MATTOSO, Kátia Queiroz. *A cidade de Salvador e seu mercado no século XX*. São Paulo: Hucitec. 1978
- MELLO, Ciro Flávio Bandeira de. “A noiva do trabalho – uma capital para a República”. In: DUTRA, *op. cit.* 1996 pp. 11-45.

- MENEZES, Lená Medeiros de (1996). *Os indesejáveis*. Rio de Janeiro: Eduerj.
- MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo (Coord.). *Belo Horizonte: espaços e tempos em construção*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/PBH. 1994
- NEVES, Magda de Almeida e DULCI, Otavio Soares (coord.). *Belo Horizonte: poder, política e movimentos sociais*. Belo Horizonte: C/Arte. 1996
- PAIM, Antonio (1999). *Plataforma Política do Positivismo Ilustrado*. Brasília: UNB.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade: visões do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre*. Porto Alegre: UFRGS. 1999
- \_\_\_\_\_. (1995). *Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.8, n.16, p. 279-290.
- \_\_\_\_\_. (2001). *Uma Outra Cidade: O Mundo dos Excluídos no Final do Século XIX*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- RAMINELLI, Ronald (1997). “História Urbana”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs) (1997). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus.
- RONCAYOLO, Marcel (1990). *La ville et ses territoires*. Paris, Gallimard.
- \_\_\_\_\_. (1999). *Mutações do espaço urbano: a nova estrutura da Paris haussmanniana*. Projeto História-espaço e cultura. Revista do Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da PUC, SP. São Paulo, n. 18.
- SALGUEIRO, Heliana Angotti (2001). “O Pensamento francês na fundação de Belo Horizonte: das representações às praticas”. In: SALGUEIRO, Heliana Angotti. *Cidades Capitais do Século XIX: Racionalidade, Cosmopolitismo e Transferência de Modelos*. São Paulo: Edusp.
- SANTOS, Carlos Nelson F. dos (1988). *A cidade como um jogo de cartas*. Niterói: UFF; São Paulo: Projeto Editores.
- \_\_\_\_\_. 1982. *Processo de crescimento e ocupação da periferia*. Rio de Janeiro, IBAM.
- SEVCENKO, Nicolau (1992). *Orfeu extático na metrópole*. São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras.
- \_\_\_\_\_. (2003). *Literatura como Missão*. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República.
- SILVA, Eduardo. *As Queixas do Povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SOUZA, Laura de Melo e (1987). *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras.
- TOPALOV, Christian (1996). “Da questão social aos problemas urbanos: os reformadores e a população das metrópoles em princípios do século XX”. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz e PECHMAN, Robert (orgs.) (1996). *Cidade, povo e nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.



VEIGA, Cynthia Greive (2002). *Cidadania e Educação na Trama da Cidade: a construção de Belo Horizonte em fins do século XIX*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco.

VELOSO, Mônica Pimenta (2004). *A cultura das ruas no Rio de Janeiro (1900-1930): mediações, linguagens e espaço*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa.

Marcelo Souza Oliveira

## Cenas do Recôncavo: o declínio senhorial na obra de Anna Ribeiro (1843-1930)

Graduado em História e  
Mestre em Estudo de  
Linguagens/UNEB  
professormarcelo@yahoo.com.br

### **Resumo:**

Este artigo analisa três contos publicados pela ex-senhora de engenho baiana Anna Ribeiro de Araújo Góes Bittencourt (1843-1930), em jornais de Salvador entre 1901 e 1908, além do romance *Letícia*, publicado em 1908. Uma leitura histórica dessas obras evidencia o interesse da autora pela temática da decadência, o que pode se verificar na construção de modelos de comportamento para os “tempos de infortúnio” para a elite baiana das primeiras décadas da República presente nas suas narrativas. Assim, a autora construiu paulatinamente nos três contos o auge, a decadência e a morte do mundo senhorial, se utilizando para isto de vários recursos inerentes a arte literária.

**Palavras-Chave:** Recôncavo; História e Literatura; Anna Ribeiro.

### **Abstract:**

This article analyzes three stories published by the former-lady of mill of Bahia Anna Ribeiro of Araújo Góes Bittencourt (1843 - 1930), in newspapers of Salvador in elapsing of the first decade of the Republic, besides the romance *Letícia*, published in 1908. A historical reading of these works evidences the author's interest for the theme of the decadence and at the same time the intention of building models of behavior to survive at the “times of misfortune” lived by the elite of Bahia in the first decades of the Republic. Thus, the author has built up gradually in three escudos the heyday, decadence and death of the world stately, using for this several resources inherent in art literary.

**Keywords:** Recôncavo; history and literature; Anna Ribeiro.

Enviado em 1 de setembro  
de 2008 e aprovado em 23  
de setembro de 2008.

No rodapé do *Jornal de Notícias* do dia 19 de novembro de 1906, encontra-se o primeiro capítulo de mais um conto:

Corria o ano de 1888.

Era um domingo. Na varanda de sua vivenda campestre, passeava o Sr. Alfredo Bastos, com ar triste e preocupado, em contradição com sua fisionomia, habitualmente calma e prazenteira.

Era um homem de quarenta e tantos anos, cheio de corpo, abdômen um pouco desenvolvido, fronte serena, porque ele se aproximava da velhice, a percorrer uma estrada, larga e plana, apenas interrompida, de longe em longe, por uma moita de espinhos, porque essas nunca deixam de existir no percurso da vida.

[...]

É que se dera o golpe de estado, abolindo a escravidão ao Brasil, e ele temia pelos resultados já apreciados, ver a sua propriedade cair em decadência, pela falta de braços, e sua família querida experimentar as privações a que não estava habituada (BITTENCOURT, 1906).

A narrativa literária publicada pelo jornal soteropolitano é de autoria da escritora Anna Ribeiro de Araújo Góes Bittencourt (1843-1930)<sup>1</sup>. *Violeta & Angélica* (1906) retrata a história das famílias senhoriais nos fins do século XIX. A partir da vivência Anna Ribeiro e de sua família no engenho Api<sup>2</sup>, nos arredores de Santana do Catu<sup>3</sup>, no Recôncavo baiano, ela recria o ambiente para expor a sua visão sobre o comportamento das jovens integrantes da elite do Recôncavo baiano nos “tempos difíceis”.

A história se passa no Recôncavo baiano no ano de 1888 e retrata a vivência dos Bastos, uma numerosa e destacada família de senhores de engenho que sofre o “golpe” dado na sociedade açucareira. O “golpe”, pelo que se entende na narrativa, consistia na decisão do governo da Princesa Isabel e de “seus ministros” na “classe dos agricultores do Recôncavo”, quando libertou os escravos em plena colheita nas lavouras. No decorrer do conto, a autora discute o *13 de maio* e o *15 de novembro*, construindo o segundo evento como consequência do primeiro. Enquanto o governo teria sido responsável pelo golpe nos senhores de engenho, estes teriam respondido a ação “imprevidente” da Princesa com uma “revolução”, a Proclamação da República.

Para reforçar esta idéia são construídos tipos sociais de senhores de engenho que, ou se comportaram “resignadamente”, ou de forma “imprudente”. Assim, são descritos os irmãos Alfredo e Alberto Bastos: enquanto o primeiro reagiu abolição apoiado nos valores da família e do trabalho; o segundo tem uma vida desregrada, vende o seu engenho e muda-se para São Paulo onde perde toda a sua fortuna em um investimento na cultura do café. Nesta linha se inscreve a literatura de Anna Ribeiro: ela constrói modelos de comportamento para os leitores e leitoras egressos da sociedade escravista da Bahia nas primeiras décadas na República, tomando como referencial a sua realidade e a sua vivência como senhora de Engenho, oferecendo a sua interpretação, cuja recriação adquire peculiaridades propiciadas pela literatura e seus estatutos.

1. A autora assinava suas obras apenas como Anna Ribeiro. D. Anna assinava o sobrenome da mãe em seus textos o que não era normal em sua época. O fato de não escrever nem o nome do marido, nem o do pai pode ter muitas explicações, uma delas pode estar ligada ao orgulho e respeito que tinha pelo Bisavô - Major Pedro Ribeiro – ao qual dedicou o primeiro volume do seu livro de memórias. Outra poderia ser em decorrência da enorme consideração e respeito que tinha pela mãe – Anna da Anunciação Ribeiro – que dizia ser uma “santa”. Assim, daqui para frente será usado o nome que ela assinava em suas obras.

2. O Engenho Api foi comprado em 1855 do senhor Hermenegildo de Azevedo Monteiro, por Mathias de Araújo Góes e Pedro Ribeiro de Araújo [pai e avô materno de Anna Ribeiro]. Foi herdado por Anna Ribeiro e pelo marido após a morte do seu pai. O engenho foi transformado em fazenda logo após a abolição da escravatura e está no poder dos descendentes de D. Anna até os dias hoje. (Secretaria da Indústria e Comércio. IPAC-BA, 1982: pp. 57-58. CABRAL, S/D).

3. Santana do Catu é um município situado no Recôncavo Norte do estado da Bahia emancipada em 26 de junho de 1868. A cidade é hoje conhecida apenas com nome de Catu.

Um olhar sobre a obra de Anna Ribeiro, no momento da escrita e/ou de suas publicações, revela que ela teve três fases de publicação distintas que podem nos dar um indício das características de suas obras. A primeira fase é a da formação da escritora, ela publicou dois romances, e ainda antes da abolição da escravatura: *A filha de Jephthé* (1882) e *O Anjo do Perdão* (1885). Logo após, observa-se um silêncio literário que durou dezesseis anos até a publicação de *Helena* (1901), quando se iniciou a segunda fase de sua escritura. A partir daí a autora publica mais quatro obras: *Dulce e Alina* (1901), *Lúcia* (1903), *Violeta & Angélica* (1906), *Marieta* (1908a) e finalmente *Letícia* (1908b). Após novo jejum literário a autora volta a publicar treze anos depois, com *Abigail* (1921) e deixa uma obra inédita que teria o título de *Suzana*. Do ponto de vista da publicação são, portanto, em três fases que se definem a literatura de Anna Ribeiro.

A segunda fase da produção de Anna Ribeiro (1901-1908) propõe uma linha de interpretação acerca da experiência histórica dos da sua família ocorrida na Bahia no último quartel do século XIX. Esse olhar foi lançado durante a primeira década da República, momento em que a província passou a ocupar um lugar secundário na configuração nacional e que a aristocracia baiana do Recôncavo deixou de ser a expressão social e principalmente econômica de outrora. Por se tratar de um momento traumático para o grupo social do qual Anna Ribeiro fazia parte, a literatura cumpria os requisitos pertinentes para dizer o que foi difícil expressar por outras vias, como por exemplo, no livro de memórias da autora.

Quase esquecida, mesmo na cidade que ela considerava como sua cidade natal [Catubá], a autora somente foi lembrada após a publicação, em 1992, quando seu livro de memórias intitulado *Os longos serões do campo*, organizado e patrocinado pelos seus descendentes, chegando a figurar, na ocasião, como um dos livros mais vendidos<sup>4</sup>. A partir dessa publicação, muitos pesquisadores contemporâneos puderam conhecer e utilizar as memórias de Anna Ribeiro em suas pesquisas. Entre os biógrafos de Anna Ribeiro figuram alguns de seus parentes, a exemplo de Anna Mariani Cabral e Clemente Mariani (ambos seus netos), e Ana Amélia Vieira Nascimento (bisneta); alguns membros da Academia de Letras da Bahia: Augusto Alexandre Machado e Thales de Azevedo; além de Carlos Eduardo da Rocha, que escreveu um artigo em homenagem ao cinquentenário de sua morte.

Um levantamento da bibliografia produzida sobre a autora, no decorrer do século XX, revela a mesma carência da atualidade no que tange ao estudo da sua produção literária: houve alguns biógrafos de Anna Ribeiro, mas nenhum analisou ou discutiu profundamente a sua obra. Contudo, na sua quase inexplorada produção literária é que está a parte mais substancial do seu testemunho histórico, uma vez que na ficção ela sentiu-se mais livre para falar de temas que não foram abordados em suas memórias, como no caso do ressentimento da elite em relação a sua situação no pós-abolição. A literatura vai dar voz à autora para registrar suas percepções acerca da decadência da elite senhorial do Recôncavo. Ela vai “contar” na ficção aquilo que não contou em suas memórias.

Portanto, a questão chave aqui é a possível utilização dos textos literários como fonte para a construção de uma narrativa histórica que é a questão central nesta pesquisa. Se a intenção for utilizar tais textos nos moldes “oficiais” a literatura não terá muito a contribuir. Se, por outro lado, a intenção do historiador for a reconstrução das representações passadas, – as significações e as formas de enxergar o mundo em um dado período – a literatura é uma das fontes privilegiadas. Os valores, crenças e anseios, as formas de ver o mundo e de interagir com ele são expressas no decorrer dos textos literários partindo de um pressuposto de que o escritor e o leitor estão inseridos dentro da sua própria realidade de acordo com suas próprias perspectivas (PESAVENTO, 2004).

4. O jornal *A Tarde* indicou *Os longos serões do campo* como um dos dez livros mais vendidos da Bahia, na categoria não ficção. (*A Tarde*, 1992. Caderno 4, p.11).

5. O conceito de representação segundo Chartier, é pensado como algo que permite “ver uma coisa ausente”, quer como “exibição de uma presença”. Nele o social só faz sentido nas práticas culturais e as classes e grupos só adquirem alguma identidade nas configurações intelectuais que constroem. (Apud VAIFAS, CARDOSO, 1997: 154 e 155).

O foco da análise da sua obra não está “no contar o fato como realmente aconteceu”, mas sim as visões de mundo que ela expressa. Estão escritas em suas linhas as representações<sup>5</sup> de uma mulher que testemunhou a decadência de sua família e a recriou em suas narrativas inscrevendo suas visões de mundo, seus traumas e suas emoções. Para a análise da literatura como representação, é necessário, no entanto, a historicização da obra literária e do seu autor, a percepção da lógica social do texto e as especificidades de cada obra (CHALHOUB, 1998: 7-8). Há de se observar, por exemplo, que na literatura Anna Ribeiro seguiu determinados estatutos, os quais tiveram como principais influências suas leituras dos romances europeus dos séculos XVII e XVIII.<sup>6</sup>

As influências dos romances ingleses foram constantes no Brasil ao longo de todo o século XIX, permanecendo nos catálogos das bibliotecas e gabinetes e, certamente, em suas estantes durante todo o período. A leitura da literatura estrangeira trazia certo grau de status à elite brasileira, nutrindo-as da “civilidade” advinda da Europa visto que a colonização cultural européia foi marcante nos solos brasileiros, e que o velho mundo foi tomado pela elite brasileira como um referencial. No plano literário, essa tendência também exerceu forte influência nos escritores brasileiros oitocentistas.

Nas primeiras manifestações da ficção na Bahia, David Salles vê a coexistência de dois modelos: o primeiro, decalcado de modelos europeus já ultrapassados, com ênfase nos bons princípios morais vigentes no setor mais conservador da sociedade; e o segundo, caracterizado pelo uso do diálogo, pela descrição realista da cena, pelo relativismo do comportamento dos personagens e por certo realismo social, mais próximo de *A moreninha* (Apud AUGUSTI, 1998). É fato que, com a consolidação do gênero, a partir da década de 1840, iriam predominar a verossimilhança na ação e um ajuste mais adequado entre a pintura do cenário e as situações encenadas. Os estatutos literários observados por David Salles estão presentes também na literatura de Anna Ribeiro.

A obra de arte literária (ficcional) é o lugar em que nos defrontamos com os seres humanos (fictícios) de contornos definidos e definitivos, em ampla medida transparentes, vivendo situações exemplares de um modo exemplar. Como seres humanos encontram-se integrados num denso tecido de valores de ordem cognoscitiva, religiosa, moral, político-social e tomam determinadas atitudes em face desses valores (CÂNDIDO, 1968: 45). De igual forma, os “tipos sociais” construídos por Anna Ribeiro remontam a uniformização de um ser humano fictício, que está longe de ser igual às pessoas em que ela afirmava se “inspirar”, mas que deve reunir certos “atributos” inerentes às pessoas que serviram de exemplo em sua época.

Todas as personagens principais de Anna Ribeiro são jovens senhoras de engenho que se encontram as voltas com as dificuldades econômicas e sociais provocadas pela decadência da economia açucareira do Recôncavo. Entretanto, mesmo sendo identificáveis os elementos de consonância entre a Anna Ribeiro como sujeito histórico e as suas personagens, o interessante é perceber como ela imprimi visões de mundo, sentimentos e ressentimentos nas histórias que podem ser mais bem compreendidos dentro do contexto da sua realidade e do seu contexto histórico. Um exemplo análogo a este se encontra em *Menino de Engenho* de José Lins do Rego que, embora não seja uma a narrativa da vida e das experiências do autor literalmente escritos, expressam um personagem “projetado” em que o escritor vivência, os seus sentimentos (CANDIDO, 1968: 71).

Nancy Rita Vieira Fontes, afirma que Anna Ribeiro produziu ao longo da sua carreira no mundo das letras um projeto literário que tinha três objetivos básicos: construir um romance para mulheres; o intuito de escrever romances que tivessem um caráter formativo e; criar uma obra que enfatizasse aspectos da realidade baiana. (FONTES, 1995: 78). Nas histórias ficcionais a romancista foca situações onde as famílias senhoriais têm de se adaptar às mudanças verificadas na sociedade baiana no período de decadência da cultura canavieira e do processo abolicionista.

6. Sobre as influências da literatura européia na prosa baiana do século XIX, ver SALLES, David (orgs.) *Primeiras Manifestações da Ficção na Bahia*. São Paulo, Cultrix-INL-MEC, 1979. Sobre as influências européias na literatura de Anna Ribeiro ver FONTES], 1995; e LACERDA, 2003. Na introdução do seu primeiro livro a própria autora também cita autores como Balzac como referenciais (BITTENCOURT, 1882).



É paradoxalmente essa intensa “aparência” de realidade que revela a intenção ficcional ou mimética em Anna Ribeiro. Assim, permanece a reinterpretação dada por ela nas suas escrituras, procurando dar “tons reais” a uma obra imaginada a partir de sua realidade de vida. A própria Anna Ribeiro menciona esta questão quando afirma na dedicatória feita a sua prima Mariotti de Araújo Góes, em *Letícia*: “Acharás, porém, princípios de sã moral, bons exemplos tirados de fatos, nem todos imaginários e sim colhidos na experiência e observação” (BITTENCOURT, 1908b: III)

O olhar lançado por Anna Ribeiro, da década de 1910, para a segunda metade do século XIX, reserva algumas peculiaridades que valem ser destacadas: 1 – O fato de que ela viveu o mesmo tempo narrado nas obras literárias; 2 – O contexto de estagnação econômica vivida na Bahia naquele momento e; 3 – A tentativa da instituição de uma memória social da elite baiana sobre um “passado de glórias” vividos no Brasil Império e os tempos de “infortúnio” vividos na Primeira República. Para Rinaldo César Leite<sup>7</sup> os discursos da elite baiana da Primeira República sobre o seu passado de glórias (Colônia e Império) e os tempos de infortúnio (República). Considerando que as construções simbólicas dessa elite faziam parte da memória social, as lembranças pessoais e coletivas convergem para a confirmação de um discurso de classe sobre o seu passado e presente. Como sujeito histórico de seu tempo, Anna Ribeiro relembra e (re)significa os discursos e os representa em seus escritos.

É notório que a “trilogia de contos” composta por Anna Ribeiro tem como temática central a decadência da família açucareira do Recôncavo, é esta é coroada pelo romance *Letícia* no mesmo ano de publicação do último conto, *Marieta*.

O tema da decadência freqüente, há muito tempo, as páginas da história, da filosofia e da literatura. Trata-se de um sintoma de desagregação, de destruição ou de declínio de uma época, representada por valores ideológicos, já inadequados à sua época, embora ainda sejam defendidos por uma determinada classe social agonizante. Antonio Cândido, referindo-se ao caso brasileiro, é revelador sobre este tema na nossa tradição literária:

Sempre me intrigou o fato de um país novo como o Brasil, e num século como o nosso, a ficção, a poesia, o teatro produzirem a maioria das obras de valor no tema da decadência – social, familiar, pessoal. Assim vemos em Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Érico Veríssimo, Ciro dos Anjos, Lúcio Cardoso, Nelson Rodrigues, Jorge Andrade, Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade. Cheguei a pensar que este “estigma” [...] seria quase requisito para produzir obras valiosas, e que, portanto os rebentos das famílias mais velhas estariam no caso em situação favorável (CÂNDIDO, 1979: vii).

O final do século XIX e início do século XX são caracterizados por profundas mudanças no âmbito político, social e econômico, em escala global. Nesse acelerado momento de metamorfose da sociedade, fortalece-se uma classe absolutamente hegemônica, a burguesia, solapando os últimos privilégios de uma aristocracia ainda arraigada a um mundo em que predomina a idolatria do passado por oposição a um presente desairoso. Referindo-se às personagens de José Lins do Rego, numa abordagem coextensiva às obras em foco, Antonio Cândido afirma:

Os seus são sempre indivíduos colocados numa linha perigosa, em equilíbrio instável entre o que foram e o que não serão mais, angustiados por essa condição de desequilíbrio que cria tensões dramáticas, ambientes densamente carregados de tragédia, atmosferas opressivas, em que o irremediável anda solto. (CÂNDIDO, 1992: 61)

---

7. Sobre esse assunto ver LEITE, 2005.

Em José Lins do Rego, o tema da decadência é determinante. Anna tinha era de uma geração anterior a de Lins do Rego, ainda assim a temática que ambos os literatos abordam ainda é a decadência do “ciclo do açúcar nordestino”. Entretanto, percebe-se que o olhar de Lins do Rego volta-se mais para fora da casa-grande do que o olhar de D. Anna. Enquanto ele descreve a dinâmica da casa de purgar, ela se volta para a dinâmica da organização doméstica e familiar provida pela senhora de engenho. O que destaca a diferença dos lugares e dos papéis sociais atribuídas a ambos, no bojo da sociedade patriarcal.

Contudo, os dois evocam o senhor de engenho como o centro da vida patriarcal. A morte do Senhor Travassos pai da protagonista do romance *Letícia*, trouxe o fim a toda vida senhorial existente nos engenhos da “abastada família dos Travassos”, família que possuía as mesmas características daquela liderada pelo velho José Paulino, personagem da trilogia de Lins do Rêgo, *Menino de Engenho*, *Doidinho* e *Bangüê*, membro autêntico da estirpe dos senhores de engenho das narrativas do literato paraibano. Tanto em Lins do Rego, quanto em Anna Ribeiro, a morte do senhor de engenho representará também a morte do antigo engenho escravocrata e patriarcal. O saudosismo em relação à época “dourada dos engenhos” é um sentimento presente em ambos os escritores.

No que tange à “trilogia da decadência” de Anna Ribeiro, a primeira questão que chama a atenção é a seqüência cronológica que a autora passa a adotar: uma visão cada vez desanimadora da saudosa vida dos engenhos e a construção dos sentidos em relação aos eventos que, segundo ela, motivaram o fim da “saudosa época”. Em *Dulce & Alina* (1901), quase não existem referências à abolição e ao pós-abolição. Em *Violeta & Angélica* (1906), a abolição provocou um desarranjo que só atingiu uma das duas famílias senhoriais retratadas e justamente aquela que foi menos prudente e não soube se unir e se adaptar aos “tempos difíceis”, segundo a narradora da trama. Em *Marieta* (1908a), já não há mais esperanças para a família senhorial. Só lhe resta agora migrar e procurar meios de vida na cidade. Em *Letícia* (1908b), a morte do senhor de engenho por causa das “pirraças” dos escravos provoca a dispersão dos dependentes e a dissolução do mundo patriarcal.

Em torno desses três contos e do romance, emerge uma hipótese abordada nesse estudo que foi se fortalecendo no decorrer da pesquisa: nos três contos, publicados seqüencialmente em 1901, 1906 e 1908. Os dois últimos trabalhos são publicados nesse último ano [1908], duas décadas após a abolição da escravatura e compõem as últimas menções da autora sobre a decadência do mundo senhorial.

### **Os Araújo Góes e a Bahia do século XIX: o mundo de Anna Ribeiro e de seus personagens**

Anna Ribeiro pertencia a uma das famílias mais tradicionais da Bahia. Além disso, esse grupo familiar estava ligado a outros como os Berenguer, os Calmon, os Mariani etc. No entanto, foi no século XIX, que os Araújo Góes se instalaram nos arredores de Santana do Catu, formando o que Kátia Mattoso chama de clã. Eram inúmeros “primos e primas”, “tios e tias”, cujo poder social e econômico foi se instituindo na medida em que, ainda na primeira metade daquele século, a economia açucareira ia crescendo. Assim, pode-se considerar a familiar de Anna Ribeiro como uma representante da aristocracia rural baiana, que enriqueceu com a exportação de cana-de-açúcar e com a exploração da mão-de-obra escrava.

A sociedade baiana do século XIX se apresentava de forma fortemente hierarquizada. No topo da sociedade do Recôncavo se encontrava uma aristocracia rural que aspirava a condições de nobreza nos moldes do que se verificava em Portugal. Kátia Mattoso reitera que no Brasil uma pessoa nobre poderia ser reconhecida pela sua linhagem ou pela colocação de seus bens e educação a serviço da pátria. Mesmo que um indivíduo não fosse fidalgo de linhagem (filho d’algo), poderia ser “agraciado” pelo imperador de acordo com a sua disposição em “servir” ao império (MATTOSO, 1997: 154). Nos *Longos serões do campo: infância e juventude*, Anna Ribeiro faz uma elucidativa referência a esse respeito:

[...] os Araújo Góes, do Catu, que ali ocupavam vasta área de território, gozaram sempre da reputação de homens probos, cumpridores de seus contratos, nunca desmentindo da espécie de aristocracia formada pela classe muito considerada dos senhores de engenho, que era *a segunda nobreza do país, como era na França a magistratura*. Tendo gozado de grandes privilégios nos tempos coloniais, conservavam ainda bastantes garantias no Império, como ainda vi na minha mocidade (BITTENCOURT, 1991: 01) [Grifo nosso].

A tentativa de atribuir status de nobreza ao ramo paterno de sua genealogia se estabelece de maneira aparentemente pouco desinteressada, mas se revela tendenciosa logo nas primeiras linhas do discurso, afinal os Araújo Góes eram homens “probos” (retos, dignos e incorruptíveis), “cumpridores de contratos”, pertencentes à classe muito “considerada”. O reconhecimento do espírito distinto que, segundo D. Anna todos atestavam, era o primeiro de seus argumentos em busca de um auto-reconhecimento de nobreza. A família Araújo Góes é uma das mais antigas e tradicionais da Bahia. Seu fundador português, Gaspar de Araújo, originário da vila de Arcos de Val-de-Vez, no Minho, e sua Mulher Dona Catarina de Góes, procedente da vila de Alemquer perto de Lisboa se instalaram em 1561 na Capitania de Ilhéus. A Partir de 1800-1810 uma de suas descendências (Simeão de Araújo Góes) se destaca na política e economia de Salvador e do Recôncavo. Três de seus membros foram “agraciados” com títulos de baronato no decorrer do século XIX, período de ascensão econômica e social dessa família (MATTOSO, 1997). Eles eram também políticos reconhecidos não só no cenário baiano, como no Império.

O mais velho deles, Inocêncio Marques de Araújo Góes (1811-1897), o Barão de Araújo Góes foi um dos grandes incentivadores da carreira literária de Anna Ribeiro. Ele chegou a pedir ao Visconde de Taunay que fizesse o que Márcia Barreiros Leite (2005) chamou de “batismo literário”, o que aconteceu através de um comentário para o prefácio da sua primeira obra, *A Filha de Jephthé* (1882).

Anna Ribeiro era muito amiga da família do Barão, freqüentando inclusive o Salão de sua esposa referido por Wanderley Pinho como um dos mais badalados e tradicionais da Bahia durante o Segundo Império (PINHO, 1952). Interessante notar que o Barão foi Deputado e Ministro do Superior Tribunal de Justiça do Império quando se deu a Lei do *13 de Maio* e que ele fez uma pequena emenda ao texto assinado pela Princesa Isabel, que, segundo pensava, poderia causar problemas jurídicos caso não fosse implementada.<sup>8</sup> Essa informação indica a posição política do Barão acerca da abolição. Outro parente próximo que tinha provavelmente opinião contrária era o Barão de São Miguel, Paulino César de Araújo Góes (1840-1936). Primo de Anna Ribeiro, ele havia sido seu professor de História e Geografia, quando ela era jovem e era proprietário de um engenho vizinho ao da família da autora. Político e grande senhor de escravos, envolveu-se em 1887, quando era Presidente da Câmara de Vereadores da então Santana do Catu, com um abolicionista Alfredo Lage. Segundo Jailton Brito, o Barão de São Miguel e o chefe de polícia local teriam ameaçado o abolicionista por acoitar e facilitar a fuga de escravos (BITRO, 2003: 158-160).

Outro familiar de Anna Ribeiro que também foi agraciado com o título de Barão foi Antônio Calmon de Araújo Góes, cuja relação com a autora não pôde ser identificada, por não

8. A nota do jornal é pequena mais reveladora: “à experiência de ministro do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) do deputado baiano Barão de Araújo Góes, o projeto de lei que acaba com a escravidão pôde entrar em vigor imediatamente após ser sancionada pela Princesa Isabel. Araújo Góes conseguiu apoio do Plenário para inserir pequena e crucial emenda de redação ao Artigo 1º do texto original. Onde se lia “é declara Brasil”, o deputado acrescentou “desde a data desta lei”. O deputado contestou as acusações de que a alteração seria “inútil”. – É uma necessidade indeclinável em face da legislação, porque a lei não pode vigorar na Corte senão oito dias e nas províncias senão três meses depois de publicada. É necessário que o prazo que se exige para a Corte seja o mesmo para todo o Império”. Informação retirada do *Jornal do Senado*, edição comemorativa dos 120 anos da Lei áurea, disponível em: [www.senado.gov.br/jornal/arquivos\\_jornal/arquivosPdf/encarte\\_abolicao.pdf](http://www.senado.gov.br/jornal/arquivos_jornal/arquivosPdf/encarte_abolicao.pdf), acesso em 06 de julho de 2008, às 21:34.

haver referências ao seu nome em nenhum dos documentos pesquisados<sup>9</sup>. Além de proprietário de engenho na cidade de Santana do Catu, o barão era considerado como um homem de negócios e político, chegando a ser Presidente da Província da Bahia em 1896. O destaque dos Araújo Góes no cenário baiano era pelo visto bastante destacado e essa posição é de fato lembrada por Anna Ribeiro em suas memórias onde ela faz uma genealogia dos seus antepassados.

Ao afirmar textualmente que os Araújo Góes não desmentiam a aristocracia formada pelos considerados senhores de engenho, que seriam a “segunda nobreza do país”, a escritora corrobora as informações anteriores. Mas é na parte final da sua narrativa que ela faz a afirmativa mais interessante: os Araújo Góes gozaram tanto de privilégios nos tempos coloniais, quanto no império. Nos tempos coloniais seria os próprios portugueses que confirmavam a posição da família e no Império o novo Estado brasileiro a sancionaria. Em outro tempo, Anna refere-se a uma conversa que teria ouvido do seu avô quando esse estava para casar sua filha com Mathias Araújo Góes: “– [...] É da família Araújo Góes, do Catu; e sei que é boa, [...] São de muito boa família e tem até fidalguia; não fazem por isso cabedal porque são lavradores e homens dados ao trabalho” (BITTENCOURT, 1992: 07).

O caráter “modesto” das afirmações do patriarca dos Ribeiro vai de encontro ao discurso que afirmava que os nobres de verdade não deveriam se gabar de sua posição, embora atribua aos Araújo Góes uma possível fidalguia. Kátia Mattoso ressalva que,

apesar da aspiração ao status de nobreza, os senhores de engenho constituíam-se essencialmente em uma aristocracia de riqueza e poder, que desempenhou e assumiu muitos papéis da nobreza portuguesa, mas nunca se tornou um Estado com bases autoritárias. É essa aristocracia que dá a Bahia certas tonalidades da sua opulência. (MATTOSO, 1992: 156)

Entretanto, nas últimas décadas do século XIX a economia açucareira deu sinais de desgaste. Desde o início da década de 1870, a lavoura mergulhou numa crise financeira que se estendeu até o final do século XIX. A queda dos preços do açúcar nos mercados externos e a concorrência do açúcar de beterraba diminuíram o volume de exportação do produto. Para agravar a situação, a lavoura açucareira, extremamente dependente do trabalho escravo, vinha sofrendo as conseqüências da extinção do tráfico africano, em 1850, e das sucessivas leis emancipacionistas das décadas de 1870 e 1880 (FRAGA FILHO, 2006: 34). Esse processo é perceptível na própria trajetória de Anna Ribeiro:

Circunstâncias supervenientes e imperiosas exigiram sua volta condição de senhora de engenho. No exercício dessa missão construtora das finanças da família, revelou-se, como sempre, superiora, inflexível quanto ao cumprimento do dever, mas profundamente humana e generosa para todos aqueles que dela dependiam, até para os escravos (MACHADO, 1952: 16).

Mesmo se considerando “aboliconista” Anna Ribeiro tinha consciência da importância que os escravos tinham no funcionamento do engenho. A “generosidade” de Anna Ribeiro ao que parece não conseguiu evitar que em 1879 ela hipotecasse cerca de dez cativos, juntamente com algumas propriedades rurais pertencentes à família<sup>10</sup>. Provavelmente essa transação deve ter sido feita para tentar amenizar as “circunstâncias supervenientes” a que se referiu o seu biógrafo na citação acima. A posição que ela assumiu num momento economicamente adverso,

9. O silêncio de Anna Ribeiro acerca de um parente tão ilustre me gerou questionamentos que me levou a identificar uma publicação de 1886, onde um promotor por nome Jayme Villas Boas acusa o Barão de ter assassinado seu próprio tio. Seria esse o motivo da autora ter sublimado o Barão de Camaçari de sua biografia familiar? Sobre o crime que o barão cometeu ver VILLAS-BOAS. Jayme L., *O crime do Catu: O desaparecimento do processo do Catu e os responsáveis por esse fato*. Bahia Imprensa Popular. Salvador, 1886.

10. Arquivo Público do Estado da Bahia, Seção Judiciária, Livro 586, p. 20.



se aproxima muito da que o Sr. Shelby tomou quando foi “obrigado” a vender o Pai Tomás para saldar dívidas em *A Cabana do Pai Tomás* (STOWE, 2001). Esse romance, como será discutido, era um tipo de manual da família de Anna Ribeiro para com o tratamento dos escravos. Talvez por isso, uma situação aparentemente contraditória de uma “senhora de engenho abolicionista” que hipoteca seus próprios escravos possa ser melhor compreendida. Tanto na ficção de Harriet Stowe, quando na vida de Anna Ribeiro as dificuldades financeiras era uma “situação adversa” que explicaria a utilização do poder de proprietários sobre os negros.

Fora essa situação “excepcional” da hipoteca dos dez escravos, a família de Anna Ribeiro se dizia bastante “humana” com os negros. Mas ao se mostrar “profundamente humana e generosa, até para os escravos”, o que se intencionava era criar relações de troca entre senhores e cativos, como pode ser visto também na sua literatura ao se declarar humanitária com os negros procurava-se exigir um espírito de agradecimento por parte deles. São prerrogativas do mundo senhorial aplicadas no dia-a-dia desses engenhos e representada em sua literatura.

A extinção do trabalho servil foi um processo que terminou com o decreto de 13 de maio de 1888. Mesmo que a abolição tenha consistido num processo que se estendeu praticamente durante toda a segunda metade do século XIX, o *13 de maio de 1888* estabeleceu-se como um marco na memória social daqueles que a viveram, sobretudo dos libertos e dos senhores. Para os senhores, Hebe Maria Matos avaliou que a abolição teve um caráter traumático, pelo seu sentido irreversível e desarticulador de antigas relações de subordinação e controle social (Apud ALBUQUERQUE, 2004: 89). Na Bahia, há registros de situações extremas de senhores que se suicidaram após o *13 de maio* (FRAGA FILHO, 2006: 132). A mensagem enviada pelos telégrafos para o interior baiano causou apreensão nas oligarquias, uma vez que, a abolição não aconteceu da maneira que elas desejavam. A reivindicação feita por parte dos proprietários baianos referente à indenização a ser paga pelo governo também não foram ouvidas. Para completar muitos agricultores reclamaram que a medida emancipadora foi tomada pela Coroa brasileira sem considerar as especificidades das províncias do norte, uma vez que era tempo de colheita quando se deu o decreto da Princesa Isabel.

Nos engenhos da família Araújo Góes, após os festejos do dia 13 de maio de 1888, vários negros abandonaram as senzalas e dirigiram-se a cidade de Salvador para tentar uma nova vida na capital. Em plena época de colheita, os senhores se viram sem mão-de-obra para procederem a moagem. Na sua já declinante situação econômica, a extinção da escravidão forçou vários membros da família a tentar a vida na capital, como funcionários públicos.

A situação da família Araújo Góes se repetiu em vários engenhos de açúcar baianos. Segundo Silvio Humberto dos Passos Cunha, a continuidade da crise da economia açucareira baiana nesse período envolveu diversas ordens de fatores, entre eles a incapacidade crônica das oligarquias açucareiras de criar as condições para o soerguimento da lavoura de cana e a disputa entre as frações do capital baiano em torno da sucessão política e econômica dessas oligarquias (CUNHA, 2004: 125). Walter Fraga Filho (2006: 129) ressalta que na Bahia poucos senhores não guardaram daqueles momentos amargas recordações da maneira como os antigos cativos passaram a se comportar, nos dias seguintes a abolição.

O contexto histórico e a tradição da família Araújo Góes forneceram a Anna Ribeiro, elementos essenciais na construção de suas narrativas. Compreender a sua obra sem esses elementos contextuais limita a sua contribuição como representação daquela realidade. Não é por coincidência que todos os romances da autora têm como protagonistas famílias tradicionais senhoriais tradicionais do Recôncavo e que essas famílias sofrem com a desconsideração do governo no ato da abolição. Na memória social da elite baiana ecoava o discurso de que a libertação dos escravos não foi sentida nos grandes centros e sim no campo, onde eles seriam indispensáveis. Mesmo os “senhores abolicionistas” defendiam uma “transição” sob o seu controle e com as devidas “compensações”. Nessa perspectiva é que foram construídos os personagens do Velho Travassos e de Eurico, ambos integrantes da trama de *Leticia*: enquanto o primeiro é um típico representante da elite senhorial do Recôncavo, cujo engenho herdara de seus antepassados, o segundo é nascido na Corte e vive das rendas de aluguéis. Ambos são “abolicionistas”, mas enxergam a escravidão e a abolição sob óticas bastantes diferentes, a partir de sua própria realidade e sob valores distintos.



### Três contos e um romance

O ambiente e os sujeitos históricos vistos na seção anterior são reconstruídos nas obras fictícias de Anna Ribeiro. Ela oferece uma interpretação cuja subjetividade confere novos sentidos da realidade vivida à ficcionalizada. Para isto, a autora, seguiu estatutos peculiares aos romances que leu quando jovem, cujos referenciais maiores estão ligados à produção europeia do século XVII e XVIII.

Ian Watt em *A ascensão do romance* (1990) delinea três componentes principais do modelo de romance formatado na Europa no século XVII. Estudando as obras de Defoe, Richardson e Fielding, ele salienta que o enredo, a personagem e a temática moral são elementos fundamentais na estruturação desse modelo de escrita literária e sugere que a fidelidade desse gênero a experiência humana cotidiana depende diretamente de seu emprego em uma escala temporal e a descrição de paisagens ajudam a compor o grau de verossimilhança que ele chama de realismo formal. Além disso, a descrição biográfica das personagens revelando indiretamente sua personalidade através de seus atos e analisando diretamente os vários estados de personagem são formas que somada a sua contextualização num tempo e espaço determinado oferece um acurado grau de individualidade aos integrantes da trama, sobretudo ao protagonista. O objetivo seria retratar a experiência humana de maneira mais “fiel a realidade”, ou seja, expondo algumas verdades através do verossímil. Essas “verdades” são as temáticas moralizantes que se instituem por dentro das narrativas. Para Watt:

a premissa básica ou convenção básica, de que o romance constitui um relato completo e autêntico da experiência humana e, portanto, tem a obrigação de fornecer ao leitor detalhes da história como a individualidade dos agentes envolvidos, os particulares das épocas e locais de suas ações – detalhes que são apresentados através de um emprego da linguagem muito mais referencial do que é comum em outras formas literárias (WATT, 1990: 31).

O estilo de construção dos romances na Bahia do século XIX seguia o modelo europeu. Neles existiria a predominância da verossimilhança como fator dominante nos enredos das narrativas ficcionais. Em Anna Ribeiro, essas características vão assumir alguns significados e objetivos dos quais se podem citar a utilização da ambientalização no Recôncavo como forma de identificação com o leitor e a literatura de formação para moças através das construções moralizantes são algumas delas. Em suma, o molde do romance europeu analisado por Watt integra a literatura de Anna Ribeiro, ou seja, a inserção do realismo formal acabou por integrar a estratégia da autora para cumprir o seu projeto literário.

Anna Ribeiro publicou vários romances num longo período de tempo que se estendeu de 1882 até o ano de 1921. A primeira publicação, *A Filha de Jephthé* (1882) e última, *Abigail* (1921), foram inspiradas na Bíblia o que demonstram o forte caráter católico da escritora. Reforçando a influência católica a autora ainda publicou vários benditos, hinos, artigos e poemas. Sob outra esfera, a regionalista, a escritora publicou cinco romances e três contos, dos quais dois: *Violeta & Angélica* (1906) e *Marieta* (1908a). Vale destacar aqui que os três contos publicados por Anna Ribeiro foram todos eles veiculados ao público nos folhetins de jornais. Talvez por isso, a sua formatação aproxima-se do romance tanto na questão da temática e abordagem, quanto ao número de páginas. A similaridade entre os formatos dos contos e romances de Anna Ribeiro podem ser atribuídos possivelmente a duas questões básicas: o estilo adotado dentro do projeto literário da autora e/ou prováveis exigências dos editores dos jornais, uma vez que os folhetins deveriam ser um pouco mais longos para prender o leitor pelo máximo de edições possíveis.

Da obra de Anna Ribeiro, destacam-se três contos e um romance<sup>11</sup>, pela temática voltada para a decadência senhorial baiana e pela publicação no mesmo momento histórico [1910]. Essas quatro obras se passam no final do século XIX e início do século XX, época que coincide com o declínio econômico da aristocracia do Recôncavo baiano. Interessante notar que esse período retratado por Anna Ribeiro.

Apenas na literatura a autora trata do declínio econômico e social da elite baiana. Na trilogia<sup>12</sup> da decadência de Anna Ribeiro, a primeira questão que chama a atenção é a seqüência cronológica que a autora passa a adotar: uma visão cada vez desanimadora da saudosa vida dos engenhos e a construção dos sentidos em relação aos eventos que, segundo ela, motivaram o fim da “saudosa época”. Em *Dulce & Alina* (1901), quase não existem referências à abolição e ao pós-abolição. Em *Violeta & Angélica* (1906), a abolição provocou um desarranjo que só atingiu uma das duas famílias senhoriais retratadas e justamente aquela que foi menos prudente e não soube se unir e se adaptar aos “tempos difíceis”, segundo a autora da trama. Em *Marieta* (1908a), já não há mais esperanças para a família senhorial, só lhe resta agora migrar e procurar meios de vida na cidade. Em *Letícia* (1908b), a morte do senhor de engenho por causa das “pirraças” dos escravos provoca a dispersão dos dependentes e a dissolução do mundo patriarcal.

*Dulce & Alina*, conto publicado em forma de folhetim no jornal *A Bahia* no ano de 1901, enfoca a história da família Figueredo, senhores do Recôncavo baiano. O conto destaca imaginário senhorial no seu auge e plenitude, tendo claramente exposta o poder e a vontade do Sr. Figueiredo dentro de seus domínios. Álvaro de Figueiredo era filho de um senhor de engenho pouco abastado em vista de numerosa prole de que era sobrecarregado, que teve um casamento “vantajoso” com a filha de um grande senhor de engenho. Homem prepotente e dominador, gostava de ostentar sua riqueza e poder perante aos seus numerosos agregados e vizinhos.

Dona Emilia, a esposa o Sr. Figueredo era uma mulher inteligente, bela, rica e bem educada, que perdeu seus pais ainda criança e foi criada por um tutor, no seio de uma família em que não fora feliz. Ansiosa por sair de casa, ela se apaixona e casa com Álvaro e os dois herdaram o dote do seu falecido pai após o casamento. O casal tem duas filhas e um filho, sendo que só as meninas são apresentadas na trama: a primeira chamava-se Dulce, parecida com a mãe, uma menina inteligente e dedicada aos estudos, e aparentava mais menos trezes anos, embora fosse madura de mais para a sua tenra idade. A outra filha do casal era parecida com o pai e chamava-se Alina. A menina é apresentada como “vadia”, desinteressada, rude e sem gosto para os estudos. A família parecia viver feliz até que chega ao engenho o Sr. Pinto um agregado explorador e asqueroso que se aproveita do poder que alcança junto a Álvaro para conseguir algumas vantagens econômicas.

Na primeira cena do conto a autora descreve um almoço em que Dulce chega dos seus estudos na cidade de Salvador. Na reunião festiva, começam os desentendimentos entre o casal senhorial, por causa da impertinência do Sr. Pinto. Ele é, na verdade, o grande provocador dos desentendimentos entre os conjugues, visto que sob a sua “influência” Figueredo caiu no mundo dos vícios e do adultério. Dona Emilia não aceitava as traições do marido e creditava ao Sr. Pinto a influência “perniciosa” que o levava ao ponto de batizar uma filha com outra mulher na igreja do arraial, tendo como padrinho da criança justamente o maléfico Sr. Pinto.

No decorrer da trama, outra subalterna ganha importância, quando se descobre que ela teria contado sobre o adultério do senhor Álvaro à sua “comadre”. Isso faz com que o senhor persiga todas as agregadas que faziam a “Corte” de sua mulher e que viviam as suas “custas” por

11. Embora o formato dos três contos seja bem parecido com o de romances, no que diz respeito ao seu formato, adota-se aqui a discriminação que adotada pelos jornais que publicaram as obras. Nos três contos, os jornais distinguem claramente esse formato, embora na obra seja difícil na prática diferenciá-los dos romances de Anna Ribeiro, tamanha a semelhança de abordagem e método utilizada pela autora.

12. O conceito aqui utilizado remete ao fato de que nos contos existiria uma continuação da história da decadência senhorial que começa com seu auge, crise e, por fim, a decadência. Isso ocorre paulatinamente nos três narrativas como procuro mostrar no decorrer deste artigo.

não saber quem de fato era a culpada. Para o Sr. Álvaro, era inadmissível que as mulheres que viviam sob os seus domínios o traíssem. Ele chega o ponto de “afugentar” Dona Plácida, antiga ama de Dulce, o que causa revolta em sua esposa e filhas, visto que a velha era estimada por todos. Em contraposição a isso o Senhor propõe um “presente” caso a criada entregasse a verdadeira culpada. O silêncio da sua esposa e também da velha leva à suposição de que talvez ela seja a verdadeira “mexeriqueira”, algo que fica não é revelado na trama.

Entre os desentendimentos conjugais e os conflitos com os subalternos, Dulce e Alina, rezam a Santana, para que ela possa uni-los novamente e trazer a “paz” de volta ao engenho. Os pais presenciam a cena e resolvem esforçar-se para manter o casamento em nome da felicidade das filhas e da conservação da família. Essa trama de Anna Ribeiro demonstra o poder senhorial dentro da sociedade patriarcal do Recôncavo baiano do século XIX, sem, contudo, deixar de expor as contradições desse mundo.

O segundo conto, publicado pelo *Jornal de Notícias* em 1906 e narra a história de duas famílias pertencentes a mesma linhagem: os Bastos. *Violeta & Angélica* também se passa no Recôncavo baiano, só que nele o tempo é mais bem delimitado que no conto anterior: a história se passa no ano de 1888. Sofrendo com os revezes do *13 de maio* os irmãos Alfredo e Alberto Bastos, lutam para sobreviver após a crise econômica provocada pela “falta de braços” na lavoura canavieira. A trama é dividida em dois núcleos: enquanto a família de Alfredo Bastos é resignada, trabalhadora e unida; a família de Alfredo esbanja os recursos, é orgulhosa e acaba perdendo toda a sua herdade.

Alfredo Bastos é casado com dona Flora, e tem duas filhas: Violeta e Angélica. As duas meninas receberam esse nome do avô. O velho Bastos dizia que a “deusa da natureza” deveria ter filhas com nomes de flores. Após a Lei da Princesa Isabel, o casal teve de passar por várias situações adversas que se estenderam do abandono dos negros em plena fase de colheita da lavoura, até as idas obrigatórias das ex-senhoras para a cozinha para realizar o trabalho que antes era feito pelas escravas. O rancor e ódio que a “nobre família” viveu por causa da “ingratidão” dos negros são exemplificados através dos casos duas de suas ex-escravas: Maria e Josefa. Enquanto a primeira abandonou os ex-senhores sem nem ao menos dar satisfações, a segunda resolveu ficar e trabalhar de graça para tentar “retribuir” a bondade daqueles a tratou tão bem no tempo da escravidão.

Outra questão relevante nessa obra se sucede no segundo núcleo da narrativa. Alberto Bastos era médico e senhor de engenho. Gostava de esbanjar poder e dinheiro nos tempos “de glórias dos agricultores do Recôncavo”, mas em meio aos tempos difíceis, continuava a gastar e se endividar até que se viu obrigado a vender sua propriedade para pagar seus credores e com o resto mudou-se para São Paulo, onde tinha ouvido que o café estava enriquecendo a vários fazendeiros. Sua mulher e filha tinham o mesmo nome: Rosa. Tanto uma como a outra eram fúteis e cediam às bajulações das escravas e agregadas, o que as tornou “exaltadas”. Além disso, elas não ajudavam Alberto como suas parentas, que chegaram a trabalhar para auxiliar seu irmão.

Enquanto a família de Alfredo era o modelo de uma família unida, religiosa e resignada, a família de Alberto tipificava a família imprudente. Eram duas maneiras possíveis de atravessar os momentos difíceis que se deram com o *13 de maio*. A trama termina com o restabelecimento do engenho de Alfredo, e o casamento de uma das suas filhas, Violeta.

No outro núcleo, Alberto perde tudo o que tinha em terras paulistas ao ser passado para traz por um sócio aproveitador, e fica viúvo. De volta à Bahia, Alberto foi ajudado pela sua sobrinha Angélica, que, renunciando a um possível casamento, o ajudou a administrar a sua casa e seus exíguos recursos. “Angélica era semelhante à Bertha do “Til”, cuja alma, diz Alencar fora criada para perfumar os abismos da miséria, que se cavam nas almas subvertidas pela desgraça!”. Era a flor da caridade, alma *sóror*.” (BITTENCOURT, 1906). Com essas palavras a autora termina o conto.

*Marieta*, publicado nos folhetins do *Jornal de Notícias* no ano de 1908, narra a história de uma família de lavradores do campo que migra para a cidade de Salvador, em virtude das

dificuldades que se processavam na zona rural e da busca por uma melhor oportunidade de estudos para os filhos. Entre os filhos do casal, Adriano e Maura Silva, estava uma jovem “resignada” chamada Marieta.

A família Silva é descendente de uma linhagem tradicional dos ex-senhores do Recôncavo, mas é incapaz de manter sua propriedade rural. Adriano Silva se torna um funcionário público cujo ordenado mal dá para sustentar sua própria família. Endividado, o chefe da família é ajudado pelos filhos, Osvaldo, Arnaldo e Marieta.

A moça estuda e se torna professora, ajudando os seus pais a sustentar a casa. Logo depois se apaixona por um jovem chamado Jorge. O jovem é membro de uma “abastada” família da capital, mas tem que convencer seus pais de que a rapariga é “merecedora de seu amor” o que só acontece depois que o rapaz descobre as origens “nobres” de sua amada. Resolvidas as dúvidas familiares os jovens realizam o consórcio matrimonial e vivem o seu grande amor.

*Letícia*, romance publicado em 1908, é a obra mais completa de Anna Ribeiro que considera a temática da decadência: sintetiza o auge, a crise e a decadência do mundo senhorial. A história começa no ano de 1887, quando a jovem Letícia tenta convencer o seu pai, o velho Travassos, do seu casamento com o jovem advogado da Corte, Eurico. Como todas em obras autora, o palco da trama é mais uma vez o Recôncavo baiano do final do século XIX.

Letícia é uma moça bela, filha de um “abastado” senhor de engenho, mas que era “exaltada” por causa de leituras impróprias para a moça de sua idade. O “espírito romanesco” da jovem a faz se apaixonar pelo jovem carioca. Eurico era um abolicionista radical, advogado, dado aos vícios, jogatina e filho de um pai de mesma índole. Ele conhece Letícia em uma badalada festa no Rio de Janeiro. Mesmo com a animosidade do Velho Travassos, Letícia se casa com Eurico e vai morar no Corte. A moça acaba sofrendo com as traições do marido e com o fato de não se julgar a sua altura, visto que fora “uma jovem criada no campo”, enquanto o rapaz é um típico homem da cidade.

Uma doença contraída pelo Velho Travassos faz com que sua filha retorne para o interior da Bahia. A tal doença é atribuída a “rebeldia e a ingratidão” dos ex-escravos. Sozinho, o já idoso proprietário havia convidado seu genro a assumir os negócios da família, mas ele rejeitou, afirmando que não tinha jeito para a vida no campo. Enquanto Letícia cuidava do pai, Eurico mantinha um caso amoroso com Edelvira, uma atriz, com quem tem um filho. A situação precária do casamento dos jovens e a morte do Sr. Travassos provocam o “amadurecimento” de Letícia, que vende a propriedade do pai e vai morar na ilha de Itaparica.

Abandonado por Edelvira, Eurico retorna para a Bahia onde fica doente e recebe os cuidados de sua esposa, mas ela não faz as pazes com ele até ver o seu arrependimento, o que por fim acontece. Casamento restaurado os dois reatam os laços de amor. Em meio à história de Eurico e Letícia é discutido o processo da abolição da escravatura e mostra alguns embates e idéias de escravocratas e abolicionistas e a sorte de alguns personagens que viveram esse processo.

### **Tipos sociais e a construção de modelos (im)possíveis**

Esse olhar foi lançado durante a primeira década da república, momento em que a Bahia passou a ocupar o segundo plano na ordem política nacional e que a aristocracia baiana do Recôncavo deixou de ser a expressão social e principalmente econômica de outrora. Nos dois volumes do livro de memórias de autoria de Anna Ribeiro não existe sequer uma referência ao processo de abolição da escravatura e ao período pós-abolição. A autora se restringe apenas à sua infância, juventude, casamento e convicções religiosas.

Os contos *Violeta & Angélica* e *Marieta*, publicados pelo *Jornal de Notícias* respectivamente em 1906 e 1908, são dois contos que seguem o mesmo estilo do conto *Dulce & Alina*, publicado pelo jornal *A Bahia*, em 1901. A temática histórica central nos três contos é a mesma: o período



subseqüente à abolição da escravatura. Nesse período a autora ainda publicou o romance *Letícia* e esse tinha também como temática central as experiências do pós-abolição.

A primeira questão que chama a atenção nas narrativas analisadas é que, em seqüência cronológica, a autora passa a ter uma visão cada vez menos positiva acerca do período interpretado. Em *Dulce & Alina* (1901), quase não existem referências à abolição e ao pós-abolição. Em *Violeta & Angélica* (1906), a abolição provocou um desarranjo que só atingiu uma das duas famílias senhoriais retratadas e justamente aquela que menos foi prudente e não soube se unir e se adaptar aos “tempos difíceis”, segundo a autora. Em *Marieta* (1908a), já não há mais esperanças para a família senhorial. Só lhe resta agora migrar e procurar meios de vida na cidade. Em *Letícia*, a morte do senhor de engenho por causa das “pirraças” dos escravos provoca a dispersão dos dependentes e a dissolução do mundo patriarcal.

Os títulos dos contos vêm acompanhados pelo subtítulo “cenas do Recôncavo”, e este – não por acaso –, desaparece em *Marieta*. Mesmo que a narrativa se inicie ainda no campo – no Recôncavo – a autora não dá continuidade a série “cenas do recôncavo”, pois esse mundo já fora desintegrado para ela. Em *Letícia*, no mesmo ano da publicação de *Marieta*, a autora ainda permanece nessa temática. Seu romance, que ficou inédito trata na vida urbana, ou seja, com as publicações de 1908, a autora encerrou o seu anseio interpretativo sobre o processo da abolição e pós-abolição. Nunca mais se leria novas histórias sobre as “cenas do Recôncavo”.

Uma das questões mais contundentes da obra de Anna Ribeiro é a sua identificação com as personagens, infundindo um tom autobiográfico em suas obras. Um bom exemplo dessa questão está na caracterização das famílias senhoriais que protagonizam as narrativas. Os sobrenomes de todas elas têm ascendência portuguesa da mesma região de onde vieram os antepassados da autora. São também sobrenomes – da família real e das fictícias –, de cristãos novos, nomes originários da relação colonial Portugal/Brasil. São caracterizadas como nobres e abastadas famílias do Recôncavo, cujos personagens são seus descendentes. A vontade de nobreza, centrada nas glórias do passado, apresentam-se como uma constante. Esses elementos são importantes, pois evidenciam uma relação entre a identidade cultural da autora e as suas heroínas e fortalecem a idéia de seriação interpretativa entre os três contos e o romance.

Uma última questão refere-se à possibilidade de que em *Letícia* Anna Ribeiro sintetizou sua interpretação sobre as experiências vividas por ela nas últimas décadas do século XIX. Ou seja, ela sintetiza em *Letícia*, as interpretações contidas nos três contos publicados ao longo da década de 1910. Todos os elementos históricos contidos neles estão presentes nesse romance. Em todos eles está também presente a tentativa da autora de construir uma versão para a história da Bahia dos fins do século XIX.

Anna Ribeiro tinha uma visão de que os tipos registrados por ela deveriam ser aqueles que melhor “representassem” a sociedade. Entretanto, ao delinear tipos sociais “não aconselháveis”, a autora deixou registrados outros tipos que divergiam da sua forma de pensar o mundo, e que certamente estavam presentes na visão dos leitores de sua época, mesmo que negativamente.

Alguns indícios suscitaram a idéia de explorar a possibilidade de que ela tinha consciência de que movia as suas personagens em direção à instituição de certos tipos sociais, cujos formatos iniciais de expressão seriam a sua nomeação a pretexto de uma individualização tipológica. No artigo *Exaltação*, onde Anna Ribeiro analisa o romance de Albertina Bertha, ficam claras as suas idéias acerca da utilização dos tipos nas narrativas literárias:

O essencial será o conjunto dos bons princípios, das idéias sãs, o caráter dos personagens que, embora imaginários, devem ser verdadeira imagem dos caracteres que apresenta a humanidade em suas múltiplas variedades. [...] Apresentar *tipos inverossímeis* ou então um infeliz desequilibrado, ornado das jóias estilísticas como uma cousa comum e usual, é inconveniente e até perigoso. [...] Que triste idéia farão os vindouros da mulher de nosso século, se julgarem



*verossímeis os tipos representados* por alguns romances, entre os quais podemos citar a *Exaltação!* (BITTENCOURT, 1916: 91-93). [grifos nossos]

Nesse artigo Anna Ribeiro faz críticas ao romance *Exaltação*, por achar que os tipos expressos nele não correspondiam a realidade, pois eram muito “desfrutáveis”, o que podia dar a idéia aos leitores “do próximo século” de que as mulheres daquele tempo eram tão frívolas quanto as personagens daquela trama. Ou seja, Anna Ribeiro acusa a romancista Albertina Bertha de tentar passar à posteridade, tipos “inverossímeis” que não correspondiam a maioria das mulheres – leitoras – contemporâneas. Um dos pontos que chamam a atenção na citação acima é que para a autora as personagens das narrativas literárias deveriam expor um “conjunto dos bons princípios”, “das idéias” e do “caráter” que se aproximassem da humanidade. Considera ainda que as personagens poderiam expressar as “múltiplas variedades” de qualidades dessa mesma humanidade, ou seja, ela defende que dentro das narrativas devem existir personagens que expressem as diferentes personalidades que a realidade ofereceria ao olhar (re)criador do escritor literário. A terceira consideração ainda em relação as referências trazidas na citação diz respeito a verossimilhança que os “tipos” deveriam compor. Propositamente o termo “tipo” aparece repetidamente acompanhada do termo (in)verossímil, o que, ao que tudo indica, não era uma coincidência: a disposição das palavras era uma forma de deixar claro ao leitor que os tipos sociais apresentados nas narrativas literárias, não deveriam deixar de se aproximar da realidade, de (re)criá-la.

Esses preceitos foram seguidos à risca pela escritora em seus próprios romances, demonstrando como ela inscrevia tipos sociais e como ela os individualizava, guardando personalidades distintas retiradas das “inspirações pessoais”, sociais e de suas leituras. Ao tornar inteligível o jogo de nomes empregados por Anna Ribeiro em suas tramas estabelece-se maior compreensão da lógica de suas histórias. Nas obras publicadas na década de 1910, Anna Ribeiro levou a cabo a intenção de construir seus “tipos” de acordo com a vigência da trama e, ao mesmo tempo, buscando a individualização das personagens, para que assim demonstrasse os modelos desejados. Constata-se que quase todos os personagens de Anna Ribeiro compõem as narrativas da segunda fase de sua produção têm significados fortes que demarcam as suas personalidades, somando-se a um emaranhado de caracterizações sociais, emocionais, psicológica etc. Tanto os personagens centrais quanto os secundários mereceram esse cuidado da escritora. Os textos ganham sentidos bem mais profundos e inteligíveis se forem estudados nessa perspectiva.

Ian Watt menciona que uma das maneiras pela qual o romancista indica sua intenção de apresentar uma personagem como um indivíduo particular é nomeando-a da mesma forma que os indivíduos particulares são nomeados na vida real. Uma das estratégias de individualização dos personagens é o status epistemológico dos nomes, embora ele por si só não dêem conta da complexidade dos personagens (WATT, 1990: 19). Mesmo assim, como reitera o autor, “os nomes próprios [...] são a expressão verbal da identidade particular” (WATT, 1990: 19-21). Uma análise dos três contos e um romance aqui analisados sustentou a idéia de que Anna Ribeiro se utilizou da etimologia dos nomes dos seus personagens para ajudar a compor os seus perfis. Dos trinta três personagens identificados, trinta apresentaram significados vinculados aos seus respectivos perfis, sendo que em alguns casos a etimologia dos nomes e os perfis dos respectivos personagens são expostos nas próprias narrativas, como será visto mais adiante.

Em Anna Ribeiro esse critério de individualização de personagem, embora não seja o único, assume um caráter bastante peculiar, pois ao mesmo tempo em que designa um indivíduo particular, aponta também para tipos sociais delimitados e contextualizados nas tramas por outras estratégias de individualização a exemplo da precisão temporal, da descrição do ambiente e da posição social dos personagens.

A relação entre nomes e personagens poderia escapar ao leitor, mas também poderia – e pôde no caso dessa pesquisa – enriquecer a leitura de quem atentasse para esse detalhe. Assim,

Anna Ribeiro convidava as pessoas a ler nas entrelinhas, alegorias e metáforas que fortaleceriam a idéias que defendia em cada uma de suas histórias.

Machado de Assis também se utilizou desse artifício para enriquecer o teor simbólico de suas histórias conforme mostra Sidney Chalhoub. Em *Helena*, ele destaca um episódio que aconteceu entre a jovem Helena e Estácio, quando a moça pede a ele que a ensine a cavalgar. Um pouco mais adiante o rapaz acaba descobrindo que Helena sabia montar muito bem. A personagem machadiana acaba enganando Estácio apenas para satisfazer a sua vontade, fazendo-o pensar que ele estava, como professor, a ensiná-la equitação. O fundamental neste contexto é que Helena sabe induzir em Estácio o comportamento que interessa a ela; em outras palavras, a garota conhece perfeitamente as cadeias de causa e efeito que constituem a estrutura mental do mancebo.

Chalhoub destaca que existia uma alegoria implícita no evento descrito: em Moema, nome da égua de Helena, estava tipificado o verdadeiro caráter da moça, pois Moema significa “mentira, no tupi guarani”. Outro significado em português para esse nome seria “suave e meiga”. “Suave e meiga, mas dissimulada e mentirosa, eis a Helena que Estácio não conseguia decifrar”. Por outro lado, Chalhoub observa que “Estácio” era na gíria carioca o “sujeito tolo” e “fácil de roubar”. Estácio pouco ou nada entende dos movimentos de Helena. Ou seja, Helena analisa a ideologia senhorial e persegue objetivos próprios *por dentro de tal ideologia*, permanecendo por isso indecifrável para Estácio (CHALHOUB, 1998: 99-104).

Em *Dulce e Alina*, os nomes dos pais das protagonistas identificam e individualizam as personagens no intuito de reforçar a sua tipologia. Dona Emília é uma mulher altiva e soberba, que afronta constantemente o próprio esposo, principalmente depois que descobre que ele teve um filho fora do casamento e que freqüentava o prostíbulo juntamente com o seu agregado. O nome de dona Emília quer dizer justamente “enciumada” e “rival”, e é não só uma alusão ao comportamento da “nobre” esposa, como também um indicativo da disputa que ela trava pelo poder dentro da sua própria casa que tradicionalmente deveria pertencer ao seu esposo. O senhor Álvaro, como chefe da família, deveria proteger a sua prole e esposa, administrando o seu dote, com o qual ficou rico, mas perde os direitos a partir do momento em que deixa a sua posição de senhor. O nome “Álvaro” significa “aquele que defende a todos” e anunciava a dominação do senhor ante a sua prole e tudo que está sob seus domínios. Ao não cumprir a sua posição de chefe respeitável, e deixar que o nome da família fosse desrespeitado publicamente ao batizar na igreja a sua filha bastarda na frente de todo o arraial, o senhor perde, na opinião da sua esposa, os seus direitos de “rei do lar”, fato esse faz com que ela nunca se cale e sempre questione o marido, retrucando todas as vezes que esta tentava justificar os seus atos de maneira vil.

Dona Emília tinha sido a grande herdeira da riqueza administrada pelo marido, e esse havia casado com ela por causa das vantagens de tal consórcio. Essa questão é constantemente utilizada por ela para tentar humilhar o marido. E ele argumenta que aumentou em três vezes aquela fortuna, o que lhe garantiria todos os direitos sobre a herdade. Tal discurso dá margem a pensar que as mulheres que viveram o mundo patriarcal não eram tão submissas à vontade do marido, no entanto a projeção de sua submissão na ideologia masculina remete a uma idéia de uma débil condição, que só se processava dentro do mundo ideológico criado como expressão de sua vontade. Estudos recentes demonstram que várias mulheres chegaram até mesmo a dirigir engenhos com seus escravos e demais dependentes<sup>13</sup>.

A história ganha mais relevância quando se percebe que o comportamento das suas filhas é na verdade uma alusão à natureza e personalidade de seus pais. A autora conta de uma maneira um tanto quanto “desinteressada” o perfil das duas meninas, afirmando ser uma mais parecida com a mãe e a outra com o pai. O que parece ser a descrição de duas irmãs que se antagonizam na verdade reforça a exposição da identidade que a autora traça sobre o casal senhorial e, de

---

13. A esse respeito ver REIS, 2000.

certa forma, isso faz com que eles acabem ocupando o episódio principal da trama. O texto expressa melhor do que qualquer explicação:

Ora, Dulce, a primogênita de Figueiredo era um argumento vivo em favor de tal asserção. Muito parecida com sua mãe, prometia excedê-la em formosura e em dotes morais quando sua inteligência começou a manifestar-se. [...] Alina parecia-se com o pai, porém com probabilidade de ser mais bela (BITTENCOURT, 1901).

Essa explicação se torna compreensível quando entendemos porque Alina é mencionada pelo narrador como “vadia” e de “inteligência inferior”, ao passo que Dulce é chamada de “inteligente” e “Angélica”, ou seja, “um anjo”. O jogo de palavras se explicita quando encontramos o significado dos nomes das raparigas: enquanto Dulce vem do latim “meiga”, “doce” ou “tenra”, o que dona Emília era antes de descobrir as traições do marido. Alina quer dizer “agulha” ou ainda “aquela que fere”, que foi o que o senhor de engenho fez ao trair a esposa que o salvou de uma vida de pobreza, após casar-se com ela e herdar toda a fortuna do seu pai.

Em suma, uma mulher doce e amável se torna rival do poderio e da chefia do senhor, no entanto ele fere a “santidade e a perfeição da família patriarcal”, o que provoca o desarranjo de papéis na casa-grande e o questionamento da senhora acerca do poder do marido.

### **O ambiente como representação**

O romance de Anna Ribeiro incorpora as convenções que Ian Watt chamou de realismo formal. Certamente as influências da literatura inglesa e francesa desse período, foram decisivas na composição do estilo de escrita de Anna Ribeiro. Dentro dos aspectos do realismo formal que merecem destaque Watt coloca a questão da individualização das personagens e a detalhada apresentação de seu ambiente. O primeiro aspecto depende do segundo, pois os personagens só podem ser individualizados se estiverem situados num contexto com tempo e local particularizados. (WATT, 1990: 22)

A prosa de Anna Ribeiro se centra na insistência em precisar os acontecimentos no tempo e no espaço. Tanto a escala cronológica quanto a temporal tem importância capitais para a compreensão de sua literatura, pois como já foi dito anteriormente todas as suas obras se passam no Recôncavo baiano açucareiro nas duas últimas décadas do século XIX. Assim, a insistência da autora na caracterização do processo temporal e espacial tomam importância simbólica essencial porque enuncia não só as intenções moralizantes que a escritora tinha para com as suas leitoras, mas também a interpretação de um momento histórico que ela tinha vivido e com o qual se identificava.

Ela realmente convence o leitor de que a história se passa num tempo e lugar delimitados, não só na demarcação cronológica, como também na descrição do tempo em seu cotidiano nos engenhos, quando a autora diminui o ritmo da narrativa para prender o leitor com as descrições minuciosas que fazem com que ele adentre à história como uma testemunha, ou melhor como um membro de um júri, conforme a metáfora feita por Watt, quando afirma que o romance imita a realidade assim como um júri. O leitor espera conhecer todas as particularidades de determinado caso e também espera que as testemunhas contem a história. (WATT, 1990: 31)

Mas a descrição das paisagens e no recorte temporal em Anna Ribeiro vai além da importante missão de particularizar os personagens, ela comunica ao leitor os sentimentos da autora em relação ao passado. Aqui personagens e autora compartilham das mesmas emoções ao perceberem que o processo de decadência dos engenhos do Recôncavo dissipa também uma vida idealizada pelas prerrogativas senhoriais em crise. Assim os ambientes assumem a representação do processo de declínio da oligarquia que a família da autora e de seus personagens compartilharam. No que tange a representação da decadência da elite do Recôncavo açucareiro

duas formas de construções simbólicas se destacam em Anna Ribeiro, são elas a descrição da paisagem e a morte do senhor de engenho, personagem que só existe dentro desse contexto específico. Embora aqui esses dois aspectos sejam analisados isoladamente para facilitar abordagem, na obra de Anna Ribeiro elas coexistem e estão intrinsecamente ligados.

Como já foi dito, Anna Ribeiro escreveu e reescreveu a história do declínio da família do Recôncavo nos fins do século XIX. Nas produções de 1901, 1906 e 1908, respectivamente *Dulce & Alina*, *Violeta & Angélica*, *Marieta* e *Letícia*, o sentimento de decadência irremediável do modo de vida da elite escravocrata oitocentista, vai ficando cada vez mais patente. Em *Dulce & Alina* há um destaque maior para a permanência [imaginária] da ordem paternalista. Em *Violeta & Angélica*, as moitas de espinhos presentes na estrada da vida, já enunciam o advento dos “tempos difíceis”. Em *Marieta*, o poder senhorial já não se expressa tanto, como será visto mais adiante, que só se descobre que a família protagonista da trama são de ex-senhores se for feita uma leitura bastante atenta. Em *Letícia*, único romance dessa série da decadência de Anna Ribeiro, há uma descrição que sintetiza e acrescenta a todas essas representações: as descrições das paisagens enunciam em todas as etapas descritas nos contos publicados anteriormente e, além disso, a morte do senhor põe um ponto final no processo de decadência no modo de vida senhorial, vigente no Recôncavo por mais de três séculos.

A descrição das paisagens nas obras da segunda fase de Anna Ribeiro traduzem conto a conto, e por fim, no romance o sentimento nostálgico que acaba tomando conta da escritora e que se acentua ao passar da década de 1910, período das suas publicações. Convém lembrar que as paisagens descritas sempre dizem respeito ao mesmo lugar: os engenhos açucareiros do Recôncavo. A ostentação senhorial ainda é facilmente perceptível em *Dulce & Alina*:

A vasta casa de morada da fazenda do Sr. Figueiredo apresentava neste dia um ar festivo. As paredes de deslumbrante alvura atestavam recente caiação; no soalho lavado de novo não se via uma nódoa, e nos móveis nem o mínimo vestígio de pó.

[...]

Na varanda, ainda calçado com longas botas de couro da Rússia, e empunhando um rebenque de prata, o dono da casa conversava com os vizinhos e amigos que obsequiosamente tinham ido encontrá-lo na estação de... onde desembarcara com a menina [sua filha], acompanhando-os até sua casa (BITTECOURT, 1901).

A “vasta casa”, a “recente caiação”, e os móveis sem o “mínimo de pó” denotam a ostentação vivida pela família senhorial nesse conto. O dono da casa expõe utensílios caríssimos apenas para ir buscar sua filha na estação ferroviária mais próxima. A vanglória da romancista baiana acerca da riqueza senhorial é patente nesse conto e demonstra ainda o poder da elite, com suas Cortes de agregados e agregadas afoitos para satisfazer-lhes o menor de seus desejos.

Em *Violeta & Angélica* o tom da descrição do ambiente onde viva a família senhorial muda um pouco, e apresenta mais de detalhes:

Na varanda de sua vivenda campestre, passeava o Sr. Alfredo Bastos, com ar triste e preocupado, em contradição com sua fisionomia, habitualmente calma e prazenteira.

Era um homem de quarenta e tantos anos, cheio de corpo, abdômen um pouco desenvolvido, fronte serena, porque ele se aproximava da velhice, a percorrer uma estrada, larga e plana, apenas interrompida, de longe em longe, por uma moita de espinhos, porque essas nunca deixam de existir no percurso da vida. De vez em quando parava sofrendo a vista em redor de sua propriedade rural, bem cuidada e florescente.

Não era um engenho, mas uma fazenda onde cultivava de tudo, inclusive a cana, que era moída em um engenho vizinho.

A casa de morada vasta e cômoda, sem ostentar construção, era confortável e alegre.

Ao lado havia uma casa tosca onde se via o aparelho próprio para fabrico da farinha de mandioca, depósito de cereais, de fumo, etc. Do outro lado, um curral, tendo num dos ângulos uma pequena casa para prender os bezerras, fazia supor pela vastidão, a grande quantidade de vacas que aí eram conduzidas para fornecer leite, essa primorosa alimentação, que tanta abundância proporciona as casa campestres.

No fundo da vivenda, um vastíssimo pomar, repleto de laranjeiras e outras arvores frutíferas, promovia também a abundância e regalo da família (BITTENCOURT, 1906).

Na “vasta vivenda” senhorial já paira uma “moita de espinhos” e já se descreve em detalhes uma fazenda que pode oferecer tudo o que se precisa para se viver, como a autora quisesse dizer que na falta dos produtos importados da Rússia e de outros lugares, bastaria a própria produção da fazenda. Já há também uma grande variedade que produtos e víveres que indicam uma possível auto-suficiência da fazenda, caso fosse necessário. Nesse momento da narrativa de *Violeta & Angélica* paira no ar a inevitável decadência. Há um sentimento de apreensão e preocupação transmitido não apenas pelas emoções do personagem Alfredo Bastos, mas também pela descrição das imagens.

Em *Letícia* existem dois momentos implícitos na descrição das paisagens, o primeiro descreve uma vivenda próspera e alegre antes da abolição e num segundo momento descreve-se a decadência total e completa. Antes da abolição existem “flores” a ostentar o jardim, pois a “moitas de espinhos” da vida ainda não se haviam chegado:

Olha, Letícia, que vem ali! Assim dizia o senhor Travassos a sua gentil filha.

Debruçada no parapeito do terraço parecia ela contemplar as flores do jardim que se ostentava bem cultivado e florido, em frente à bela casa campestre de seu pai (BITTENCOURT, 1908b: 01).

Anunciada a decadência senhorial, a cena muda de figura. O ambiente do engenho no início da trama, descrito com tanto afincamento como um lugar bem cuidado cheio de flores e alegria depois é definido com nostalgia. Sobre os “extensos tabuleiros” de grama verde-esmeraldina, viam-se manchas mais escuras de mato-pasto, viam-se e outros vegetais daninhos, que outrora apenas brotavam eram pronto arrancados. Nas “extensas” cercas já algumas estacas deixando o prumo, se inclinam para o lado. A casa grande de engenho em outro tempo animada e alegre pelo movimento de trabalho, era silenciosa e triste como o condenado que, sem estar enfermo, sente que seus dias estão contados (BITTENCOURT, 1908b: 100).

Muitos leitores iriam concordar que a autora exprime um talento singular na descrição da decadência da elite senhorial através da forma como ela detalha as paisagens. Há uma mudança até mesmo na cor do pasto da fazenda, e as ervas daninhas se assemelham à moita de espinhos descrita no conto *Violeta & Angélica*. Há uma convergência descritiva que leva o leitor a consciência de que se operava paulatinamente o declínio dos engenhos e de sua estrutura secular. A nostalgia e o saudosismo expressos descrevem o sentimento de que a estrutura rural e senhorial estava se esvaindo, na visão da autora. Existe notadamente uma mudança acentuada na descrição das paisagens que eram sempre do mesmo lugar, dos engenhos e casas campestres do Recôncavo.

Em suas memórias, Anna Ribeiro se também se utiliza do recurso estilístico da descrição das paisagens para expressar a nostalgia em relação aos tempos de sua juventude. Do alto dos seus aproximados setenta anos, ela caracteriza o engenho onde fora criada:



A casa-grande era toda branca, sempre caiada de fresco, cercada de varandas e com muitas janelas, ao fundo a copa verde escura das grandes árvores que se elevavam acima do telhado. A vista abrangia um largo tapete de grama que se estendia desde a casa até a cerca de malhadas, feita de fortes estacas com uma cancela de largas pranchas lavradas. Um verdadeiro tapete de hortaliças e verduras ficava perto das casas-senzala, onde habitavam os escravos. Para além de engenho existia um riacho de águas límpidas, e perto delas um semicírculo de coqueiros que ia até a casa-grande e completava a paisagem (BITTENCOURT, 1992: 152).

Pode-se perceber em os *Longos Serões do Campo*, que a Senhorinha do Api se lembrava de sua infância e juventude no engenho da sua família com saudosismo e idealização. Os qualificativos lançados sobre cada detalhe evocam a saudade de um tempo de glória que não mais existe quando ela escreveu sobre seu passado em seus pequenos caderninhos. Até mesmo a senzala ganha o seu lugar dentro do “harmônico” quadro descrito por ela, dando a idéia de que o “elemento servil” convivia em “perfeito” estado com o mundo senhorial. A paisagem da biografia de Anna Ribeiro sempre remete a um tempo de glórias, algo que em sua literatura só se pode ver no conto *Dulce & Alina*, e que vai se desfigurando à medida que ela narra a decadência senhorial baiana.

Uma última nota interessante está no conto *Marieta*, que representa mais ou menos uma proximidade entre o período da narrativa e da escrita da autora. De todas as obras analisadas essa é a única que se distancia mais dos anos de 1888-1889. Nele a família senhorial, extensa com todos aqueles agregados e escravos descritos anteriormente não são mais notados. Assim, a descrição da paisagem nesse conto é assim feita pela autora:

Na varanda de uma confortável casa de campo, via-se sentada em uma esteira, uma senhora, ainda moça, de fisionomia agradável e jovial, tendo ao lado uma cesta com roupa lavada, que consertava e tecia com presteza, manejando a agulha em seus dedos ágeis.

Esta honesta família de lavradores, cujo chefe era senhor Adriano Silva, possui bens, pouco consideráveis, porém bem administrados por seu possuidor, ativo e experimentado no mister da lavoura.

Esta, todavia, estava passando pela cruel e longa crise que tem abatido os ânimos, ainda os mais fortes, vendo um trabalho duro e assíduo tão mal remunerado (BITTENCOURT, 1908a).

Um pouco adiante a autora precisa mais a descrição do campo quando comentando a necessidade da migração da família Silva para capital, afirma:

Casos idênticos estão dando-se cada dia e assim nossos campos, que tanto precisam de cultura, vão ficando despovoados; mas ninguém poderá criminalizar os nossos conterrâneos, que assim procedem porque é lícito a qualquer procurar suas melhoras, e a vida campestre cada dia se torna mais difícil (BITTENCOURT, 1908a).

A “confortável casa de campo” apresenta uma moça em uma situação bastante simples, sentada numa esteira, item tipicamente das classes menos abonadas, consertando as roupas lavadas, que ao que, ao tudo indica, ela própria lavou. A “honesto” família de lavradores, que possuem bens “pouco consideráveis”, é descendente de “abastados senhores do Recôncavo”, de uma linhagem bastante tradicional. Essa informação passa quase despercebida, mas é capital para a compreensão do texto como um todo. Como afirma o último parágrafo da citação,

“passando pela longa crise cruel” a família se conformara com uma situação simples de vida e resiste até que o trabalho “mal remunerado” da lavoura não compensa mais, o que os obriga a imigrar para a cidade. O “despovoamento” dos campos dá uma idéia precisa de que a decadência do mundo senhorial na descrição de Anna Ribeiro tinha chegado ao fim e só restava agora a migração para capital para a “busca das melhores”.

## FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *A exaltação das diferenças: racialização, cultura e cidadania negra (Bahia, 1880-1900)*. Tese de Doutorado em História. Unicamp. Campinas, 2004.
- AUGUSTI, Valéria. *O romance como Guia de Conduta – A moreninha e Os dois Amores*. (Dissertação de Mestrado em Estudo de Linguagens), Universidade Estadual de Campinas: 1998.
- BITTENCOURT, Anna Ribeiro de Araújo Góes. Dulce & Alina. *Diário da Bahia*. Salvador.1901.
- \_\_\_\_\_. Exaltação. In: *A Voz da Liga Católica das Senhoras Baianas*. Bahia: Tipografia Beneditina. ano IV, n. 6. set. 1916.
- \_\_\_\_\_. *Letícia*. Litho-Typ. E Encadernação Reis & Cia. Salvador, 1908.
- \_\_\_\_\_. *Longos Serões do Campo*. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1992.
- \_\_\_\_\_. Marieta. *Jornal de Notícias*. Salvador. Nov/1908.
- \_\_\_\_\_. *Violeta & Angélica*, *Jornal de Notícias*. Salvador. Nov/1906.
- BRITO, Jailton Lima. *A abolição na Bahia: 1870-1888*. Salvador, CEB, 2003.
- CABRAL, Anna Mariani. In: Prefácio. BITTENCOURT, Anna Ribeiro de Araújo Góes. *Contos: A primeira injustiça; Os sonhos de Josefina*; Salvador: Datil. S/D.
- CANDIDO, Antonio. ROSENFELD, Anatol. PRADO, Décio de Almeida. GOMES, Paulo Emilio Salles. *Personagem de ficção*. Coleção Debates, 7ª ed. São Paulo: 1968.
- \_\_\_\_\_. Prefácio. In: MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979.
- \_\_\_\_\_. Um romancista da decadência. In: *Brigada ligeira e outros escritos*. São Paulo: Unesp, 1992.
- Chalhoub. Sidney e Pereira, Leonardo (org.), *História Contada*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998.
- Chalhoub. Sidney. *Machado de Assis Historiador*. São Paulo: Companhia das letras, 2003.
- FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.

- FONTES, Nancy Rita Vieira. *A bela esquecida das letras baianas: a obra de Anna Ribeiro*. Salvador, 1995. Mestrado em Letras/UFBA, 1995.
- GEERTZ, Cliofford. *A interpretação das culturas*, Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- LEITE, Rinaldo Cezar Nascimento. *A Rainha destronada: discursos das elites sobre as grandezas e os infortúnios da Bahia nas primeiras décadas republicanas*. (tese de doutorado – PUC-SP), 2005.
- LACERDA, LÍlian de. *Álbum de leitura, histórias de leitoras*. São Paulo, Editora da Unesp, 2003.
- LEITE, Márcia Maria Berreiros. *Entre a tinta e o papel: memórias de leituras e escritas femininas na Bahia (1870-1920)*. Salvador: Quarteto, 2005.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. A opulência na província da Bahia. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *História Privada do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Vol. 02.
- \_\_\_\_\_. *Bahia século XIX: Uma Província no império*. 2ª Ed. Nova Fronteira. Rio de Janeiro. p. 156.
- MACHADO, Augusto Alexandre. A vida de Anna Ribeiro de Góes Bittencourt. *Revista da Academia de Letras da Bahia*, 1952.
- PESAVENTO, Sandra Jathay. *História e história cultural*. Belo Horizonte, MG. Autêntica, 2004.
- REIS, Adriana Dantas. *Cora: Lições de comportamento feminino na Bahia do século XIX*. Salvador; Centro de Estudos baianos da UFBA, 2000.
- Secretaria da Indústria e Comércio. IPAC-BA – *Inventário de proteção do acervo cultural: monumentos e sítios do Recôncavo, I Parte*. 2ª edição, Salvador, 1982.
- STOWE, Harriet B., *A Cabana do Pai Tomás*. 2ª ed. Reform. São Paulo. Ediouro, 2001.
- VASCONCELOS, Sandra V. de. *A Formação do Romance Brasileiro* : <<<http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/estudos/ensaios/romancesepdf>>>, acessado em 12 de outubro de 2007, às 15:31h
- VAIFAS, Ronaldo. CARDOSO, Ciro Flamarion. (Orgs.) *Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia da História*. Rio de Janeiro. Campus, 1997.
- WATT, Ian. *A Ascensão do Romance*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Bernardo Mattes Caprara

**A Resistência dos trabalhadores na Primeira República através do jornal gaúcho *O Exemplo* (1908/1911)**

Jornalista, graduando em Licenciatura no curso de Ciências Sociais da UFRGS, pesquisador-bolsista do Departamento de Ciência Política da UFRGS.

**RESUMO**

Este artigo pretende resgatar a história do jornalismo popular na Primeira República. Por intermédio da investigação de 83 edições do jornal porto-alegrense *O Exemplo*, situadas entre os anos de 1908 e 1911, foi possível argumentar que este impresso atuava como ferramenta de resistência dos trabalhadores no período em questão. Das páginas desse período surgiam questionamentos, reivindicações, mobilizações e outras formas de manifestações contrárias às calamidades sociais enfrentadas por este grupo de indivíduos. Além disso, *O Exemplo* representava, de certa forma, um ícone na defesa da comunidade negra da época, fato que o diferencia da maioria dos impressos na República Velha.

**Palavra-Chave:** Jornalismo – Trabalhadores – História

**ABSTRACT**

The objective of this paper is to rescue the history of the Brazilian laboring journalism in the First Republic. For intermediary of the inquiry of 83 units of the periodical porto-alegrense *O Exemplo*, situated between the years of 1908 and 1911, was possible to defend the hypothesis of this press as instrument of organic resistance of the workers in that period. The periodical also represented the interest of the black community of the city, a great difference compared with the traditional press. Its pages demonstrated to claims and mobilizations of the popular groups.

**Keywords:** Journalism – Workers – History

Enviado em 5 de setembro de 2008 e aprovado em 16 de outubro de 2008.

## Introdução

Falar em movimento operário no alvorecer do século XXI tem sido uma aventura desgastante inclusive para desbravadores experientes. No que concerne à imprensa, tal intento parece enveredar um caminho inexistente, uma falácia num mundo repleto de pequenas máquinas e *chips*. Embora se admita o esquecimento da temática, nada impede que o pesquisador social remexa os conceitos e meandros que envolvem a comunicação e o operariado. É a partir destas afirmações que se torna possível introduzir esse texto, caro leitor.

O presente artigo sintetiza uma pesquisa que resultou num trabalho maior, cuja perspectiva é problematizar um periódico voltado para as camadas populares na República Velha, mais precisamente no período de tempo que abrange os anos de 1908 até 1911. Nestas páginas tentaremos trazer alguns elementos que poderão orientar o leitor a refletir sobre a temática. Nas ações coletivas dos subalternos, dotadas do intuito de contrapor a ordem dominante que muitas vezes deflagrava diversas dificuldades para o proletariado, os jornais surgiam como ferramentas cuja tarefa de fazer circular informações sugere um interessante meio de mobilização.

Antes de mais nada, passamos a consultar a bibliografia sobre o período. Ali penetramos num mundo diferente, mas complexo e fundamental para o entendimento da dinâmica social brasileira. Foot & Leonardi trouxeram uma base sólida sobre a história da indústria e do trabalho no Brasil, e ainda forneceram uma série de referências concretas à herança colonial latente naquele espaço temporal. A constituição do operariado nacional, por sua vez, será tratada com maior profundidade em tópico adiante nesses escritos.

Dos livros saltavam as dificuldades de uma classe social recém nascida, praticamente na infância, e a natureza das relações entre donos dos meios de produção e vendedores da força de trabalho no mercado da sobrevivência. A capital gaúcha começava a tomar o inevitável rumo da urbanização, sendo que os operários erguiam os cânones da nova vida, mas dividiam as mazelas do *status* econômico, cultural, simbólico, etc. Seus jornais, todavia, representavam em certo sentido um mecanismo de resistência, pois expunham publicamente problemas, conquistas, enfim, notícias do povo para o povo. Já a grande imprensa era controlada por seletos grupos “empresariais”, como hoje, e portanto dava pouca voz aos estratos populares. Tal corria de resistência, afirmada nessa pesquisa como orgânica e viva, muitas vezes era combatida pelo Estado, num reflexo daquilo que ocorria com todo este aglomerado de pessoas que detinha somente sua força de trabalho como propriedade.

O texto completo certamente diz mais ao leitor do que este artigo. No entanto, aqui será possível encontrar o cerne da questão pesquisada, além do próprio material transcrito e interpretado. Seja bem vindo a esta aventura do século passado, amigo leitor.

## A Resistência dos Trabalhadores nas Páginas do Jornal *O Exemplo*

Para defender a hipótese central deste trabalho, a investigação de um caso em especial proporcionou a expectativa de resultados interessantes. Através do apanhado de periódicos averiguados, acrescido da análise direcionada aos detalhes do recorte específico, tornou-se possível estabelecer de maneira mais sólida o argumento inicial. De fato, mesmo que não estejam descartadas interpretações distintas, o jornal operário na Primeira República representava um instrumento de resistência dos trabalhadores, além de trazer para a ordem do dia a situação dos negros libertos (ex-escravos) e dos indivíduos marginalizados pela oligarquia dominante.

Entendemos como significado do conceito de resistência uma capacidade de indivíduos ou grupos sociais contraporem forças externas que atentem sobre si mesmos. De fato, é possível identificar as mais diversas facetas da definição, desde argumentos mais genéricos até pressuposições psicológicas. Salientamos, portanto, o sentido deste impresso em questão como uma ferramenta



utilizada nas ações coletivas organizadas pelos trabalhadores e camadas populares, que procuravam enfrentar as elites e seus projetos, desmistificando o papel necessariamente civilizatório dos detentores do poder. Sob esse ponto de vista, resistindo aos intentos elitistas, organizando ações coletivas no bojo das suas reivindicações, os trabalhadores demonstram a participação na construção da história, resguardando para si um certo potencial de civilização (CATTANI, 1991).

### **Sobre a Formação do Operariado Nacional**

O Brasil não acompanhou a evolução das forças produtivas com relação ao marco estabelecido no Velho Mundo. O capitalismo e a formação das classes decorrentes deste modo de produção atingiram as terras luso-americanas seguindo um desenvolvimento desigual e combinado. Portanto, se na Europa composta por fábricas os primeiros proletários modernos passaram a constituir a força de trabalho com exclusividade, aqui as coisas ocorreram de outra maneira.

Nos primeiros estabelecimentos fabris brasileiros trabalhavam operários e um vasto número de escravos. Isso pode ser considerado como um elemento importante na trajetória do nosso operariado. Pelo fato do proletariado surgir no seio de uma sociedade escravista, durante muitos anos seu processo de constituição de classe esteve praticamente estagnado, barrado.

Enquanto os demais países independentes da América Latina já haviam obtido a abolição da escravatura há dezenas de anos, no Brasil este tipo de relação de produção perdurou até a penúltima década do século XIX. A imigração européia, diante disso, demorou a ocorrer, pois antes de 1888 os trabalhadores imigrantes escolhiam os países do Prata, talvez preocupados em alguma medida com a vigência do escravismo na antiga colônia portuguesa. Os senhores de escravos, bem como os aristocratas da época, defenderam durante razoável tempo concepções ideológicas nas quais se sobressaía uma desvalorização do trabalho manual, trajado de degradante e passível de humilhação. Estes fatores também obstruíam o avanço do capitalismo, sedento por um mercado de trabalho livre e assalariado. Na medida em que as relações escravistas criavam uma espécie de barreira prática ao fortalecimento do capital, uma visão mais determinista poderia apontar o desaparecimento automático da escravidão ao longo dos anos. Pelo contrário, numa conclusão orientada pela tese de que os homens fazem a sua própria história (inseridos em condições que já estão dadas, evidentemente), nota-se que “os latifundiários, os escravistas de todo o tipo e a maior parte do clero opuseram-se até o fim à abolição” (FOOT & LEONARDI, 1982: 112), ao passo que prolongavam ainda mais a crise do regime.

Nesse contexto, muitas empresas se davam ao luxo de não utilizar o assalariamento livre; outras optavam por trabalhadores livres somente para determinados serviços especializados, de maneira que a labuta mais pesada destinava-se quase sempre aos escravos. A prática era rotina tanto em firmas estrangeiras quanto nacionais. Os tipos de escravização eram diversificados, pretendendo atender a demanda e a pressão dos grupos que exigiam uma espécie de relaxamento da exploração racial. “Na obrigação de entregar uma porcentagem de seu ganho a seu dono se resumia e se concretizava sua condição de escravo, funcionando livremente no mercado de trabalho” (Canavarros apud FOOT & LEONARDI, 1982, p. 109).

Nos últimos anos de Império, a resistência dos escravos era latente nas fugas em massa, o que demonstrava não uma postura passiva para com a situação de dominância; ao abandonarem as fazendas e partirem para as cidades, os escravos lutavam por novos rumos às suas vidas, buscando a sua própria libertação, de modo a propiciar uma conjuntura muito desfavorável à manutenção do sistema.

As cidades exerciam grande influência nessa fuga. [...] Rio de Janeiro, Niterói, Petrópolis, Campos, Santos, São Paulo e outras cidades menores das regiões cafeeiras eram consideradas cidades livres pelos escravos e constituíam entre si uma teia de comunicações e abrigos (GRAHAM, 1973: 179).

Entre os proletários, num período em que a pauta cotidiana em alguma medida lembrava a necessidade da abolição, os mais importantes podem ser considerados os ferroviários. Poucos eram os trens de carga ou de passageiros que não carregavam escravos fugitivos escondidos, que por sua vez recebiam auxílio nas estações. Nas periferias das cidades iam sendo acomodadas as favelas – cujo exemplo é a localidade litorânea de Santos (aproximadamente 10.000 fugitivos) –, nas quais começavam a se concentrar milhares de escravos (FOOT & LEONARDI, 1982: 113).

As condições de vida e trabalho dos primeiros proletários brasileiros não eram muito distintas daquelas oferecidas aos escravos que produziam nas mesmas fábricas até certo período. A jornada de trabalho variava entre 13, 14 e, em alguns casos, 15 horas diárias, complementada pela ausência do direito de folga semanal remunerada aos domingos, e de férias anuais. Por ocasião da chegada da luz elétrica em Pernambuco, conforme conta Stanley Stein, especialista na história da indústria têxtil no Brasil, em 1900 havia fábricas nas quais os operários cumpriam uma jornada de 17 horas por dia (1979: 71). O Estado republicano não reconhecia nem abria a possibilidade para a livre organização no plano sindical; apesar da quase obrigatoriedade de aceitar a existência dos organismos operários, tendo em vista a resistência e o papel ativo do nascente proletariado, o governo não passaria facilmente a legitimar tais iniciativas. Como resposta ao processo de resistência cotidiana exercido pelo movimento das massas trabalhadoras, os governantes republicanos tolerariam de alguma forma a atividade pública da imprensa e das organizações sindicais. A repressão policial, por sua vez, seletiva e localizada, atuava diretamente contra as lideranças do operariado, na medida em que os métodos empregados consistiam em prisões, processos tendenciosos e deportações.

No que concerne à habitação dos primeiros assalariados brasileiros, nota-se uma tendência forte de concentração geográfica dos seus bairros e vilas. Algumas cidades eram destaques neste aspecto. Na região norte-nordeste, afora os casos isolados de Belém, Recife e Salvador constituíam os maiores pólos de concentração da classe operária; no centro-sul, Rio de Janeiro e São Paulo, além de Petrópolis, Niterói, Juiz de Fora, Belo Horizonte, Santos e outras localidades do interior paulista; no sul, Blumenau, Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre. Neste período também é relevante o nascimento dos bairros fabris, ou das vilas proletárias contíguas a vastos complexos industriais. Em momentos de greve ou piquetes nas portas das fábricas, tais territórios passavam a representar uma espécie de “fortaleza”, na medida em que poderiam ser utilizados como esconderijos relativamente seguros em perseguições e batidas policiais.

Algumas das formas típicas de habitação do proletariado e dos outros setores colocados na parte inferior da hierarquia econômica da Primeira República estão expressas nos mocambos do Recife, nas favelas cariocas e nos cortiços paulistas. Tratavam-se, na maioria das vezes, de construções rústicas de madeira ou materiais de baixo custo, erguidas sobre terrenos íngremes ou alagadiços, nos morros e várzeas. Tais habitações populares originaram um espaço típico de vivência na vida dos trabalhadores. O seguinte relato demonstra os atributos destes locais.

O cortiço ocupava o interior de um quarteirão, onde o terreno era geralmente baixo e úmido. Era formado por uma série de pequenas moradias em torno de um pátio ao qual vinha ter, da rua, um corredor longo e estreito. A moradia média abrigava de 4 a 6 pessoas, embora suas dimensões raramente excedessem a 3 metros por 5 ou 6, com uma altura de 3 a 3,5 metros. Os móveis existentes ocupavam um terço do espaço. O cubículo de dormir não tinha luz nem ventilação; superlotado, à noite era hermeticamente fechado. Exceto nos cômodos de pessoas naturais do norte da Europa, o assoalho ficava tão incrustado de lama, que não se viam as tábuas; a umidade do solo onde elas repousavam fazia descascar o papel ordinário e liso das paredes. Estas e os tetos eram pretos de sujeira de moscas e da fumaça do fogão que a chaminé mal feita e mal conservada não eliminava convenientemente [...] O pátio principal fornecia às moradias que o rodeavam uma torneira recalcitrante, um lugar para lavar roupa e uma privada mal instalada. Ladrilhos e calhas geralmente não existiam (MORSE, 1970: 264).

Os redutos de moradia do nascente proletariado se distinguiam em alguns âmbitos. Com efeito, enquanto os cortiços e habitações pobres fortaleciam de algum modo uma solidariedade de classe, as vilas operárias representavam construções dos empresários industriais, inseridas nas terras da própria empresa, fato que instiga o reconhecimento de um forte controle social e, inclusive, ideológico do povo trabalhador por parte dos seus patrões. Outros mecanismos igualmente circundavam o paternalismo dos empregadores. A ideologia dominante se disseminava também nas escolas para as crianças, nas creches, nos armazéns e até nas capelas. De acordo com Boris Fausto, o caso da indústria têxtil *Votorantim* ilustra esta assertiva, ao passo que possuía cinema, igreja e uma pequena praça dotada de um coreto, aos moldes interioranos, onde as famílias desfrutavam um lazer condicionado aos arredores do seu ambiente de trabalho – a estrada de ferro que ligava o núcleo fabril a Sorocaba (SP) também era monopólio da indústria (1975: 116-117).

A inexistência de qualquer legislação trabalhista neste período inicial não pode ser refutada, embora seja possível argumentar no sentido de umas poucas iniciativas. Na indústria têxtil, o conjunto dos trabalhadores era composto basicamente por mulheres e crianças, as quais poderiam ser integradas ao ambiente de trabalho fabril a partir dos cinco anos. Não havia seguridade contra acidentes nem previdência social, ou seja, nenhum mecanismo capaz de limitar o ímpeto de exploração da força de trabalho. A estas carências estavam associadas duas ferramentas patronais: o paternalismo e a repressão policial.

O paternalismo manifestou-se na construção de vilas operárias e no fornecimento de certos serviços (escolas, assistência médica, etc.). Mas a benevolência de semelhante paternalismo não ultrapassava a fachada. Os benefícios assistenciais tinham a contrapartida de descontos nos salários, não raro arbitrários e excessivos. Jorge Street, que costuma ser louvado pelo avançado espírito assistencial, declarou a uma delegação inglesa visitante de sua fábrica que os benefícios oferecidos não constituíam prática de caridade, porém visavam o pagamento de salários mais baixos, pois os operários costumavam torrar se dinheiro em coisas inúteis. Também Eduardo Jafet argumentou que não adiantaria pagar salários mais altos, uma vez que os operários não saberiam como gastá-los utilmente. Convém observar, ademais, que o assistencialismo paternalista derivava da vantagem que havia na construção de vilas operárias na vizinhança das fábricas, uma vez que isto reforçava a subordinação disciplinada do empregado ao patrão, numa fase em que o mercado capitalista de força de trabalho era, comparativamente aos dias atuais, restrito e de fraca fluidez (GORENDER, 1990: 49).

Com a proclamação da República, a mudança nas relações de classe ocorreu também em âmbito político. A escravidão já não vigorava mais, porém o proletariado nascente, os trabalhadores rurais e a grande massa de libertos formavam um grupo da sociedade republicana ao qual era necessário “assegurar a dominação dos grandes proprietários de terra e da burguesia, subordinados ao capital internacional” (FOOT & LEONARDI, 1982: 138). Floriano Peixoto tratou de reforçar as Forças Armadas, como instrumento prático, na medida em que incentivou a compra de uma série de canhoneiras e o desenvolvimento dos estaleiros navais. Hermes da Fonseca, por seu turno inserido na Pasta da Guerra, estabeleceu o serviço militar obrigatório em 1906 – fato que desencadeou o repúdio do movimento operário. O Estado brasileiro ia se tornando cada vez mais complexo, seu discurso fundamental foi sendo aprimorado, chegando a prevalecer uma ideologia da neutralidade visando o bem comum a todos. Em momentos decisivos na Primeira República, no entanto, seu conteúdo de “destacamento de homens armados” passaria a ser revelado: no Paraná e em Santa Catarina, 6.000 homens foram massacrados entre 1910 e 1916, cujo episódio chamou-se Guerra do Contestado.

Em que pese o potencial de reivindicação do nascente proletariado brasileiro, nota-se a distância social e política dos outros setores que poderiam constituir grupos aliados, como é o

caso da pequena burguesia. Não obstante, tratava-se de um isolamento relativo, embora edificasse inúmeras dificuldades no processo de inserção do operariado na vida republicana.

Se os argumentos já evidenciados sugerem uma vida exaustiva para as massas trabalhadoras, outro aspecto tem de ser levantado, num esforço investigativo capaz de englobar as mais diversas contribuições. Entre os problemas sociais que envolviam o surgimento e a solidificação processual de um novo modo de produção, e da mesma forma das suas classes sociais, as doenças e epidemias marcavam de maneira cruel as estatísticas republicanas. Em São Paulo, via de exemplo, uma coleta de dados referente aos óbitos ocorridos durante determinado período revelava altos índices de mortalidade infantil e de moléstias como tuberculose, diretamente associadas às condições de higiene e de alimentação (MORSE, 1970: 246-247). Comuns ao meio de vivência operária eram a peste bubônica, a febre amarela e o tifo, além da presença sempre ameaçadora da tuberculose.

### Uma Análise do Jornal *O Exemplo*

A publicação escolhida para a abordagem deste estudo, o impresso semanal *O Exemplo*, remete a características peculiares, se comparadas a outras vertentes representativas do movimento obreiro. Jorge Luiz Pastorisa classifica este jornal como fora do ambiente da imprensa proletária, apesar de concluir que o mesmo “defende os interesses populares e divulga notícias do movimento operário” (1990: 105). Neste estudo, todavia, vigora um conceito inclusivo que internaliza a defesa das classes populares como critério central para situar o periódico. Em outras palavras, sob o nosso ponto de vista, ao contrário da classificação de Pastorisa, *O Exemplo* (cujo lema era “Jornal do Povo”) está inserido no conceito de imprensa operária, simplesmente por pautar o seu conteúdo na direção das populações trabalhadoras.

A pesquisa encontrou 83 exemplares do jornal, referentes ao espaço de tempo que congrega o período de 1908 até 1911. Os materiais estão arquivados em dois microfimes no Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NPH/UFRGS). O setor que inclui estas fontes documenta a história da industrialização gaúcha e, como não poderia deixar de ser, disponibiliza um acervo sobre o movimento obreiro regional. Embora alguns deles estejam num estado de conservação apenas razoável, a grande maioria dos 83 jornais pesquisados em microfilme fornece a leitura completa das edições.

Sobre a história da publicação é interessante destacar alguns dados primordiais. Seguindo a prática da maior parcela da imprensa popular deste período, a periodicidade e o funcionamento d’*O Exemplo* oscilavam e dependiam de fatores externos, ou seja, da conjuntura sócio-econômica e política. “Fundado em 1893, dura até 1897, quando desaparece, ressurgindo em 1902. Dura então até 1919, com algumas interrupções” (PETERSEN, 1989: 44). As lideranças também se alternavam no periódico, o que estipula a existência de fases diferentes na sua linha ideológica, considerando um histórico aproximado.

Um dos proprietários que encampou a resistência através deste impresso se chamava Tácito Pires, líder operário conectado às idéias socialistas, com participação no Manifesto Socialista de 1897<sup>1</sup>. Entre 1908 e 1911, nota-se a colaboração do militante libertário Henrique Martins, que em fevereiro do último ano assumiria a direção do jornal. Um traço de extrema relevância, implícito em todos os títulos investigados, consiste na defesa incondicional dos negros e mestiços, quase caracterizando uma espécie de porta-voz destas pessoas. Em 19 de dezembro de 1909, numa nota intitulada “Negro não pode ser marinheiro?”, entrava em evidência o combate ao racismo: “Sob a epígrafe supra, noticiou o nosso colega ‘O Echo do Mar’, veemente defensor das classes marítimas, o fato de serem recusados, no Rio de Janeiro, dois menores de cor preta” (*O Exemplo*, 19-12-1909: 01). A incorporação da luta pelos interesses da comunidade negra empreende uma assertiva

1. Manifesto emitido pelo Partido Socialista Brasileiro, que pautava algumas reivindicações do mundo do trabalho, como a redução da jornada diária para oito horas.



enérgica para a classificação deste impresso na lista dos que possuem um caráter popular. Com efeito, além do conteúdo interligado às classes populares e às reivindicações dos trabalhadores, a incorporação da causa negra salienta uma especificidade praticamente inédita durante a República Velha – no que concerne ao território gaúcho. A saber, a educação dos sujeitos ignorados pela elite hegemônica também pautava a linha editorial do jornal *O Exemplo*.

Fazemos compreender aos que não nos compreendem, por motivos que já sabemos, que “O Exemplo” tem por objeto a educação, a incitação ao estudo dos brasileiros que nunca tiveram a felicidade de cultivar, ao menos de forma rudimentar, o espírito, por falta de tempo e de meios (*O Exemplo*, 16-01-1910: 02).

Outra incidência imperativa repousa sobre a questão da propaganda comercial. Como argumentado por outras pesquisas, concernentes aos mais diversos impressos do início do século XX, a venda de espaços para pequenos estabelecimentos privados resultava na obtenção de muitos dos recursos mantenedores destes periódicos. N’*O Exemplo*, que continha quatro páginas em quase todas as edições observadas, as duas finais eram destinadas a este modo de arrecadar finanças. Por outro lado, as assinaturas também consistiam em fontes alternativas de dinheiro.

Os partidos políticos não eram representados. Malgrado em alguns momentos os indivíduos que compunham os quadros partidários e se identificavam com as classes populares tivessem espaço, a orientação para com as siglas expunha certa desconfiança. Não obstante, quando da ocasião em que o deputado Dr. Manoel da Motta Monteiro Lopes, eleito pelo voto (nas regras da época, vale lembrar, na Política dos Governadores<sup>2</sup>), esteve ameaçado pelas autoridades governamentais de não assumir o cargo por ser de cor negra, *O Exemplo* assumiu de forma integral a defesa ao intuito político deste sujeito. No entanto, nossa pesquisa não encontrou nenhuma citação ou elogio a qualquer que fosse o partido, pelo contrário, a seguinte passagem explícita o modo de tratar a questão, mesmo nos episódios envolvendo Monteiro Lopes: “Se é por conveniências partidárias, propriamente ditas, que querem repudiá-lo, não nos admiramos porque quaisquer que sejam eles: democratas, racionalistas, radicais, semitas, anti-semitas, socialistas, reacionários, imperialistas – são todos uma chicana” (*O EXEMPLO*, 21-03-1909: 01).

O acontecimento envolvendo Monteiro Lopes rendeu grande atenção ao periódico. Na edição de 21 de março de 1909, surgia a denúncia. A capa da publicação exibia os fatos, em que o Dr. Manoel da Motta Monteiro Lopes, eleito deputado pelo 1º distrito da Capital Federal (Rio de Janeiro) para o quadriênio 1909/1914, era rejeitado devido à negritude de sua pele. Quase toda a edição foi dedicada a este assunto. Os deputados Carlos Peixoto e Mello Mattos compunham aqueles que mais guerreavam contra o reconhecimento.

Monteiro Lopes é do povo, e por ele foi eleito. Falta ainda, porém, que seja reconhecido na câmara. E sobre esse assunto, que no Brasil inteiro, de norte a sul, se tem levantado os mais vivos protestos de solidariedade, amparados na consciência, em prol de Monteiro Lopes. Será ou não reconhecido? Qual o motivo de não ser? A sua cor não serve de base. Por acaso, não terá ele o preparo suficiente para exercer tal função? Ainda a consciência nos diz que tem. Estamos na República e, portanto, a igualdade deve existir em tudo e para todos. Não vemos nenhum outro mais digno, que possa preterir-lo. Demais, não queremos lá na Câmara, para nós que fazemos parte do povo, senão aqueles que, com penetrados

---

2. Dinâmica política na qual o presidente da República privilegiava as alianças com as oligarquias locais, ancorada num sujeito político novo, o governador de estado. José Murilo de Carvalho salienta que “ao redor do governador republicano arrematavam-se as oligarquias locais, das quais os coronéis eram os principais representantes. Seu poder consolidou-se após a política dos Estados, implantada por Campos Sales em 1898, quando este decidiu apoiar candidatos eleitos pela política dominante no respectivo estado” (1997: 01).



nos seus deveres, pugnem por nós, defendam os nossos interesses: e o eleito atual é dessa têmpera (O EXEMPLO, 21-03-1909: 01).

O decorrer dos episódios indica que a posse de Monteiro Lopes foi autorizada e o mesmo acabou exercendo o cargo a que foi eleito. É sugestivo advertir que mesmo se tratando de um parlamentar, que alcançou os votos necessários no sistema político da época e que fazia parte, de alguma forma, de uma elite entre a comunidade negra, a ideologia do racismo predominante na elite burguesa e oligárquica tentava a todo instante subjugar os indivíduos não-brancos<sup>3</sup>. As primeiras medidas do deputado em atividade buscavam algumas melhorias para os trabalhadores, embora as vias institucionais pouco ou nada modificassem a situação de vida e trabalho destas pessoas.

Na sessão de 17 do corrente o ilustre deputado, nosso amigo Dr. Monteiro Lopes, fez sua estréia na tribuna do Congresso Federal, agradecendo ao eleitorado do Distrito Federal a sua eleição e pedindo inclusão na ordem do dia dos trabalhos, os projetos uniformizando as horas de trabalho, os vencimentos dos operários e instituindo uma indenização por morte ou incapacidade produzida em acidente, no exercício da sua profissão (O EXEMPLO, 25-06-1909: 02).

A visita do ilustre “representante” das questões populares na Câmara Federal a Porto Alegre também propiciou uma cobertura de gala nas páginas do jornal *O Exemplo*. A edição de 23 de janeiro de 1910 prestava vastas homenagens a Monteiro Lopes, nas duas páginas atinentes ao conteúdo. Na seqüência, em 30 de janeiro do mesmo ano, os apontamentos remeteriam a recepção das classes populares gaúchas ao deputado, além de darem relativa atenção a algumas circulares divulgadas com informações sobre pleitos eleitorais em entidades obreiras. A epopéia sobre o negro alçado ao parlamento ainda percorreria as publicações dos dias 6 e 13 de fevereiro de 1910, na medida em que qualificaria de “grandiosa e sincera” a recepção por parte dos porto-alegrenses e destacaria a partida triunfal do deputado.

As atividades de recreação do proletariado mereciam, também, uma dose regular de informações nas folhas do *O Exemplo*. A coluna denominada *Sport Hippico* abordava as corridas de cavalo, prática freqüente na época e que reunia uma verdadeira legião de apreciadores. No primeiro dia de 1909, a exclusão dos leitores do jornal no ambiente da jogatina hípica, repleto de integrantes da elite, era exposta como uma espécie de aviso.

Teremos no próximo domingo prometedoras corridas, havendo por esta ocasião larga distribuição de reclames em fumos, bombons, etc. Fazemos notar aos nossos caros leitores que não lhes tocará participarem da supra-dita distribuição, pois supomos que seja a mesma só para habituais pagantes; e como na maior parte os que lêem a nossa seção *hippica*, fazem parte do povo “minhoca”, é bem de ver que não lhes caiba senão o cheiro do que houver (O EXEMPLO, 01-01-1909: 02).

Em paralelo, o futebol e as festas populares valiam o esforço dos operários gráficos do jornal, porquanto aparecessem notícias relativas a eles numa série de ocasiões. No que concerne aos clubes que praticavam o esporte, o exemplar de 16 de janeiro de 1910 anunciava uma partida sob o prisma do operariado.

Tem tomado sério desenvolvimento entre nós o jogo de futebol, que invadindo todas as classes sociais, conta-se já duas associações, compostas em sua totalidade de operários, que cultivam esse gênero de esporte. “Centro Esportivo Operário”

3. Basta conferir os escritos de Raimundo Nina Rodrigues, via de exemplo, que designavam ao homem de cor negra tendências biológicas ao crime. Tal teoria, parte do chamado “racismo científico”, propunha uma espécie de criminalidade étnica.

e “Foot Ball Club Rio Grandense” são os nomes dos dois novos clubes que se apresentam hoje, em público, contando ainda poucos meses de existência, batendo-se em partida amistosa no gramado da primeira daquelas agremiações, situado no Campo da Redenção (O EXEMPLO, 16-01-1910: 02).

As festas populares, por sua vez, em muitos casos eram repudiadas pela polícia e pelas autoridades governamentais, sendo que para o fim do encontro bastava a chegada dos representantes do poder republicano. A interferência do patronato na vida dos empregados ocorria de maneira radical nestes acontecimentos, mesmo que os tais indivíduos populares gozassem da alcunha de cidadãos nos parâmetros republicanos.

Não raras vezes foram assaltados lares em festa por falta da licença da polícia para dançarem, como era de praxe no tempo do cativo escravidão; e sendo presos, contra a expressa disposição constitucional da República, indefesos operários e cidadãos brasileiros (O EXEMPLO, 09-01-1910: 01).

Na mesma perspectiva, no dia 10 de janeiro de 1909, as denúncias contra a repressão policial aos momentos de festa do operariado eram constantes, além de apontamentos que sugeriam o excesso de violência como prática naturalizada.

Os mantenedores da ordem pública, que julgam ser também das prerrogativas constitucionais, só surgem, agindo de facas em punho, a fim de abrirem cancha para acabarem com a festança e levar-nos a curativos, quando já estivermos com as tripas de fora (O EXEMPLO, 10-01-1909: 02).

O teatro também compunha o quadro de possibilidades de lazer para as classes trabalhadoras, aparecendo em determinados momentos nas páginas do jornal *O Exemplo*, quando se tratavam de peças que remetiam aos assuntos do interesse obreiro. Uma espécie de resenha sobre determinada peça elaborada pela Companhia Dramática Alemã foi encontrada no exemplar do dia 29 de maio de 1910.

A peça de *Sudermann* é, pois, uma crítica à sociedade burguesa tal qual ela existe com os seus defeitos. É uma tese apanhada no meio da vida de um burguês e de um proletário; é um assunto palpável e que, portanto, é verdadeiro. Um burguês desonra a filha de um casal operário, que devido à educação religiosa que recebeu, se conforma quanto ao desonrador, mas que culpa a própria filha por ter-se deixado seduzir, maltratando-a, dando-lhe no rosto, etc. Mas um irmão da vítima protesta com todo o vigor da revolução que lhe carrega no peito. O sedutor tenta remediar o mal que cometeu, pagando com alguns marcos a honra que roubou à menina, expediente a que recorrem todos os burgueses, porque a lei para eles é inatingível (O EXEMPLO, 29-05-1910: 02).

É possível inferir que a resistência dos trabalhadores e subjugados pelas classes dominantes tinha de procurar todos os alicerces da exploração observados no cotidiano real dos sujeitos sociais. Os momentos de lazer do operariado eram considerados encontros pagãos, nos quais a bebida e os intentos contra a moral constituíam práticas rotineiras. De fato, o alcoolismo era tratado na época como uma epidemia, por motivos óbvios, na medida em que o vício se alastrava na sociedade brasileira da República Velha. No dia 6 de março de 1910, *O Exemplo* propunha em suas páginas textos contrários ao consumo de bebidas alcoólicas. No entanto, a elite hegemônica acusava apenas os elementos do proletariado de serem portadores deste vício. Ora, um observador mais astuto não se contentará com esta afirmação, pois parece claro que também os ricos não abriam mão do consumo de bebidas como a cachaça, o vinho e o *whisky*, entre outras consideradas de fino trato.

Atentar com mais profundidade à representação que a comunidade negra encontrava no jornal *O Exemplo* consiste num ato de fundamental relevância. Com quase duas décadas de abolição, muitos percalços ainda eram enfrentados pela população de pele negra, principalmente quanto ao acesso ao mercado de trabalho capitalista. Sem dúvidas, tal complicação em muito se devia ao fato de os negros libertos não estarem preparados para atuar num sistema de trabalho totalmente diferenciado daquele erguido nos pilares do escravismo. As relações de assalariamento permitiam aos patrões não contratar indivíduos identificados com a África, seja pela cor ou pelo parentesco, caso aqueles assim preferissem. A política do governo republicano, ao passo que incentivava com entusiasmo a imigração européia, também contribuía para uma forma clara de substituição da mão-de-obra, não mais escrava e negra, mas branca e nos moldes do capitalismo ascendente no país. Em todos os dias 13 de maio dos três anos de material pesquisado, a publicação primava por um especial dedicado inteiramente ao término da escravidão.

Quando se fez a emancipação, os escravos estavam bestializados pela longa vida de misérias e insultos à sua moral. A existência que levavam tinha acabado por lhes tapar os sentidos, a ponto tal que muitos deles julgavam mentirosa a liberdade que lhes era dada. Depois da emancipação, cada um teria de ir para o seu canto trabalhar, para poder viver; mas nada podiam fazer porque não entendiam coisa alguma de artes e ofícios (O EXEMPLO, 13-05-1910: 01).

Da mesma maneira, a Lei do Ventre Livre, datada de 28 de setembro de 1871, era considerada pelo periódico um grande acontecimento, que em todo o aniversário deveria ser comemorado sob a égide de um avanço incontestável. Para isso, uma edição exclusiva nestes episódios rendia importantes considerações, cuja exaltação do combate gradual ao racismo ganhava notáveis distinções n' *O Exemplo*.

Há 38 anos que a data 28 de setembro passa entre expansão de júbilo. Nesse dia, no ano de 1871, o vulto homérico de José Maria da Silva Paranhos, dominado pelos mais sublimes sentimentos humanos, fez surgir nas trevas das negras senzalas a luz da Redenção às vítimas da grande bestialidade humana, e que foi uma nota promissora do deslocamento da ingrata escravatura (O EXEMPLO, 28-09-1910: 02).

O enfrentamento ao racismo não se limitava às comemorações de dias especiais; pelo contrário, através de colaboradores e impressos de outras regiões, conteúdos e notícias pautadas na questão do negro ganhavam grande espaço no “jornal do povo”. Além dos negros, dos operários e dos trabalhadores em geral, os índios e os mestiços também viam nestas páginas um baluarte de resistência. As referências a outros materiais de cunho popular faziam muito sentido ao intuito de unidade dos trabalhadores.

Lemos no número 297 da *Federação*, que o doutor *Von Thesing*, diretor do Museu de São Paulo, aconselha para civilização das regiões incultas do Brasil, o extermínio dos indígenas. A notícia não é original; daquela milícia estadual já foram excluídos os homens de cor preta. São Paulo tem soldados, educados à francesa, que matam operários; aconselhando a exterminar os indígenas, esse diretor não passa de um admirador vulgar de Pizarro e Cortez, que matavam os naturais americanos na boca dos canhões. Causa mal a esse senhor a pele áspera dos selvagens; nota-se que São Paulo é a cidade dos estrangeiros. Vá pregar noutra freguesia, seu doutor! (O EXEMPLO, 10-01-1909: 01).

Nem as edições de virada de ano escapavam ao ímpeto de resistência contra as calamidades sociais espalhadas pelos centros urbanos. Com as relações capitalistas de produção estabelecidas,

os negros libertos considerados subalternos e marginalizados, além das dificuldades enfrentadas pelos operários das indústrias cada vez mais disseminadas, a dinâmica da vida em sociedade no Brasil recém desligado da monarquia não indicava uma fraternidade latente entre os ricos e os pobres. Saudando o ano que viria a começar, na medida em que a esperança de uma vida melhor deveria ser levada adiante, *O Exemplo* lembrava aos seus leitores as mazelas daqueles que não pertenciam ao espectro dirigente do regime econômico e político da Primeira República.

Oh! Trabalho! Dizem que ele dignifica, que honra. Como se vê o mineiro morrer de fome, à beira da mina, por haver reclamado mais valor ao seu trabalho? Como se vê criancinhas esfaimadas, esfrangalhadas, tiritando de frio, à porta dos hotéis, dos cafés, das lojas, mendigando um pouco de leite para fortificar o sangue, onde não há mais ferro, nem um albuminóide? (O EXEMPLO, 01-01-1909: 01).

O falecimento de pessoas ligadas ao operariado ganhava considerável atenção nas páginas do impresso. A devida homenagem a determinados sujeitos, muitas vezes não realizada em vida, poderia ser observada na seção *Lar em Luto*, direcionada inteiramente a prestar reverências aos que já não estavam no mundo dos vivos. Não obstante, no dia 10 de janeiro de 1910, Mario Pereira Meirelles, antigo colaborador da publicação, merecia destaque por ocasião da sua morte.

Nos belos tempos que cinco mil réis era muito dinheiro, o saudoso Mario foi um dos poucos daquela plêiade que teve o desprendimento louvável de despendar aquela quantia a fim de publicando o jornal "*O Exemplo*" podermos montar a bateria de nosso pensamento em defesa dos oprimidos (O EXEMPLO, 10-01-1910: 02).

Em 28 de novembro de 1908, num dos primeiros exemplares verificados nesta pesquisa, o falecimento de um operário também motivava palavras de conforto.

Angelino Borges era um caráter inteiriço como filho, pelo desvelo que dedicava a família; como operário, pela lealdade com que se mantinha entre os colegas de oficina sempre, solidário com as causas justas de interesse geral da sua classe, sem preocupar-se com prejuízo de ordem material que lhe pudesse advir; e como amigo, pelo altruísmo com que correspondia às considerações que lhe eram dispensadas (O EXEMPLO, 28-11-1908: 02).

As categorias profissionais em particular eram tratadas com cuidado significativo pelos redatores d'*O Exemplo*. Como no caso dos marinheiros negros rejeitados para o serviço, as denúncias de exploração contra trabalhadores dos mais variados setores compunham prática comum no cotidiano do jornal. Grande atenção chamou as considerações sobre os pedreiros porto-alegrenses, relatados quase como objetos do patrão, nos quais as demandas de trabalho superavam muitas das condições físicas destes indivíduos e levavam alguns deles a adquirirem doenças ou complicações de saúde. Na aurora do ambiente urbano, tanto quanto os operários de fábricas, estes pedreiros detinham uma importância inegável para o desenvolvimento das cidades, pois saíam de suas mãos as enormes casas e edificações, cuja propriedade, logicamente, pertencia à elite dominante da época. Em pleno verão gaúcho, com altas temperaturas e jornadas de trabalho exaustivas, estes trabalhadores encontravam n'*O Exemplo* alguma forma de comunicar suas demandas e sofrimentos.

A quem for atento a estas coisas, causa indignação o modo como são tratados os pedreiros. Com estes calores fortes vêem-se os homens trabalhar das seis horas da manhã às seis horas e meia da tarde, como sucede na maior parte das obras em construções. No edifício das obras públicas, em construção, à Rua Duque de Caxias, trabalham em uma altura elevada até as seis e meia da tarde, expostos a

vertigens, insolação e outras doenças que resultam do calor sufocante; e enquanto isto, um sujeito bem engravatado que parece ser o arquiteto, anda inspecionando o serviço debaixo de sombra e se abanando (O EXEMPLO, 31-01-1909: 01).

Por outro lado, pode ser verificado um conteúdo exclusivamente político nos escritos deste exemplar, de janeiro de 1909. Utilizando a comparação entre os funcionários públicos e os proletários, nota-se a tendência a atacar os preceitos constitucionais não realizados na vida cotidiana.

Se esta República é de “igualdade”, como está escrito no seu escudo, por qual razão o empregado público trabalha das dez horas da manhã às três horas da tarde, na sombra, escrevendo de quando em quando, palestrando, acotovelando pelas mesas, recebendo o seu ordenado no dia 30 (e ainda se lembram de montepios, futuro reservado a seus filhos) e o operário, a grande força motriz do progresso, é obrigado a trabalhar dez ou onze horas por dia recebendo valores insignificantes, sujeitos a uma vigilância como eram os escravos pelo feitor! (O EXEMPLO, 31-01-1909: 01).

A interação dos leitores com o jornal e os contatos com outras redações populares sugerem uma amplitude capaz de confluir para uma rede de resistência do movimento obreiro, por intermédio dos meios de comunicação impressos. Não raros eram os recebimentos de saudações, acréscimos e outras mensagens; estes materiais eram enviados ou coletados pelas redações, que a partir disso muitas vezes expunham nas próprias páginas dos jornais determinadas manifestações exteriores. Em 17 de janeiro de 1909, um bilhete vindo de Viamão, nos arredores de Porto Alegre, expressava o sentimento pela “ilustre redação do jornal *O Exemplo*”.

Recebi ontem do correio os números 142 e 143 do vosso estimado periódico, os quais me vieram encher o coração de alegria, por ver que no seio dos nossos ainda existe um grupo de destemidos moços dispostos a sustentarem a publicação de um órgão que tem por fim trabalhar em defesa dos oprimidos, não olhando a cor da pele dos indivíduos, e sim, as suas ações perante a sociedade em que vivem (O EXEMPLO, 17-01-1909: 02).

Intrínsecas ao processo de consolidação da nova ordem econômica, instituído por intermédio das relações entre trabalhadores e patrões, as condições diferenciadas de sobrevivência dos indivíduos entre uma e outra classe se mostravam evidentes em diversos aspectos. Não obstante, a moradia constituía destaque no que concerne à amplitude da desigualdade, na medida em que a construção de grandes mansões e residências de luxo era intensa no período da Primeira República. Por outro lado, os operários e sujeitos pertencentes às camadas sociais baixas – o povo – habitavam locais considerados, no mínimo, não muito adequados para o estabelecimento de uma vida cotidiana prazerosa. O jornal *O Exemplo*, ainda em 1909, relatava tais dificuldades e o antagonismo existente sob o ponto de vista econômico.

Na medida em que se vão edificando palácios e confortáveis vivendas na área urbana e suburbana da cidade, o povo, o proletário, que toma a densidade do vapor das máquinas das usinas, que eleva os mesmos palacetes, expostos a morrerem queimados pelo sol, devido à falta de humanidade dos proprietários, o jornaleiro, que recebe uma quantia insignificante; em suma, os fracionados da fortuna, prontos a definharem por falta de ar e luz, como é patente da sua existência no fundo dos *ateliês*, oficinas anti-higiênicas – o proletário tem de fugir da cidade, ir para o mato, arranjar-se para alguns casebres, porque o dinheiro que ganha não chega para comer, quanto mais para pagar casas com valores elevados. [...] O povo, o proletário, não deve permanecer indiferente a isto, não deve apelar



para o governo, porque ele não atende, a prova é que ele está consentindo nisso; mas deve reclamar, deve unir-se para resistir à exploração (O EXEMPLO, 07-02-1909: 01).

O preconceito social atingia também setores como o da educação. Numa conjuntura em que os trabalhadores implicavam em muitos analfabetos, certamente para a elite dominante a tarefa de educar os filhos dos operários não aludia um negócio lucrativo. Os negros, então, que se mantivessem longe dos colégios e das escolas, pois estes não eram os seus lugares. A bandeira de luta que reivindicava a instrução ao povo, mesmo os marginais no contexto financeiro, cintilava como um aporte necessário para pressionar a dinâmica coletiva a democratizar os serviços governamentais.

Entre as condições necessárias ao progresso de uma nação, destaca-se, sem dúvidas, como principal, a instrução popular. [...] Entretanto, ainda predomina a ignorância no meio dos filhos humildes em pleno século XX? Somente porque o preconceito avassala ainda as consciências! Nega-se a instrução ao filho do homem preto; nega-se a instrução ao filho do modesto operário, porque este não pode freqüentar a aula de botinas e colarinho! E aquele porque é preto, envergonha seus colegas e até mesmo seus professores! (O EXEMPLO, 22-08-1909: 01).

O intuito reclamatório demandava soluções em conjunto, que ampliassem os horizontes da classe operária e estabelecessem um diálogo direto com as autoridades da República Velha. O modelo mais freqüentemente utilizado remetia a criação de organizações e entidades representativas, num esforço de unificar e projetar as ações da realidade cotidiana. O jornal *O Exemplo*, no primeiro dia do mês de agosto de 1909, noticiava a criação da Liga dos Pintores, dotada do propósito de “unir os profissionais da área em defesa dos seus interesses, praticar auxílio mútuo nas emergências que vierem, dar aulas e conseguir trabalho”. É interessante notar que neste mesmo material constava uma denúncia contra determinada fábrica de alimentos, baseada em relatos de cientistas do centro do país.

Segundo informações de um colega de imprensa, o laboratório de análise do Rio de Janeiro acaba de comunicar à alfândega do Rio Grande do Sul que a Farinha Láctea da marca Nestlé é nociva à saúde, por conter ácido *sai-yilico* (O EXEMPLO, 01-08-1909: 02).

Até onde foram as validações desta denúncia soa irrelevante; fundamental, para este trabalho, é compreender o dinamismo do conteúdo de resistência desta publicação, na medida em que as variáveis de identificação com as classes populares atingiam significados extremados em determinados momentos. A simples denúncia de uma farinha, proveniente de uma grande indústria alimentícia, associada em algum grau ao capital dos patrões, pode levar um impresso com orientações ideológicas específicas a um processo de resistência orgânica às relações de trabalho estabelecidas. Ora, esta assertiva pode ou não se confirmar, principalmente levando em conta o ponto de vista do leitor, embora os indícios demonstrados apontem para uma proeminência sólida neste sentido.

Sobre a difusão de associações dispostas a congregar os interesses do proletariado, o jornal *O Exemplo* punha em evidência a categoria dos estivadores. Diante da criação de uma entidade representativa do setor, a publicação se declarava companheira na solidificação da iniciativa, do mesmo modo que disponibilizava suas páginas para auxiliar no que fosse preciso.

Em dia da semana passada, por um grupo de trabalhadores que se empregam no serviço de carga e descarga nos navios que ancoram em nosso porto, foi fundada uma sociedade com o nome de “União dos Estivadores”, a fim de reclamarem

os seus direitos, quando lhes forem negados, e amparar seus associados em caso de necessidade e invalidez no trabalho. Daqui, aplaudimos a idéia e desde já colocamos estas colunas a disposição da dita sociedade para o que lhes pudermos ser úteis (O EXEMPLO, 25-06-1909: 02).

Em algumas edições foram encontradas referências aos distúrbios sociais canalizados pela criminalidade urbana. Desta maneira, os crimes ocorridos nos subúrbios e localidades de baixa renda ganhavam destaque, sob o ponto de vista de que pretendia trazer informações relacionadas aos grupos inferiores na hierarquia econômica da Primeira República.

A pesquisa nos 83 exemplares do jornal *O Exemplo* verificou um detalhe interessante acerca dos atributos gráficos do impresso. A partir do dia 12 de dezembro de 1909, algumas qualificações puderam ser claramente notadas, principalmente nos aspectos tipográficos. No mesmo sentido, o exemplar do dia 15 de agosto de 1910 marcava o início da introdução mais rotineira de ilustrações nas páginas do jornal.

Nas vésperas de mais um aniversário da Revolução Farroupilha, o periódico não deixaria de lembrar o intento separatista gaúcho. No entanto, ao invés de abordar a questão ressaltando o corpo dos acontecimentos, as páginas do jornal *O Exemplo* pautavam a exclusão racial da época e os fatores que circundavam a diferenciação através da cor da pele dos seres humanos.

*O Exemplo*, jornal do povo, presta nestas ligeiras linhas, sinceras homenagens à memória daqueles que, escravizados pela infame Constituição Monárquica, que outorgava o direito de vender e comprar homens, eram arrancados de preferência do martírio das senzalas, para repousarem, entulhando as valas, com cadáveres trespassados pelas balas dos combates desse memorável prélio, de 20 de setembro de 1835 (O EXEMPLO, 19-09-1909: 01).

As práticas impostas pelos funcionários superiores aos empregados de baixo escalão vigoravam de maneira livre nos primórdios do capitalismo brasileiro. O tratamento aos proletários comuns era considerado um estatuto disciplinar, na medida em que tais indivíduos deveriam ser enquadrados em normas que lembravam a estratificação militar. De fato, nem todos os patrões deviam agir desta maneira; entretanto, os relatos das mais diversas fontes tendem a encaminhar a situação referida para a grande maioria dos casos.

Sabemos que um Sr. Andrino, fiscal da Companhia do Gás, pretende impor aos seus subordinados, acendedores do gás, um regime militar, com toques de cornetas, caserna, etc. Lembremos a esse Sr. que também peça aos seus superiores de ordenar que lhes façam uma militarização na sua vida, como por exemplo: obrigá-lo a ser contrariado na sua vontade (O EXEMPLO, 19-09-1909: 02).

As formas alternativas de produção começariam a ganhar espaço nas páginas do periódico a partir do ano de 1910. A edição de 16 de janeiro apresentava praticamente todos os seus conteúdos dedicados a esclarecer o funcionamento das cooperativas. Os textos, por sua vez, marcavam as qualidades e os percalços provenientes desta maneira de organizar a produção. De todo modo, as cooperativas surgiram como alternativa concreta ao espírito da exploração capitalista, malgrado o pequeno período de consolidação das relações assalariadas ainda despertasse na sociedade da época uma espécie de “estranhamento positivo”.

A crítica ao governo republicano do país e, fundamentalmente, ao evidente estabelecimento da chamada Política dos Governadores, aparecia com maior clareza por intermédio da cobertura das eleições presidenciais. O exemplar do dia 20 de fevereiro de 1910 deixava transparecer a visão sobre o pleito federal, na medida em que caracterizava a escolha do presidente como “um negócio para brasileiros estrangeiros e não para brasileiros crioulos ou crioulos brasileiros”. Mais uma vez,

a questão racial surgia preponderante na dinâmica da sociedade brasileira, separada por classes, mas também por aspectos ideológicos profundamente arraigados – imersos numa herança colonial latente.

A desorganização habitual de uma série de categorias profissionais consistia, sem dúvidas, num fato inegável no espaço de tempo que corresponde à Primeira República. Levando em conta a pequena história do operariado, em paralelo ao curto trajeto das próprias relações de produção capitalistas no Brasil, não seria conveniente esperar que o movimento obreiro iniciasse angariando uma quantidade absurda de adeptos e organizações. Pelo contrário, o atraso brasileiro com relação à Europa, por exemplo, tornou o proletariado nacional do século XX insipiente e desordenado – ao contrário do contexto encontrado no Velho Continente.

No sentido inverso de grandes centros urbanos como São Paulo, os operários gráficos gaúchos estavam inseridos no montante das categorias desunidas e pouco homogêneas. O jornal *O Exemplo*, na edição do dia 17 de julho de 1910, relatava com abatimento a situação.

Como quase no geral acontece em outras classes, na classe tipográfica nota-se patente e categoricamente a mesma coisa: falta de união, desleixo, má vontade e outras influências perniciosas que redundam na fraqueza e na desmoralização do meio proletário (O EXEMPLO, 17-07-1909: 01).

O número posterior, entretanto, trazia a notícia da criação de uma entidade representativa dos tipógrafos gaúchos, o que era festejado claramente pelo impresso. A partir de então, uma campanha de fortalecimento deste órgão foi traçada e tocada adiante, através das páginas do jornal *O Exemplo*. A idéia da “União Tipográfica” passaria a figurar em alguns dos exemplares futuros, como no dia 21 de julho de 1910.

Muito interessante, sob o ponto de vista do observador atual, são as especulações sobre o futuro da humanidade, contidas na edição do dia 11 de setembro de 1910. Projetando os séculos que viriam, a esperança da transformação social estaria posta em prática, e as comunidades humanas viveriam de maneira mais igual e harmoniosa.

Em 2100 o homem terá aprendido a tirar da terra tudo que lhe for preciso para a sua vida, assim como do ar e dos mares; toda a vida tornar-se-á barata, a ponto de qualquer operário pobre se permitir despesas que, presentemente só um milionário conhece (O EXEMPLO, 11-09-1910: 02).

Sobre o âmbito internacional, uma coluna do dia 13 de janeiro de 1911, amparada em informações trazidas de outras publicações, denunciava as condições de vida e trabalho no México governado por Porfírio Dias. Tais assertivas remetiam a uma situação específica do local, embora pudessem servir de conscientização para os brasileiros.

O proletariado ganha ordenados ínfimos, trabalhando 13 ou 14 horas por dia. O camponês é o escravo perfeito: trabalha 10, oito horas por dia, ganhando 300 réis por jornada. Os *peones*, índios passivos, têm a mais horrível sorte que pode esperar um homem. Nas fazendas matam-lhes de trabalho e fome; quando querem ir-se embora, o governo manda caçá-los e entregá-los aos seus donos. Os índios *Yaquis* e *Majas* foram exterminados, porque resistiram. Da moral social, os governadores ou chefes políticos fazem o que querem; apoderam-se das esposas dos outros, mandando o marido para um regime longínquo. E assim vive aquela pobre gente (O EXEMPLO, 13-01-1911: 02).

O ano de 1911 marcou, em Porto Alegre, a existência de uma série de levantes operários contra os flagelos que perpassavam a vida e o trabalho destes cidadãos. O jornal *O Exemplo*, no dia

24 de janeiro de 1911, abria suas páginas para apoiar a greve dos pedreiros, que buscavam a diminuição da jornada para oito horas diárias. Na edição seguinte, o impresso conclamava as demais categorias para que apoiassem com veemência a iniciativa, numa espécie de injeção de ânimo ao movimento dos pedreiros porto-alegrenses. “Operários de todas as classes, sede solidários com os nossos irmãos de infortúnio neste ato de reivindicação, para o ganho da causa, que será uma vitória para o proletariado!” (O EXEMPLO, 05-02-1911: 01).

Porquanto os exemplares pesquisados deste ano (1911) demonstrem vários levantes dos trabalhadores gaúchos, foi também neste mesmo período que o jornal *O Exemplo* expôs de uma vez por todas o seu conteúdo de classe. Ao informar acerca destes acontecimentos, o periódico insuflava as massas populares a repetirem os atos dos seus colegas e a procurarem obter o máximo dos seus direitos. Com algumas vitórias imediatas, isto é, a aceitação forçosa das pautas por parte de alguns patrões, a perspectiva de melhorias se tornava realidade e o jornal operário não poderia figurar distante destes episódios.

Veio a greve para dizer, mais uma vez, que é unicamente pela união que poderão ganhar terreno, na conquista do que lhes é tolhido, aqueles que trabalham sem descanso e com baixa remuneração, para bem poderem ganhar o sustento diário individual e da sua família (O EXEMPLO, 19-02-1911: 01).

A República Velha trouxe para a pauta política o republicanismo. Por outro lado, este momento da história brasileira congregou também a solidificação do início do modo de produção capitalista, bem como das classes dele derivadas: a burguesia e o proletariado. De fato, o desenrolar do século XX e o alvorecer do século XXI trazem consigo muitos fatores que afastam uma ambigüidade dicotômica entre as classes sociais. Na nossa perspectiva, contudo, a essência das desigualdades ainda está intimamente ligada ao processo de produção material da sobrevivência humana, mesmo que sob uma égide muito mais complexa, em que figuram os mais diversos elementos complicadores.

Na Primeira República, portanto, a distância entre a elite e o povo trabalhador (ou excluído também do trabalho) era acentuada, muito pelo caráter inicial das relações de produção, mas também devido à herança colonial discriminatória que insistia em permanecer nas entranhas do novo regime. E a imprensa, o que deveria fazer? Os grandes veículos de comunicação, na maioria dos casos de propriedade vinculada aos empresários possuidores de um aporte financeiro considerável, não seriam responsáveis pela defesa dos interesses dos subalternos – afinal, eram subalternos. Nessa medida, o conceito de imparcialidade não poderia vingar na grande imprensa de maneira contundente. Através da imprensa popular, mais especificamente da imprensa operária, os trabalhadores e oprimidos desta sociedade repleta de vícios e instintos preconceituosos encontravam uma maneira de pressionar a opinião pública e o governo. Mesmo que alguns jornais (como o abordado neste estudo) não estivessem atrelados diretamente a associações ou entidades operárias, o conteúdo que eles tornavam público canalizava as reivindicações do movimento obreiro e resistia frente a novos ataques da classe dominante. Em outras palavras, aqueles que não representavam uma ou outra categoria profissional ou organizativa, representavam de alguma forma (ainda que simbólica) a classe operária em si, na medida em que serviam de ferramenta para uma resistência orgânica e geral dos oprimidos pelo *status quo* da época.

O jornal *O Exemplo*, o “jornal do povo”, trazia em suas páginas a voz dos excluídos, dos negros sem espaço numa sociedade ideologicamente racista, dos trabalhadores explorados e do movimento obreiro atuante. Na visão deste artigo, cuja pesquisa encantou uma mente esperançosa, *O Exemplo* foi mais do que um jornal operário: foi um instrumento de resistência.

## Conclusão

O modo como as pessoas produzem os bens materiais necessários para a sua sobrevivência tem recebido considerável atenção entre os cientistas sociais no decorrer da história humana. Com o esgotamento do sistema feudal, os comerciantes que acumulavam algum dinheiro passaram a ascender na hierarquia societária na medida em que as relações passavam a se dar de formas diferenciadas daquelas entre senhores e servos.

A Revolução Industrial consolidou um novo modo de produção: o capitalismo. No Brasil, o século XVIII e quase todo o XIX ainda mantinham a dominação colonial portuguesa, além da escravidão negra, fatos que obstruíam o completo desenvolvimento das relações capitalistas no país. De qualquer maneira, mesmo que por intermédio de um desenvolvimento desigual e combinado, seus alicerces já estavam fincados nos territórios luso-brasileiros, embora num ritmo muito distante dos acontecimentos ocorridos na Europa.

O capitalismo brasileiro, denominado por alguns de “capitalismo tardio”, não deixou de erguer as duas classes sociais derivadas dos primórdios do seu fortalecimento enquanto conjunto de práticas produtivas. A burguesia e o operariado, por sua vez, tomaram traços característicos de um terreno específico, no qual as heranças da colonização lusitana permaneciam numa série de elementos vultuosos. Grosso modo, as indústrias nacionais da Primeira República (período da solidificação do modelo fabril, que cresceria majoritariamente com o passar do século XX) propulsaram os desentendimentos entre patrões e empregados, tendo em vista a precariedade das condições oferecidas aos trabalhadores assalariados. Ao passo que a elite financeira transformava seus hábitos de vida e consumo, porquanto a urbanização começasse a se tornar uma tendência quase irreversível, o proletariado encarava as privações de um capitalismo deveras rudimentar. Enquanto no Velho Continente o movimento obreiro já alcançara, através de enfrentamentos radicalizados, um determinado grau de resistência, no Brasil a insipiência e a desorganização se configuravam nos aspectos mais freqüentes na rotina destes indivíduos.

No que concerne à abolição, datada de 1888, vigora fundamental o estabelecimento de alguns comentários paralelos. Celebrados como livres e com a alcunha de cidadãos, os negros da República Velha pouco ou quase nada tiveram para comemorar de imediato. O mercado de trabalho, capitalista, tinha o privilégio de escolher aqueles que ocupariam as vagas ociosas, sendo que os contratos eram travados na maioria dos casos com a dominância dos empregadores. Ora, numa sociedade racista, na qual as ideologias do racismo científico continham vasta aceitação, não parece que tais sujeitos de cor estivessem facilmente incluídos, tampouco fossem providas as condições para a sua sobrevivência.

Juntamente ao contexto relatado, o avanço das técnicas de produção incentivou o processo de comunicação de massa. Os jornais passaram a atingir grande circulação e a divulgar ideologias, informações e obras literárias. Panfletos, cartazes e outros impressos também figuravam como novas etapas comunicativas. No entanto – como defendido no desenrolar deste trabalho –, os jornais de maior tiragem, circulação e público leitor estavam intimamente ligados aos capitalistas, seja por eles serem ou seus proprietários, ou mesmo pelo conteúdo encontrado em suas páginas. Na imprensa periódica dominante, eram raras as referências que denunciavam a exploração dos operários e expressavam desgosto quanto aos patrões; quanto aos negros, logicamente, a prática era a mesma.

A organização das classes populares em entidades, sindicatos ou associações de auxílio mútuo passavam a concretizar um embrião de luta para este conjunto de pessoas. Para isso, os indícios demonstram que a vinda de uma volumosa quantidade de imigrantes europeus contribuiu decisivamente, pois eles traziam as ideologias de resistência predominantes no cenário europeu. É importante ressaltar, entretanto, que o movimento obreiro nacional, na sua dinâmica própria, recebeu os estrangeiros como um “reforço”, o que não deflagra uma dependência direta e irremediável para com eles.

O surgimento de jornais operários na República Velha consistiu num fenômeno interessante, estando estes materiais conectados ou não às organizações de classe. Com efeito, o jornalismo



proletário – popular – deste espaço de tempo delatava a situação das fábricas, da comunidade negra, das vilas e moradias operárias. Punha em alerta seu contingente de leitores para a criação de novas entidades, além de noticiar o nascimento de outros impressos dotados deste caráter e auxiliar na organização dos movimentos reivindicatórios, como greves e passeatas. Alguns desses periódicos eram orientados pelas correntes socialistas; outros se alinhavam com as disposições libertárias, ditas anarquistas; contudo, havia aqueles que não aderiam declaradamente a nenhuma das duas, mas também aqueles que julgavam fundamental interligar ambas as perspectivas.

A pesquisa e os esforços teóricos realizados podem não ter servido para muita coisa, na interpretação daqueles que desacreditam os conceitos-chaves aqui propostos. Sem dúvidas, a própria abordagem epistemológica contida nestas páginas obrigatoriamente aceita o descrédito dos seus leitores. Há, todavia, algo mais a se dizer nesse sentido. Quando a escolha cronológica deste estudo remete à República inicial brasileira, não o faz por acaso. Se esta investigação procurasse no século XXI, ou mesmo na última metade do século XX, a estrutura temporal para o desenvolvimento das suas hipóteses, todo o caminho aqui percorrido tomaria outros rumos. Falar em classes sociais atualmente, bem como em movimento operário, significa uma aventura desgastante para qualquer aventureiro experiente. Certamente, a complexidade de uma conjuntura em que a especulação, o virtual e o abandono das ideologias parecem cercar a tudo e a todos tem de ser levada em conta – o que difere de uma postura de aceitação fatalista e desacreditada. Ainda hoje, todavia, a semente da desigualdade social, plantada através da história, rende seus frutos por intermédio da mesma árvore, embora o tempo tenha transformado suas características exteriores.

Os jornais populares da República Velha eram legítimos instrumentos de resistência orgânica dos trabalhadores brasileiros. A análise da publicação porto-alegrense *O Exemplo*, cujos exemplares datam entre 1908 e 1911, permite que a assertiva acima seja defendida com o rigor de um aventureiro inexperiente. Das folhas deste impresso, que não sustentava conexões diretas com entidades de classe, brotavam as reivindicações dos trabalhadores gaúchos, dos negros e oprimidos, seus anseios e prosperidades, suas mazelas e tristezas. Mais do que um simples aglomerado de papéis, é possível argumentar que o jornal *O Exemplo* representava um sonho diluído em necessidades instantâneas, um jornalismo de esperança, um sonho de justiça e oportunidade para todos os seres humanos.

## **Bibliografia**

- CATTANI, Antonio David. *A Ação Coletiva dos Trabalhadores*. Porto Alegre: Palmarinca, 1991.
- FOOT, Francisco; LEONARDI, Victor. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Global, 1982.
- GORENDER, Jacob. *A Burguesia Brasileira*. 8.ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- GRAHAM, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- MORSE, Richard. *Formação Histórica de São Paulo*. São Paulo: DIFEL, 1970.
- PASTORISA, Jorge Luiz. *Comunicação e Militância: a imprensa operária no Rio Grande do Sul (1892-1923)*. Porto Alegre: PUCRS, 1990. Dissertação (Mestrado em História do Brasil), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1990.
- PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. *Guia para o estudo da imprensa periódica dos trabalhadores do Rio Grande do Sul (1874/1940)*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1989.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

RODRIGUES, Raimundo Nina. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil (1894)*. São Paulo: Nacional, 1938.

STEIN, Stanley. *Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil – 1850/1950*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

## Júlia Ribeiro Junqueira

### A edição comemorativa do *Jornal do Commercio* no primeiro centenário da Independência do Brasil: uma memória-histórica<sup>1</sup>

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
juliarj83@yahoo.com.br

#### **Resumo**

As comemorações do centenário da Independência do Brasil, em 1922, se constituíram em um momento ímpar para os intelectuais, para os republicanos e para a elite letrada brasileira. Como novos construtores da nação, esses grupos, através da imprensa, divulgaram idéias, muitas vezes divergentes, que objetivaram desenvolver no Brasil uma maior coesão social. Os periódicos produzidos funcionaram como veículos propagandísticos que buscavam: colocar a nação brasileira em padrões modernos; e consolidar uma unidade, em meio a um território extenso, heterogêneo e ainda pouco conhecido. Nessa perspectiva analisaremos, particularmente, o *Jornal do Commercio* – em um recorte temporal que vai de 1822 a 1831 –, em sua edição comemorativa do centenário da Independência do Brasil. O artigo consiste, portanto, em demonstrar, a partir de uma apresentação selecionada de suas notícias, a história-memória que esse jornal pôde construir.

**Palavras-chave:** *Jornal do Commercio*. Centenário da Independência do Brasil. História-memória.

#### **Abstract**

The hundredth anniversary of the Brazilian Independence, commemorated in 1922, was a very special event for the members of the intellectual elite. As the country builders they spread ideas through the press meaning social cohesion among people from the whole nation. The newspapers started to advertise modern ideas developing a strong sense of identity among a huge and heterogeneous population. Concerning this perspective we analysed the *Jornal do Commercio* between 1822 and 1831, years of Brazilian Independence commemoration edition. The article consists in showing the memory-history that this newspaper displayed through the selected presentation of its historical news.

**Key-words:** *Jornal do Commercio*. Hundredth of the Brazilian Independence. Memory-history.

Enviado em 10 de agosto e  
aprovado em 21 de outubro  
de 2008

---

1. Este artigo é uma versão modificada de um dos capítulos apresentados na monografia — *A Independência como mito fundador nas comemorações do centenário: a formação de uma História-memória no Jornal do Commercio em 1922*, para obtenção do grau de Bacharel em História na Universidade Federal de Ouro Preto, sob orientação do prof. Dr. Valdeci Lopes de Araujo. Foram acrescentados alguns dados e o trabalho também se insere nas pesquisas preliminares do projeto de mestrado iniciado em 2008 na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, sob orientação da prof. Dr<sup>a</sup>. Lucia Maria Paschoal Guimarães.

## Introdução

No Brasil, o século XIX foi marcado por inúmeras movimentações políticas que mudaram os rumos do país. No ano de 1822, devido a necessidade de uma reflexão sobre a identificação pátria, ocorreu no Brasil a Independência e a criação do Império. Nesse sentido, políticos e intelectuais perceberam a importância de se constituir uma identidade nacional para uma nação que traçava novos caminhos. Como define Lucia Lippi Oliveira, “[...] a identidade tem uma dimensão interna em que se acentuam os traços de similaridade e, ao mesmo tempo, uma dimensão externa, que define uma diferença em relação ao outro.” (OLIVEIRA, 1990: 11). Foi através da criação de certas entidades, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que alguns intelectuais iniciaram suas reflexões em torno da construção/legitimação da idéia do que viria a ser a nação brasileira. O Instituto foi criado em 1838, final do período regencial, por um grupo de políticos e de intelectuais da corte do Rio de Janeiro liderado pelo Marechal Raimundo José da Cunha Matos e pelo cônego Januário da Cunha Barbosa. Essa academia pretendia metodizar, arquivar e publicar os documentos necessários para a escrita da História do Brasil. Para Cunha Barbosa: “[...] a academia, recém-criada, deveria chamar para si o encargo de escrever uma história nacional única e coerente.” (BARBOSA, apud GUIMARÃES, 1995: 507).

Guardadas as devidas proporções, projeto semelhante ao do IHGB, foi formulado pelo *Jornal do Commercio* em 1922. Este, em um de seus números, produziu uma edição comemorativa do primeiro centenário da Independência do Brasil.

Devemos festejar a data de hoje com legítimo orgulho. O que fizemos nos cem anos de vida independente é digno do esforço dos nossos maiores como foi formidável e benéfico o trabalho nos tempos coloniais que preparam a nacionalidade que se separou inteiramente da velha metrópole na data que agora comemoramos. (*Jornal do Commercio*, 1922: 01).

O periódico foi fundado pelo francês Pierre Plancher em 1º de outubro de 1827. Quando morava em Paris, Plancher foi editor de *Voltaire*, de Benjamin Constant e de outros intelectuais influentes de seu tempo. Veio para o Brasil devido às perseguições que sofria por suas tendências liberais na época da Restauração, no governo de Luís XVIII. Ao abrir sua oficina de imprensa em território brasileiro, Pierre Plancher trouxe equipamentos modernos e alguns operários especializados. Fundou dois jornais: o denominado *Spectador Brasileiro* que circulou até o dia 23 de maio de 1827; e o *Jornal do Commercio*. Com a mudança de regime na França — queda de Carlos X e a volta da liberdade de imprensa — Pierre Plancher retornou à Paris.

O *Jornal do Commercio*, após a saída de Plancher, teve como sucessores os também franceses Junius Villeneuve, Francisco Picot e Julio de Villeneuve — que mantiveram o importante diário até 1890. Durante esse período colaboraram Justiniano José da Rocha, José Maria da Silva Paranhos, Carlos de Laet, Francisco Octaviano, José de Alencar, Homem de Mello, Joaquim Nabuco e outros intelectuais. Cabe ressaltar que o próprio D. Pedro II, sob pseudônimo, também escrevia para o jornal.

A partir de 1890, o jornal passou a ser dirigido por José Carlos Rodrigues que, quando jovem, fora correspondente do periódico nos Estados Unidos. O *Jornal do Commercio*, então, circulava em três edições — matutina, vespertina e uma paulista. Dentre os novos colaboradores desta nova etapa do periódico estavam Rui Barbosa, que publicou as famosas Cartas da Inglaterra sob o caso Dreyfus, e outros como José Veríssimo, Visconde de Taunay, Alcindo Guanabara, Araripe Junior e Afonso Celso. Cabe dizer ainda que José Carlos Rodrigues mantinha contato com Joaquim Nabuco e com o Barão do Rio Branco, e por isso, também recebia suas colaborações para o jornal.

Após a saída de Rodrigues o Comendador Antonio Pereira Botelho assumiu a direção do jornal, mas ficou pouco tempo nesta função. Logo, seu chefe de redação, Félix Pacheco, já em

1923, se tornou diretor e proprietário do jornal. No decorrer dos anos, o periódico passou a se comprometer com a divulgação de notícias sobre os mercados de capitais; com isso publicava reportagens sobre a vida dos estabelecimentos comerciais, das fábricas, dos bancos, dos estaleiros e do movimento de exportação.<sup>2</sup>

A busca pela identidade nacional mobilizava na imprensa as atuações de intelectuais e de grupos dirigentes. Essas ações podem ser analisadas como constituintes de lembranças que estabelecem ou simbolizam a coesão social ou as condições de admissão de um grupo ou de uma comunidade real ou artificial. Podem estar ligadas à legitimação de instituições ou inseridas no aspecto de socialização, com sistemas de valores e padrões de comportamento (HOBBSAWM, 1984: 17). Inventar tradições constitui um dos artifícios utilizados pelas sociedades modernas, a partir da memória-histórica, para estabelecer mitos de fundação de seus Estados nacionais. No século XIX, por exemplo, a historiografia francesa iniciou a produção dos seus mitos de origem com uma intensa valorização do historiador que permaneceria intrínseco a construção do Estado-nação. Como nos afirma François Dosse: “[...] Durante um século, uma verdadeira sobreposição de consciência nacional e discurso historiográfico constituíam a base da função que parecia natural ao historiador: a missão patriótica, em que ele era meio sacerdote, meio soldado” (DOSSE, 2001: 11). No caso do Brasil, para alguns homens das letras, como os membros do IHGB, o mito de origem seria a Independência, momento que marcaria a fundação da nossa nacionalidade:

A centralidade assumida pela história natural só seria transformada com a emergência do programa das histórias modernas. Sabemos que no Brasil esse programa se constitui ao longo do segundo quartel do século XIX, tendo como seu espaço privilegiado, mas não único, o IHGB. [...] Homens como Januário da Cunha Barbosa, Raimundo José da Cunha Matos e José Feliciano Fernandes Pinheiro participaram ativamente das lutas pela Independência brasileira e mantiveram uma preocupação constante em produzir uma história do Brasil a partir do evento fundador da nova nacionalidade. (ARAUJO & MEDEIROS, 2007: 25).

A memória-histórica substitui, para as sociedades modernas, a memória baseada na oralidade, ou seja, aquela baseada, nos ritos e lendas, na vivência, na tradição e na produção de uma continuidade entre passado, presente e futuro. Contudo, os homens modernos não utilizam mais a memória oral. Devido à aceleração do tempo,<sup>3</sup> eles têm a necessidade da história, “[...] qui est ce que font passe nos sociétés condamnées à l’oubli, parce qu’ emportées dans changement”<sup>4</sup> (NORA, 1984: 18). As temporalidades passado, presente e futuro modificaram-se ao longo da própria História. Segundo Reinhart Koselleck, com a entrada do homem na Idade Moderna houve um processo de diferenciação entre a experiência coletiva e a expectativa do indivíduo, ou seja, o horizonte de expectativa sofreu alterações com as transformações temporais a partir da experiência vivida. No período da Idade Média a forma de relacionar-se com o passado convergia para uma experiência de formato modelar. Buscava-se a visualização da História como “exemplo”, com a finalidade de não incorrer nos mesmos erros que os antigos. O presente posicionava-se como o caminho antecedente para a entrada no plano espiritual divino, sendo essencial viver em conformidade com os preceitos religiosos. Já o futuro demonstrava-se previsível pela perspectiva da chegada do Juízo Final. Para o homem moderno, o passado perpetua períodos de experiência diferentes que não se vinculam a uma História como mestra da vida.

2. Para ter um conhecimento sobre a história do *Jornal do Commercio*, ver SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1977 e BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa (1900-2000)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

3. Sobre o conceito de aceleração do tempo, ver trabalho de KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

4. “[...] é o que nossas sociedades condenadas ao esquecimento fazem do passado”. Tradução livre.



Assim, o presente demanda uma intensidade de vivência singular, pois o futuro torna-se incerto. O tempo fica cada vez mais breve e, ao mesmo tempo, o homem deve assimilar novas experiências em uma velocidade acentuada. Esse processo denomina-se aceleração temporal – característica intrínseca a modernidade – no qual o futuro adquire um caráter desconhecido, proporcionando um aumento no horizonte de expectativa que ao mesmo tempo abrevia os campos da experiência.

O tempo que assim se acelera a si mesmo rouba ao presente a possibilidade de se experimentar como presente, perdendo-se em um futuro no qual o presente, tornado impossível de se vivenciar, tem que ser recuperado por meio da filosofia da história [...]. (KOSELLECK, 2006: 37).

Por isso, a memória-histórica permanece associada a essas identidades inventadas que apresentam uma enorme necessidade de registro e, assim, da escrita, de forma a construir uma linearidade capaz de domar a descontinuidade do tempo.

[...] À mesure même que disparaît la mémoire traditionnelle, nous nous sentons tenus d'accumuler religieusement vestiges, témoignages, documents, images, discours, signes visibles de ce qui fut, comme si ce dossier de plus en plus proliférant devait devenir on ne sait quelle preuve à l'on ne sait quel tribunal de l'histoire [...].<sup>5</sup> (NORA, 1984: 27).

O *Jornal do Commercio*, na edição comemorativa da Independência, afirmou que através da leitura de suas notícias o leitor conheceria a História do Brasil e a própria construção do que viria a ser o Estado nacional brasileiro nos séculos XIX e XX.

As coleções do *Jornal do Commercio*, com a vasta documentação que recolheram, são um museu histórico, uma enciclopédia, uma biblioteca sobre o Brasil. Lendo-se essas coleções sabe-se de tudo. Tudo está nelas consignado. Os acontecimentos anteriores, nos três séculos de Brasil sem *Jornal do Commercio*, estão recordados, analisados, criticados nos artigos de comemoração, de polêmica, de reconstituição, de justificação. Os depoimentos históricos, autênticos, feitos pelos personagens que tomaram parte nos grandes episódios da nossa vida política, abundam nas nossas coleções, fornecendo uma documentação segura e original. (*Jornal do Commercio*, 1922: 05).

No início dos anos noventa houve uma grande preocupação por parte de alguns homens das letras e dos intelectuais em buscar delinear a reconstrução de uma identidade para a nação. Através da imprensa, esses grupos iniciaram “a busca pelas origens” e a avaliação do papel de algumas figuras históricas – fato possível ao se julgar o passado colonial e as realizações republicanas. Suscitaram-se, então, debates sobre a formação e as perspectivas da sociedade brasileira, recolocando, de forma especialmente urgente, o dilema da salvação nacional. A finalidade vinculava-se em alocar o Brasil nos padrões modernos do progresso.

Nesse sentido, pretendemos demonstrar neste artigo, a partir de uma apresentação selecionada de suas notícias, a história-memória que o *Jornal do Commercio* pôde construir durante seu período de circulação. No início do século XX, portanto, são muitos os interessados em propor mudanças para o país, devido ao novo regime: a República. O papel da imprensa, então, teve uma singularidade notória; funcionou como um veículo legitimador de uma imagem de nação brasileira que intelectuais e grupos dominantes buscaram delinear durante as comemorações do centenário da Independência do Brasil. Este fato contribuiu para a definição

---

5. “[...] À medida em que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi, como se esse dossiê cada vez mais prolífero devesse se tornar prova em não se sabe que tribunal da história [...]”. Tradução livre.

de uma memória-histórica oficial e, portanto, indicou o que deveria ser lembrado e o que deveria ser esquecido na história.

### Representações da nação: em busca de legitimidade

A História exerce uma função significativa na cristalização da identidade nacional; o historiador desempenha o papel, por assim dizer, de enraizar o sentimento de nação na população. “A História é, assim, o meio indispensável para forjar a nacionalidade.” (GUIMARÃES, 1988: 14). Uma história-memória constitui um instrumento fundamental para o Estado legitimar suas ações e demarcar as bases de construção da consciência da nação. Como exemplos de uma história-memória têm-se; as festas, os monumentos, o folclore, as datas nacionais, as bandeiras e os hinos — patrimônio arquitetônico — que colaboram para a identificação do nacional pela população. Nesse sentido, a memória permanece usada como instrumento e como objeto de poder.

[...] Histoire, mémoire, Nation ont entretenu alors plus qu’une circulation naturelle: circularité complémentaire, une symbiose à tous les niveaux, scientifique e pédagogique, théorique et pratique. La définition national du présent appelait alors impérieusement sa justification par mirage du passé [...]<sup>6</sup> (NORA, 1984: 21-22).

Para construção de uma consciência nacional deveria-se conhecer a memória-histórica. É necessário retornar ao passado e identificar os mitos de origem pátria também tarefa para os construtores da nação, tornando-se essa assimilação, uma base que sustentasse a identidade coletiva. A questão é explicitada por Michael Pollak:

[...] A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra [...] em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis. (POLLAK, 1989: 09).

A República brasileira utilizou-se desses instrumentos da memória-histórica para a construção de um universo nacional, “capaz de organizar o espaço público num processo de constituição de identidade, implicando tanto a acentuação dos traços de semelhança e homogeneidade, como a diferenciação em relação ao outro.” (MOTTA, 1992: 02). Com a concretização de símbolos, práticas, comportamentos e valores ancorados na vida social, os construtores da nação demarcavam os contornos da constituição de identidade nacional e também os modelos que a legitimariam.

Os republicanos precisavam validar sua história. Contudo, havia anteriormente uma tradição imperial, como as comemorações do 7 de setembro que marcaram a conquista da liberdade com a celebração do ato “heróico” de D. Pedro I. Os governantes, então, sentiram a necessidade de inventar instrumentos que correspondessem com uma nova identidade nacional. “E é no passado que se devem buscar as raízes dessa totalidade que identifica a sociedade e o indivíduo; é preciso combinar o novo com a volta às origens.” (MOTTA, 1992: 13). O processo de construção

6. “[...] História, memória e nação mantiveram, então, mais do que uma circulação natural: uma circularidade complementar, uma simbiose em todos os níveis, científico e pedagógico, teórico e prático. A definição nacional do presente chamava imperiosamente sua justificativa pela iluminação do passado [...]”. Tradução livre.

de uma nação republicana demandava a identificação dos símbolos nacionais-republicanos que marcariam uma nova consciência pátria. Nesse sentido, para construção de uma tradição republicana foram criados heróis, como Tiradentes, e símbolos, como a bandeira, o hino nacional e o calendário cívico. Os positivistas destacaram-se nessa tarefa: detentores de uma metodologia “científica” conduziram um intenso trabalho de reconstrução da memória nacional, procurando situar o novo regime na nacionalidade. Iniciaram os trabalhos com a constituição de um mito de origem, buscando no passado a legitimação desse governo.

[...] O ideal republicano teria sido uma presença constante ao longo da história brasileira, começando pelo Quilombo dos Palmares e pela Guerra dos Mascates, passando pela Inconfidência Mineira, a Revolução Pernambucana, Farrapos e Balaiada, para finalmente concretizar-se em 1889, como a culminância de uma longa luta. (MOTTA, 1992: 13).

É importante esclarecer que os republicanos usaram positivamente certas memórias da Monarquia para estabelecer sua própria lembrança. D. Pedro I identificava-se como uma parte da história que não merecia lugar na memória da República. Contudo, a figura de José Bonifácio — o Patriarca da Independência — foi resgatada como sendo a de homem brasileiro, cientista, favorável ao fim da escravidão, que almejava a ordem e representava a síntese das correntes que construíram a nação brasileira. Havia uma unanimidade geral em torno do papel que o ex-ministro representou na Independência:

[...] Bonifácio, liberal e conservador ao mesmo tempo, possuiria uma ‘coerente’ visão dos objetivos nacionais de longo prazo. Representante ‘único’ de uma tendência que buscara implantar uma política calcada em ‘leis científicas’, rejeitando o ‘idealismo’ liberal que acabara vingando na primeira Constituição republicana, defensor da ordem e da centralização política, o patriarca agradava, especialmente, àqueles que, nos anos 1920, foram responsáveis pela formação de um pensamento autoritário no país [...]. (MOTTA, 1992: 22).

A partir do ano de 1925 realizou-se uma modificação na própria comemoração do dia 7 de setembro. Dessa forma, nesta data, para aproximar essa festa com o ideal de República – e romper de uma vez com a identificação entre Independência e Monarquia – os republicanos celebraram a data com desfiles e paradas militares.

Para criar o imaginário republicano, alguns propagandistas, como jacobinos e positivistas, se utilizaram da simbologia da Revolução Francesa como empréstimo alegórico para a construção da identidade do novo regime. Como exemplos, têm-se o uso da *Marselhesa*, hino oficial francês, e da alegoria feminina da República, que, de acordo com José Murilo de Carvalho, era usado até mesmo antes da proclamação (CARVALHO, 1990: 13). A personagem — a alegoria feminina da República — representava idealmente a humanidade para os artistas positivistas. Havia ainda nesta personagem dois importantes símbolos: a bandeira e o hino. O primeiro, após alguns embates terminou com a vitória dos positivistas, mas incorporando elementos da tradição imperial. A frase “Ordem e Progresso” remetia aos ideais de Comte, mas as cores verde-amarelo permaneciam.

No caso do hino, conservou-se o antigo; foi um triunfo para os tradicionalistas. Apesar da tentativa do novo regime de elaborar uma música própria, manteve-se o velho hino monárquico de Francisco Manuel, que posteriormente teve a letra alterada — uma nova foi escrita por Osório Duque Estrada e apresentada em 1922. Os republicanos não tinham hino próprio e cantavam a *Marselhesa*, pois ela era vista como o hino dos revolucionários de todos os países. Destacavam-se, também, a figura dos heróis como símbolos poderosos — pontos de referência da identidade coletiva — bastante usados por estadistas para legitimar o regime político. O autor José Murilo de Carvalho expressa como seria configurado o comportamento do herói, para ser um panteão cívico:

[...] Herói que se preze tem de ter, de algum modo, a cara da nação. Tem de responder a alguma necessidade ou aspiração coletiva, refletir algum tipo de personalidade ou de comportamento que corresponda a um modelo coletivamente valorizado [...]. (CARVALHO, 1990: 55).

Os principais participantes do movimento do 15 de novembro foram candidatos a heróis do novo regime. Disputavam o cargo simbólico Deodoro, Benjamin Constant e Floriano Peixoto. Entretanto, estes pretendentes ao posto não apresentavam as características exatas daquela corporificação de um panteão cívico da nação. Encontraram-na, então, na figura de Tiradentes, as exigências para atender a mitificação do herói. Na visão dos construtores da nacionalidade, a Inconfidência Mineira, foi um dos acontecimentos que indicaram que o ideal republicano já era acalentado pela sociedade brasileira. O dia 21 de abril, a partir de 1890, juntamente com o 15 de novembro foram declarados, portanto, feriados nacionais.

Mesmo assim os republicanos esbarravam sempre na memória monarquista ao tentar impor sua própria lembrança; como ocorreu no acontecimento do dia 21 de abril de 1923 onde membros do Clube Tiradentes cobriram com tapumes a estátua do Imperador D. Pedro I. O desfecho dessa confusão terminou com a interferência do prefeito do Distrito Federal, Barata Ribeiro, que manteve a estátua do Imperador no mesmo local, contudo a praça onde se localizava a escultura recebeu o nome de Praça Tiradentes. O papel desempenhado pelos monumentos – que compõem os bens culturais associados ao passado, e que estabelecem a ligação passado, presente, futuro — teve grande importância para os construtores da nacionalidade no momento de legitimar seu regime. Percebe-se que essa questão já fazia parte das preocupações de D. Pedro I:

[...] o Imperador, por Portaria de 9 de abril declarou resolver que “não obstante as razões expostas, seja aquela memória inaugurada no próprio sítio do Piranga, em que foi proclamada a Independência Política do Império, e onde por isso as gerações futuras devem celebrar a lembrança de tão extraordinário e feliz acontecimento. (*Jornal do Commercio*, 1922: 44).

Imagina-se como todo o aparelho simbólico chegava ao seu principal destino: no imaginário da população? Os construtores da nação se utilizavam, principalmente, da imprensa, da educação e da oralidade como esferas de atuação do intelectual e do político para propagarem suas idéias. (MOTTA, 1992: 29). Os intelectuais se destacavam por meio de seus pensamentos e sua escrita, e assim colaboravam para legitimar a memória republicana. Este fato contribuiu acentuadamente para a recriação de uma identidade nacional brasileira.

### A edição comemorativa

De acordo com o *Jornal do Commercio*, o leitor ao ler as coleções das notícias conheceria a História do Brasil: [...] é com justo orgulho que se pode dizer que as coleções da folha do jornal constituem os grandes *annas* da nacionalidade. No Brasil não haveria fonte mais abundante de informações. (*Jornal do Commercio*, 1922: 04-05). As palavras do editorial refletem as intenções do *Jornal do Commercio* ao lançar um número comemorativo. O periódico percebeu a enorme fonte documental que se encontrava a sua disposição para fazer uma edição especial. Ao relatar os remotos fatos desde 1822, o jornal não selecionou apenas os acontecimentos consideráveis, mas também os personagens ilustres da História que ele optou por salientar. As palavras do próprio periódico informam o porquê do jornal como documento:

Assim, pareceu ao *Jornal do Commercio* que a melhor forma de comemorar a data do primeiro centenário da nossa independência política seria a que pôs em prática e que este número especial atesta e realiza: — o aproveitamento do próprio material que guarda. Poderíamos reconstituir a história com esses e outros

documentos, mas, tendo o *Jornal* cabedal de tal ordem, seria contraproducente ir buscar em outros lugares o que não falta nas suas coleções. [...] Se não é possível escrever a história do Brasil sem consultar as coleções do *Jornal do Commercio*, não caberia a nós escrever história senão fazendo uma seleção do que nos parece mais apropriado para reconstituir o século de vida independente do país que hoje confirma as alegres esperanças de seus grandes fundadores. (*Jornal do Commercio*, 1922: 05).

Com as análises dessa fonte documental, durante o período de 1822 a 1831, foi possível identificar, portanto, que o *Jornal do Commercio* selecionava, majoritariamente, assuntos sobre política. Foram constatadas, também, publicações sobre economia, cultura, religião e vida cotidiana, mas sobressaíam-se nas publicações, os temas políticos, com destaque especial para a política interna. Pode-se analisar que até mesmo as notícias sobre política externa, em sua grande maioria, constituíam-se assuntos que convergiam para os temas tratados na política interna. Os quadros a seguir demonstram a proporção das publicações:

Quadro 1<sup>7</sup>

Relação das categorias e das percentagens de suas publicações entre os anos de 1822 a 1831

<b>CATEGORIAS</b>	<b>PUBLICAÇÕES</b>
Política	67,06%
Cultura	15,87%
Vida Cotidiana	9,0%
Economia	7,58%
Religião	0,47%

Fonte: *Jornal do Commercio*. Edição comemorativa do centenário da Independência do Brasil, 1922.

Quadro 2<sup>8</sup>

Relação das subcategorias e das percentagens de suas publicações entre os anos de 1822 a 1831

<b>SUBCATEGORIAS</b>	<b>PUBLICAÇÕES</b>
Política Interna	74,03%
Cultura: Artes em geral	30,15%
Política Externa	25,96%
Cultura: História	22,22%
Cultura: Imprensa	19,04%
Cultura: Literatura	14,28%
Cultura: Ciências da Vida	9,52%
Cultura: Ciências Naturais	4,76%

Fonte: *Jornal do Commercio*. Edição comemorativa do centenário da Independência do Brasil, 1922.

7. Foram analisadas entre os anos de 1822 a 1831, o total de 422 notícias.

8. É importante esclarecer que no banco de dados construído para o procedimento analítico, todos os campos das categorias foram preenchidos. Contudo, os campos das subcategorias não foram preenchidos na sua totalidade, pois algumas notícias não corresponderam aos requisitos desse campo. Também houve publicações que completaram no mesmo campo duas subcategorias.



A política ganhou destaque nas notícias do jornal. As publicações referentes a essa temática eram em grande parte ligadas a questões de política interna, destacando os seguintes temas: política governamental, constituições, reformas ministeriais, assembleias; e revoltas regionais (ver Quadro 3). As informações noticiadas revelavam o interesse de D. Pedro I e de alguns de seus ministros em formatar uma unidade territorial para o país. Predominaram nos anos de 1823 e 1824 as notícias relativas ao funcionamento das assembleias e também as relativas as propostas de projeto de Constituição para o país. No ano de 1823, o projeto ficou estagnado, devido à própria dissolução da Assembleia Constituinte por D. Pedro I. Mais tarde, no ano de 1824 a elaboração da Constituição volta a ficar em primeiro plano nas decisões do Imperador. A notícia foi assim exposta pelo *Jornal do Commercio* em 1854:

Há trinta anos, no dia 25 de Março de 1824, o Sr. D. Pedro I jurou e mandou publicar a constituição que nos rege [...]. A Constituição era uma necessidade, era aspiração política do momento; fosse ela feita aqui ou ali, em Portugal ou na Espanha, por comissários competentes ou não, pouco importava: o que se queria é que o país tivesse quanto antes as garantias constitucionais, um governo próprio e representação popular. (*Jornal do Commercio*, 1922: 30).<sup>9</sup>

### Quadro 3

Relação dos temas publicados entre os anos de 1823 a 1824

TEMAS	PUBLICAÇÕES
Política governamental	44,0%
Revoltas	38,66%
Vida Cotidiana	4,0%
Artes	4,0%
Imprensa	2,66%
Economia	1,33%
Literatura	1,33%

Fonte: *Jornal do Commercio*. Edição comemorativa do centenário da Independência, 1922.

Tanto para D. Pedro I como para seus ministros e deputados, a Constituição e a manutenção de um controle sobre grupos revoltosos traduziam a importância de estabelecer um poder simbólico de unidade para os membros da nação. No caso da Constituição outorgada, esta manifestaria, no território nacional, leis, direitos e deveres em comum. O território nacional, portanto, sofreu tentativas de demarcação constantemente, pois o país enfrentava focos de rebeliões em diferentes regiões — como foi o caso da Cisplatina e de Pernambuco, que lutavam por sua autonomia.

[...] Certos movimentos, revoltas e revoluções, ocorridos em distintos lugares e épocas, expressam algumas das disparidades sobre as quais se procurou e procura construir a nação. As diversas constituições revelam isso muito claramente [...]. Desde a Constituição de 1824, o manto imperial destinava-se a criar a ilusão de um Estado nacional em um país cuja sociedade civil estava dispersa na geografia e história [...]. (IANNI, 1994: 160-162).

Os temas sobre política governamental e revoltas continuaram a predominar nas notícias do *Jornal do Commercio* durante o período dos nove anos analisados. (ver Quadro 4). Os principais

9. Notícia publicada originalmente em 26 de março de 1854.

personagens destacados no decorrer deste período foram: D. Pedro I, José Bonifácio de Andrada e Silva, Marquês de Barbacena e General Cochrane. Estes nomes, portanto, foram bastante enfocados e tiveram uma atenção acentuada durante os anos de 1822 a 1831.

Quadro 4<sup>10</sup>

Relação dos temas mais publicados entre os anos de 1822 a 1831

TEMAS	PUBLICAÇÕES
Política governamental	144
Revoltas	83
Vida Cotidiana	29
Política (Segurança, Planejamento e Saúde)	27
Economia	22
Imprensa	18
Política Externa	18
Artes	15

Fonte: *Jornal do Commercio*. Edição comemorativa do centenário da Independência, 1922.

Alguns personagens tiveram um destaque secundário, mas as notícias nas quais eles apareciam faziam também parte do projeto de unidade para o território nacional. As notícias são referentes às intervenções de D. Pedro I em algumas províncias que se encontravam “agitadas”, ou seja, onde as ordens imperiais não eram acatadas e havia revoltas. O Imperador, então, sentiu a necessidade de representar o poder do Império nessas localidades; D. Pedro I, portanto, parte para Bahia .. Em sua patida fez, uma declaração aos fluminenses para explicar sua ausência, por um tempo, da capital do Império:

Se um pai tem obrigação de prover às necessidades de seus filhos, quanto maior não será o dever de um soberano para com seus súditos? Se eu tenho estado entre vós pelo tempo de 18 anos, não terão os bahianos o direito de me possuir entre si, pelo diminuto espaço de um mês? São verdades incontestáveis, e eles são merecedores de uma tal honra. Vóis mui bem o conheceis, e ninguém poderá duvidar da necessidade desta minha deliberação, que além de política, é de justiça. Saudoso de vós me aparto e vos recomendo sossego. (*Jornal do Commercio*, 1922: 49).<sup>11</sup>

D. Pedro I teve sérios desgastes políticos em relação à região da Cisplatina, como informa o jornal. Nos anos de 1825 a 1828, a disputa com Buenos Aires pelo território uruguaio ficou mais acirrada

[...] a desagradável notícia de ter-se ultimamente manifestado na Província Cisplatina uma insurreição movida por muitos súditos do governo de Buenos Aires, que seduzindo os povos desacautelados e reunindo-se ao pérfido e rebelde Fructuoso Rivera tem dado princípio a hostilidades contra o Império do Brasil [...]. (*Jornal do Commercio*, 1922: 42).

10. Nesse quadro estão os temas que tiveram um número relativamente expressivo nas publicações. Dessa forma, foram 356 notícias com esses temas mais relevantes, sendo que as outras 66, os assuntos foram bastante diversos não atingindo pelo menos um número igual ou superior a dez publicações.

11. Notícia publicada originalmente em 1º de fevereiro de 1826.

No mesmo ano de 1825, o Congresso de Flórida declarou a Independência da Cisplatina sob o protetorado das Províncias Unidas; o que provocou uma interferência do exército do Rio Grande na região e a própria viagem do Imperador para o sul em 1826 a fim de examinar a situação. Devido à problemas pessoais, o falecimento da Imperatriz Leopoldina, D. Pedro I retornou às pressas para o Rio de Janeiro. Posteriormente em 1828, já com o Tratado preliminar de Paz, o Brasil sentiria as desastrosas conseqüências da guerra para o país, como nos informa a notícia do *Jornal do Commercio*:

[...] Eis o resultado da inglória campanha do sul: o Brasil perdia parte de seu território, além de cerca de 50 mil contos improficuamente despendidos e oito mil vidas para sempre desaparecidas; a República via desbaratadas as suas finanças, quase aniquilando o seu comércio e de novo surgir o espírito de cudilhagem que, por tanto tempo, teria de maltratá-la [...]. (*Jornal do Commercio*, 1922: 64).

Alguns temas tratados pelo periódico não tiveram uma assiduidade nas notícias e nem ganharam tanto destaque como as questões da Guerra da Cisplatina ou das mudanças ministeriais. Mas em alguns momentos, apesar de secundários, foram publicados no periódico — o que evidenciava, portanto, o valor que esses assuntos assumiam no jornal — como foi o caso de uma matéria sobre a educação primária, tema mencionado bem superficialmente na edição:

[...] Com efeito, desde 1823 eram criadas, aqui nas províncias, escolas primárias de acordo com o método mútuo, ou sistema de Lancaster. Infelizmente, várias causas, entre outras a falta de pessoal habilitado e compêndios adequados, não permitiram por muitos anos que o ensino primário tivesse sombra de execução, vinda a caber a Couto Ferraz, em 1854, como veremos a glória de estabelecer realmente o ensino das primeiras letras em bases sérias e regulares [...]. (*Jornal do Commercio*, 1922: 44).

Posteriormente outra notícia, em 1828, informaria sobre algumas providências que D. Pedro I tomou em relação ao ensino superior — como o lançamento do edital para o concurso da Cadeira das Primeiras Letras e Gramática Latina na Vila de S. Pedro de Cantagalo. Houve também uma preocupação do periódico em começar a definir estatisticamente o Brasil, como se publicou no jornal em 1829 — “[...] Hei por bem criar nesta corte uma comissão de Estatística Geográfica e Natural, Política e Civil, a Repartição de estatística” (*Jornal do Commercio*, 1922: 70).<sup>12</sup>

A partir de 1830 o periódico enfatizou as questões políticas que marcaram o tumultuado fim do governo de D. Pedro I. As notícias indicavam o início da exoneração do Marquês de Barbacena do Ministério da Fazenda. Segundo o jornal, esse ato provocou na opinião pública certa antipatia em relação a figura do Imperador, pois o povo reconhecia que o governante estava manifestando demasiadamente seu poder pessoal. Interessante é a resposta de Barbacena dada a D. Pedro I devido sua demissão. A réplica foi comentada pelo *Jornal do Commercio* que publicou a seguinte nota:

[...] Barbacena agradece ao primeiro Imperador do Brasil a sua magnanimidade, aconselha-o que não vá a Minas, porque lá podia ser recolhido a um hospício de doidos, e lhe anuncia a ruína de seu governo dentro de seis meses. A profecia se realizou. (*Jornal do Commercio*, 1922: 78).

---

12. Fala do Imperador D. Pedro I.

O jornal destacou, também, as notícias que demonstravam insatisfações dos funcionários públicos quanto aos baixos salários. De acordo com o autor da publicação, a troca freqüente dos Ministérios juntamente com outros aspectos, como a falta de reajuste salarial, constituíram um estopim para a abdicação do Imperador. No bloco do ano de 1831 o jornal fez uma apresentação geral sobre o fato. Este manifesta a visão do periódico sobre o acontecimento do dia 07 de abril do referido ano:

Com a abdicação do primeiro Imperador ficou, finalmente, resolvida àquela intolerável situação de contínuas desconfianças, de sérios e repetidos atritos, incompatibilidades e antagonismos, que, desde muitos anos, mil circunstâncias, as mais diversas, haviam criado e mantido entre governante e governados, entre a Nação e seu Chefe. Na verdade, extremamente difícil se tornara o entendimento entre estes dois poderes, ciosos ambos das suas prerrogativas, pouco dispostos às mútuas concessões. Era impossível, por mais tempo, a vida em comum; a separação se impunha, e ela se fez repentina e violentamente. (*Jornal do Commercio*, 1922: 86).

Após a abdicação de D. Pedro I do trono foram feitas no Teatro dos Arcos algumas apresentações em comemoração aos acontecimentos do dia 7 de abril e a aclamação de D. Pedro II que assumia o trono como novo imperador.

No sábado, 7 do corrente (maio), dia em que perfazia um mês a nossa gloriosa revolução, os acionistas deste pequeno, mas elegante teatro, em aplauso a tão memorável acontecimento, determinaram dar uma representação extraordinária [...]. (*Jornal do Commercio*, 1922: 100).

O discurso do periódico, em sua escrita da História brasileira, nos anos de 1822 a 1831, demonstra que se criou no *Jornal do Commercio* uma história-memória vinculada às questões políticas.<sup>13</sup> Os assuntos noticiados não se restringiam apenas a esse tema (ver Quadro 1), entretanto quando se informava sobre cultura, vida cotidiana ou economia, a maioria das publicações convergia para sua interligação com as medidas políticas tomadas pelo Imperador. Vale ressaltar que até mesmo as notícias de arte e de lazer enfocavam os eventos nos quais D. Pedro I sua esposa e seus filhos compareciam.

O aniversário do nascimento de S. M. Imperador e de sua gloriosa aclamação, é em cada ano a mais solene ocasião para o empresário do Teatro Imperial testemunhar ao Seu Augusto Protetor toda a sua gratidão, desenvolvendo a seus augustos olhos os recursos e pompas de um estabelecimento tão interessante. [...] S. M. I. chegou com sua Augusta Família ao teatro às 7 horas em ponto, sendo recebido com grandes aclamações [...]. (*Jornal do Commercio*, 1922: 66).<sup>14</sup>

## Conclusão

A história do Estado foi a mais veiculada pelo jornal nas 422 publicações analisadas. Havia uma preocupação em narrar uma história na qual as ações, reações, vivências e decisões políticas de D. Pedro I, fossem o centro para o qual tudo convergia. Uma história-memória feita a partir de uma história nacional nos remete à escrita da história do século XIX. Os anos oitocentos foi um período marcado por uma intensa produção das histórias nacionais, exercendo influências relevantes para o estudo da escrita da história. Pretendia-se formatar uma história nacional que

13. O conceito de história-memória utilizado nesse trabalho refere-se às análises feitas por NORA, Pierre. "Entre mémoire et histoire". In: \_\_\_\_\_ (org.). *Les lieux de mémoire. La République*. Paris: Gallimard, 1984. t. 1.

14. Notícia publicada originalmente em 15 de outubro de 1828.

privilegiasse o Estado e os homens do Estado. Em sua medida, o *Jornal do Commercio* realizou este projeto quando selecionou, em suas antigas coleções, informações sobre a política imperial. Uma história-memória iniciada com a Independência que convergia para a idéia de continuidade, constante tanto na política como em outros setores: na nacionalidade e na busca pela unidade territorial. Criava-se uma imagem de construção da nação e de um aperfeiçoamento das instituições, apesar dos pequenos contratemplos como as revoltas regionais e as intrigas políticas.

O periódico edificou uma memória-histórica de forma a estabelecer uma linearidade capaz de domar a descontinuidade do tempo. Ele construiu, assim, referenciais temporais: a memória; o esquecimento do passado; a busca da identidade para o presente; e o delineamento de um projeto para o futuro.

[...] Car c'est nous que nous venérions à travers le passe. C'est ce rappot que c'est casse. De la meme façon que l'avenir visible, prévisible, manipulable, balisé, projection du présent, est devenu invisible, imprévisible, immaitrisable, nous em sommes arrives, symétriquement, de l'idée d'un passé visible à un passé invisible; d'un histoire que se cherchait dans le continu d'une mémoire qui se projette dans le discontinue d'une histoire"[...].<sup>15</sup> (NORA, 1984: 30).

A aceleração do tempo provoca o distanciamento de uma memória associada à oralidade, a vivência e ao processo cíclico daquela memória-histórica. Isto proporcionou aos homens modernos uma remissão e/ou representação do passado.

A identidade nacional proposta pelo jornal, por conseguinte, acoplava-se a uma memória-histórica fundada na idéia de uma continuidade constante, pois o periódico pode identificar o ano da Independência como “mito fundador da nação brasileira”, o início de uma evolução que caminharia junto ao desenvolvimento da própria instituição imperial.

A continuidade do Império na República está na própria Constituição republicana. O código de 24 de fevereiro não é mais do que o enxerto das idéias predominantes do espírito constitucional norte-americano, na esplêndida obra-prima de fatura e de técnica — na sólida proclamação de direitos individuais da Constituição do Império. Não houve cópia dos Estados Unidos; houve remodelação da Constituição imperial de acordo com a evolução política. (*Jornal do Commercio*, 1922: 03-04).

## Fonte

*Jornal do Commercio*. Edição comemorativa do centenário da Independência do Brasil. Rio de Janeiro, 1922.

## Referências Bibliográficas

ARAUJO, Valdei Lopes de; MEDEIROS, Bruno Franco. “A história de Minas como história do Brasil”. *Revista do APM*. Ano XLIII, (1) 24-37, jan./jun. 2007.

---

15. “[...] Porque venerávamos a nós mesmos através do passado. É esta relação que se quebrou. Da mesma forma que o futuro visível, previsível, manipulável, balisado, projeção do presente, tornou-se invisível, imprevisível, incontrollável; chegamos, simetricamente, da idéia de um passado visível a um passado invisível; de um passado coeso a um passado que vivemos como rompimento; de uma história que era procurada na continuidade de uma memória a uma memória que se projeta na descontinuidade de uma história [...]” Tradução livre.



- BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa (1900-2000)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 260
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990, p. 166
- DOSSE, François. “A identidade nacional como forma organizadora do discurso histórico na França nos séculos XIX e XX”. In: \_\_\_\_\_. *A História à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo: Unesp, 2001, p. 11-38.
- GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. “Debaixo da imediata proteção de sua majestade imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)”. *Revista IHGB*, Rio de Janeiro, 156(388) 459-613, jul./set. 1995.
- GUIMARÃES, Manuel Luís Salgado. “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, (1) 05-27, 1988.
- HOBSBAWN, Eric. “Introdução: A Invenção das Tradições”. In: HOBSBAWN, Eric & RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. Tradução de Celina Cardim Cavalcanti. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 09-23.
- IANNI, Octavio. *A Idéia de Brasil Moderno*. 2ªed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994, 180 p.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, 368 p.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. *A Questão Nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990, 208 p.
- MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz 100 anos: a questão nacional no centenário da Independência*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1992, 129 p.
- NORA, Pierre. “Entre mémoire et histoire. La problématique des lieux”. In: \_\_\_\_\_. (org.). *Les lieux de mémoire. La République*. Paris: Gallimard, 1984, t. 1. p. XV-XLII.
- POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, (3) 03-15, 1989.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1977, p. 592

Paulo Raphael Feldhues

Imprensa e Cultura Política  
Caminhos do Espaço Público no Estado Novo pernambucano

Mestrando em História  
Social pela UnB  
pfeldhues@yahoo.com.br

**Resumo**

As formas de representação de poder sofreram consideráveis alterações ao longo dos tempos. Desde a invenção da imprensa, por Gutemberg no século XV, até os dias atuais, o uso e o alcance desse meio conheceu uma verdadeira revolução. A força da imprensa como instrumento para o exercício de poder não tardou a ser percebida marcando também as políticas de governo no início do século XX. Nosso estudo pretende focalizar o período de abrangência do Estado Novo brasileiro (1937-1945), trazendo ao centro do debate o jornal Folha da Manhã, criado no início do regime em Pernambuco. Ao direcionar nossos olhares sobre a mídia impressa numa “democracia autoritária”, busca-se estabelecer diálogo entre imprensa e cultura política, atentando sempre às suas implicações sobre o espaço público. Autores como Georges Balandier, Jürgen Habermas, Roger Chartier, Dulce Pandolfi, entre outros, compõem nossas argumentações.

**Palavras-chave:** Imprensa – Estado Novo – Poder.

**Abstract**

The shapes of representation of power suffer considerable alterations up from the time. After the invention from press, for Gutemberg into the 15th century , but also the days you act , the use and the scope of this half she knew only one veritable revolution. The force from press as the means of about to the exercise of power no slow the be sensed , marking also the policies of government into the beginning of the 20th century. Our study pretends to put a spotlight in the Brazil of New State (1937-1945), bringing the center of the discussion the newspaper Folha da Manhã, bred into the beginning of the political system in Pernambuco. The focused our looks above the writemedia on a “authoritarian democracy”, it surch establish dialog among press and policy culture, looking always at your results about the public space. Authors like Georges Balandier, Jürgen Habermas, Roger Charter and Dulce Pandolfi, among another, basement our argumentations.

Enviado em 16 de julho e  
aprovado em 01 de  
novembro de 2008

**Key-words:** Press – New State – Power.

Jacques Revel, em seu trabalho *A Invenção da Sociedade*, retoma as freqüentes viagens realizadas pelos soberanos franceses entre os séculos XIV e XVII, mostrando, a partir daí, que tal empreendimento pretendia restabelecer um poder e um reino em ameaças. O deslocamento do rei reforçava a delimitação do seu território; em outras palavras, ele reafirmava sua posse (REVEL, 1989:108-9). No Estado moderno, por sua vez, o exercício da soberania encontrou expressão através da cobrança de impostos e presença armada.

A primeira metade do século XX acompanhou o nascimento e desenvolvimento de distintos regimes, os quais redimensionaram o uso de instrumentos políticos ampliando suas potencialidades. A utilização de rádios, jornais, revistas e folhetos por governos de nações tão particulares como Inglaterra, Itália, China, Alemanha, Argentina e Brasil, por exemplo, explicita muito mais que um novo formato de comunicação entre Estado e população, demonstra o ingresso definitivo das massas no jogo político. Enquanto a presença física do governante demarcava a extensão de influência do Estado na França analisada por Revel, os meios de comunicação consolidaram-se como prolongamentos do corpo estatal nas primeiras décadas do século passado.

Ainda no século XIX, uma mudança significativa operada em termos de habitat e demografia caracterizava a evolução de sociedades para um contexto perigoso que se daria no século seguinte. Entre 1800 e 1932 a população européia aumentou 165%, ampliando, sobretudo, as cidades industriais, enquanto que, em alguns países, as zonas rurais foram despovoadas. O tradicional espaço do lar, com seus ritos de sociabilidade mais íntimos, tornava-se mero local de passagem, onde pessoas se encontravam entre uma atividade e outra. A impessoalidade da rua cidadina substitui a familiaridade dos contornos da aldeia.<sup>1</sup>

O sujeito comum transformava-se progressivamente em cidadão, cabia-lhe agora o direito de voto e, não raro, era convocado a participar de guerras, que não mais se restringiam ao campo de mercenários. A política externa do Estado transborda neste momento do corpo diplomático inundando todo o cotidiano nacional. O novo homem-de-direito é também cidadão de responsabilidades, refletidas em sua participação na vida pública. Assim, a opinião ganha moldes de instrumento de política exterior. Mais que isso, Jürgen Habermas lembra que as condições econômicas no âmbito do Estado moderno possuem interesse geral, ampliando-se os emaranhados de dependência. Isto é, diferente das sociedades antigas, a relação moderna entre esfera pública e privada dá-se mediante a formação do “social” (HABERMAS, 2003:33). A formação do Estado de Direito, ao consolidar o Estado burguês, institui a esfera pública operando politicamente como um órgão do próprio Estado, a fim de assegurar institucionalmente um vínculo harmônico entre a lei e a opinião pública.

Antes de 1914, Wilhelm Bauer denominou de opinião pública estática os costumes, hábitos e estruturas de uma sociedade – o que se chama atualmente de história das mentalidades –, chamando de opinião pública dinâmica a reação da opinião diante do acontecimento, como uma guerra, por exemplo (BECKER, Jean-Jacques. In: RÉMOND, 1996:187-8). É a opinião pública trabalhada pelas notícias da imprensa que nos interessa aqui. A massificação dos centros urbanos, associada à insegurança do cotidiano industrial e às ameaças de crise econômica e de guerras, contribuiu para gerar uma população “ávida de informações, influenciável e suscetível de brutais reações coletivas” (DOMENACH, 1955:5).

Da invenção da imprensa, ainda no século XV, por Johann Gutenberg, até seu uso como veículo de propaganda política, um longo caminho foi percorrido tendo como um dos obstáculos seu elevado custo. Pouquíssimos jornais conquistaram expressivos números. O *Times* foi uma exceção, contando em 1825 com 17.000 assinantes. Jean-Marie Domenach explica que a existência do jornal moderno foi possível mediante quatro fatores:

- invenção da rotativa, aumentando a tiragem e reduzindo o preço simultaneamente;

---

1. Sobre a relação do cidadão com a modernidade do espaço urbano ver o estudo de Berman sobre Charles Baudelaire e Nicolai Gogol em BERMAN, Marshall. Tudo que é Sólido Desmancha no Ar. São Paulo, Editora Companhia das Letras, 2007.

- publicidade, trazendo novos recursos pela venda de espaços no periódico;
- aceleração da distribuição, possível depois da estrada de ferro, do automóvel e do avião;
- e
- aceleração da informação, após criação do telégrafo e das grandes agências de informação.

Em Portugal é apenas após a Lei da Liberdade de Imprensa, de 1821, que o jornalismo de opinião alcança amplitude no país, evento que já havia acontecido em outros países como a Inglaterra, em início do século XVII, e na França, no último quartel do mesmo século.<sup>2</sup>

(TENGGARRINHA, 1968:80).

Tanto a publicidade comercial quanto a propaganda política repousam sobre o campo do imaginário, solidificando-o como um espaço de confronto. É ainda sob os termos desta construção imagético-discursiva que Marcondes Filho justifica, no caso alemão, o malogro do Deutscher Komunist Partei:

O trabalho ideológico do DKP foi tão pouco convincente, do ponto de vista da convicção, do amadurecimento e da autonomia, que não foi preciso um empenho extraordinário para que as massas operárias se deixassem conduzir pelo discurso aparentemente socialista dos fascistas. (FILHO, 1985:9)

O Ministro da Propaganda do regime nazista, Joseph Goebbels, sabia que muito do sucesso do III Reich se vincularia à imagem do regime sugerida ao povo germânico: “Para nós, a imprensa é a propaganda com meios” (In: FILHO, Op.Cit:11).

As transformações sociais chegadas ao século XX fizeram do contexto político internacional dos anos 30 e 40 um grande barril de pólvora. No momento em que o Brasil entrava no regime estadonovista de Getúlio Vargas, em 1937, a Europa já comportava governos ditatoriais na Alemanha, com Hitler, na Itália, com Mussolini e em Portugal, com Salazar; no ano seguinte, também a Espanha faria parte desse grupo, sendo governada pelo general Francisco Franco. A crise da democracia liberal intensificada pelo crack da bolsa de Nova Iorque em 1929 fez do autoritarismo uma alternativa na aurora dos anos 30. O Estado democrático passava a ser sinônimo de fraqueza.

A sugestão de uma iminente ameaça comunista, fundamentada no “Plano Cohen”, forneceu argumentos para a imposição da ditadura do Estado Novo, em novembro de 1937, por Vargas. Antes de Getúlio, o Brasil não contava com uma legislação específica no que tange à imprensa. O DIP, Departamento de Imprensa e Propaganda, foi criado em 1939, em substituição ao Departamento de Propaganda e Difusão Cultural – DPDC que, em 1934, já havia substituído o Departamento Oficial de Propaganda – DOP, possuindo, ambos, uma limitada estrutura. O novo departamento, o DIP, ganhou um diferencial aspecto técnico. Dirigido pelo jornalista e intelectual Lourival Flores, este órgão deveria “centralizar, coordenar, orientar e supervisionar a propaganda nacional, interna ou externa, servir, permanentemente, como elemento auxiliar de informação dos ministérios e entidades públicas e privadas” (SOUZA NETO, 2000:70).

Maria Helena Capelato, em sua obra *Multidões em Cena – propaganda política no varguismo e no peronismo*, argumenta que tanto a propaganda do Estado Novo quanto a peronista inspiraram-se no nazi-fascismo, ganhando novo sentido ao adaptar-se às conjunturas sulamericanas e influenciando para negar a pluralidade da vida social em troca da construção da imagem de uma sociedade unida e harmônica. As intervenções do DIP pretendiam legitimar o

---

2. A Paris do século XVIII forçene exemplo de que um mundo menos desenvolvido tecnologicamente não impediu o florescimento de uma sociedade ávida por informações. Ver Robert Darnton. *Rede de Intrigas – fofocas, folhetins - as notícias na França do século XVIII*. In: MOTTA, Luiz Gonzaga (org.) *Imprensa e Poder*. Brasília, Ed. UNB, 2002. Coleção Comunicação, 365p.

ideal de unidade nacional, harmonia social, intervencionismo econômico e centralização política (CAPELATO, 1998:19-27).

Talvez o formato mais desenvolvido de uso da imprensa pelo Estado tenha se dado em Pernambuco, ao longo do governo de Agamenon Magalhães, considerado por Vargas uma interventoria modelo. “Deputado estadual, deputado federal, interventor, presidente de partido, governador e ministro de Estado, Agamenon Magalhães ocupou praticamente todos os postos-chaves da vida política do nosso país” (PANDOLFI, 1984:25). Natural do município de Serra Talhada, interior do estado, católico da Congregação Mariana, filho do juiz e deputado estadual Sérgio Magalhães, tornou-se bacharel pela Faculdade de Direito do Recife em 1916. As particularidades do interventor logo seriam demonstradas ao longo de sua administração. Agamenon foi professor de geografia do Ginásio Pernambucano, onde pode demonstrar a influência intelectual do geógrafo determinista Friedrich Ratzel. Em meados da década de 20 ingressou no universo do jornalismo, inicialmente como redator do jornal A Província. Torna-se deputado estadual e, posteriormente, federal; em 1934 recebe convite de Vargas para a pasta do Trabalho, Indústria e Comércio e, em 1937, passa a acumular também o Ministério da Justiça. Deflagrado o golpe que instaurou o Estado Novo, Magalhães assume a interventoria de Pernambuco prometendo, já em seu discurso de posse, trazer “a emoção do Estado Novo”.

Duas semanas antes de assumir seu cargo, Agamenon Magalhães põe em circulação no Recife o jornal Folha da Manhã, o qual seria o porta-voz do regime. Três meses após o início de sua publicação, o jornal passou a contar com duas edições diárias. Enquanto a edição matinal, destinada aos grupos mais abastados, trazia uma linguagem mais trabalhada, a edição vespertina, de valor inferior pela baixa qualidade do papel, continha maior número de imagens, destinando-se ao trabalhador em geral. A edição vespertina, também chamada de “Folha Verde”, pela coloração de suas páginas, trazia uma estratégia diferenciada, visando atingir as massas. As imagens e as manchetes jornalísticas ganhavam maior representatividade, sobrepondo muitas vezes o conteúdo da matéria. A própria formatação dessa edição dificultava uma leitura seqüencial da esquerda para direita e de cima para baixo, pois a variedade de formatos e tamanhos de letras impelia o olhar para uma posição mais adiante. Em carta a Luís Vergara, secretário do presidente Vargas, Magalhães afirmava ter criado a Folha

[...] com o objetivo de ter a serviço do Estado dois jornais leves, exclusivamente de propaganda, nos quais doutrinava diariamente. Concluiu afirmando que a sua pequena tipografia, quatro linotipos e uma impressora instalados num barracão da Travessa Madre de Deus, no bairro do Recife Antigo, existia somente em função de uma propaganda: a do Estado Novo. (ALMEIDA, 2001:166).

A máquina propagandística montada pelo governo ganhou força no momento em que, sem aparente motivo, renunciou em 1938 a então gestão da Associação de Imprensa de Pernambuco (AIP), levando a entidade a realizar eleição, em assembleia extraordinária, a fim de compor nova diretoria. Contando com reduzido número de sócios, foi eleito como presidente o jornalista José Campello, anti-semita declarado, nacionalista, membro da Congregação Mariana e redator-chefe da Folha da Manhã. Erigia-se, desse modo, a arquitetura da imprensa autoritária, agregando aquilo que Gilberto Freyre, em oposição, chamou de “nazi-jesuitismo”. Observa-se que a busca pelo consenso legitimador foi a força motriz geradora do periódico Folha da Manhã. Para Jeremy D. Popkin, a imprensa periódica possui função indispensável em períodos de transição, pois fornece legitimidade às novas leis, tornando o processo público. A formação de um imaginário ideal de unidade, englobando governantes e massas, precisava de um cenário teatral nutrido diariamente com imagens e palavras: tal foi o papel da Folha. Veremos mais adiante como isso se relacionou com os princípios propagandísticos da política do período.

A influência dos governos europeus não foi ocultada. O Estado Novo português possuiu mais afinidades com o regime brasileiro que a mera designação. O forte corporativismo, colocando



cada grupo e indivíduo em seu lugar definido em aparente ausência de conflitos, foi característica comum. Em matéria intitulada *Abastecimento* revela Agamenon Magalhães: “A situação incomparável que desfrutamos de ordem, trabalho, autoridade, confiança e prosperidade, devemos certamente a esse entendimento entre o govêrno e todas as classes do Estado”.<sup>3</sup> A busca pela ordem ou mesmo a idéia de que essa era uma constante na sociedade estadonovista é exemplificada pelas palavras de Novais Filho, prefeito do Recife, que em março de 1943 comenta o carnaval daquele ano:

Um povo que se diverte em meio às maiores expansões, em festas onde há permissão para certos excessos, mantendo-se em perfeita ordem, sem incorrer no mais leve ato de indisciplina, oferece uma prova de civilização. Os festejos de Carnaval, decorridos com tanta tranquilidade e tanta alegria, sem a menor perturbação da ordem pública é um índice magnífico do adiantamento de nosso povo.<sup>4</sup>

Civilização e ordem foram conceitos siameses no discurso governista. Não obstante, o modus “civilizado” do recifense, identificado na disciplina das ruas, aparecia nas páginas da *Folha da Manhã* associado à idéia de que a cidade entrara definitivamente para o seletivo grupo das capitais modernas. Progressivamente a higienização dos espaços públicos, afastando mendigos e ambulantes, tornava-se caso de polícia.

Visto que o xiquexique e a macambira não mais eram suficientes para alimentar o sertanejo em épocas mais agudas de estiagem, inúmeras famílias, exiladas pela fome, desceram para o litoral nas primeiras décadas do século passado. Ao deparar-se com a realidade urbana, o trabalhador deslocado de seu habitat via-se acuado diante das impossibilidades de moradia e alimentação dignas. Sem outra opção, restava aceitar o marginal acolhimento do mangue. “No mangue não se paga casa, come-se caranguejo e anda-se quase nu. [...] O mangue é um camaradão. Dá tudo, casa e comida: mocambo e caranguejo” (CASTRO, 1968:25-26). Neste sentido foi criada a Liga Social Contra o Mocambo<sup>5</sup>, destinada a modernizar o aspecto da cidade acabando com tais habitações. Buscando-se causar uma impressão favorável, o olhar do turista deveria ser direcionado, proibindo-o de fotografar cenários “degradantes” da capital. É curioso observar que a presença do Exército norte-americano no Recife, em decorrência da Segunda Guerra mundial, trazia uma preocupação em particular ao prefeito, externada na *Folha*:

Foi boa essa oportunidade para que eles [americanos] nos conhecessem, e nós, também a eles. E, certamente, após a guerra, toda essa gente vai fazer propaganda do Brasil, mostrar a seus patrícios que nossas condições de vida, o nosso clima e as nossas cidades têm muito colorido, muitas seduções e muitos atrativos.<sup>6</sup>

Muitos métodos utilizados no velho continente foram adaptados em solo brasileiro, atualizando nossos políticos quanto à propaganda moderna. A primeira metade do século XX experimentou uma rápida e exaustiva evolução das práticas propagandísticas. Quando o Ministério da Propaganda da Inglaterra, através do Lord Northcliffe, alcançou com seu trabalho um grande número de deserções no lado alemão, os analistas da propaganda germânica, liderados por Joseph Goebbels, não hesitaram em estudar o sucesso inglês e as falhas alemãs para modificar suas técnicas. Na Alemanha nazista os símbolos dominavam os espaços públicos: hinos, fardas, tochas, bandeiras, tudo em intensa sincronia. A repetição dos símbolos pelas massas durante as aparições

3. Agamenon Magalhães. “Abastecimento”. *Folha da Manhã*, 09/02/1943, p.3, ed.matutina

4. Novais Filho. “Prova de Civilização”. *Folha da Manhã*. 18/03/1943. p.3, edição matutina.

5. Sobre a política de combate aos mocambos no Recife ver GOMINHO, Zélia de Oliveira. *Veneza Americana X Mucambópolis: o Estado Novo na cidade do Recife (décadas de 30 e 40)*. Olinda, Editora Livro Rápido, 2007.

6. Novais Filho. “Americanos no Recife”. *Folha da Manhã*. 01/07/1943, p.03, edição matutina.

de Hitler garantiam ao Führer a coerência da multidão. O cenário não só aterrorizava o adversário, mas também inflamava o devotamento, revestido pelo êxtase ardente. Ao êxito da propaganda nazista não se pode negar a importância da ilusão de onipresença, provocada pelo bombardeio de símbolos, dando a sensação de que tudo remetia a uma mensagem. Líder e Partido estavam nas ruas, fábricas e mesmo nas paredes da intimidade doméstica.

Leis próprias geriram a propaganda política do período, podendo ser visualizadas tanto através dos governos europeus como no Brasil, com o Estado Novo. Domenach, em seu clássico estudo *A Propaganda Política*, encontrou características em comum na propaganda da primeira metade do século XX. Vejamos como as colocações deste autor colaboram com o estudo do caso brasileiro.

1. Lei de simplificação e do inimigo único. A propaganda pulverizada, com grande número de idéias, atacando diversos inimigos, dificilmente atinge bons resultados diante da multidão. A simplificação, portanto, é uma necessidade, dividindo a argumentação em pontos claros. Deve-se enfatizar um objetivo por vez, concentrando a energia discursiva. As campanhas hitleristas souberam bem utilizar está tática quando, mesmo possuindo diversos inimigos, focalizaram-nos em etapas distintas.

A imprensa governista em Pernambuco não fez diferente. O comunista foi o alvo inicial, justificando a existência do regime. A Folha da Manhã noticiava com grande freqüência o perigo das “hordas de Moscou”. Em outro momento, os artigos de José Campello encontravam no judeu o grande inimigo da pátria. Na alternância dos “demônios” a serem exorcizados, vê-se que a particularidade das características do interventor e seu grupo de aliados deram a essa focalização inimigos próprios. Esse foi o caso das manifestações religiosas afrobrasileiras. “Para o fim de cadastrar os ‘terreiros’ e as sessões de ‘baixo espiritismo’, criou-se uma Liga de Higiene Mental, como se se tratassem de casos sujeitos a estudos psiquiátricos” (CAVALCANTI, 1985:21). Edificava-se, assim, mais um inimigo da “civilização”.

2. Lei da ampliação e desfiguração. Toda e qualquer informação que possa vir a colaborar com as idéias do regime deve ser trabalhada de forma ampliada, mesmo que, para isso, seja necessário desfigurar o dado para atingir a sensibilidade pretendida. As notícias importantes não deveriam ser divulgadas em seu “estado bruto”, senão após o devido tratamento ideológico. Desse modo, quando os Estados Unidos enfrentaram problemas com greves no governo Roosevelt, a imprensa nazista não noticiava “Roosevelt realiza uma arbitragem, recusado os grevistas”, mas “Os grevistas respondem à estúpida política social de Roosevelt com a recusa da arbitragem” (DOMENACH, 1955:23). Tal recurso não foi ignorado pelos colaboradores e editores da Folha da Manhã. Até o ano de 1942, quando o Brasil se posiciona, diante do conflito mundial, ao lado dos Aliados, a imprensa divulgou diversos artigos em apreciação a Hitler e Mussolini. O secretariado do governo pernambucano, convocado entre os congregados marianos, não hesitou em aprovar a perseguição semita empreendida pelo regime nazi. As notícias vindas da Europa eram revestidas de preconceito marcante. Sobretudo José Campello em seus textos buscava enfatizar que a cidade vivia a ameaça de tornar-se uma grande sinagoga. Assim sendo, as notícias da fuga de judeus do velho continente ganhavam os seguintes contornos: “levas de judeus chegam em todos os vapores procurando guarida no território nacional: médicos, advogados, farmacêuticos, agiotas, enfim um aluvião de parasitas, desabitados a produzir”<sup>7</sup>. Nota-se que o informe da imigração judia não é infundado. Mas, embora o “jornalismo oficial” não tenha se mantido sobre criações absolutamente irrealis, o dado era revestido de tal forma pela ideologia que a ficção entrava em conflito com a realidade.<sup>8</sup>

7. s/a. “Para sanear o país”. Folha da Manhã. 06/05/1938. p.08, edição vespertina.

8. Não discordamos aqui da posição de Alcir Lenharo ao identificar a “mentira como recurso da dominação” do Estado Novo, mas também é possível observar no período o uso da desfiguração e ampliação de dados verídicos.

3. Lei da orquestração. A repetição exaustiva é uma condição indispensável à boa propaganda. No entanto, a simples repetição pode produzir efeito inverso, levando o público alvo ao tédio, ou mesmo à banalidade do dado. Por isso, a propaganda deve limitar-se a repetir um pequeno número de idéias com formatos diferentes. É vestir com novas cores o mesmo tema. A orquestração consiste em trabalhar um determinado assunto repetidamente em diversos órgãos de propaganda, adaptando sua apresentação a diversos públicos. Um bom exemplo de orquestração propagandística, utilizado pelo governo de Agamenon, foi o combate aos mocambos da cidade do Recife. Se para sustentar que a capital pernambucana entrava com o Estado Novo no conjunto das cidades modernas precisava acabar com as habitações “primitivas”, uma verdadeira guerra foi deflagrada pela imprensa contra essas “moradias insalubres”. A legitimação desse combate deveria formar alicerces no imaginário social. Ao mesmo tempo que a imprensa salientava cotidianamente a importância de acabar com as palafitas, Waldemar de Oliveira, com o grupo Gente Nossa, dirigia o espetáculo Mocambo, encenado no teatro Santa Isabel. O ideário governista vestia-se literalmente de representação teatral, ganhando força em formato artístico. O teatro somava-se a jornais e rádios numa apresentação orquestrada sobre o mesmo tema. O discurso governista repetia-se sob novas vestes.

4. Lei de transfusão. Visando um público vasto, a propaganda não pode contradizê-lo frontalmente, mas, ao contrário, deve postar-se de acordo, a fim de aos poucos moldá-lo. Dificilmente a propaganda ideológica poderá formar um imaginário satisfatório em sua multidão-alvo sem qualquer alicerce previamente existente. Para que uma “nova” idéia possa se fazer cativante é necessário que pareça algo já estabelecido. Isto é, ela firma suas bases sobre um “substrato preexistente”. Isso explica a utilização e manipulação da história pela retórica de Agamenon Magalhães e seus colaboradores em diferentes situações. O passado transforma-se em fonte de legitimação. Faz-se uso de um estoque de símbolos, os quais possibilitam o emprego de uma história idealizada, a serviço dos grupos dominantes da atualidade. A Esso nos dá um bom exemplo dessa aplicação em sua campanha publicitária, ao ilustrar ainda como o discurso publicitário se colocou em harmonia diante da conjuntura política.

Por ora, silenciemos em proveito dos que se batem por nós, e empregamos coração, cérebro e músculos na tarefa imensa de salvar o que Washington, José Bonifácio, Bolívar, O’Hyggins, Sarmiento, Toussaint Louverture e Juarez nos legaram: as patrias livres, deste livre Novo Mundo.<sup>9</sup>

Durante a Segunda Guerra mundial, a Esso, do investidor americano Nelson Rockefeller, aludia ao passado do continente para induzir supostas afinidades, convenientes à posição da empresa norte-americana. A política invadia a propaganda comercial formando um uníssono discurso. A Pernambuco Tramways, companhia de fornecimento de eletricidade do Recife, assegurava sua presença nos principais jornais da capital através de seu simpático representante o “seu Kilowatt”. A campanha por fundos para a guerra, empreendida pelo Estado Novo, encontrou aqui disposto aliado do governo. “Ajude o Brasil a vencer! Comprar ‘obrigações de guerra’ é dever patriótico!”<sup>10</sup>

5. Lei da unanimidade e do contágio. Aqui temos mais uma técnica utilizada por distintos governos. O discurso propagandístico nunca deve falar de uma posição solitária, mas induzir que sua colocação é também a de uma maioria. Assim, fala-se por um grupo, por uma nação – “nós somos...”, “nós estamos...”. Busca-se, dessa forma, criar a ilusão de unanimidade, pois muitas das opiniões são consolidadas por ter o indivíduo a impressão de que esta é a postura unânime de seu meio. O contexto da mobilização popular durante a guerra reforçou o uso dessa tática.

9. Anúncio: “Américas: Máquina do Progresso e da liberdade”. Diário de Pernambuco, 26/09/1943. p.05

10. Anúncio: “Ajude o Brasil a Vencer!”. Folha da Manhã.16/04/1943. p.03, edição matutina.

É preciso que nossa energia não seja maltrabalhada ou gasta inutilmente. **Todos nós** brasileiros, autoridades civis ou simples cidadãos, govêrno ou povo, **estamos mobilizados** sob uma só orientação. **Todos nós somos soldados da Sétima Região Militar** e devemos ouvir os conselhos prudentes do seu grande chefe, que cuida de tudo, identificando-se com os problemas de ordem civil e econômica, coordenando e agindo com inteligência e elevação patriótica.<sup>11</sup> [grifo nosso]

### Considerações Finais.

A Folha da Manhã, tal como foi relacionada, cria o que Michel de Certeau chamou de “espaços”, ou seja, regiões em constante deslocamento, um lugar de dinâmica. A leitura do periódico não foi simples assimilação daquilo ali expresso, mas sim criação de confrontos entre o pensamento do leitor e o texto. Seja feito um entendimento convergente ou não com a ideologia presente nos artigos, cada cidadão estabelece seu próprio deslocamento diante do texto, embora o sentido dado pelo leitor encontre sua particularidade situada no que este compartilha com os outros leitores de sua mesma comunidade de interpretação. A leitura é vista como uma “prática de invenção de sentido”. “A partir de tal fato, devemos compreender que esta invenção não é aleatória, mas está sempre inscrita dentro de coações, restrições e limitações compartilhadas; e por outro lado que, como invenção, sempre desloca ou supera estas limitações que a restringem” (CHARTIER, 2001:33). É por meio do surgimento deste “espaço” – deste deslocamento de sentido – que a imprensa visualiza a opinião pública. Ao compartilharmos do entendimento de Habermas por espaço público, a partir de formas e espaços de sociabilidade, somos levados a identificar o jornal também como um espaço público. Isto se dá na medida em que a Folha, aqui analisada, estabelece comunicação entre diferentes lugares. A esfera privada da leitura e da escrita se comunicam através do texto; mesmo que autor e leitor se posicionem em grupos distintos dentro da sociedade, o espaço público é espaço de comunicação.

Não ousamos afirmar que o discurso oficial através dos jornais fosse totalmente inverídico, mas fica clara a transfiguração da informação após o trato ideológico realizado pelo regime. Ao atingir uma comunicação de massa, a postura do interventor pernambucano toma amplitude de “teatrocracia”. A cidade é um grande palco, onde o imaginário ganha presença ativa. As demonstrações em público das benfeitorias do governo encontram forte eco nas folhas diárias dos matutinos; o Estado é também um “Estado de Espetáculo”. Se a ênfase sobre a necessidade de ordem, submetendo tudo e todos ao Estado Novo, fez com que a função unificadora do poder fosse levada ao seu mais alto grau, pose-se dizer que “o mito da unidade, que se exprime pela raça, o povo ou as massas, torna-se no cenário que rege a teatralização política” (BALANDIER, 1999: 23). A Folha da Manhã, neste sentido, cumpriu o papel de levar o palco para dentro dos lares, contando, como foi visto, com a colaboração de grupos nacionais e estrangeiros.

Preservando as devidas proporções comparativas, os meios utilizados para a propaganda política durante o regime estadonovista em Pernambuco inscreveram-se dentro de um universo político, o qual abrange outros países do mesmo período. A cultura política neste instante tomava o diferencial da comunicação entre Estado e sociedade de massas. É ainda dentro dessa cultura política que identificamos um conjunto de sensibilidades dando significado ao contexto vivenciado. O imaginário criado pela propaganda foi elemento ativo de formação dessas sensibilidades. Dessa forma, Gabriel Almond e Sidney Verba definem cultura política como a expressão de um sistema político de uma determinada sociedade, refletida em seus sentimentos e percepções (ALMOND e VERBA 1963:13).

---

11. Agamenon Magalhães. “A Mobilização”. 20/09/1942, p.03, edição matutina.

Ao entender que a ideologia presente na Folha da Manhã refletiu parte da cultura política do período não se pode concluir, contudo, que as condições sócio-econômicas tenham trazido um condicionamento da produção das idéias. Essa interpretação ocorre, sobretudo, quando se tomam as considerações de Marx, sobre o tema, como uma teorização acabada. Stuart Hall acentua que esse formato de determinismo conduz ao reducionismo econômico. Para Hall, a esfera ideológica também é envolvida pela interseção de interesses sociais orientados. A noção fixa de “ideologia de classe” é substituída por uma concepção de lutas ideológicas, aproximando-se do conceito gramsciano de “guerra de posições”<sup>12</sup> tem-se um terreno de lutas sociais. Também cabe observar as considerações de Pierre Bourdieu sobre o tema. Para o autor,

somente na medida em que tem como sua função lógica e gnosiológica a ordenação do mundo e a fixação de um consenso a seu respeito, é que a cultura dominante preenche sua função ideológica – isto é, política –, de legitimar uma ordem arbitrária. (BOURDIEU. 1999: XII)

Quando Bourdieu indica a legitimação de uma “ordem arbitrária”, entende que toda seleção cultural de um grupo que define o sistema simbólico é arbitrária, uma vez que nem a estrutura nem a função desta cultura derivam de um princípio universal, mantém-se distante de qualquer relação interna com a “natureza das coisas” ou com a “natureza humana”. Ao rejeitar o princípio da universalidade para com o sistema de significação, Bourdieu retoma a noção de valor assumida por Friedrich Nietzsche, o qual defendeu que os valores não são eternos, universais, transcendentais ou metafísicos, mas criações humanas. A Folha da Manhã, nesse sentido, constituiu-se num espaço de propagação ideológica, emanando os valores suscitados pelo regime e buscando estabelecer um consenso sobre estes. Foi por meio desta função política que identificamos um dos vetores de legitimação da ordem social pelo Estado.

Ao compreender que a interventoria de Agamenon Magalhães transborda sua importância ao restrito espaço do regional, procuramos situá-la como recorte do passado político brasileiro, sendo um ponto de possíveis conexões na tentativa de melhor compreender parte da história do nosso país. É assim, por meio desta pequena janela, que visualizamos as relações entre imprensa, espaço público e cultura política em Pernambuco entre os anos de 1937 e 1945.

### Referências Bibliográficas.

- ALMEIDA, Maria da G. A. A. *A Construção da Verdade Autoritária*. São Paulo, Editora Humanitas, 2001. 318p.
- ALMOND, Gabriel A. / VERBA, Sidney. *The Civic Culture*. Princeton, Princeton University Press, 1963. 398p.
- BALANDIER, Georges. *O Poder em Cena*. Coimbra, Editora Minerva, 1999. 152p.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001. 260p.
- BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. 5ª. Edição, São Paulo. Perspectiva. 2003.372p.

---

12. A noção de guerra de posições em Gramsci liga-se às suas reflexões sobre a hegemonia. É por meio de uma batalha, que se desenvolve na esfera cultural, que um grupo social busca firmar sua hegemonia, generalizando (naturalizando) sua cultura aos demais grupos. Como a hegemonia não se apresenta como uma conquista permanente, sua reelaboração inclui novos.



- CAPELATO, Maria Helena R. *Multidões em Cena – propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas, Editora Papirus, 1998. 320p.
- CASTRO, Josué de. *Documentário do Nordeste*. 4.edição. São Paulo, Editora Brasiliense, 1968. 213p.
- CAVALCANTI, Paulo. *A Luta Clandestina (o caso em conto como o caso foi)*. Recife, Editora Guararapes, 1985. 289p.
- CHARTIER, Roger. *Cultura Escrita, Literatura e História*. Porto Alegre, Editora Artmed, 2001. 189p.
- DARNTON, Robert & ROCHE, Daniel. *A Revolução Impressa – a imprensa na França 1775-1800*. São Paulo, EDUSP. 1997. 416p.
- DE CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano – 1. Artes de fazer*. 14ª Edição, Petrópolis. Vozes. 2000. 352p.
- DE PAULA, Marcus Vinicius. *Sombra da iluminura: uma análise iconológica da ilegibilidade*. Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado em Design. 2008. 240p.
- DOMENACH, Jean-Marie. *A Propaganda Política*. São Paulo, Editora Difusão Européia do Livro, 1955. 133p.
- FILHO, Ciro Marcondes (Org.). *A Linguagem da Sedução: A conquista das consciências pela fantasia*. São Paulo, Com-Arte, 1985. 198p.
- GOMINHO, Zélia de Oliveira. *Veneza Americana X Mucambópolis: o Estado Novo na cidade do Recife (décadas de 30 e 40)*. Olinda, Editora Livro Rápido, 2007. 246p.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural na Esfera Pública – investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. 2ª edição. Rio de Janeiro, Editora Tempo Brasileiro, 2003. 398p.
- HALL, Stuart; SOVIK, Liv (Org.). *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG em co-edição com UNESCO, 2003. 436p.
- KUSCHNIR, Karina / CARNEIRO, Leandro P. “As Dimensões Subjetivas da Política: Cultura Política e Antropologia da Política”. In: *Revista Estudos Históricos*, CPDOC – FGV, n.24. 1999/2. 33p.
- LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*. Campinas, Papirus, 1986. 220p.
- PANDOLFI, Dulce C. *Pernambuco de Agamenon Magalhães – consolidação e crise de uma elite política*. Recife, Editora Massangana, 1984. 220p.
- RÉMOND, René (Org.). *Por Uma História Política*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ/FGV, 1996. 472p.
- REVEL, Jacques. *A Invenção da Sociedade*. Lisboa, Editora DIFEL, 1989. 288p.

- SOUZA NETO, José Maria G. *Engenho de Sons, Imagens e Palavras – ditadura e propaganda na primeira metade do século XX*. Recife, dissertação de mestrado/UFPE/CFCH, 2000. 215p.
- TENGARRINHA, José. *História da Imprensa periódica Portuguesa*. Lisboa, Portugália Editora, 1968. 337p.

## O anticomunismo católico em cena: a defesa da propriedade privada e a desconstrução do “paraíso soviético”

Graduado em História pela Universidade Federal de Ouro Preto Mestrando em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP/Franca).  
mamlpereira@hotmail.com

### Resumo

À luz do jornal católico *O Santuário*, órgão oficial da Basílica Nacional, fundado em 10 de novembro de 1900, a intenção deste artigo é discutir como a questão da propriedade privada era percebida pela Igreja Católica. Deste modo, este trabalho tem por objetivo enfatizar o seguinte aspecto: que o tema da propriedade privada está intimamente ligado ao discurso anticomunista da Igreja. Como não poderia deixar de ser, este artigo trata também da relação entre religião e poder na perspectiva de alguns cientistas sociais, com o intuito de aprofundarmos nosso olhar em direção ao anticomunismo em sua vertente católica no Brasil dos anos 1930.

**Palavras-chave:** Anticomunismo católico, política, defesa da propriedade privada.

### Abstract

Based on the catholic periodical *O Santuário*, an official organ of the Basílica Nacional, founded on the 10<sup>th</sup> of November, 1900, the intention of this article is to discuss the question of how private property was looked on by the Catholic Church. Therefore this study is aimed to emphasize the following aspects: that the theme of private property is closely linked to the idea of anti-communism of the church. The relation between religion and power in the perspective of some social scientists is also seen to with the intention of giving special attention towards anti-communism in its catholic perception in Brazil in the 30s.

Enviado em 22 de agosto e aprovado em 30 de outubro de 2008

**Key words:** Catholic anti-communism, politics, defense of private property

## Introdução

*Essas doutrinas exóticas não se adaptam entre nós. O comunismo é a miséria, a desorganização da sociedade, a fome. [...] Quanto ao comunismo, lorota, não pega. Descansem: entre nós não pega. O povo tem religião, o povo é católico.*

Graciliano Ramos

A epígrafe acima, retirada da obra *São Bernardo* do romancista Graciliano Ramos, no momento do discurso proferido pelo personagem padre Silvestre, figura central nas discussões políticas travadas no desenrolar da obra, reverbera, em certa medida, o cenário político brasileiro dos anos 1930. A analogia entre a obra do romancista e o momento histórico torna-se plausível, pois houve nos anos 30 uma espécie de convívio íntimo entre a literatura e as ideologias políticas e religiosas (CÂNDIDO, 1989: 188).

Outro trecho significativo da obra é aquele em que o narrador-protagonista, Paulo Honório, desconfia que a esposa Madalena seja comunista: “Comunista, materialista. Bonito casamento! (...) Mulher sem religião é capaz de tudo” (RAMOS, 1991: 131-132). Mais uma vez padre Silvestre entra em cena para afirmar que a religião caracteriza-se como “freio”. Tal argumento nos remete a uma certa passagem da *Encyclica sobre o comunismo*<sup>1</sup>, na qual Pio XI assevera que um freio é necessário tanto ao indivíduo como à sociedade e mesmo os povos bárbaros tiveram este “freio na lei natural que Deus esculpiu na mente de cada homem. [...] Porém si se arranca do coração dos homens a idéia mesmo de Deus, naturalmente, são impulsionados por suas paixões á mais desenfreada barbarie”.<sup>2</sup>

Por outro lado, convém ressaltar que a abolição da propriedade privada já preocupava a instituição, mesmo antes da Revolução Russa de 1917, mais especificamente a partir do final do século XIX. Dito isto, chamaremos atenção para o fato de que foi a partir dos anos 1930 que a Igreja Católica elaborou um discurso sistematizado a respeito do “perigo” que os comunistas representavam para a civilização e a religião cristã, mormente no que tange à defesa da propriedade privada. As reflexões que deram origem a este artigo fazem parte de uma pesquisa maior, um projeto de iniciação científica financiado pela FAPEMIG, sob a orientação do professor Doutor Sérgio Ricardo da Mata do Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).<sup>3</sup>

## O anticomunismo no Brasil: debate historiográfico

Passamos agora a avaliar a contribuição de alguns trabalhos que no campo historiográfico nortearam nossa compreensão acerca do tema.

Em que pese seu caráter heterogêneo, o anticomunismo – entendido como um conjunto de idéias, de representações e de práticas de oposição ao comunismo (BONET, 1984: 34) – tornou-se força decisiva nos embates políticos do mundo contemporâneo, principalmente a partir do período de entreguerras do século XX. O catolicismo consubstanciou-se numa das “principais fontes matriciais a fornecerem argumentos para elaboração das representações acerca do ‘perigo vermelho’” (MOTTA, 2002: 15).

<sup>1</sup> “Encyclica sobre o comunismo (continuação: dolorosos efeitos)”. *O Santuário*, 26 de junho de 1937, p.1.

<sup>2</sup> Idem, ibidem.

<sup>3</sup> Devemos destacar que o jornal católico *O Santuário* foi amplamente utilizado como fonte de pesquisa histórica em nosso projeto “Atrás da cortina de ferro”: as representações do comunismo em *O Santuário* na conjuntura 1935-1937.

Sob o prisma das lideranças católicas o comunismo era um inimigo irreconciliável, e em última instância os comunistas representavam um desafio à sobrevivência da religião. A ação empreendida pelos revolucionários de esquerda correspondia à continuação da obra destruidora da Reforma, motivada pelo mesmo anseio de destruir a “verdadeira” Igreja e a ordem social baseada em seus ensinamentos. Para além do temor da conquista das classes trabalhadoras pela nova doutrina, o comunismo era concebido como “inimigo absoluto”, pois questionava os princípios básicos da instituição. Propugnando uma visão de mundo materialista, o comunismo destituiria os seres humanos de suas características espirituais, “trataria direitos considerados naturais – a propriedade, o pátrio poder, o casamento – como contratos que poderiam ser facilmente desfeitos” (RODEGHERO, 2002: 393-394). Portanto, a filosofia comunista opunha-se aos pressupostos básicos do catolicismo.

As políticas implementadas pelo governo soviético a partir da Revolução de 1917 fizeram com que o temor dos católicos se intensificasse, concomitante à sua disposição anticomunista. Empenhados em eliminar a influência religiosa, os bolcheviques perseguiram as instituições religiosas, prendendo, executando religiosos e fechando templos. Todavia, segundo Rodrigo Motta, a Igreja sentiu-se de fato ameaçada na década de 1930 no contexto da Guerra Civil Espanhola, uma vez que o alvo das perseguições anticlericais era agora uma nação católica. Em meados de 1936, quando a luta entre republicanos e *franquistas* radicalizou-se na Espanha, as instituições católicas organizaram uma campanha mundial cujo intento era denunciar as supostas atrocidades cometidas pelos comunistas no país.

A Revolução Soviética, momento em que os bolcheviques ascendem ao poder na Rússia, trouxe entusiasmo e esperança aos revolucionários de esquerda, pois transformara uma promessa e uma possibilidade teórica em existência concreta. A crise experimentada pela sociedade liberal no contexto pós – Primeira Guerra e o substancial crescimento da influência dos ideais comunistas obviamente causaram forte impacto nos setores conservadores do mundo ocidental. No Brasil as manifestações anticomunistas vêm à tona logo após a Revolução de 1917, período denominado por Rodrigo Patto Sá Motta como “primórdios do anticomunismo no Brasil”. Segundo o autor, as representações anticomunistas construídas e propaladas no Brasil a partir de 1917 foram tributárias de modelos estrangeiros, sobretudo da Europa ocidental entre os anos de 1920 e 1930. Entre 1917-1935, a repressão ao comunismo foi motivada substancialmente pela necessidade dos governos de se defenderem dos seus opositores. Ainda nessa perspectiva, de acordo com Elizabeth Cancelli (CANCELLI, 1994), dentre todos os inimigos construídos pelo Estado os comunistas foram os que mais impulsionaram a ação da polícia durante o governo Vargas; a perseguição aos comunistas ganhou fôlego entre 1930-37, mas adquiriu maior intensidade de 1935 a 1937, como resultado dos acontecimentos de novembro de 1935. Para Eliana Dutra (DUTRA, 1994) as insurreições de novembro de 1935 marcam o início da inserção do comunismo como grande tema nacional e, até a instalação do Estado Novo, é em seu nome que o Estado prende, tortura e censura.

A análise empreendida pela historiadora Carla Silva (SILVA, 2001) acerca do fenômeno do anticomunismo no Brasil entre 1931-34 é de extrema importância para o estudo do tema, tendo em vista que configura-se como um contraponto aos trabalhos supracitados, pois a autora comprova a existência de campanhas anticomunistas no período anterior à “Intentona Comunista”. A historiadora defende que o anticomunismo é um fenômeno constantemente presente na história nacional no período republicano, se manifestando em diversos setores sociais. Seu trabalho mostra que a partir do Governo Provisório de Vargas (1931-34) foram criadas as condições para que os vários setores das elites políticas nacionais optassem por propostas autoritárias em face da “visualização do perigo comunista”.

O clero brasileiro empenhou-se maciçamente para “re Cristianizar” a população do país, que em sua ótica estaria se afastando cada vez mais dos ideais cristãos. Ademais, o “fortalecimento da postura de combate ao comunismo derivava do medo que a hierarquia sentia em relação a uma possível penetração da ideologia inimiga nos arraiais católicos” (MOTTA, 2002: 23).



Vale também mencionar aqueles trabalhos que contemplaram os jornais como fonte privilegiada de pesquisa histórica. O trabalho do historiador Germano Molinari Filho (MOLINARI FILHO, 1992) contribuiu substancialmente nos estudos devotados ao tema, principalmente por chamar atenção para a importância dos jornais como fonte de pesquisa para os estudos que privilegiam o anticomunismo como pedra de toque da análise. Germano Molinari Filho adotou o jornal *O Estado de São Paulo* como fonte central de sua análise, com o objetivo de acompanhar através das matérias do mesmo toda produção discursiva jornalística a respeito do comunismo entre os anos 1930 a 1937. Em linhas gerais, seu trabalho traz à tona o embate entre dois projetos políticos: de um lado, a ideologia liberal defendida pelo jornal, de outro, a ideologia comunista. No que tange à construção do mito do comunismo no Brasil, assistimos “a uma mitificação incessante do social e a incessante utilização do recurso mítico para o exercício do poder” (MOLINARI FILHO, 1992: 18). No campo da Linguística certamente destaca-se o trabalho empreendido por Bethania Mariani. Ao utilizar como ferramenta de abordagem a análise do discurso, Mariani questiona até que ponto o discurso jornalístico-político sobre o PCB pode ser considerado um elemento atuante na construção da imagem do comunista como inimigo. Neste ponto em que o discurso político e jornalístico se aproximam, para a autora basta enfatizar que o discurso jornalístico “[...] coloca o mundo em uma ordem que é a sua e a dos valores ocidentais. Deste modo acaba assegurando um mundo semanticamente estável, onde o Bem é o anticomunismo em função dos consensos, explicações com encadeamentos de causa e efeito etc., que vão sendo organizados” (MARIANI, 1998: 122). Analisando jornais católicos e não católicos, Maria Isabel de Moura Almeida (ALMEIDA, 2003) volta-se para o estudo do fenômeno anticomunista em Goiás, cujo recorte temporal é o período de 1935 a 1964. Para efeito de análise, estudar o anticomunismo a partir de 1935 justifica-se, pois a partir de novembro de 1935 “o anticomunismo ganhou maior substância se disseminando e consolidando-se no Brasil. [...] No pós-35 o anticomunismo se constitui também em um forte elemento de aproximação entre a Igreja e o Estado” (ALMEIDA, 2003: 15). Em seguida, Maria Isabel de Moura Almeida defende a seguinte hipótese: “[...] o discurso anticomunista da imprensa goiana funcionou como um instrumento ‘pedagógico’ cujas estratégias discursivas realizam a tarefa de explicar e didatizar sobre o comunismo/comunistas” (ALMEIDA, 2003: 16-17). Já o historiador Francis Andrade assinalou recentemente que “a principal e mais nefasta consequência dessa histeria anticomunista vigente ao longo do século XX no Brasil e no mundo foi a limitação castradora de qualquer debate político inclinado à mais simples tentativa de equalização entre as classes sociais” (ANDRADE, 2006: 152).

No entanto, a reavaliação das teses de Rodrigo Motta proposta por Teresa Malatian orientou com mais acuidade nosso olhar sobre o fenômeno do anticomunismo. Enquanto Rodrigo Motta argumenta que o anticomunismo seria um movimento de reação, de contra-ofensiva, relacionado à expansão e ao crescimento de partidos e ideais comunistas a partir do advento da Revolução de 1917 na Rússia, Malatian apresenta o anticomunismo “como um componente da política que tem raízes anteriores a este evento, e solidamente enraizado na cultura política ocidental derivada do catolicismo antiliberal do século XIX” (MALATIAN, 2003: 175). Seguindo o rastro de sua interpretação, houve uma releitura das idéias antiliberais do século XVIII, para no século XX fazer frente ao anarquismo, ao socialismo e ao comunismo, o que denota o quão profundas e antigas são as raízes do anticomunismo católico.

A Igreja colocava-se na mesma posição das Forças Armadas nas comemorações do aniversário do levante de 1935, alertando os fiéis a respeito de quanto os comunistas já haviam prejudicado o país. Logo, tanto a Igreja como o Estado buscavam legitimidade utilizando o ‘perigo vermelho’ como uma ameaça que lhes cabia enfrentar em nome da sociedade como um todo. A relação estabelecida entre Igreja/Estado na repressão ao comunismo ganha força a partir de 1935. Mas é em nome da ordem, da disciplina, da harmonia, da Pátria, do antiliberalismo, do corporativismo e do anticomunismo – valores fundamentais para as duas esferas – que os laços

entre Estado e Igreja se atam, sobretudo a partir do novo regime dos anos 30 (MATA, 1996a: 111-112). Segundo Sérgio da Mata, a postura da hierarquia católica em relação aos “inimigos da fé” era a mesma desde a colônia. O protestantismo, a maçonaria, o liberalismo, o positivismo, e posteriormente, o comunismo, ocuparam o lugar das manifestações religiosas africanas no rol da intolerância “em relação aos concorrentes no mercado de bens religiosos” (MATA, 1996a: 121). De um lado, a Igreja Católica brasileira hasteia a bandeira em prol da ordem, do outro, os “inimigos da fé” lutam pela construção de uma ordem distinta. No que diz respeito ao comunismo o conflito torna-se inevitável, já que aos olhos do catolicismo o comunismo representava uma ameaça à ordem social, moral e religiosa.

### **Religião e Poder: perspectiva teórica**

Pretendemos nesta seção apresentar, de forma sucinta, nosso arcabouço teórico, a fim de caracterizar a contento o fenômeno do anticomunismo, inserindo-o no debate das fronteiras, se é que de fato existem, entre a esfera religiosa e política no âmbito da vida social.

De acordo com Marc Augé, na perspectiva filosófica ou antropológica geral a noção de religião é passível de ser comparada com o conceito de ideologia. Deste modo, seguindo o autor, caracterizar a religião enquanto uma forma pura da ideologia significa reconhecer-lhe um papel totalizador e de ligação, elemento que expressaria o caráter religioso da ideologia. No entanto, não poderíamos descartar a leitura inversa das relações entre religião/ideologia, presente na história (em geral) e no campo das idéias (em particular). A este respeito, conforme Augé, “trata-se então de denunciar ao mesmo tempo o erro e a mentira da religião, o cinismo e a hipocrisia dos princípios da Igreja, em suma: o caráter puramente ideológico da religião no sentido mais estrito do termo” (AUGÉ, 1994: 193). Longe de se chegar a um consenso no campo das ciências sociais no que tange ao problema da separação entre o político e o religioso, cumpre-nos reconhecer que “quem fala de religião, fala de poder – fala portanto de ‘política’, de ação (ainda que sob a forma, inversa, de não ação), de ideologia” (MATA, 1996b: 148).

Claude Rivière, por exemplo, advoga que não há movimento político que não recorra a manifestações públicas ritualizadas, cujo caráter simbólico se assemelha às liturgias, cerimônias, festas e ritos religiosos. Mais adiante, o autor sublinha que toda religião “pretende um monopólio da gestão do sagrado” (RIVIÈRE, 1989: 14) e define a religião como aquela esfera “onde o homem projeta aquilo que não domina na ordem do cosmos, das sociedades e dos homens, lugar do não-transparente, da força misteriosa (mana), da autoridade absoluta protegida por tabus” (RIVIÈRE, 1989: 14-15). Em suma, Rivière assevera que à semelhança de toda religião que almeja ser um sistema de explicação do homem e do universo, assim como um sistema que guie a ação do indivíduo para salvaguardá-lo dos imprevistos e dos obstáculos da vida social, o político também pretende elaborar-se em torno de crenças e valores fundamentais, tais como: pátria, partido, revolução, humanidade, paz, república..., os quais exigem devotamento, solidariedade e sacrifício... (RIVIÈRE, 1989: 20-21). Mais: assim como o indivíduo ou mesmo grupos locais que investem na religião como medida de prevenção face às incertezas e inseguranças da vida, os regimes políticos, partidos e movimentos recorrem a manifestações ritualizadas para expressar o querer ser da coletividade que representam, desenvolvendo, dessa forma, a autoridade através da fé. Georges Balandier realiza uma intervenção profícua neste debate ao sustentar que “[...] o poder torna sagrado, separa, põe os súditos de lado, como os fiéis em face das divindades – bem que a política e a religião se aparentam. Requerendo esta transformação radical, o poder impõe um procedimento para efetuá-la” (BALANDIER, 1982: 17).

Para Durkheim há uma correlação existente entre as estruturas sociais e as estruturas mentais, correlação intermediada pela estrutura dos sistemas simbólicos, isto é, língua, religião, arte etc. Em outros termos, “a religião contribui para a imposição (dissimulada) dos princípios

de estruturação da percepção e do pensamento do mundo e, em particular, do mundo social” (BOURDIEU, 1992: 33-34).

Ao conceber como baliza teórica a religião como sistema simbólico estruturado, Bourdieu afirma que “[...] a religião está predisposta a assumir uma função ideológica, função prática e política de absolutização do relativo e de legitimação do arbitrário [...]” (BOURDIEU, 1992: 46). Ou seja, a religião legitima as propriedades intrínsecas de um estilo de vida singular, associadas a um grupo ou classe pertencente a uma posição determinada na estrutura social. Já que a religião cumpre funções sociais, os leigos contam com ela para que lhes forneça uma explicação plausível não só sob a ótica existencial, mas também que justifique sua posição social. Como bem observa Bourdieu, as funções sociais desempenhadas pela religião em nome de um grupo ou de uma classe distinguem-se de acordo com a posição que este grupo ou classe ocupa na estrutura das relações de classe e na divisão do trabalho religioso. Lembrando que para Durkheim tal divisão existe em qualquer sociedade, uma vez que em casos específicos alguns homens exercem uma influência direta sobre a vida religiosa em decorrência da importância de seu papel na vida social.

Bourdieu atribui à estrutura dos sistemas de representações e práticas religiosas, presente nos diferentes grupos ou classes, papel preponderante no que tange à perpetuação e à reprodução da ordem social, pois contribui para consagrá-la, isto é, santificá-la. Esta estrutura una e indivisa se organiza sob duas formas: num primeiro momento ao justificar a hegemonia das classes dominantes; no segundo ao contribuir para “o reforço simbólico da representação dominada do mundo político e do ethos da resignação e da renúncia diretamente inculcado pelas condições de existência” (BOURDIEU, 1992: 53). Para que uma prática religiosa (para Bourdieu uma ideologia religiosa) obtenha êxito, ou seja, para que ocorra a mobilização propriamente religiosa, se faz necessário escamotear o interesse político subjacente que determina e sustenta este tipo de efeito, tanto da parte daqueles que o produzem, quanto daqueles que o recebem. Portanto, parte integrante deste intento consiste em crer na eficácia simbólica das práticas e representações religiosas. No limite, “os especialistas religiosos devem forçosamente ocultar a si mesmos e aos outros que a razão de suas lutas são interesses políticos” (BOURDIEU, 1992: 54).

A Igreja ocupa lugar destacado no combate pelo exercício legítimo do poder religioso no âmbito das instâncias religiosas e na estrutura da distribuição do capital religioso. Tal fato se deve à sua capacidade de impor o reconhecimento de seu monopólio. Com vistas a perpetuar-se, a Igreja busca impedir a *entrada no mercado de novas empresas de salvação* (as seitas e as comunidades religiosas independentes), assim como a busca individual de salvação. Dessa forma, a Igreja enquanto aparelho de tipo burocrático, reivindica eficazmente o monopólio do exercício legítimo do poder religioso sobre os leigos e da gestão dos bens de salvação. O propósito específico da Igreja reside em contribuir para a manutenção da ordem simbólica, melhor dizendo, para o reforço simbólico das divisões da ordem política, mormente “pela imposição de um modo de pensamento hierárquico que, por reconhecer a existência de pontos privilegiados tanto no espaço cósmico como no espaço político, ‘naturaliza’ (Aristóteles costuma referir-se a ‘lugares naturais’) as relações de ordem” (BOURDIEU, 1992: 71).

Mesmo que a posição da Igreja na estrutura do campo religioso se alinhe à posição das classes dominantes no campo do poder e na estrutura das relações de classe, elemento que favorece a conservação da ordem política e, por conseguinte, a conservação da ordem religiosa, Bourdieu conclui que este fator não exclui possíveis conflitos entre o poder político e o poder religioso. A este respeito, Kowalewski e Greil nos fornecem a pista: devemos estar atentos às condições estruturais em que a Igreja se posiciona a favor ou não do *status quo*. A hipótese-base sustentada pelos autores é a de que a estrutura das relações entre religião e elites políticas em grande medida determina o grau do envolvimento da Igreja em movimentos de contestação da ordem. Em última análise, “o grau de envolvimento da religião em movimentos revolucionários dependerá substancialmente das relações estatuídas entre Igreja e elites políticas e, igualmente,

da participação dessas elites nas organizações religiosas” (KOWALEWSKI & GREIL, 1990: 516).

## Igreja Católica e Comunismo: a defesa da propriedade privada

*A doutrina da Igreja é a única que pode produzir a salvação contra a ideologia comunista*

Pio XI.

Partiremos da leitura do artigo de Jonathan Luxmoore e Jolanta Babiuch (LUXMOORE & BABIUCH, 1999) para circunscrever a questão da propriedade privada no universo doutrinário da Igreja Católica, principalmente através das encíclicas papais, para em seguida mostrarmos de que forma esta questão acentuou ainda mais o conflito entre estas duas visões de mundo, isto é, entre estas duas ideologias.

Uma das teses centrais do artigo intitulado *The Catholic church and communism (1789-1989)*, reside na idéia de que a Igreja Católica se permitiu ser surpreendida pelo avanço das desordens econômicas e sociais e, inicialmente, foi incapaz de promover respostas efetivas frente ao avanço dos movimentos de cunho marxista e socialista. Por outro lado, a primeira referência de caráter formal ao comunismo surgiu na encíclica *Qui pluribus* (1846), onde o papa Pio IX já alertava os fiéis a respeito da doutrina do comunismo, vista como “a maior oposição à lei natural”, levando em conta que “destruiria completamente os direitos do homem, suas propriedades e fortuna, e até a própria sociedade humana” (LUXMOORE & BABIUCH, 1999: 302). Convém destacar que o documento veio à tona dois anos após Marx descrever a religião como o “ópio do povo”. Não obstante, fatores como o aumento de agitações comunistas e socialistas, estas intimamente ligadas aos excessos e injustiças da Revolução Industrial, assim como a disseminação das teorias revolucionárias de Marx através da publicação do primeiro volume de *O Capital* (1867), fizeram com que a aliança entre a Igreja e os regimes vigentes na Europa estremecesse. A partir do fim de 1860, os pronunciamentos papais focalizaram a necessidade de uma reforma econômica e social para contrabalançar a alienação e a insatisfação dos trabalhadores europeus. Mesmo assim, as autoridades eclesiásticas insistiam na necessidade de um equilíbrio entre as partes componentes do corpo político – uma visão de ordem social desigual, porém harmoniosa e justa, que Durkheim chamou de “Solidarismo”. Em março de 1870, quatro meses antes da ratificação do dogma da infalibilidade papal, um *postulatum* do Primeiro Conselho do Vaticano reconheceu abertamente que o “mal do socialismo” tinha sua origem na ganância dos empregados, e exigiu deste mesmo Conselho o esclarecimento dos ensinamentos da Igreja no que tange à relação entre empregador e empregado. Sob o prisma do novo papa Leão XIII, quando da publicação da encíclica *Quod apostolici muneris* (1878), o liberalismo anti-clerical e o capitalismo também deveriam ser culpados pelos infortúnios das classes trabalhadoras. Contudo, mesmo que o capitalismo fosse apontado como fator-chave na promoção da pobreza e miséria do mundo moderno, as propostas socialistas – uma comunidade de bens, a abolição da propriedade privada, uma sociedade sem classes – também violariam os ensinamentos católicos e a lei natural.

Após a tomada do poder pelos revolucionários de esquerda na Rússia em 1917, o Vaticano adotou uma política cautelosa em relação ao regime bolchevique de Lênin. As esperanças das autoridades eclesiásticas em firmar um acordo com o Estado soviético ruíram graças às práticas anti-religiosas demonstradas pelo novo regime. Pio XI enfatizou em 1931 na encíclica *Quadragesimo anno* que o comunismo pretendia e, por conseguinte, disseminava a luta de classes e a completa abolição da propriedade privada. O Sumo Pontífice sabia que a reforma social católica falhou ao não encontrar uma resposta eficaz à pobreza e exploração das classes trabalhadoras, já que exortações à caridade não seriam suficientes na união de forças em nome do combate à “grande massa de revolucionários”. O caminho apontado pelo papa seria o de uma sociedade harmoniosa,



“uma comunidade de comunidades”, que não dependesse nem do liberalismo e muito menos do socialismo. Ademais, buscava-se a interação dos atores sociais como maneira de reestruturar a sociedade, esta pautada pelo princípio da solidariedade. Em contrapartida, o papa estava ciente da atração exercida pelo comunismo, mormente entre intelectuais europeus. No limite, em conformidade com Pio XI, o comunismo ao oferecer um “pseudo-ideal de justiça, igualdade e fraternidade” e um “falso misticismo” acabou perpetrando uma atmosfera de exploração e pobreza. De fato, para Luxmoore e Babiuch, a postura do Vaticano no final dos anos 1930 falhou ao reconhecer que, com ou sem comunismo, a emancipação social e política do século gerara demandas contínuas que poderiam somente ser encontradas por intermédio duma compreensiva reflexão sobre a presença da Igreja na sociedade, e o papel do Cristianismo inserido em outras correntes filosóficas e intelectuais (LUXMOORE & BABIUCH, 1999: 306).

Torna-se igualmente importante – após traçarmos este breve panorama das relações entre a Igreja Católica e o comunismo na Europa – avaliarmos o impacto do discurso anticomunista católico no Brasil, sem perder de vista as observações de Bourdieu, já que o conteúdo do discurso religioso limita-se aos interesses religiosos daqueles que produzem, difundem e recebem a mensagem religiosa.

Segundo Pierre Sanchis, a Igreja Católica no Brasil foi uma das instituições-chave mais empenhadas em elaborar os chamados “retratos do Brasil”, através de mensagens globalizadoras, que procuravam dar conta do processo histórico brasileiro. Em outras palavras, a Igreja foi “peça” fundamental na produção de ideologias nacionais, “instrumentos estratégicos para a conquista, ou reconquista, de uma hegemonia” (SANCHIS, 1989: 09). Para Sanchis, um dos “retratos” recorrentes utilizado em diferentes situações históricas é o do “Brasil-Pátria”. Leitura do Brasil elaborada desde o início da República até os anos 1920, esta ideologia ocupará espaço substantivo na arena do debate cultural, ideológico e político acerca da identidade brasileira, onde catolicismo e nacionalidade encontram-se profundamente imbricados. Entre 1920 e 1960, a instituição eclesiástica vislumbrou construir a identidade brasileira a partir do tema “Brasil-Nação”. Foi neste período, portanto, que a Igreja buscou de forma persistente junto ao Estado brasileiro seu reconhecimento no papel da definição e conservação da “alma da Pátria”, bem como na formação da consciência e do caráter nacional.

Além do tema do “regime comunista na Rússia”, constatamos a presença de outra temática relevante para a produção jornalística do jornal *O Santuário*, a saber, o “operário”. No nosso entender, a questão do operário foi contemplada pelo discurso anticomunista, pois esteve estritamente vinculada ao “retrato” construído pelos católicos no que concerne à realidade social vivida no país dos soviets. Em síntese, tais temáticas adquiriram destaque no noticiário veiculado pelo jornal por dois motivos que julgamos centrais: em primeiro lugar, os católicos almejavam desconstruir a imagem da URSS como suposto Estado proletário e, ao mesmo tempo, pretendiam construir um discurso que apontasse o Estado soviético como mantenedor das desigualdades sociais. Em contrapartida, cumpre-nos frisar que os artigos/matérias cotejados tornaram viável uma melhor compreensão quanto à postura da instituição eclesiástica frente às questões sociais mais pungentes dos anos 1930. O artigo a seguir é revelador quanto ao nível de entendimento da Igreja Católica no que tange às relações sociais empreendidas no mundo do trabalho, marcado, em sua ótica, pela diferença entre operários cristãos e comunistas. Note-se que no princípio do artigo o autor emprega o rótulo “falsos amigos” para designar os comunistas e/ou socialistas. Sob o prisma dos católicos, os chamados “falsos amigos” teriam criado o ambiente propício ao desenvolvimento da luta de classes, fomentando no “coração dos operários” o ódio ao “patrão”. No final do artigo verifica-se a presença de um dos elementos mais caros ao cristianismo, qual seja, a caridade. Portanto, o artigo ilustra as premissas básicas que deveriam nortear a vida social do operário católico:

Cuida que te defendas contra as explorações dos teus falsos amigos.



Os teus falsos amigos – não o conheces?

AQUELLES que derramam no teu coração o ódio ao patrão, a cubiça do capital – que atijam a luta das classes.

AQUELLES que te fallam do imperialismo negro, dos Jesuitas indesejáveis, da inquisição, sem elles saberem de que estão fallando nem tu entenderes o que estão dizendo.

AQUELLES que te fallam sempre dos teus direitos para viverem à custa do teu trabalho.

AQUELLES a quem nunca terás a coragem de pedir uma codea de pão, uma cuiá de farinha ou uma penca de bananas porque te dariam com a porta na cara, ou se te dessem alguma coisa, seria ou para comprar o teu voto, ou para te roubar a consciêcia.

AQUELLES que te levam em charola quando estão com fome – que te fusilam quando estão “arranjados”.

AQUELLES imprestaveis que nenhum patrão quer, que gritam, berram e nunca trabalham.

De que precisas?

De não ficares isolado

De não pensares só em ti

De cumprir o teu dever social

De conhecer melhor a tua dignidade humana tantas vezes sacrificada para zelar interesses que não são os teus.

Lembra-te por fim!

Que o CAPITALISMO dando-te trabalho te dá o pão.

Que o CAPITALISMO só deve ser condemnado quando passa a ser DITADURA ECONOMICA contra a qual protesta com vehemencia o teu defensor e amigo o Santo Padre.

Que o SOCIALISMO nunca te fará feliz porque não conhece o que é, o que quer e que faz a CARIDADE.

A CARIDADE pertence exclusivamente a um Deus que foi teu companheiro de proletariado, ao Homem-Deus, Nosso Senhor Jesus Christo<sup>4</sup>

Padre João Batista, o mais importante articulista do jornal *O Santuário*, teceu severas críticas ao regime implantado na Rússia, por intermédio de seus artigos/editoriais. O redator pretendia esvaziar o argumento dos comunistas, minando qualquer discurso que apresentasse a Rússia como o “paraíso dos operários”. Neste sentido, padre João Batista chega a empregar a associação comunismo = “pai da mentira”. De fato, para muitos católicos “os comunistas não são apenas transfigurações arquetípicas da morte: são também ‘mentirosos’, o que atesta o seu caráter demoníaco. Pois o demônio é o ‘pai da mentira’ (Jo 8, 44)” (MATA, 1998: 77). Para Sérgio da Mata, esta referência certamente contribuiu para que a mentira viesse a ser caracterizada como um dos atributos de Satã mais recorrentes no imaginário cristão. Nesta acepção, podemos perceber o vínculo demônio = pai da mentira = comunismo. O articulista advogava, por exemplo, que o regime soviético solapou a realidade social do país, relegando o povo à miséria e não à liberdade, a uma tirania atroz que devastou a classe operária. Em síntese, segundo o periódico *O Santuário*, via padre João Batista, “o comunismo em toda parte é o mesmo que na Rússia”, portanto, competia aos católicos “desmascará-lo” a fim de impedir o avanço de seus ideais.

Na esteira das observações de Balandier, “todo sistema de poder é um dispositivo destinado a produzir efeitos, entre os quais se comparam às ilusões criadas pelas ilusões de teatro” (BALANDIER, 1982: 06). Nos termos do autor o poder engendra a “teatrocracia”, sendo ela quem delimita as formas de arranjo da sociedade e a organização dos poderes e, por conseguinte, regula a vida cotidiana dos homens em coletividade. Em síntese, um dos

<sup>4</sup> “Operário!”. *O Santuário*, 23 de fevereiro de 1935, p. 2. Caixa alta no original.

instrumentos por meio do qual o poder político conquista a subordinação é a teatralidade. A perspectiva teórica de Balandier permeia nossa análise das relações entre Igreja/Estado e Igreja/Sociedade no Brasil dos anos 1930 no que concerne ao comunismo, posto que tanto a Igreja como o Estado transformaram “durante algum tempo a cena política em teatro trágico, pois que a meta do drama é a morte física ou moral daqueles que o poder acusa em nome da salvaguarda da forma e dos valores supremos da sociedade” (BALANDIER, 1982: 10). O jogo da ordem (Igreja e Estado) e da desordem (comunismo e comunistas), indissociável no plano social, leva a um confronto tendendo para a “guerra santa”, onde cada um dos dois termos visa o desaparecimento do outro. O processo de inversão da ordem não necessariamente implica em sua derrubada, dela é parte constituinte, ele pode inclusive ser utilizado para reforçá-la. Destarte, na leitura católica o mundo se encontrava dividido em dois campos: “de um lado os que defendem a civilização cristã; do outro, os novos barbaros, que empunham a bandeira rubra da revolução marxista”.<sup>5</sup> Vale destacar que o processo da inversão intervém na definição das categorias sociais, em sua repartição em superiores e inferiores, em “boas” e “más”. Tudo é pautado, afirma Balandier, segundo “as categorias do positivo: a ordem e o conformismo, e, do negativo: a desordem e o desvio. A inversão, que troca um dos registros pelo outro, é uma subversão da sociedade, da civilização e, mais do que isso, da natureza” (BALANDIER, 1982: 44). Portanto, os adeptos do comunismo, além de negarem Deus e a religião, pregavam a comunidade de bens, negando o direito de propriedade, destruindo a idéia de família ao romper com os laços do matrimônio e, por extensão, pretendiam rasgar as normas e as leis da moralidade sobre as quais se alicerça toda verdadeira civilização. Sendo assim, “estabelece-se que a desordem do mundo é maléfica, diabólica, que o homem que para ela contribui ou a ela se abandona, está fora de si, possuído pelos demônios, atirado da sociedade para o povo das trevas” (BALANDIER, 1982: 44).

### **O anticomunismo n'O Santuário (1935-1937)**

Através de artigos/matérias pesquisados no periódico católico *O Santuário*, constatamos que aos olhos do clero brasileiro acabar com a propriedade privada seria um projeto irrealizável por parte daqueles que sonhavam com a sujeição do mundo à ditadura comunista. Conforme podemos ler no fragmento abaixo, os católicos pretendiam esmiuçar o ideário comunista para melhor defini-lo enquanto “inimigo”, sublinhando os seguintes aspectos:

Communismo é uma doutrina ou um systema de governo que consiste na supressão do direito de propriedade pelo direito de rapina ou roubo, supressão do direito de sangue ou da família pela dissolução do casamento e pela transferência dos direitos paternos ao Estado, supressão da personalidade humana substituída por uma servidão ou escravidão ao governo, ao vicio, ao erro. No communismo, os pobres a principio roubam aos chamados burguezes, depois o Estado rouba a todos e se torna o unico proprietario, distribuidor de terras, de viveres, etc. estabelecendo a mais execravel das tyranias [...].<sup>6</sup>

Em suma, estes seriam os elementos que legitimariam o emprego da tirania, do assassinato, da depredação, da violência e da força praticada pelos “partidários do credo vermelho” na Rússia e na Espanha. Melhor dizendo, o Estado comunista seria o responsável pela distribuição equânime dos bens mediante o uso da violência, promovendo, dessa forma, a “guerra aos ricos e burgueses, aos potentados e trabalhadores, obrigando-os todos a servir à comunidade: os filhos não pertencem aos paes, as mulheres a seus maridos, os bens ao seu dono, o trabalho ao operario, os

<sup>5</sup> “Os catholicos e o marxismo”. *O Santuário*, 26 de setembro de 1936, p.1.

<sup>6</sup> “Que é o communismo?”. *O Santuário*, 20 de junho de 1936, p.2.

campos, as casas etc. a seus proprietários”.<sup>7</sup> Pois bem, cabe acrescentar mais uma apreciação crítica de Balandier, já que os sistemas de poder utilizam sua capacidade de manipular o processo da inversão, atendendo única e exclusivamente aos seus interesses. *Grosso modo*, o grande jogo do poder é mostrar, através de uma dramatização ritual, que não há outra alternativa para a ordem estabelecida do que o arbitrário e a ameaça de caos (BALANDIER, 1982: 47).

A Igreja Católica participou efetivamente da dinâmica política deste período, ao produzir e designar os desviados, leia-se comunistas, como maneira de servir à causa de uma ordem social divinamente organizada. Sendo assim, as autoridades eclesásticas apontaram os comunistas como agentes nefastos, inimigos internos e externos, visto que “a eliminação do culpado restabelece uma espécie de sociedade purificada” (BALANDIER, 1982: 43). Competia à esfera política e religiosa o papel de “utilizar com violência todos os recursos do imaginário para reabsorver sempre os espaços da não-conformidade, da liberdade e da mudança” (BALANDIER, 1982: 44-45), pois o comunismo pleiteava “levar a todos os países as suas idéas de combate contra Deus e de subversão da ordem social estabelecida por Deus”.<sup>8</sup> Muito além de uma manifestação espontânea, o anticomunismo pertence a um discurso da *ordem* extremamente elaborado, fundamentado, organizado e difundido pela Igreja. Como bem adverte Malatian, o anticomunismo especificamente católico é um fenômeno que antecede a Revolução Russa de 1917 e a fundação do Partido Comunista Brasileiro em 1922, na verdade remete-se a projetos anarquistas, socialistas e comunistas do XIX e à dinâmica das sociedades capitalistas, “tendo configurado com a recusa à *desordem* um discurso antiiluminista, antiliberal, contra-revolucionário, anticomunista, que propunha a chamada ‘terceira via’ ou uma leitura triangular do campo político” (MALATIAN, 2003: 176). A encíclica *Quadragesimo anno*, de 1931, corrobora com esta afirmativa ao sublinhar a necessidade de reorganização da sociedade em sentido oposto aos moldes do socialismo e do comunismo, e ainda, rechaçando a ordem capitalista liberal, ao oferecer como alternativa à luta de classes um modelo de organização corporativista que promovesse a colaboração entre elas.

Num dos pontos da Encíclica *Divini Redemptoris*, (também chamada de “Encíclica sobre o comunismo” pelos articulistas do jornal *O Santuário*), editada pelo Sumo Pontífice em março de 1937, Pio XI sublinha alguns fatores que explicariam fundamentalmente a difusão do comunismo: em primeiro lugar, o abandono a que a economia liberal relegou a grande massa de operários; em segundo, a propaganda eficaz empreendida pelos comunistas e, por último, o chamado “silêncio” inexplicável de grande parte da imprensa mundial diante das supostas vilezas praticadas pelos comunistas, sobretudo na Rússia e na Espanha. Como é possível que o comunismo se espalhe e ganhe tantos adeptos? Pio XI lamenta que a difusão do sistema se dê como decorrência de:

[...] um falso ideal de justiça e de igualdade que o comunismo faz brilhar aos olhos da multidão [...] sob pretexto de procurar tão somente melhorar a sorte das classes laboriosas, de suprimir abusos existentes, causados pela economia liberal e obter a repartição mais equitativa das riquezas – objecto perfeitamente legítimo, sem nenhuma duvida, e aproveitando-se da crise economica mundial, o comunismo conseguiu fazer prevalecer a sua influencia [...].<sup>9</sup>

Um ponto extremamente contraditório nos intriga: ao recomendar aos fiéis o desprendimento dos bens terrenos, que não constituem o verdadeiro bem do homem, enfatizando que a caridade cristã deve levar todos os seres humanos a compadecer-se dos males que sofrem, por que a Igreja Católica insistia na defesa da propriedade privada? Talvez a resposta venha através de uma outra pergunta: este caso específico não exemplificaria uma extensão do campo

<sup>7</sup> “Choque de Ideas”. *O Santuário*, 08 de agosto de 1936, p.1.

<sup>8</sup> “Christo vence”. *O Santuário*, 12 de dezembro de 1936, p.1.

<sup>9</sup> “Encyclica do Papa sobre o comunismo”. *O Santuário*, 03 de abril de 1937, p.1.

sagrado ao político, como bem atenta Claude Rivière? Na linha de raciocínio de Ernest Troeltsch, a questão da atitude das igrejas face ao problema social também inclui a atitude delas face ao Estado (TROELTSCH, 1936: 32). A Igreja, portanto, teve à sua disposição duas teorias completamente diferentes para guiá-la frente aos problemas sociais e políticos: a teoria concernente à Lei Natural e a teoria do absolutismo teocrático. Seguindo Troeltsch, diante de tais problemas, a Igreja valeu-se, por um lado, da “Lei Natural Cristã” como forma de tolerar a situação social. Por outro, a Igreja aprendeu como ajustar a realidade social às prerrogativas da Lei Natural. Dito de outro modo, Troeltsch assevera que a teoria cristã da Lei Natural é uma “doutrina prática”, sendo necessário ter em mente que tal doutrina distingue os aspectos espirituais do Cristianismo dos aspectos práticos de sua relação com o mundo. Cada vez mais, entretanto, a atitude da Igreja coincidiu com aquela do Estado no que diz respeito à resolução dos problemas sociais (TROELTSCH, 1936: 158). Em síntese, as questões que permeiam a análise de Troeltsch podem ser pontuadas da seguinte maneira: 1- Qual a real influência das doutrinas sociais religiosas sobre os outros grupos sociais?; 2- Qual a real influência das igrejas sobre os fenômenos sociais?; 3- Que influência as igrejas recebem do mundo político-social?

Retomando, na continuação da Encíclica (publicada pelo *Santuário* no dia 19 de junho de 1937), Pio XI persevera na afirmação de que por trás do comunismo escondia-se uma falsa idéia de redenção. Ou seja, um pseudo ideal de justiça, de igualdade e de fraternidade no trabalho que perpassava toda a doutrina, revestida de um falso misticismo. Através deste documento, Pio XI pretendia deixar bem claro ao universo católico o que em sua ótica seriam as contradições do comunismo, sobretudo no campo da vida social, pois os comunistas “[...] se esforçam em fazer mais agudos os antagonismos que surgem entre as diversas classes da sociedade; e a luta de classes, com seus odios e com suas destruições, adquire o aspecto de uma cruzada pelo progresso da humanidade”.<sup>10</sup>

O comunismo trataria o indivíduo perante a coletividade como simples “roda” e “engrenagem” do sistema. Não só: a ausência da autoridade estabelecida por Deus e pelos pais também chamava atenção dos católicos, pois no comunismo o que regulava as relações entre os homens era o princípio da absoluta igualdade. Somente em prol da coletividade tornava-se possível abrir mão deste princípio. O trecho a seguir é emblemático no que diz respeito à questão da propriedade no regime comunista, como componente que fundamenta as relações de poder entre os indivíduos, mas, é claro, traduzido de forma dramática pelo Sumo Pontífice:

[...] Neste systema não se attribue aos individuos nenhum direito de propriedade sobre os bens da natureza e sobre os meios de produção, porque, como são fontes de outros bens, sua posse poderia conduzir ao poder de um homem sobre o outro. Por isto precisamente deverá ser destruída radicalmente qualquer classe de propriedade privada, como a primeira fonte de toda escravidão economica [...].<sup>11</sup>

É importante não esquecer também a influência exercida pela *Carta Pastoral e Mandamento do Episcopado Brasileiro sobre o Comunismo Ateu*, documento coletivo do episcopado brasileiro que veio à tona em setembro de 1937 e cuja temática está voltada sobretudo para o “problema comunista”.<sup>12</sup>

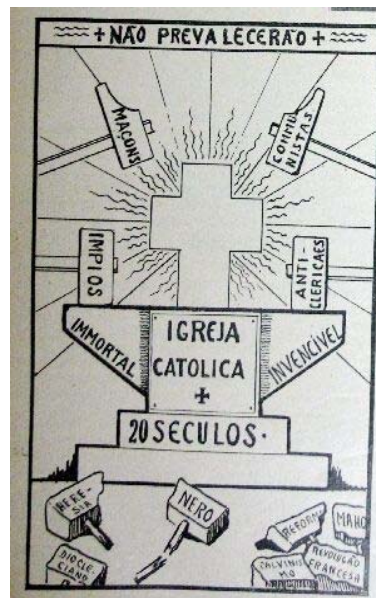
A interpretação, realizada pela Igreja Católica, dos fatos e do procedimento adotado pelos comunistas nos anos 1930 nos leva à argumentação aqui esboçada, a de que uma das

<sup>10</sup> “Encyclica sobre o comunismo: doutrinas e fructos do communismo”. *O Santuário*, 19 de junho de 1937, p.1.

<sup>11</sup> Idem, ibidem.

<sup>12</sup> “O Communismo Ateu: Carta Pastoral e mandamento do Episcopado Brasileiro”. *O Santuário*, 25 de setembro de 1937, p.1. O conteúdo do documento segue as teses centrais do Papa Pio XI: “O comunismo é intrinsecamente perverso: não se pode admitir, em campo nenhum, a colaboração com elle da parte de quem quer que deseja salvar a civilização cristã”.

formas encontradas pela instituição para minar o avanço do proselitismo do ideário comunista foi a produção de um discurso, cuja tônica voltava-se para a caracterização do comunismo enquanto uma doutrina falaciosa que pretensamente defenderia a distribuição equânime dos bens, a igualdade das classes, o proletariado e a liberdade de consciência. Por conseguinte, era com o comunismo que a Igreja disputava o espaço ideológico. Valores como ordem, disciplina, unidade, moralidade e respeito à autoridade, subjacentes ao catolicismo, e que marcaram a sociedade brasileira desde sua origem, estavam sendo ameaçados pela subversão moderna, laicista, anarquizante e socialista. Cabia ao Estado defendê-los, “mas ele será impotente para esta tarefa sem a presença institucional a seu lado de um catolicismo organizado, militante, livre” (SANCHIS, 1987: 11). No que tange à questão do anticomunismo católico, aos sistemas políticos e ao que Balandier chama de “encenações de poder”, torna-se plausível sustentarmos que “o que se impõe desde logo é o fato da apresentação espetacular da vida social não se separar de uma representação do mundo, de uma cosmologia traduzida em obras e em prática” (BALANDIER, 1982: 14). Como diz o antropólogo, o imaginário coletivo governa as práticas ritualizadas, tendo “não somente uma eficácia simbólica como também um alcance político. Elas produzem uma representação da sociedade que é, ao mesmo tempo, uma ilustração e uma contestação” (BALANDIER, 1982: 55).



Fonte: *O Santuário*, 1936 p. 232

A gravura acima, sob o título *Quem vencerás?* (sic) foi retirada da edição de 1936 (p. 232) do suplemento literário do jornal *O Santuário*. O suplemento é um almanaque, criado em 1927, que traz uma síntese anual aos leitores católicos dos principais acontecimentos de ordem religiosa, política e social. Nesta figura fica patente a idéia de que a Igreja Católica sentiu-se de fato perseguida durante sua existência. Os martelos simbolizam os grandes inimigos históricos da instituição. Os inimigos ao chão foram vencidos, tais como os imperadores romanos Nero e Diocleciano, a Reforma Protestante, os calvinistas, a Revolução Francesa, etc. Ainda na arena de combate aos ensinamentos cristãos os maçons e os comunistas ocupam o primeiro plano. A imagem nos dá indícios de quem sairá vencedor, uma vez que sob o signo da imortalidade e da invencibilidade a cruz (utilizando como arma raios de luz), representando a instituição, parece vigorosamente enraizada.

Com base nesta rica fonte de pesquisa histórica, cabe reproduzir o “decálogo do socialismo comunista”, retirado de um artigo do suplemento literário *Écos Marianos da Basílica Nacional*, também da edição de 1936 (p. 94-95):



Primeiro mandamento: Odiar e aborrecer a Deus.  
 Segundo: Maldizer o nome de Deus.  
 Terceiro: Profanar o domingo e as festas.  
 Quarto: Desprezar o pai e a mãe.  
 Quinto: Matar sem escrupulo.  
 Sexto: Adulterar á vontade.  
 Sétimo: Roubar tudo o que se puder.  
 Oitavo: Fingir para reinar.  
 Nono: Desejar a mulher do próximo.  
 Décimo: Semear a revolução universal.

A título de conclusão deixo uma pergunta em aberto: se para Durkheim a função da religião consiste substancialmente em fornecer aos homens, enquanto indivíduos, o meio de se sentirem em sociedade, seria possível pensarmos que o anticomunismo serviria como instrumento para que os católicos se sentissem atuantes no processo político do período?

### Referências Bibliográficas:

- ALMEIDA, Maria Isabel de Moura. *O anticomunismo na imprensa goiana: 1935-1964*. Goiânia: UFGO, 2003. Dissertação de Mestrado em Sociologia.
- ANDRADE, Francis W. de Barros. *Igreja Católica e Comunismo: articulação anticomunista em periódicos católicos (1961-1964)*. Niterói: UFF, 2006. Dissertação de Mestrado em História.
- AUGÉ, Marc. Religião. In: *Enciclopédia Einaudi*. Maia, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1994 (vol. XXX).
- BALANDIER, Georges. *O poder em cena*. Brasília, Editora da UnB, 1982.
- BONET, Luciano. Anticomunismo. In: BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (orgs.) *Dicionário de Política*. Brasília, Editora da UnB, 1986.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva, 1992.
- CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia da Era Vargas*. Brasília, Editora da UnB, 1992.
- CÂNDIDO, Antonio. A revolução de 1930 e a cultura. In: *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo, Ática, 1989.
- DUTRA, Eliana de Freitas. *O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1997.
- KOWALEWSKI, D. & GREIL, A. L. “Religion as opiate: church and revolution in comparative structural perspective”. *Journal of Church and State*, vol. 32, Number 3, pp. 511-526, 1990.
- LUXMOORE, Jonathan & BABIUCH, Jolanta. “The catholic church and communism, 1789-1899”. *Religion, State & Society*, vol. 27, Nos 3-4, pp. 301-313, 1999.

- MALATIAN, Teresa. O “perigo vermelho” e o catolicismo no Brasil. In: MALATIAN, Teresa; LEME, Marisa Saenz; MANOEL, Ivan Aparecido (orgs.). *As múltiplas dimensões da política e da narrativa*. Franca: UNESP, 2003, pp. 173-183.
- MARIANI, Bethania. *O PCB e a Imprensa*. Os Comunistas no Imaginário dos Jornais (1922-1989). Rio de Janeiro, Revan, 1998.
- MATA, Sérgio Ricardo da. “JUC e MMC: polaridade político-religiosa em Belo Horizonte”. *Revista de História Regional*, Universidade Estadual de Ponta Grossa, pp. 65-86, 1998.
- \_\_\_\_\_. *A Fortaleza do Catolicismo*. Identidades católicas e política na belo horizonte dos anos 60. Belo Horizonte: UFMG, 1996a. Dissertação de Mestrado em História.
- \_\_\_\_\_. “Sacralização da política, politização do sagrado” (quando a Igreja se descortina). *Varia Historia*, Belo Horizonte, n.º 16, pp. 142-157, setembro de 1996b.
- MOLINARI FILHO, Germano. *Controle ideológico e imprensa: o anticomunismo n’ O Estado de São Paulo (1930-1937)*. São Paulo: PUC-SP, 1992. Dissertação de Mestrado em História.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo, Perspectiva, 2002.
- RAMOS, Graciliano. *São Bernardo*. 57ª ed. Rio de Janeiro, Record, 1991.
- RIVIÈRE, Claude. *As liturgias políticas*. Rio de Janeiro, Imago, 1989.
- RODEGHERO, Carla Simone. *Memórias e Avaliações: norte-americanos, católicos e a recepção do anticomunismo brasileiro entre 1945 e 1964*. Porto Alegre: UFRGS, 2002. Tese de Doutorado em História.
- SANCHIS, Pierre. “Os ‘Brasis’ da Igreja Brasileira”. *Geraes*, n.º. 46, pp. 09-12, 1987.
- SILVA, Carla Luciana. *Onda Vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934)*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2001.
- TROELTSCH, Ernest. *The social teaching of the christian churches*. London, George Allen & Unwin, 1931.

**O Pasquim:  
Embates Entre a Cultura Política Autoritária e a Contracultura\***

Doutoranda em História  
Social (PPGHIS – UFRJ)  
dedeaq@gmail.com

**Resumo**

Este artigo apresenta duas faces do jornal alternativo *O Pasquim* – criado em 1969, durante a ditadura militar – o qual ao mesmo tempo em que dialogava com o cenário da *contracultura* da década de 1960, representava nas suas páginas a cultura política autoritária brasileira. *O Pasquim* teve uma longa trajetória, permanecendo duas décadas em circulação (1969-1991) e, por conta dessa longa vida, esse alternativo tem como principal característica o paradoxo. Ele existiu enquanto oposição ao regime ditatorial no pós-1964, e no período da redemocratização tornou-se aliado ao PDT no governo do Estado do Rio de Janeiro. Ressalta-se que, neste estudo, essa longa trajetória não será analisada, torna-se importante ser destacado então que o texto que se segue é apenas um ponto de suas muitas faces.

**Palavras-Chave:** Imprensa Alternativa, Ditadura, Cultura Política

**Abstract**

This article presents two sides of the underground newspaper *O Pasquim* – created in 1969, during the military dictatorship – which at the same time that talked with the scenario of counter of the decade of 1960, represented in its pages the Brazilian authoritarian political culture. *O Pasquim* had a long history, remaining two decades in circulation (1969-1991) and, on account of this long life, this alternative is to feature the paradox. It existed as opposed to the dictatorial regime in the post-1964, and during the redemocratization has become the ally PDT in the government of the State of Rio de Janeiro. It is emphasized that this study will not be that long history examined, it becomes important to be highlighted so that the text that follows is just one point from its many faces.

Enviado em 05 de  
setembro de 2008 e  
aprovado em 28 de outubro  
de 2008.

**Keywords:** Underground Press, Dictatorship, Political Culture

---

\*. Bolsa de Doutorado financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

## Os precursores

O *Pasquim*, na década de 1970, pode ser compreendido como alternativo à cultura estabelecida, como oposição ao regime de exceção e, ainda, tendo como instrumento de comunicação o humor. Foi um periódico que deu voz a muitos jornalistas, artistas e intelectuais excluídos dos grandes veículos de comunicação, principalmente, por não concordarem com o apoio que tais meios deram à ditadura. Podemos dizer que além do apoio ao golpe, houve uma colaboração efetiva da grande imprensa para a manutenção e legitimação dos governos autoritários no pós-1964. Eram feitas verdadeiras “limpezas” nas redações, expurgando os jornalistas que não se submetiam às novas diretrizes de “controle da qualidade” dos jornais: a censura interna. Assim, “recomendava-se” a não publicação do que estivesse proibido. E antes mesmo do crivo do censor, os donos dos jornais, redatores, editores e os próprios jornalistas se censuravam seguindo as “recomendações” das instituições governamentais. Nesse sentido, o jornalista que não concordasse ou desobedecesse tais ordens era demitido (KUSHNIR, 2004).

Portanto, esses profissionais seguiram o caminho alternativo para se opor às condições de trabalho na grande imprensa e, em sentido mais amplo, ao regime ditatorial. Já que a liberdade de expressão era cerceada, eles buscavam na imprensa alternativa uma forma de comunicação.

Ressaltamos que durante a ditadura civil-militar brasileira foram criados por volta de 150 periódicos que, em meio às suas especificidades, tinham um traço comum: a oposição ao regime. Tais periódicos ficaram conhecidos como imprensa *alternativa* ou *nanica*. De acordo com Bernardo Kucinski, a imprensa *alternativa* possuía quatro significados essenciais: o de algo que não está ligado a políticas dominantes; o de uma opção entre duas coisas reciprocamente excludentes; o de única saída para uma situação difícil e, finalmente, o do desejo que as gerações dos anos 1960 e 1970 tinham de protagonizarem as transformações sociais (KUCINSKI: 2003).

Para Sônia Virgínia Moreira, as características da manifestação alternativa eram quase sempre as mesmas: “uma imprensa que age paralelamente à imprensa estabelecida, revela-se com maior vigor durante regimes discricionários e representa uma pessoa, grupo ou comunidade que deseja fazer ouvir suas posições” (MOREIRA, 1985: 17)

Assim sendo, o termo imprensa alternativa era de domínio comum da sociedade brasileira e identificava um tipo de jornal tablóide, ou revista de oposição, principalmente nos anos 1970. A venda era feita em bancas ou de “mão em mão”. Essas publicações eram de caráter cultural e político e expressavam interesses da média burguesia, dos trabalhadores e da pequena burguesia. Eram espaços nos quais se emitia uma condenação ao regime político, como argumentou a jornalista Regina Festa (FESTA, 1986: 16).

Muitos jornais foram criados nesse cenário alternativo. Alguns deles, e em particular o *Pif-Paf* e *A Carapuça*, se tornaram referência para a equipe d’*O Pasquim*, principalmente por contarem em seus quadros, com colaboradores que usavam a linguagem do humor para dialogar com a sociedade.

O *Pif-Paf* chegou às bancas do Rio de Janeiro, em 1964, menos de dois meses do golpe civil-militar. O jornal foi definido por seus autores como “carioca, quatorzenal, de irreverência e crítica”. Era a primeira investida de Millôr Fernandes, após ser demitido por “justa causa” da revista *O Cruzeiro*. Nesse periódico, Millôr elaborou uma seção com o nome de *Pif-Paf* e a assinava com o pseudônimo de *Emmanuel Vão Gôgo*. A coluna foi definida como “uma elaborada combinação de grafismos malcomportados e tiradas demolidoras, [onde] o céptico Millôr levou a sério suas máximas *livre pensar é só pensar e divagar e sempre*”.

Sua expulsão de *O Cruzeiro* está associada à produção da fábula “A Verdadeira História do Paraíso”, em que questionava a condição humana e os personagens Bíblicos. Por ter escrito essa narrativa, Millôr sofreu pressão dos setores religiosos mais conservadores da sociedade, como as Ligas Católicas (mesma entidade que apoiou o golpe de 1964) e foi expulso da revista. Em protesto contra a atitude do semanário, o jornalista lançou o alternativo *Pif-Paf* – mesmo nome da coluna que assinava em *O Cruzeiro* – com a seguinte frase editorial: “Não temos prós nem contras, nem sagrados nem profanos”.

Além da presença de Millôr, o novo periódico contou com a participação de outros jornalistas que posteriormente compuseram *O Pasquim*: Jaguar, Claudius, Ziraldo e Fortuna. Sem deixar de mencionar Sérgio Porto, o patrono d'*O Pasquim*. Podemos dizer que, apesar de ser voltado predominantemente à crítica de costumes e ter sido preparado antes do golpe, o *Pif-Paf* foi recebido como uma resposta ao golpe civil-militar. Por isso, tornou-se uma revista política. Foi esse o uso que fizeram dela as circunstâncias e seus leitores, como argumentou Bernardo Kucinski (KUCINSKI, 2003: 48).

*O Pasquim* também se apropriou da linguagem de outro periódico alternativo – a revista *A Carapuça*. Ela surgiu, em agosto de 1968, de uma idéia da *Distribuidora Imprensa*, a mesma que depois faria a distribuição d'*O Pasquim*, em produzir um jornal de humor. Sérgio Porto – o Stanislaw Ponte Preta – assumiu a direção do semanário, depois da recusa de Jaguar, Claudius e Fortuna. *A Carapuça* era desenhada e escrita por Alberto Eça e distribuída por Murilo Reis, dono da *Distribuidora Imprensa*.

O carioca Sérgio Porto foi o grande precursor da sátira, da irreverência e do deboche *pasquinianos*. Segundo Elio Chaves Flores, Porto era um

reconhecido criador de tipos populares e frasista nato. Cronista irreverente, também teria atuação destacada na televisão e no teatro na década de 1960. Ao escrever crônicas para a imprensa carioca imaginou parodiar o nome do personagem título do romance *Serafim Ponte Grande*, de Oswald de Andrade, um dos marcos da sátira modernista. Mas, advertido de que o satirista da Paulicéia pudesse não gostar do homônimo *Serafim Ponte Preta*, resolveria trocar para *Stanislaw*. A partir daí deixaria de assinar Sérgio Porto, fixando-se em Stanislaw Ponte Preta nos livros publicados e na vasta produção de crônicas em jornais como a *Tribuna da Imprensa*, *Diário da Noite* e *Última Hora* e nas revistas *Manchete*, *Fatos & Fotos* e *O Cruzeiro* (FLORES, 2002: 164).

Quando perguntado sobre *A Carapuça*, Jaguar respondeu que “era o Alberto Eça, que escrevia a revista inteira, fazia um pastiche [...] e como o Sérgio tinha muito nome, a revista vendia muito” (entrevista à autora, em 06/08/2004). Por isso, os jornalistas desse periódico acreditavam que com a morte de Sérgio Porto, seria inviável a continuidade do jornal, uma vez que não mais poderiam associá-lo a Stanislaw Ponte Preta. Com isto, automaticamente foi decretado o fim da publicação, apesar de tentativas da *Distribuidora Imprensa* em continuar com *A Carapuça*. Foi nesse momento que Jaguar propôs a criação de um jornal com o nome e a feição desses intelectuais do humor que estiveram no *Pif-Paf* e na *A Carapuça*.

*O Pasquim* nasceu da linguagem desses dois periódicos, ambos impregnados pelo humor de Stanislaw. Desta forma, podemos entender quando Jaguar diz que o “*Stanislaw* foi o pai d'*O Pasquim*” (entrevista à autora, em 06/08/2004). Em uma crônica do final de 1970, Millôr Fernandes considerou Sérgio Porto o patrono do jornal. Para o cronista, “Sérgio Porto, ao desaparecer jovem, seria um ícone operário de intelectual, sem prejuízo da contradição: era como quase todos os humoristas brasileiros, um terrível trabalhador braçal” (Apud. FLORES, 2002: 165).

Para os *pasquinianos*, Stanislaw estaria sempre vivo nas páginas do jornal quando esses rememorassem as suas críticas ao *dedodurismo*. De acordo com Sérgio Porto, a origem da delação ou *dedodurismo*, prática que se tornou socialmente assustadora, teria começado com os festivais de besteiras e caretices que assolaram o país; “designações politizadas frente ao avanço da repressão e dos discursos moralizantes” (MORAES, 2004: 70). Nesse sentido, o cronista sublinhou que a prática da delação dava suporte à ditadura. Recebendo, assim, o apoio da grande parcela conservadora da sociedade. Portanto,



é difícil ao historiador saber precisar o dia em que o Festival de Besteira começou a assolar o país. Pouco depois da redentora, cocorocas de diversas classes sociais e algumas autoridades que geralmente se dizem ‘otoridades’, sentindo a oportunidade de aparecer, já que a redentora, entre outras coisas, incentivou à política do dedurismo (corruptela de dedo-durismo, isto é, a arte de apontar com o dedo um colega, um vizinho, o próximo enfim, como corrupto ou subversivo – alguns apontavam dois dedos duros, para ambas as coisas) iniciaram essa feia prática advindo daí cada besteira que vou te contar (PRETA, 1996: 5)

O *Pasquim* se apropriou da idéia do *dedodurismo* de Stanislaw e inverteu a sua lógica. Utilizou essa prática a seu favor. Assim, denunciava e criticava jornalistas, artistas, intelectuais, políticos, enfim, personalidades públicas que apoiavam a ditadura.<sup>1</sup>

Muitas homenagens foram realizadas pelo *Pasquim* a Stanislaw, sobretudo com a republicação de alguns de seus artigos nas páginas do semanário. Acompanhavam essas produções, matérias que os *pasquinianos* faziam sobre a obra de Sérgio Porto. Em uma delas, *Sig*<sup>2</sup> alertava: “Stan, se você soubesse como cresceu o *Febeapá...*” (“Sérgio Porto” In: *O Pasquim* n° 14, de 25/09 a 01/10/1969, p. 2).

Ao apresentarem a matéria, os jornalistas declararam: “Isso é uma homenagem de toda a equipe d’*O Pasquim* à memória de Sérgio Porto. Ele nos precedeu com um jornal chamado *A Carapuça* e é, hoje, o santo maior de nosso altar particular [...]”.

Além de Stanislaw Ponte Preta, os *pasquinianos* foram influenciados pela verve humorística do Barão de Itararé, que esteve diversas vezes nas páginas d’*O Pasquim* através da reprodução de seus artigos. Homenagem que, esporadicamente, os jornalistas do semanário de Ipanema prestavam ao humorista do início da República. Para Jaguar, se o Stanislaw foi o pai, o Barão de Itararé foi o avô do *Pasquim* (PRETA, 1996: 11-12). Uma célebre aparição do Barão no hebdomadário, foi a reunião de suas diversas declarações, dadas ao longo de sua vida, construídas no jornal em forma de uma entrevista imaginária (*O Pasquim* n° 127, de 07 a 13/12/1971, pp. 6-7).

O gaúcho Aparício Torelly, mais conhecido pelo pseudônimo de Barão de Itararé, estudou medicina, sem concluir o curso, pois começou a distinguir-se por sua veia cômica através de sonetos e quadrinhas populares. Em 1925, mudou-se para o Rio de Janeiro e começou a trabalhar no jornal *O Globo* e depois, em 1926, no *A Manhã*, jornal de Mário Rodrigues, no qual escrevia a coluna humorística “A Manhã tem mais”. Nesse mesmo ano lançou seu próprio semanário humorístico, *A Manha*, uma paródia ao seu último emprego. No final de sua carreira passou a colaborar no jornal *A Última Hora* e lançou ainda dois *Almanbaques* em 1955.

Os *pasquinianos* se apropriaram do humor do Barão de Itararé, no sentido de que trouxeram para as páginas do semanário os seguintes aspectos das publicações do reconhecido humorista: a utilização da publicidade como parte de uma produção humorística, com alta capacidade de síntese; a habilidade de brincar com o próprio veículo impresso, fazendo do seu periódico – *A Manha* –, um completo *pendant* paródico dos grandes jornais diários; o reconhecimento da instabilidade da língua, sobretudo, quando exposta às misturas e constantes hibridações com a oralidade e a fala originada dos mais variados matizes; e a subversão dos sentidos originais das palavras, adaptando-as a uma realidade brasileira tacitamente reconhecida pela sociedade (SALIBA, 2002: 233).

Aparício Torelly exprimia com tamanha precisão e concisão uma realidade partilhada pela maioria da sociedade, que algumas de suas máximas acabaram por cair no domínio público, como se permanecessem guardadas numa espécie de repertório para uso coletivo, como argumentou Elias Saliba (SALIBA, 2002: 233). N’*O Pasquim* as características humorísticas do

1. *O Pasquim* publicou a matéria com o título “*O Pasquim dá uma de dedo-duro*”, na qual reproduz um ofício da Polícia Federal entregue ao jornal *Mutirão* (Fortaleza, CE) para que sua diretoria denunciasse os nomes e endereços dos assinantes do periódico. E, logo abaixo do referido ofício, Jaguar escreve uma nota em repúdio à prática da delação.

2. O rato *Sig* era o mascote do jornal. Produzido por Jaguar, tornou-se símbolo d’*O Pasquim*. Sempre anunciava as matérias que eram publicadas.

Barão foram representadas por meio da oralidade e da expressividade, na brincadeira com os fonemas, na construção de neologismos, e na resignificação das palavras.

No artigo intitulado “A sabedoria do Barão de Itararé”, além de publicar a matéria escrita por ele “O Suicídio: suicídio de domingo”, que saiu originalmente n’*A Manhã* em 11/04/1946, *O Pasquim* exaltou a memória desse ícone do humorismo brasileiro, ao afirmar que

Aparício Torelly, Aporely, Barão de Itararé, fundador, diretor, redator, agenciador d’*A Manhã* durante trinta anos – com pequenas interrupções por razões de ordem técnica – fez o Brasil rir de si mesmo. *O Pasquim* que também é semanário e tablóide faz questão de homenagear no seu número o humor do barão, que ainda hoje é muito pra frente (*O Pasquim* n° 2, de julho de 1969, p. 12).

Assim, aos olhos *pasquinianos*, o Barão de Itararé teria ensinado a sátira política num tempo mais remoto e Stanislaw Ponte Preta teria aprofundado, numa duração mais recente, uma “visão pasca” da política e do poder (*O Pasquim* n° 483, de 29/09 a 05/10/1978, pp. 14-18).

### ***O Modus Vivendi Ipanemense***

O primeiro número d’*O Pasquim* chegou às bancas em 26 de março de 1969, com periodicidade semanal. Foi produzido por Jaguar, Tarso de Castro, Sérgio Cabral, Claudius Ceccon e Carlos Prospero que executou o projeto gráfico. Aos poucos, outros intelectuais do humor foram se juntando a esses, formando assim a equipe d’*O Pasquim*. Nem Ziraldo, nem Millôr Fernandes aderiram de imediato à nova proposta alternativa.

O jornal possuía uma linguagem diferente dos outros alternativos da época. A principal idéia era dar voz a uma intelectualidade boêmia da Zona Sul do Rio de Janeiro, mas sem um engajamento político-partidário. Era um grupo interessado em contestar o conservadorismo da classe média, da qual eles mesmos faziam parte.

Havia entre os *pasquinianos* uma relação de identidade com o lugar em que (con)viviam: exaltavam a Zona Sul carioca, em especial Ipanema. É certo que nem todos os colaboradores eram naturais do Rio de Janeiro, como Ziraldo e Henfil, que eram mineiros, ou Luiz Carlos Maciel que era de Porto Alegre, mas de uma maneira geral, exprimiam um sentimento de pertencimento àquele ambiente.

Destaco a existência entre esses atores, da construção de uma memória boêmia elitista, a qual os amalgamava em torno do jornal. A parte litorânea da cidade e os arredores, com seus bares e bebidas, eram observados como o *locus* das elites e das classes médias. Dessa forma, o ambiente promovia as “estruturas elementares da sociabilidade intelectual *pasquiniana*”, como destacou Elio Chaves Flores,

tanto o humor reacionário quanto o humor *pasquiniano* [saíram] dos redutos elitizados da zona sul carioca e, não raras às vezes, se [cruzaram] nos calçadões das praias, nas redações dos jornais e nos botequins do Rio de Janeiro, ainda capital cultural e ideológica da República (FLORES, 2002: 189)

O bar, a praia e a *Banda*<sup>3</sup> – todos em Ipanema – confluíram n’*O Pasquim* para fomentar a sua sociabilidade. Os *pasquinianos* passaram a existir, como sugeriu Jean-François Sirinelli, “num lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de

3. A *Banda de Ipanema* é um bloco de Carnaval carioca, idealizada por Jaguar, Albino Pinheiro e Ferdy Carneiro em 1965. Entre seus fundadores constavam muitos dos jornalistas d’*O Pasquim*, além de Jaguar, havia também Ziraldo, Fausto Wolff e outros. A sua primeira musa e símbolo dessa época foi Leila Diniz. Os encontros do pessoal da *Banda* aconteciam no restaurante *Jangadeiros* ou na casa de Albino Pinheiro, chamado de “comandante da Banda”. No Carnaval, a concentração era na Praça General Osório em Ipanema, na qual permanece até os dias atuais. Sobre a *Banda de Ipanema*

sociabilidade, sem evitar evidentemente as transumâncias ideológicas” (SIRINELLI, 1996: 231-262).

Ferdy Carneiro rememorou n’O *Pasquim*, na década de 1990, que a *Banda de Ipanema*

fez renascer o carnaval de rua [...]. Foi caldo cultural de muito movimento. Para início de conversa, lembremos Jaguar que desfilava, na Banda, com o cartaz “O *Pasquim* é filho da Banda de Ipanema”. Foi na Banda que o tropicalismo explodiu de verde e amarelo. Inspirou Gilberto Gil: “Alô Banda de Ipanema, aquele abraço” (*Pasquim* n° 1034, de 09/02/1990, p. 11).

Do microcosmos de Ipanema, o semanário divulgou uma nova linguagem para se opor ao *status quo*. A *fala pasquiniana* influenciou a publicidade, outros periódicos e a linguagem coloquial, através da oralidade, criatividade e expressividade de seus jornalistas. Criticavam a ditadura, as classes médias e até alguns segmentos da esquerda, o que deixou o jornal sob fogo cruzado. A expressão “esquerda festiva” foi bastante usada tanto pelos militantes de esquerda, quanto pela direita para caracterizarem os jornalistas do periódico. Alguns segmentos da esquerda não concordavam com o tipo de oposição que muitos intelectuais, artistas, cronistas, cartunistas entre outros manifestavam para criticar o regime autoritário. E com o termo “esquerda festiva”, desqualificavam o trabalho desses profissionais. Percebendo, sobretudo, os jornalistas d’O *Pasquim* como um grupo que só se preocupava com festas, bebidas e mulheres. E, ainda entendiam que o humor era usado muito mais pelo lirismo do que pela denúncia. Jaguar criticou esta idéia ao mencionar que

a *Banda* foi pra rua um ano depois do golpe e incomodava a direita e muitos da esquerda, que não entendiam que o riso e a crítica eram nossas armas. A gente se divertia sacaneando os caras encastelados (com trocadilho) no poder (JAGUAR, 2000: 40).

De acordo com o cartunista, o inventor da expressão “esquerda festiva”, que depois se tornaria famosa nas crônicas de Nelson Rodrigues, fora o escritor Carlos Leonam, também autor memorialista do bairro de Ipanema. Um dos fundadores da *Banda*, Ferdy Carneiro, afirmou para Jaguar: “Leonam não sabe é que muitos que desfilavam na *Banda de Ipanema* pegaram em armas quando a coisa engrossou”. Para Carneiro, o espírito gozador e irreverente moldava os intelectuais que desembocaram n’O *Pasquim*, e nos demais jornais criados a sua imagem e semelhança. “Seriam pessoas que compunham a República Popular de Ipanema, também denominada ‘esquerda festiva’, pelos pobres de espírito” (CARNEIRO, “O filho da Banda” In: O *Pasquim* n° 521, de 22 a 28/06/1979, p. 40).

No tocante à “República Popular de Ipanema”, mencionada pelo ideólogo da *Banda*, destaque que uma de suas particularidades não era o popular. Ao contrário, era elitista e autoritária. Ao analisarmos a memória que Jaguar constituiu para o bairro, podemos observar que existia uma cultura política autoritária que caracterizava Ipanema e os que nela conviviam. Entre os *pasquinianos* principalmente, forjou-se um *Imperialismo Ipanemense*. Havia uma idéia de que esse “era um bairro que se intrometia na cidade e no estado, ditava moda, hábitos e costumes para o Brasil e o mundo, cagava regras” (JAGUAR, 2001: 12).

Portanto, o *Imperialismo Ipanemense* foi a fonte para a elaboração de uma identidade compartilhada entre os que criaram O *Pasquim*. O próprio Jaguar destacou que “nós, os ipanemenses dos anos 60, estávamos nos lixando para os limites geográficos do bairro. Eu mesmo,

---

ver: Jaguar. *Ipanema: se não me falhe a memória*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000. E o documentário: *Folia de Albino - Banda de Ipanema*, direção e roteiro: Paulo Cezar Saraceni, 2003, 83 min.

enchendo a boca falando em ‘nós, ipanemenses’, morava em Copacabana” (JAGUAR, 2001: 17).

O memorialista do bairro carioca acrescentou ainda que

nossos tons e vinicius eram melhores tons e vinicius do universo, nossos humoristas mais criativos, nossas bandas de ipanemas incomparáveis, [...] nossos malucos mais malucos, nossos porres antológicos até nossos mineiros e baianos muito melhores do que os de lá, nossos cachorros mais inteligentes (JAGUAR, 2001: 17).

Até mesmo Ziraldo que não nasceu nesse ambiente, mas o incorporou em seu cotidiano, declarou que “*O Pasquim* foi feito pra Ipanema. Naquela época Ipanema significava o Olimpo. *O Pasquim* vai divulgar esse *modus vivendi*” (Entrevista de Ziraldo ao documentarista Roberto Stefanelli, 2004).

Enfim, se por um lado *O Pasquim* criticava o autoritarismo do regime que se instalou no poder desde 1964, e depois com o AI-5, em 1968, acabou com as liberdades civis e políticas, acirrando o controle sobre a sociedade por meio dos mecanismos de censura, por outro, o jornal exerceu um autoritarismo ferrenho no que diz respeito a seu comportamento, principalmente em relação ao bairro de Ipanema e à cidade do Rio de Janeiro.

Quando se referiam a outros bairros, em especial os da Zona Norte carioca, não os incluíam na memória boêmia do Rio, apesar de existirem no jornal, colaboradores oriundos dessa parte da cidade, como no caso de Aldir Blanc e Millôr Fernandes, que foram criados, respectivamente, em Vila Isabel e no Méier. Entretanto, na maioria das vezes davam destaque aos bares da Zona Sul, como o *Jangadeiros* e o *Zeppelin*. Além disso, enfatizavam que, de Ipanema, lançavam moda e regras para outras regiões do país. Assim, acreditavam que aquele *locus* transmitia hábitos e costumes, os quais eram compartilhados não só pela sociedade carioca, como também pelo restante do Brasil.

A polêmica foi instaurada quando os *pasquinianos* criticaram abertamente diversas cidades. Mesmo abrindo espaço para a réplica de outros jornalistas no semanário, prevalecia a opinião de seus colaboradores no final do confronto, pois quando achavam que o assunto já estava esgotado, encerravam a discussão. O autoritarismo também pode ser observado em suas entrevistas. Quando não concordavam com alguma opinião do entrevistado, mudavam a pergunta ou acabavam com a entrevista.

Uma das cidades mais satirizadas pelos jornalistas d’*O Pasquim*, foi São Paulo. O contraponto era feito através da exaltação do Rio de Janeiro. Com o intuito de findar a discussão entre cariocas e paulistas, que durou cerca de cinco números no jornal, Millôr Fernandes escreveu dois artigos, ambos com o mesmo título “Parem com isso, Meninos!”. A sua perspectiva, contudo, não era a de apaziguar os ânimos, e sim, uma reação autoritária para que o ponto final fosse dado por eles, os do hebdomadário. No primeiro artigo, terminou o artigo com a seguinte reflexão:

Também é um hábito antigo do paulista se queixar do clima do Rio. E, no entanto, este se equilibra admiravelmente entre dias infernalmente quentes e dias de calor insuportável. Nem todo mundo pode ter aquele clima admirável de São Paulo, que vai desde dias de garoa nojenta até noites de umidade doentia (*O Pasquim* n° 14, de 25/09 a 01/10/1969, p. 4-5).

E no segundo, listou alguns itens que caricaturavam os paulistas como conservadores e os cariocas como libertários. Assim expôs:

paulistas: a máfia – cariocas: a malandragem; paulistas: a conferência – cariocas: o papo; paulistas: a cúpula – cariocas: a cópula; paulistas: o ato sexual – cariocas: suas variações; paulistas: a palavra – cariocas: o trocadilho; paulistas: o

clorofórmio – cariocas: o gás hilariante; paulistas: O Vaticano – cariocas: Sodoma e Gomorra (*O Pasquim* n° 15, de 02 a 08/10/1969, p. 2-3)

Muitos jornalistas fizeram severas críticas ao chamado *Imperialismo Ipanemense*. Não compartilhavam desse conjunto de valores e hábitos, que supostamente projetavam o bairro como referência nacional. Mino Carta, editor da revista *Veja*, publicou um artigo n° *O Pasquim* em março de 1972, no qual expunha sua visão crítica, de como um jornalista paulista percebia Ipanema e o semanário carioca. Sobre o bairro, opinou:

Eu, modestamente, acho Ipanema um bairro comum de uma cidade muito bonita - ou melhor, seria comum, e até simpático se não fosse tão pretencioso e provinciano. [...] Não é diferente o bar, o uísque, o jóia-bicho, a conversa salva-humanidade, o caracol dos teus cabelos, o esquerdismo substancioso e indolor, o negó seguin [referência a uma invenção *pasquiniana*], o inserido no contexto, nada, nada é diferente (CARTA, “Um paulista vê Ipanema”. *O Pasquim* n° 141, de 14 a 20/03/1972, PP.4-5).

No que tange aos jornalistas d’*O Pasquim*, Carta ironizou:

Gente boa em Ipanema deve haver assim como deve haver cronistas e restaurantes de má qualidade em muitos outros bairros de muitas outras cidades. Eu, modestamente, acho que é por causa da corrente da felicidade. É como nos programas de TV: você é ótimo; não você é que é, não posso admitir; você é excelente - no fim todos estão com complexo de superioridade e vão para a praia (CARTA, 1972).

Havia uma abertura de espaço no jornal para não-*pasquinianos* argumentarem. Contudo, os jornalistas do semanário não deixariam de fazer o contraponto à investida de Mino Carta. Assim, com sarcasmo, os editores d’*O Pasquim* puseram uma observação em sentido vertical à horizontalidade do texto de Carta, mostrando que a palavra final era a do hebdomadário, na qual afirmavam: “É isso aí mesmo, Mino, o pessoal aqui pensa que o Brasil é um apêndice intelectual de Ipanema” (CARTA. *O Pasquim* n° 141, de 14 a 20/03/1972, pp.4-5).

Portanto, os jornalistas d’*O Pasquim* construíram sua identidade, atrelada ao cotidiano da sociedade que (con)vivia na Zona Sul do Rio de Janeiro e ao ambiente político-cultural pelo qual estavam permeados. E, assim, o semanário lançou o *slogan*: “*Pasquim* – um ponto de vista carioca”, acompanhado por um desenho que simbolizava o Pão-de-açúcar através dos contornos do corpo de uma mulher de biquini. Diante disso, podemos compreender de que forma foi sendo recuperada a memória sobre a formação do jornal. Através da construção de um discurso que *O Pasquim* representava em 1970 a intelectualidade carioca como um todo e influenciava o restante da nação. Seja como for, a rememoração do passado do periódico ficou associada aos aspectos do *Imperialismo Ipanemense*.

### **Libertário ou conservador**

*O Pasquim* foi libertário quando trouxe questionamentos e críticas acerca do conservadorismo da sociedade, em especial da classe média, da qual a maioria dos colaboradores era originária; assim como, sobre o autoritarismo dos governos civis-militares. Essa prática libertária, contudo, não correspondia a um rompimento total com os tabus sociais exercidos pelos *pasquinianos*, uma vez que o conservadorismo e o autoritarismo presentes no seio da sociedade impregnavam os seus discursos com atitudes machistas.

*O Pasquim* trouxe algumas discussões da *contracultura* em suas páginas. Principalmente, através de Luiz Carlos Maciel que, influenciado pela cultura *underground* norte-americana, tornou-



se signatário da seção “UNderground” no semanário de Ipanema. Portanto, o jornalista foi o principal responsável por familiarizar o leitor do hebdomadário com questões relacionadas às drogas, à revolução sexual, ao movimento *hippie*, à filosofia existencialista e à psicanálise.<sup>4</sup> Não podemos dizer que os jornalistas d’*O Pasquim*, como um todo, compartilhavam dos ideais da *contracultura*, mas é certo que em determinadas seções, sobretudo na de Maciel, tais ideais apareciam.

Sobre a seção “UNderground”, o jornalista d’*O Pasquim* analisou que

é inegável que a responsabilidade pela edição destas duas páginas d’*O Pasquim* envolve certos compromissos teóricos. Não tenho a menor intenção de fugir deles embora ao contrário do que muita gente possa estar pensando, eu esteja certo da necessidade de uma visão crítica sobre todos os assuntos tratados aqui no UNderground (*O Pasquim* n° 63, de 03 a 09/09/1970, p. 10-11).

Para alguns intelectuais, artistas, cartunistas e cronistas que estavam se projetando no cenário nacional naquele momento, a principal apropriação do ambiente *multicontestatatório* internacional, foi o fenômeno da *contracultura*. Em especial, para uma parcela dos jornalistas que estavam ajudando a criar *O Pasquim*, esse fenômeno representava um caminho para se opor ao governo autoritário e à sociedade que o legitimava.

Luiz Carlos Maciel, no início da década de 1970, afirmou que a *contracultura* “forneceu à minha geração o sentido de um questionamento mais profundo da sociedade, do comportamento, do modo de viver, um questionamento que não se reduzia às intenções da revolução política tradicional” (MACIEL, 2001: 37)

O historiador Daniel Aarão Reis Filho observou que havia um interesse na divulgação e defesa de novos valores e comportamentos que se opunham às preferências e políticas do poder dominante. Era uma crítica ao conservadorismo que ultrapassava o domínio estrito do discurso político do poder, para alcançar as raízes do comportamento, das relações afetivas e da vida cotidiana. Portanto, argumentou o autor, nesse ambiente, intelectuais, artistas e estudantes

distinguiam-se na aparência das roupas (a revolução da minissaia), na preferência pelas cores, na comum hostilidade à rotinização da vida, na procura de novos horizontes musicais, de novas propostas de vida afetiva (a revolução da pílula) e de percepção da vida (o consumo das drogas leves estendia-se suavemente entre os adeptos da paz e do amor) (REIS FILHO, 1998: 20).

A fim de historicizar o fenômeno da *contracultura*, é necessário destacar uma série de movimentos sociais, artísticos e/ou filosóficos que convergiram no sentido de trazer à tona outras “revoluções” – como a luta pela liberdade do corpo e da mente. Propunham a revolução dos costumes, da cultura, sexual e do espírito. Dentre os movimentos observamos: a literatura da *beat generation* americana da década de 1950, o movimento *hippie*, o movimento negro norte-americano, o movimento feminista, a filosofia do existencialismo francês, destacando-se Jean-Paul Sartre, as filosofias orientais, como o *zen*-budismo e o hinduísmo e a psicanálise.

O ponto essencial para a divulgação dessa *contracultura* nos Estados Unidos foi a criação de uma imprensa *underground*, conhecida também por *alternativa*, que possibilitou uma maior difusão de novas formas de pensar, ver e sentir o mundo. Atrelando o seu discurso às lutas pelas liberdades de pensamento, comportamento, sexual e dos costumes. O pioneiro da imprensa *underground* norte-americana foi o jornal *Village Voice*. Fundado no bairro boêmio de *Greenwich Village* da cidade de Nova York, em 1955. Assim como *O Pasquim*, foi um jornal que produziu

4. Na seção “UNderground”, Luiz Carlos Maciel fez uma série de matérias (às vezes acompanhadas de entrevistas) com personalidades que circulavam neste ambiente de *contracultura*, como: o *hippie* Louis Rapoport (entrevista), o músico Jimi Hendrix, a cantora Janes Joplin (entrevista), o *hippie* Ken Kesey, o sociólogo norte-americano Norman Mailer, entre outros.

uma relação de identidade com o bairro. Podemos dizer, então, que houve por parte de alguns *pasquinianos* uma inspiração nesse periódico alternativo, já que uma das especificidades do semanário brasileiro era a representação da boemia intelectual de Ipanema.

Para Maciel, era importante não só compreender a cultura *underground*, mas também, perceber como as manifestações culturais e artísticas no Brasil se apropriavam dessa idéia. Em sua citada seção argumentou que

uma boa parte das manifestações artísticas e culturais mais vitais do Brasil de hoje tem relações amistosas com o *underground* e suas perspectivas, quando não se identificam, abertamente com eles o processo, inclusive, tem se caracterizado por uma radicalização constante e consciente. [...] Nossos jovens artistas já começam a encontrar uma situação mais definida que exige deles uma opção mais funda, não apenas puramente estética, mas, existencial (*O Pasquim* n° 68, de 07 a 13/10/1970, p. 14-15).

No artigo “Cannabis Sativa”, Maciel refletiu sobre a importância do uso da maconha, como os cientistas compreendiam seus efeitos e como a sociedade a interpretava. O jornalista destacou que

oficialmente tem sido tratada como um tóxico, um narcótico e um entorpecente. A *Cannabis*, entretanto, não contém substâncias tóxicas e o tetrahydrocannabinol pertence a uma família química totalmente diferente dos narcóticos. [...] Timothy Leary, o papa psicodélico, classifica-a como um ‘psicodélico suave’, [...] de uma longa lista de efeitos: sensação de irritabilidade, sensação de flutuar, divórcio com o ambiente, riso fácil, loquacidade, ensimesmamento, angústia, medo da morte, desorientação no tempo e espaço, dupla consciência (sensação de poder-se observar de fora, como objeto), desinibição, dificuldade de fixação de memória, alucinações (ou pseudo-alucinações) etc. [...] A objeção mais importante que muitos cientistas fazem ao uso da *Cannabis* é que não se sabe ainda todas as suas conseqüências, depois de um período de tempo prolongado. [...] Há cientistas, nos EUA, que ainda pesquisam as qualidades medicinais da planta (*O Pasquim* n° 30, de 15 a 21 /01/ 1970).

Em outra matéria, “Revolução Sexual”, o autor refletiu sobre a presença de alguns anúncios em revistas dos Estados Unidos, propondo relações sexuais. Um dos anúncios dizia: “casal – bonito, sem inibições, bissexual, morador em *Manhatan*, com grau universitário, com menos de trinta anos, procura convites para festas sexuais, embaladas, na base todo mundo nu, com outros casais amorosos” (*O Pasquim* n° 8, agosto de 1969).

Maciel concluiu que o anúncio significava apenas um extravasamento das fantasias sexuais dos leitores; importante no processo das trocas afetivas e na manifestação livre de seus desejos. Isso era fundamental para liberdade de comportamento que a revolução dos costumes pretendia alcançar.

A palavra “liberdade” recebeu um significado muito importante nas décadas de 1960 e 1970. Ser livre para fazer escolhas e ter responsabilidade sobre essas decisões foram os princípios mais difundidos pelo Existencialismo entre a juventude desse período. Essa base filosófica propunha uma nova consciência do sujeito e do mundo. Segundo Maciel, “o milagre da consciência revela outro milagre: há uma atividade humana no mundo, os homens fazem a sua História e são feitos por ela; a práxis encarna, no campo dos possíveis, a consciência intencional” (MACIEL, 2001: 129).

O primado da filosofia Existencialista de Jean-Paul Sartre propôs que “a existência precede à essência” (SARTRE, 1970: 216). Primeiro o homem existe, se encontra, surge no mundo e

depois se define. Não haveria uma natureza comum a todos os homens que os definisse e depois servisse de modelo para a sua existência. Assim, o homem era compreendido pelo que fazia, por sua subjetividade, por suas ações. Existir, para Sartre, era “ter consciência desta existência, de um ser existente”, argumentou Denis Huisman. Por isso, sem consciência, não haveria existência propriamente dita (HUISMAN, 2001: 129).

O homem só perceberia sua consciência através de sua liberdade de escolha, a qual estaria associada à sua vontade de decidir. Portanto, o homem é responsável por suas escolhas. Para Sartre, recusar a liberdade e a responsabilidade era agir de “má fé”. Era uma recusa da existência. Assim,

se definimos a situação do homem como uma escolha livre, sem desculpas e sem auxílio, todo o homem que se refugia na desculpa que inventa um determinismo é um homem de má fé. [...] A má fé é evidentemente uma mentira, porque dissimula a total liberdade do compromisso (SARTRE, 1970: 259-260)

Por fim, Sartre ressaltou que quando o homem reconhece a sua liberdade, da mesma forma, reconhece a do “outro”. Ambos são livres para fazer suas escolhas. E,

ao querermos a liberdade, descobrimos que ela depende inteiramente dos outros, e que a liberdade dos outros depende da nossa. Sem dúvida a liberdade como definição do homem não depende de outrem, mas uma vez que existe a ligação de um compromisso, sou obrigado a querer ao mesmo tempo a minha liberdade e a liberdade dos outros; só posso tomar a minha liberdade como um fim, se tomo igualmente a dos outros como um fim. (SARTRE, 1970: 262)

Dessa concepção pode-se entender porque para o fenômeno da *contracultura*, expandir a consciência era tão importante. Uma vez que permitia ao homem ser livre e fazer suas escolhas, através de suas ações. Por tudo isso, a geração desse momento, influenciada por essas proposições, tomou partido, posições, se engajou e escolheu sua própria moral. No que tange ao *Pasquim* não existia, *a priori*, um engajamento político-partidário do jornal. Mas, havia uma escolha compartilhada por alguns colaboradores; a crítica aos costumes e ao discurso moralizante, principalmente, da classe média. Como argumentou Bernardo Kucinski,

na sua dimensão filosófica, *O Pasquim* não só propunha a seus leitores a liberdade total; *O Pasquim* viveu a liberdade total, na forma não burocrática de produção de pauta e no recurso eventual a novos modos de percepção pela *cannabis sativa*, a maconha. *O Pasquim* viveu a cultura da droga, que se espalhou como contraposição à repressão pós-AI 5 (KUCINSKI, 2003: 155)

De um modo geral, no semanário havia a idéia de ser contra tudo que fosse cerceador. Referência à filosofia Existencialista, na qual a imprensa alternativa era observada como oposição não só ao regime estabelecido e seus mecanismos de perpetuação e legitimação, mas também, ao dogmatismo das esquerdas, como sublinhou Kucinski. Millôr Fernandes esclareceu essa concepção no artigo “Millôr faz a autocritica do *Pasquim*”. A manchete alertava: “Millôr: contra a extrema direita. Contra a extrema esquerda. E, sobretudo, contra o extremo centro faz a autocritica do *Pasquim*” (*O Pasquim* nº 4, de julho de 1969, p. 12).

Seja como for, havia uma certa liberdade entre os jornalistas d’*O Pasquim*, em relação à sua organização interna e às suas escolhas no tocante aos temas por eles abordados. A redação não se pretendia hierarquizada e nem existia uma pauta definida entre os colaboradores a ser seguida. Era um lugar de confronto de idéias e de sociabilidade. Mas, isso não quer dizer que

existisse a ausência de conflitos e desacordos e até mesmo rachas na equipe. Apesar das intenções libertárias de alguns jornalistas, influenciados por todo esse cenário de *contracultura*. Também havia opiniões conservadoras, refletindo nas páginas do jornal uma eterna contradição.

É importante sublinhar que as evidências no periódico de temperamentos, personalidades, formações e opiniões distintas, da mesma forma que possibilitaram uma projeção do semanário ressaltando o aspecto da *pluralidade*, ocasionaram cisões na equipe. Ora por crise financeira ora por conflito de egos ora por discordância nas opiniões.<sup>5</sup>

O jornal foi um grande paradoxo. Representou uma gama diversificada de intelectuais adeptos à premissa de um não conformismo frente ao regime autoritário, através da oposição crítica e criativa e da busca pela liberdade de expressão. Ao mesmo tempo em que refletia na sua identidade uma *cultura política* autoritária e conservadora. (BERSTEIN, 1998: 349-363).

A moralidade, tanto preconizada pela política social do regime ditatorial, e combatida pelo hebdomadário, acabou por estar presente em muitas de suas ações, principalmente no que diz respeito ao movimento feminista e aos homossexuais.

A *cultura política*, como observou Serge Berstein, nos permite uma explicação dos comportamentos políticos, por uma fração do patrimônio cultural adquirido por um indivíduo durante a sua existência e compartilhado pelo tecido social o qual está inserido. Assim,

uma vez adquirida pelo homem adulto, [a cultura política] constituiria o núcleo duro que informa sobre suas escolhas em função da visão do mundo que traduz. (...) É no conjunto um fenômeno individual, interiorizado pelo homem, e um fenômeno coletivo, partilhado por grupos numerosos.

[...] Passando da dimensão individual à dimensão coletiva da cultura política, esta fornece uma chave que permite compreender a coesão de grupos organizados à volta de uma cultura. Fator de comunhão de seus membros, ela fá-los tomar parte coletivamente numa visão comum do mundo, numa leitura partilhada do passado, de uma perspectiva idêntica de futuro, em normas, crenças, valores que constituem um patrimônio indiviso, fornecendo-lhes, para exprimir tudo isto, um vocabulário, símbolos, gestos, até canções que constituem um verdadeiro ritual (BERSTEIN, 1998: 359-363)

Dessa forma, a cultura política que identificava *O Pasquim* era aquela presente, não só entre o conjunto de valores de boa parte de seus jornalistas, mas principalmente, no seio de parcelas da sociedade. As relações sociais e as representações de poder estavam impregnadas por símbolos que corroboravam com o autoritarismo e com o moralismo.

As observações machistas presentes em algumas matérias e comentários dos *pasquinianos* demonstravam uma das características mais marcantes da cultura política brasileira. Ao se referir ao papel da mulher na sociedade, o jornal a discriminava ou a transformava em objeto. Na matéria “A mulher objeto”, os jornalistas d’*O Pasquim* zombaram da posição que a mulher ocupava na sociedade. Literalmente a expressaram como objetos domésticos, assim apresentaram: “A mulher cinzeiro” era a foto de uma mulher de boca aberta, agachada ao lado de um homem, recolhendo as cinzas do cigarro dele; “A mulher criada-muda” mostrava uma mulher amordaçada, agachada ao lado de uma cama, segurando um abajur em sua cabeça; “A mulher mesinha” apresentava uma mulher posicionada “de quatro” equilibrando um telefone em sua “traseira” ao lado de um homem que estava sentado em uma cadeira e falava ao telefone (*Pasquim* n° 138, de 22 a 28/02/1972, p. 6-7).

Quando mulheres eram exaltadas, eram por motivos sexuais, melhor dizendo, pela valorização de seu corpo. Tornou-se comum entre os jornalistas eleger o “popô-look” de cada verão, no qual mostravam várias fotos de garotas bronzeadas e nuas, para que fosse escolhido o

---

5. Muitas cisões aconteceram entre os jornalistas. Destaco duas das principais delas que provocaram toda uma transformação interna do jornal: a saída de Millôr, em 1975, e a de Ziraldo, em 1982.

melhor “bumbum” daquele ano. E, ainda na seção “Dicas”, a sub-seção “Dica de mulher” trazia sempre uma foto com uma mulher, na maioria das vezes nua ou seminua, e com comentários irônicos do rato *Sig*.

Cito a “Dica de mulher: Verinha”, cuja foto era a de uma moça nua sentada na redação do jornal, fumando um cigarro e com um balão de fala de *Sig*, o qual cobria sua genitália, com a seguinte zombaria: “Verinha de novo num protesto contra a falta de ar condicionado na redação do *Pasquim*” (*O Pasquim* n° 131, de 04 a 10/01/1972, p.23).

No que tange ao movimento feminista, o periódico utilizava as mesmas armas que ridicularizava o poder: o deboche, a ironia e a sátira, para transformar aquele movimento em algo sem importância. O humor era usado pelos jornalistas, num tom desrespeitoso, associado à conotação sexual, o que simbolizava na maioria das vezes uma provocação. Ou ainda, zombavam das feministas, masculinizando-as. Essa característica do jornal pode ser notada a partir de algumas de suas frases de capa, as quais funcionavam como editoriais: “Desculpe Dona Betty, mas nós vamos dar cobertura às furadoras da greve do sexo” (*O Pasquim* n° 94). “*Pasquim* – um jornal ao lado da mulher. E se for o caso, sobre e sob” (*O Pasquim* n° 314). “Um jornal por dentro das feministas” (*O Pasquim* n° 391).

O apelo sexual é bastante claro nessas três frases, na primeira, o periódico foi sarcástico ao debochar de uma das líderes do movimento feminista – Betty Friedan –, apoiando o ato de furar a greve de sexo, com uma conotação machista. Nas outras frases, há uma adjetivação da mulher como um objeto do desejo sexual masculino. Em nenhum momento foram ressaltadas a importância do significado do movimento feminista, nem a valorização da mulher em atividades sociais, culturais e políticas.

Corroborando com essa idéia cito o artigo “Pela igualdade dos direitos. Homem x Mulher”, no qual Millôr Fernandes sarcasticamente escreveu que

ao contrário do Paulo Francis, estou longe de ser aquilo que o movimento de “gráfinas” internacionais (Women’s Lib) denomina de *Porco Chauvinista* (aliás [,] chauvinista por quê? Chauvinista sempre quis dizer nacionalista extremado). Será só ignorância das moças o uso do termo, ou lhe deram um novo e impossível significado? A *MS*, revista delas não esclarece. Sou até um homem submisso a todos os desígnios femininos. Meu único objetivo na vida é ser mais homem-objeto ou “objetosexual”. Por isso, venho aqui me juntar aos esforços das mulheres exigindo uma maior igualdade entre os dois sexos [...] (*O Pasquim* n° 138, p. 4-5).

Dessa forma, um jornal que primou pela liberdade de pensamento e de expressão, no que diz respeito à mulher era muito repressor. Com isto, demonstrava a sua contradição. Era ao mesmo tempo libertário e conservador.

Mesmo assim, havia presenças femininas no semanário e que não compartilhavam dessa visão, como a jornalista e produtora de cinema Martha Alencar que foi a primeira secretária de redação de *O Pasquim* e, nos primeiros anos do jornal, era a única mulher em um ambiente repleto de homens. Mas, ela era minoria nesse ambiente e o que prevaleceu foi a cultura política dominante – conservadora, um traço autoritário do jornal. Também colaboraram no *O Pasquim* outras mulheres que participaram mais ativamente do movimento feminista, como: Heloneida Studart e Elice Munerato.

Martha Alencar, no artigo “Tudo pela emancipação da mulher”, ressaltou a importância da conscientização da luta pela causa feminina, entre as mulheres, através da leitura de autoras como Betty Friedan e Simone de Beauvoir. Assim, nas ações do cotidiano, observou a autora:

Derrube os tabus e conquiste o seu cafezinho. [...] Quando sentir vontade de tomar seu cafezinho ignore os conquistadores de esquina. Lembre-se de Simone



de Beauvoir: “deixe os negros votar e eles se tornarão dignos do voto; dêem responsabilidades à mulher e ela as saberá assumir”. Você também pode assumir esta responsabilidade, abrir mais uma etapa no caminho da conquista da emancipação total da mulher (*O Pasquim* n° 1, 26/07/1969, p.13).

Alencar, em entrevista a Stefanelli, admitiu que sua atuação n’*O Pasquim* estava impregnada pelo ambiente machista do periódico. Apesar de tentar manifestar suas idéias, precisava agir da mesma maneira que eles para “conquistar” seu espaço. Assim, declarou que

eu era secretária de redação na época. Uma vez fiz um artigo pro *Almanaque do Pasquim* dizendo que lugar de mulher era na cozinha. Na verdade eu fazia a cozinha do jornal, que era uma atividade nada feminina na época. Eu praticamente tinha que fumar charuto, cuspir no chão e falar palavrão sem parar para ser respeitada. Eu era uma mulher, mas com comportamento masculino (Apud STEFANELLI, 2004)

Um dos mais famosos artigos de Elice Munerato, no periódico, foi o “Nunca vi fazer tanta exigência”, assinado também por Ana Maria Machado, Glória Nogueira e Myriam Campello. O texto explicava, de maneira didática, quais eram as reivindicações do movimento feminista. A fim de elucidar as dúvidas mais recorrentes, argumentaram as autoras:

O ano é da mulher. [...] Segundo as Nações Unidas, [...] “este ano é pra todas as mulheres, de todas as partes, incluindo-se, particularmente, as mulheres dos países em desenvolvimento”. [...] Estamos aqui pra começar um diálogo que pode durar muito e ser proveitoso pra gregos (as) e troianos (as). A verdade é que o problema existe. Se não existisse a ONU não tinha se dado ao trabalho de se manifestar. Nem a nossa Constituição de declarar, no primeiro parágrafo do capítulo de direitos e garantias individuais, que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de **sexo**, raça, trabalho, credo religioso e convicções políticas”. Para os que não acreditam nisso, o voto, o trabalho, a calça comprida são exemplos flagrantes da igualdade. [...] Ninguém repara no que está por trás dos conceitos expressos sobre a mulher nos pára-choques de caminhão, nas letras das músicas populares ou na linguagem que a propaganda usa. [...] Os homens que levam a coisa na galhofa não vêem que a liberação das mulheres é também a deles. [ênfase das autoras] (*O Pasquim* n° 301, de 05 a 11/04/1975, p. 6-7).

A citada matéria foi apresentada por *Sig*, em que declarava: “este artigo é um oásis de feminismo num deserto de porco *chovinismo!*”. Contudo, os *pasquinianos* não deixariam de zombar das feministas com diversas frases escritas ao redor do texto principal, marcando evidentemente, a concepção autoritária e machista dos jornalistas. Mesmo oferecendo um espaço para o diálogo com as mulheres, a opinião final sempre era a deles. Destacam-se as frases:

Mulher bonita e parafuso, comigo é no “arroxo”  
Mulher e freio não merecem confiança.  
Franguinha, eis aqui o seu poleiro.  
Mulher feia e urubu, comigo é na pedra.  
(*O Pasquim* n° 301, de 05 a 11/04/1975, p. 6-7).

Um contraponto importante foi a matéria “Do lado delas”, de Sérgio Augusto. Publicada ao lado do artigo das feministas. Em vez de compartilhar das críticas e zombarias de seus colegas de redação, Augusto apoiou as mulheres, afirmando que

[...] o homem tem muito a lucrar com uma divisão de obrigações mais humana e racional. Em primeiro lugar, ao abdicar da posição, artificialmente mantida, de cabeça da família [...] o homem tem sua responsabilidade como líder bastante reduzida. [...] O orgulho masculino, geralmente caracterizado como uma manifestação de machismo, é um sinal de pobreza espiritual dos mais constrangedores. [...] Desculpem os varões assinalados, mas eu estou, sempre estive, do lado das feministas (*O Pasquim* n° 301, de 05 a 11/04/1975, p.7).

Ambos os artigos, das feministas e de Sérgio Augusto, foram exaltados por meio da seção “Cartas” números seguintes no jornal. A leitora Branca Viana, do Rio de Janeiro (RJ), escreveu:

Folheando por acaso (desculpem!) o n° 301, qual não foi a minha surpresa ao deparar com duas páginas de feminismo do bom, armado de paciência para explicar e fazer entender aos homens que o Movimento Feminista também trabalha por eles. Parabéns! Vamos em frente com o diálogo (*O Pasquim* n° 304, de 25/04 a 01/05/1975, p.2).

A carta foi respondida, por Ivan Lessa, da seguinte maneira: “Obrigado. Vamos sim. Sobre o que deseja falar?”. Ironizou a idéia de que havia um espaço aberto para o diálogo com a possibilidade de escolher o tema, mas não mencionava que havia um momento certo para o debate ser encerrado: quando os *pasquinianos* assim o quisessem.

Heloneida Studart concedeu uma entrevista ao *Pasquim*, cuja preocupação central da jornalista foi a desmistificação em torno da imagem construída sobre as feministas. O jornal fizera um questionamento que as associava à idéia de serem homossexuais. Studart, enfaticamente, respondeu:

Isso é puro folclore. O homossexualismo não tem nada a ver com o feminismo. Ninguém admite discriminação contra as mulheres que vocês chamam de sapatões, porque discriminação contra a sexualidade dos outros - mesmo neurótica - é “safanagem”, fascismo. Agora, bandeira política, bandeira de transformação social, lesbianismo não é, não. A luta pela mudança da situação das mulheres é importantíssima para a transformação dessa sociedade em que vivemos [...] (*O Pasquim* n° 488, de 03 a 09/10/1978, p. 16).

Além do movimento feminista, outra temática que escancarava o moralismo machista d’*O Pasquim*, era a sua relação com o homossexualismo. A *cultura política* conservadora de seus jornalistas fazia com que os homossexuais fossem sempre discriminados e satirizados pelo semanário, chocando-se com a perspectiva libertária a que se propuseram praticar em relação à ditadura e aos segmentos sociais que a legitimava. De acordo com Sérgio Cabral, o periódico foi o primeiro a cunhar a palavra “bicha” para designar os homossexuais (entrevista à autora, em 14/06/2005). Esse cognato apareceu no semanário pela primeira vez no artigo de Tarso de Castro “Bicha! Bicha!”, que acabou a incorporando nas edições seguintes d’*O Pasquim* (*O Pasquim* n° 4, de julho de 1969, p. 8).

A fim de esclarecer esse assunto, cito a carta de Hélio Rodrigues Pol, do Rio de Janeiro (RJ), na qual reclamava: “só não gosto do modo como vocês destacam as bichas coitadas que são sempre lembradas nos artigos de maneira nada decorosa. Eu acho isso um horror. Estou indignado com ele”. Na resposta do jornal ao leitor percebemos todo o machismo arraigado em seu discurso: “perdão, Helinho, pode deixar que o tratamento será mais delicado”. Mas, devemos perceber que o próprio leitor já havia incorporado o cognato à sua fala e assim, também discursou de maneira machista (*O Pasquim* n° 15, de 02 a 08/10/1969, p. 21).

No artigo “O que todo rapaz deve saber sobre todo rapaz”, Ivan Lessa destacou:

O livro chama-se *Manual do Homossexual*. Escrito em inglês. Capa cor de rosa. Nome (pseudônimo) do autor: Angelo D' Arcangelo. Subtítulo: Para os Homens e Rapazes. (...) Poderia se chamar ainda *Como Ser Bicha e Feliz*. Ou ainda: *O Que Todo Rapaz Deve Saber Sobre Todo Rapaz*. Mas vamos à parte que interessa quem é e quem também é no *gay set* internacional. O autor declara que o rol não é definitivo. Gostaria de poder incluir ainda certas figuras dos mundos esportivo, político e industrial. Acrescenta não poder provar que nenhum dos citados é bicha (*O Pasquim* n° 61, de 20 a 26/08/1969, p.4).

Alguns dos nomes e verbetes, mencionados pelo autor citado por Lessa, foram:

Michel de Montaigne: vai todo mundo dizer que é mentira. Só que não é não; Michelangelo Caravaggio: pintor maravilhoso. Especializou-se em meninos. Morreu feio; Julio César: este a gente aprende no primário; Cardeal Francis Spellman: eclesiástico nova-iorquino. Conhecido também pelo nome de Shirley Temple (*O Pasquim* n° 61, de 20 a 26/08/1969, p. 4).

À exceção do famoso homossexual Madame Satã que foi homenageado, elogiado e, sobretudo, respeitado pelos *pasquinianos* em uma entrevista que o *malandro* carioca concedeu ao hebdomadário, em 1971, qualquer outro homossexual, ou qualquer pessoa que eles desconfiassem que fosse, era logo ridicularizado nas suas páginas e nomeado pejorativamente de “bicha”. O historiador James Green observou que Madame Satã foi saudado como mais autêntico e muito mais sofisticado do que Jean Genet, entre outros exageros e elogio (GREEN, 2005: 201-221).

É interessante perceber que a memória construída por alguns dos jornalistas em relação às atitudes d’*O Pasquim*, quanto ao homossexualismo e às mulheres, está associada a uma prática libertária de mudança comportamental na sociedade, justamente o inverso do que acontecia. Ziraldo declarou a Bernardo Kucinski que “no verão d’*O Pasquim*, depois da entrevista de Leila Diniz, o Brasil se tornou a única comunidade no mundo a aceitar integralmente o homossexual” (entrevista de Ziraldo a KUCINSKI, 2003: 215).

A citada entrevista de Leila Diniz foi um marco na história do jornal, entre outras razões, por introduzir palavras em sua *fala*. Leila Diniz representou em seu tempo a ambiência da *contracultura*, rompendo alguns paradigmas sociais. Mas, isso não quer dizer que a atriz tenha sido uma feminista. Ela foi libertária em seu comportamento e o jornal quando publicou sua entrevista, também o foi. Contudo, no que diz respeito aos homossexuais e às mulheres, a opinião do semanário permanecia machista, diferente do que observou Ziraldo.

Seja como for, os jornalistas d’*O Pasquim* estavam inseridos em um cotidiano repleto de valores, símbolos e vocabulários conservadores, principalmente, machistas. Compartilhados por uma *cultura política* autoritária, a qual estava enraizada em boa parte do tecido social brasileiro. A partir da vivência desse ambiente comum, eles construíram uma prática jornalística conservadora. Entretanto, também libertária quando discutia as temáticas da *contracultura*, como as drogas, a liberação sexual, o uso de anticoncepcionais, o aborto, entre outras. Portanto, não podemos rotular *O Pasquim*, fixando sua estética em conservadora ou libertária, uma vez que ele poderia atender tanto a uma, quanto a outra concepção. Foi um jornal de seu tempo, com os questionamentos e discursos próprios de sua época, sendo assim, como eles mesmos sublinharam: “*O Pasquim* é um produto do meio; também ninguém é perfeito”.<sup>6</sup>

## Referências

BERSTEIN, Serge. “A Cultura Política”. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François (orgs.). *Para Uma História Cultural*. Editorial Estampa, 1998, pp. 349-363.

6. Frase de capa – editorial – d’*O Pasquim* n° 6, de Agosto de 1969.

- FERNANDES, Millôr. *Millôr no Pasquim: o inventor da liberdade de imprensa*. São Paulo: Círculo do Livro, 1977.
- FESTA, Regina e SILVA, Carlos Eduardo Lins da (orgs.). *Comunicação Popular e Alternativa no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1986.
- FESTA, Regina. “Movimentos sociais, comunicação popular e alternativa”. In: Festa, R. e Silva, C. E. L. da (orgs.). *Comunicação Popular e Alternativa no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1986, pp. 31-52.
- FLORES, Élio Chaves. *República às Avessas: narradores do cômico, cultura política e coisa pública no Brasil Contemporâneo (1993-1930)*. Tese (Doutorado - História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2002.
- GREEN, James. “O Pasquim e Madame Satã, a *rainha* negra da boemia brasileira”. In: *Topoi: revista de História*. Rio de Janeiro: UFRJ, n° 7, jan.-jul. 2005, pp.201-221.
- JAGUAR. *Ipanema: se não me falhe a memória*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001a.
- KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários: Nos Tempos da Imprensa Alternativa*. 2ª ed. São Paulo: Ed. USP, 2003.
- KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MACIEL, Luís Carlos. *Negócio Seguinte* Rio de Janeiro: Codecri, 1981.
- \_\_\_\_\_. *Geração em Transe – memórias do tempo do tropicalismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.
- \_\_\_\_\_. *As Quatro Estações*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- MORAES, Denis de. *O rebelde do traço: a vida de Henfil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1996.
- MORAES, Dislane Zerbinatti. “E foi proclamada a escravidão: Stanislaw Ponte Preta e a representação satírica do golpe militar”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n° 47, pp. 61-102, 2004 [Brasil: do ensaio ao golpe (1954-194)].
- MOREIRA, Sônia Virgínia. “Retratos Brasileiros: 20 anos de imprensa alternativa”. In: *O poder da imprensa alternativa pós-64: histórico e desdobramentos*. Rio de Janeiro: Rio Arte, 1985, (Antologia Prêmio Torquato Neto, Ano II – 1º lugar).
- PRETA, Stanislaw Ponte. *Garoto Linha Dura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- \_\_\_\_\_. *FEBEAPÁ – 1: primeiro festival de besteiras que assola o país*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *1968 A Paixão de uma Utopia*. 2ª ed. rever. atual. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1998.

SIRINELLI, Jean-François. “Os Intelectuais”. In: REMÓND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: editora FGV, 1996.

SOIHET, Rachel. “Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários” (mimeo).

### **Documentário**

*O Pasquim – a Subversão do Humor*, direção de Roberto Stefanelli, 2004, Brasil, 44min.



NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; CARVALHO, Diana Maul de; MARQUES, Rita de Cássia (orgs.). Uma história brasileira das doenças. Volume 2. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006. 277 pp.

**Palavras-chaves:** Brasil, doença, saúde.

**Keywords:** Brazil, disease, health.

Graduando em História pela Universidade Gama Filho/RJ e Bolsista IC/ CNPq pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca – ENSP/Fiocruz.  
vasques\_hist@yahoo.com.br

Dois anos após a publicação do primeiro volume destinado a divulgar alguns dos trabalhos apresentados no I Seminário de História das Doenças realizado em 2004, eis que os interessados no campo da história das doenças são agraciados com um segundo volume, referente ao II Seminário de História das Doenças realizado em 2006. A obra novamente é organizada pela médica sanitarista e historiadora Dilene Raimundo do Nascimento, a epidemiologista e historiadora Diana Maul de Carvalho e a historiadora Rita de Cássia Marques. O evento é fruto de uma parceria entre a Casa de Oswaldo Cruz/ FIOCRUZ, e a Faculdade de Medicina da UFRJ, que dado ao sucesso da experiência de 2004 é atualmente realizado de dois em dois anos, sendo os principais artigos publicados em livro.

E os resultados do Seminário de 2006 parecem notáveis se levarmos em conta o objetivo da obra, que segundo as organizadoras, seria o de incentivar a maior exploração científica no campo da história das doenças. O livro conta com 11 artigos de pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento, que se debruçam sobre a problemática da doença, enquanto fenômeno social, aprofundando questões metodológicas e abrindo caminho para novas perspectivas de análise e escolha das fontes. A diversidade de temas em temporalidades e espaços distintos é consoante à pluralidade de fontes e perspectivas utilizadas nos diferentes estudos. A multiplicidade é tamanha, que a obra toda acaba por sugerir uma ampla possibilidade de exploração dos diversos comportamentos sociais ao longo da história perante a doença, e a visão de doença através de fontes como a literatura, a mídia, os mitos e o relato oral. Entretanto, os artigos contidos na obra, não deixam de alertar sobre as limitações inerentes a cada tipo de fonte, tradicional para o campo ou não, e possibilidades dentro de determinados temas. A obra inteira é bastante centrada nos séculos XIX e principalmente XX, não havendo artigos com temas que abarquem período anterior.

Em boa parte dos artigos há o esforço em realizar análises que compreendam as diferentes representações de doenças existentes em um dado contexto e a relação que estas diferentes representações mantinham no todo. Por isso, cada artigo acaba por trazer diversas abordagens e contribuições distintas e próprias no

Enviado em 31 de agosto e aprovado em 15 de setembro de 2008

sentido de dar conta e analisar seus objetos. Com isso, o conceito de doença e representação social, acaba dialogando com uma infinidade de outros conceitos que variam bastante de uma comunicação para outra abrindo caminhos para outras reflexões concernentes a limitações e possibilidades teóricas dentro do campo. Além disso, um dos pontos fortes do livro é a participação de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, que dialogam de maneira interdisciplinar com obras nacionais e internacionais, “borrando” as fronteiras do conhecimento, a fim de dar conta de processos históricos ligados à saúde e doença. Variadas são as experiências desse tipo nos últimos anos nesse campo, o que tem se mostrado bastante positivo. Nesse caso não é diferente e só vem a realçar a capacidade teórica advinda deste intenso e profícuo diálogo.

No primeiro artigo, Dilene Raimundo do Nascimento e o ensaísta e historiador Marcos Roma Santa analisam o método comparado, e sua utilidade para a história das doenças. Os autores traçam o histórico de surgimento e consolidação, bem como os problemas teóricos e riscos existentes ao se analisar dois contextos distintos comparativamente e demonstram que esses, são também reais, ao se pensar em método comparado em história das doenças. Entretanto, estando atento aos riscos de anacronismo, etnocentrismo e de generalização, o método comparado pode ser uma proveitosa forma de se analisar os impactos sociais da doença, suas representações tendo em vista as similitudes e diferenças nos variados contextos estudados. Para corroborar o argumento, os autores citam estudos recentes nos quais é visível o êxito na utilização do método comparativo em história das doenças.

O artigo seguinte é da médica e antropóloga Luiza Garnelo, que trata sobre a relação entre mito e a representação de doença sexualmente transmissível entre os índios Baniwa do noroeste amazônico. A autora utiliza as narrativas Baniwa para traçar a construção da representação de doenças sexualmente transmissíveis, que se tornaram uma realidade entre esse povo nos anos de 1920 à 1950 e como o mito, nesse caso, se confunde com história e é decisivo na construção dessa representação. As fontes orais também são utilizadas no capítulo seguinte, de Gláubia C. Arruda Silva que descreve como a população do baixo Jaguaribe no Ceará vivenciou o grande surto de malária de 1937-1940 e também as ações de profilaxia e erradicação implementadas de modo emergencial na época.

A literatura e as teses médicas são utilizadas como fontes pelo historiador Fernando Dumas, para falar sobre o alcoolismo em perspectiva histórica, apresentando as visões da sociedade burguesa e da medicina acerca do elemento alcoólatra, bem como do controle dos hábitos e prazeres relacionados ao consumo de bebidas. Dessa forma, personagens literários também são analisados como uma espécie de busca das representações possíveis no imaginário brasileiro acerca da doença. No capítulo seguinte os escritos literários e memórias do médico Pedro Nava são utilizados pela historiadora Vanda Arantes do Vale para traçar a história da medicina no Brasil entre o fim do século XIX e metade do XX, e as relações entre doença e sociedade. Este último aspecto de sua reflexão, porém, aparece de modo secundário devido à análise das transformações da medicina no período, que contam com o advento da microbiologia.

No Capítulo 6, Germana Barata realiza todo um trabalho de história do tempo presente, através da análise dos programas do “Fantástico”, que apresentavam ao público a Aids na década de 1980. Era a construção da imagem de uma doença nova com todas as suas contradições inerentes à ideologia, aos objetivos da mídia, bem como a aspectos sociais. É notável que o capítulo seguinte, escrito pela historiadora Dilma Cabral, promova ao leitor um retorno ao século XIX, explorando os impactos da bacteriologia e dos novos referenciais sobre a lepra no tratamento dos pacientes no Brasil, tendo como principal referência o Hospital dos Lázarus no Rio de Janeiro. Esse recuo temporal tão grande sem uma justificativa metodológica, indicando uma ruptura entre um tema e outro, acaba por evidenciar uma carência de organização dos artigos no sentido de dar coesão ao todo da obra. O artigo seguinte, entretanto, acaba tendo uma correspondência com o anterior no sentido de também estudar as transformações da medicina e suas implicações no que concerne às práticas e difusão de saberes perante a sociedade. Nesse caso, Anna Beatriz

de Sá Almeida analisa o processo de construção da especialidade de medicina do trabalho, em meio a disputas de interesses que envolviam aspectos políticos, econômicos e sociais ao longo dos anos de 1920 à 1950.

Nos três artigos finais, a partir de temas distintos e com diferentes proposições temporais, podemos ver contribuições sobre a articulação entre registros médicos e outras fontes de diferentes naturezas, como memórias, documentos jurídicos, periódicos e outros. No último artigo, porém, a historiadora Betânia Gonçalves Figueiredo, trás toda uma contribuição sobre como os historiadores das ciências da saúde estudam a ligação entre saberes e práticas médicas com as práticas cotidianas, no caso específico das doenças dos escravos. Tudo isso através de referências situadas no campo da história cultural, onde é possível desenvolver uma série de investigações, como o mapeamento de doenças, as formas de tratamento, interpretação da doença e do corpo tanto pelos médicos ou como pelos escravos e outros.

Algo que é visível na obra como um todo é a falta de uma organização dos artigos. Essa organização poderia ser temática, enfatizando talvez os tipos de fontes utilizados em cada trabalho, ou até mesmo temporal o que evitaria retornos e “saltos” tão bruscos entre uma temática e outra, ou de um período histórico e outro. Algo que pode ser lamentado, Estigmas dos artigos de alguma é a falta de artigos que saiam do marco temporal à qual boa parte das produções em história das doenças no Brasil estão ligados (séculos XIX e XX). Mais do que um descuido, isso também reflete a carência de produções que tomem como marcos temporais períodos anteriores ao surgimento das faculdades de medicina tanto no Rio quanto na Bahia. Eis talvez um dos maiores desafios desse campo atualmente, e que se remetido ao objetivo expressado na apresentação da publicação, podemos crer que foi ignorado. Com isso, o nome da obra acaba sugerindo um pouco mais do que realmente podemos encontrar no interior da mesma, principalmente se interpretarmos o título literalmente. Entretanto de modo algum retira o valor da mesma, quando vislumbramos as diversas possibilidades metodológicas que os artigos acabam evidenciando para se aventurar nesse campo. A própria diversidade temática, acaba sugerindo o quanto a história das doenças e, também, a história das ciências da saúde, podem ser importantes para se analisar a sociedade em suas dimensões política, econômica e cultural.

Wellington Júnio Guimarães da Costa  
Pedro Eduardo Andrade de Carvalho  
Gilson César Xavier Moutinho

Os exames cadavéricos do Livro para óbitos na cadeia de Mariana  
Algumas possibilidades de pesquisa

**Palavras-chaves:** cadeia, higiene e saúde, óbito

**Keywords:** Chain, hygiene and health, death

Graduandos em história pela  
Universidade Federal de Ouro  
Preto. wjunio@yahoo.com.br  
pedroeddu@yahoo.com.br  
gilsoncesarm@yahoo.com.br

O auto de exame cadavérico era uma prática comum nas Minas Gerais nos períodos colonial e imperial e tinha como objetivo avaliar em que estado se encontrava o cadáver do defunto, assim como as possíveis causas da morte. Havia a preocupação em certificar se a morte foi provocada por fatores naturais ou artificiais. Em tal procedimento, uma equipe de peritos “ composta, no caso deste documento, por um carcereiro, uma autoridade policial, um cirurgião, um farmacêutico e alguns cidadãos como testemunhas “ era responsável, mediante o juramento dos “Santos Evangelhos”, pela descrição anatômica e uma autópsia detalhada das partes do corpo afetadas por algum mal, o que demonstra certas habilidades dominadas por aqueles que se dedicavam à “arte de curar”. Como se sabe, no período colonial, devido à grande carência de médicos para tratar dos problemas de saúde e das demais enfermidades da população, a “arte de curar” era exercida, sobretudo, por cirurgiões, boticários e farmacêuticos. No século XIX, a situação torna-se um pouco mais amena, seja pelo desenvolvimento das ciências da saúde, seja devido à promoção de políticas de saúde pública por iniciativa das autoridades estatais. A preocupação com a questão da contaminação e do perigo de difusão de epidemias tornou-se uma constante e foi um dos fatores que mais pesou a favor da eliminação dos sepultamentos dentro das igrejas, extinguindo, dessa forma, os cemitérios dentro daqueles templos religiosos. Isso porque doenças poderiam se proliferar a partir dos cadáveres em estado de decomposição. Em sua monografia de Bacharelado, Luiz Alberto Sales Vieira nos traz a informação de que essa mudança se iniciou na Europa Iluminista da segunda metade do século XVIII e que “Em Minas essa concepção de saúde pública permaneceu corrente durante todo o século XIX”.<sup>1</sup>

A título de hipótese, não é difícil imaginar que a população não branca não era contemplada por tais políticas. A preocupação

Enviado em 5 de setembro  
e aprovado em 17 de  
outubro de 2008

---

1. VIEIRA, Luiz Alberto Sales. *Entre a Vida e a Morte*. Interesses Populares, Representações Cristãs da Morte e Medicina Social em Minas no Século XIX. Monografia de Bacharelado em História. UFOP, 2002, pp. 10-11.

com esse enorme contingente populacional, na maioria das vezes se restringia à repressão, ou, quando muito, ao assistencialismo. Em relação aos presos, como já era de se imaginar, a maior parte era composta por indivíduos não brancos. Nos períodos colonial e imperial, a manipulação do elemento racial, definido pelos significados da cor, promovia a marginalização das pessoas não brancas, isto é, a população negra, mestiça livre e/ou liberta (mulatos, cabras, etc.) comumente chamada de pardos. Nesse sentido, e pelo que sugere a análise dos autos de exames cadavéricos dos presos, provavelmente não havia uma preocupação com as condições de higiene dessas pessoas, em sua maioria pardos e negros, na cadeia. A seguir, uma tabela contendo as

Tuberculose e outros problemas Pulmonares		Hidropisia		Hepatite/ Congestão Hepática		Congestão Cerebral		Problemas relacionados ao estômago		Corpo em estado de Putrefação		[phtysica m ezatenica]	
Folha	Ano	Folha	Ano	Folha	Ano	Folha	Ano	Folha	Ano	Folha	Ano	Folha	Ano
2	1856	10	1876	11 v.	1877	14	1880	19	1881	7	1866	17 v	1881
4 v.	1862	18	1881	13	1880	19	1881	20 v.	1882				
15 v.	1880	22 v.	1882	24	1883								
16	1881	24 v.	1883	5v.	1864								
27 v.	1889	25 v.	1883										
14 v.	1880	26 v.	1883										
22	1882												
28 v.	1890												
8 = 33,3 %		6 = 25 %		4 = 16 %		2 = 8,3 %		2 = 8,3 %		1 = 4,16 %		1 = 4,16 %	

Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana. Códice 112

causas das 24 mortes registradas no “Livro para óbitos na cadeia”. As datas-baliza são 1856 a 1890.

Como se percebe, a maioria das mortes teve como causa as doenças pulmonares<sup>2</sup> como a tuberculose, e outras doenças relacionadas aos ambientes com baixas condições de higiene, como a hidropisia<sup>3</sup> e a hepatite<sup>4</sup>. Essa situação sugere que eram péssimas as condições de higiene na cadeia de Mariana e que, aliada à má alimentação e às condições precárias das instalações, formavam um ambiente propício à contaminação e à proliferação e disseminação, pelo ar, de doenças contagiosas como aquelas. É importante não perder de vista que a cadeia ficava na parte inferior do prédio da Câmara Municipal, o que, a título de hipótese, sugerimos, poderia levar ao aparecimento de doenças naqueles que freqüentavam o prédio da Câmara. Veja o exemplo de um corpo encontrado em estado de putrefação<sup>5</sup> (!) em 1866.

Esse tipo de documento pode ser utilizado por aqueles que se dedicam ao estudo dos temas relacionados às prisões, às doenças, à ciência e saúde pública, à anatomia, ao desenvolvimento e profissionalização da medicina, assim como por aqueles que se dedicam ao estudo do corpo humano em seus vários usos e atribuições.<sup>6</sup>

2. Essas doenças, quando não de nascença, são causadas ou agravadas em grande parte pelo excesso de umidade, poeira, dentre outros. Não é difícil imaginar que as instalações da cadeia eram frias e úmidas, o que poderia contribuir para o surgimento dessas doenças. (deve ser “dessas doenças”)

3. Uma doença caracterizada pelo inchaço generalizado e acumulação de líquidos em partes do corpo ou mesmo em todo ele, podendo levar à falência renal e à insuficiência hepática.

4. Caracterizada pela inflamação do fígado, essa doença é transmitida de forma oral e/ou fecal por um vírus eliminado nas fezes e que pode contaminar a água, os alimentos e os objetos, ou mesmo passar de uma pessoa para a outra. É comum em lugares com condições de higiene precárias, como uma cadeia.

5. Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana (AHCMM). Códice 112, fl. 7.

6. Dentre os vários trabalhos a respeito, ver: Maria Cristina ROSA. *Da pluralidade dos corpos*. Educação, diversão e doença na Comarca de Vila Rica. 2005. Tese (Doutorado) UNICAMP, Campinas, 2005.



Por outro lado, dentre as diversas observações possíveis de serem listadas acerca da documentação aqui transcrita, destacamos o fato do Auto de Exame no corpo do Galé Manoel Coelho (transcrito abaixo) ter sido discutido *na Sacristia da Capela de Nossa Senhora das Mercês*. A oposição corpo/alma fica evidenciada na medida em que o trabalho no corpo do defunto foi realizado dentro de um local sagrado. O fato torna-se ainda mais curioso quando listamos as pessoas presentes: o Delegado de Polícia; o Escrivão; o Cirurgião-Mor; um Farmacêutico e três testemunhas. Não nos deparamos na lista com nenhum membro da Igreja, mesmo com a discussão transcorrendo dentro da Sacristia. As possíveis hipóteses para a ausência da oficialidade clerical no contexto da discussão envolvem uma sociedade que, comparativamente com a de um século atrás, não manifesta de maneira tão arraigada a união entre a vida civil e a religiosa. Mesmo com o local físico permanecendo santo e, embora havendo um juramento dos “Santos Evangelhos”, não se lê mais nos registros de abertura, a expressão *ano do nascimento de Nosso senhor Jesus Cristo* bastante comum na documentação do século XVIII, muito menos, a também comum terminologia *morreu da vida presente* que traria junto a ela a concepção de uma vida futura, uma pós-vida na *Corte dos céus*. Deste modo, ao problematizarmos logo as primeiras linhas do documento já nos deparamos com as alterações na relação entre Estado burocrático e Religiosidade entre os séculos XVIII e XIX.

#### “Auto de Exame no Cadáver de um Galé”<sup>7</sup>

[fl. 5v.] “Aos vinte e dois dias do mês de dezembro de mil oitocentos e sessenta e quatro, nesta Cidade de Mariana, na Sacristia da Capela de Nossa Senhora das Mercês, onde foi vindo o Delegado de Polícia e o escrivão, o Cidadão Joaquim Alves Branco, comigo Escrivão de seu cargo, sendo presentes os peritos Cirurgião Mor João Paulo da Silva Costa, e o Farmacêutico Joaquim Augusto de Godoy, e as testemunhas abaixo assinadas, lhes deferiu o Ministro o juramento dos Santos Evangelhos em um livro deles, e lhes encarregou de declararem a verdade do que em suas consci-” [fl.6] “ências encontrarem no Cadáver que presente se achava, examinando-o, respondessem aos seguintes quesitos = 1º. Se a morte proveio de causa natural, ou artificial: 2º. Qual a moléstia ou sintomas que apresenta o exterior do cadáver que lhe foi indicado. E passando os Peritos a examinarem exteriormente o Cadáver, declararam ser de um homem de cor preta, apresentando a idade de quarenta a quarenta e cinco anos, de cinco [pés] e duas polegadas de altura, de rosto comprido, testa pequena, bossa frontal bastante saliente, olhos pequenos e pretos, cílios e supercílios pouco abastecidos de cabelos, e estes como os da cabeça e barba muito [escarapinhados], nariz rombo, beiços grossos, bons dentes, pescoço curto, tórax e abdômen bem desenvolvidos. Membros inferiores [ilegível] demasiados. E que passando ao exame interior do mesmo Cadáver, acharam que a cavidade do pericárdio continha pouco mais ou menos uma onça de serosidade de cor amarelada. No abdômen encontraram o estômago no estado natural; o fígado tendo o duplo do volume, e a vesícula dorsal cheia de muita bÍlis. Fazendo incisão sobre esta [ilegível] dava bastante sangue, e de cor escura. Quanto ao baço, pâncreas, intestinos grosso e delgado, bexiga, [ilegível]” [fl. 6v.] “[ilegível] estavam em estado natural. [ilegível] das [plumas] na parte posterior do tórax. Pulmões congestionados estando mais congestionado o pulmão direito que o esquerdo. O coração pouco mais volumoso que no estado normal e contendo um grande coágulo no ventrículo direito. A cavidade do pericárdio, continha pouco mais ou menos uma onça de serosidade de cor amarelada. E que portanto respondiam ao 1º. quesito = Que a morte proveio de causa natural. Ao segundo, que sucumbiu de Hepatite aguda; e que nada mais tinham a declarar. O ministro perguntou às testemunhas presentes se o Cadáver era do Galé de nome Manuel Coelho. Responderam que era o próprio Galé, por terem dele grande conhecimento. E para constar mandou lacrar o presente que assinam depois de lido por mim Antônio José da Costa Pereira, Tabelião que o escrevi.”

“Delegado Joaquim Alves Branco”

“João Paulo da Silva Costa”

“Jacinto Augusto de Godoy”

“Como testemunha Antônia [Getil] Gomes Cândido”

“José Maria [*ilegível*] Pimenta”

“Manuel da Conceição, o carcereiro”